

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário  
ISSN 0870-1865  
1 de Abril de 1993  
Preço: 120\$00  
(IVA incluído)  
N.º 1006  
Director:  
Carlos Brito

## Reunião do Comité Central

# É urgente e possível outra política

Reunido em 30 de Março de 1993, o Comité Central do PCP examinou a nova situação económica, social e política existente no País e faz uma preocupada chamada de atenção para as suas mais graves expressões essenciais.

É a **crise económica** que alastra nos principais sectores produtivos. E que, com uma evolução do produto interno português em 1992 inferior à evolução comunitária, desmente e destroça as teorias da aproximação ao «pelotão da frente» da CEE, da «democracia de sucesso» e do «oásis» do Governo Cavaco Silva.

É o **agravamento da situação social** com sérias expressões nos últimos meses ao nível do desemprego, dos salários em atraso e da vida das populações rurais. E que se soma ao quadro geral existente da precarização do trabalho, das dificuldades que atingem reformados e idosos, dos problemas dos jovens à procura de primeiro emprego, e do preocupante alastramento de outros fenómenos de exclusão social na sociedade portuguesa.

É a **pesada factura da política comunitária** que o País está a pagar, com o estrangulamento da sua economia em consequência das condições desfavoráveis que o Governo do PSD, com o inteiro apoio do PS, negociou em relação à abertura do Mercado Interno e da sua subserviente subordinação aos prazos e aos critérios de convergência nominal para a realização da União Económica e Monetária prevista no Tratado de Maastricht.

É a **deterioração da situação política**, em que a par do desrespeito pela legalidade constitucional e do desenvolvimento das tendências autoritárias do Governo PSD (com expressões ao nível do seu próprio relacionamento com os outros órgãos de soberania, as quais ameaçam pôr em causa o regular funcionamento das instituições democráticas), se verifica um inquietante alastramento de fenómenos de clientelismo e de corrupção na área do poder.

O Comité Central do PCP lança um decidido **apelo** aos trabalhadores e ao povo português para que, com o reforço da sua intervenção e da sua luta, contribuam para travar o agravamento da situação económica e da situação social que se verificam no País.

Para que prossigam e alarguem a defesa dos direitos democráticos que estão a ser quotidianamente postos em causa e assumam, de uma forma ainda mais activa, a salvaguarda dos interesses nacionais.

E para que, através da intensificação da resistência política e de massas em relação ao Governo do PSD, para além dos objectivos de defesa dos interesses imediatos e da satisfação de reivindicações concretas, que está ao seu alcance atingir, abram a perspectiva e a possibilidade de alteração num sentido democrático e de esquerda do rumo político que Portugal tem seguido.

**Resolução do CC** Págs. 3, 4 e 5



## CDU apresenta candidatos

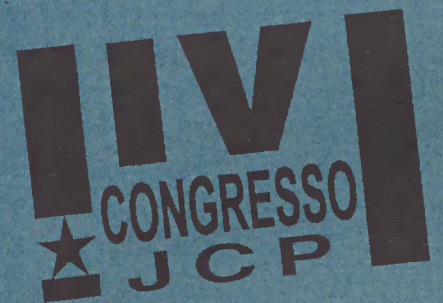
*Carlos  
Carvalhas  
no Algarve  
em Loures  
e Vila Franca*

Págs. 6 e 7

## A política da oposição e o Tratado de Maastricht

*Conferências  
de Carlos  
Carvalhas  
no Porto  
e de  
Álvaro Cunhal  
em Castelo  
de Vide*

Págs. 20 a 25



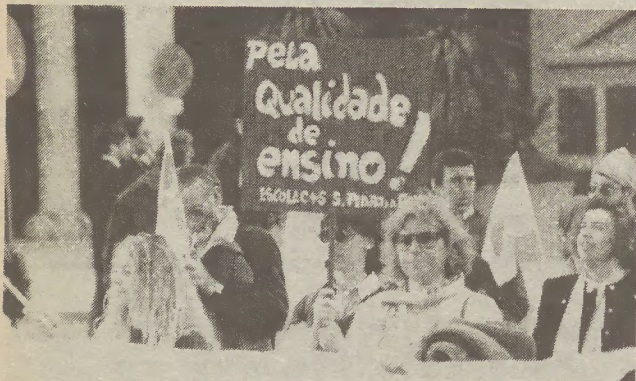
**Sábado  
e domingo  
no Barreiro**

Pág. 10



## EDITORIAL

## Ensinamentos



Milhares de estudantes, professores, pais e funcionários escolares manifestam-se em Lisboa

## RESUMO

24  
Quarta-feira

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva anuncia um pacote financeiro de 270 milhões de contos, «destinados às empresas exportadoras». É assinado entre a Câmara Municipal de Loures e o Governo o acordo para a construção de 2100 fogos que se destinam a eliminar as barracas no concelho. A Câmara Municipal do Seixal coloca à discussão pública o Plano Director Municipal. É lançado a público o primeiro número da revista «Visão». A Comissão Europeia dá parecer favorável a um pedido da Noruega para aderir à CE. Boris Ieltsin rectifica o decreto presidencial que anunciara no sábado ao país, retirando-lhe a menção à «administração presidencial directa». A África do Sul admite, pela primeira vez, ter produzido bombas nucleares desde 1974.

25  
Quinta-feira

Na sequência do «boicote informativo» às actividades da AR, os partidos da oposição decidem fazer «voto de silêncio» em nome da dignidade do Parlamento. Durante uma reunião em que analisaram o Programa Especial de Realojamento, recentemente anunciado pelo Governo, os presidentes das câmaras de Loures, Montijo, Seixal, Moita, Palmela, Amadora e Vila Franca de Xira desmascaram o «show off» do Ministro da tutela e o que consideram ser «uma manobra de propaganda com fins eleitoralistas». A eurodeputada francesa Simone Weil garante em Lisboa que o Parlamento Europeu continuará a fazer pressão pela autonomia de Timor e a denunciar os actos de violação dos direitos humanos naquele território. O vice-primeiro-ministro russo anuncia que o governo decidiu suspender, por um período de seis meses, o pagamento da sua dívida externa. Extremistas protestantes da Irlanda do Norte matam a tiro três católicos que trabalhavam no restauro de uma casa em Castle-ock, no distrito de Londonderry.

26  
Sexta-feira

Numa das maiores concentrações realizadas contra a política de educação do Governo, milhares de estudantes, professores, pais e funcionários manifestam-se em Lisboa. O Presidente da República recebe em Belém os jornalistas parlamentares, a quem manifesta as suas preocupações pela situação criada pela entrada em vigor do Regulamento de Acesso, Circulação e Permanência nas instalações do Parlamento. O Presidente do Tribunal de Contas recorre do parecer da Procuradoria-Geral da República que concluiu pela não sujeição àquele órgão das contas relativas ao Centro Cultural de Belém. O Chefe do Estado-Maior-General das FFAA angolanas adverte que a guerra em Angola vai assumir proporções alarmantes nos próximos dias. É obtido pelas forças da ONU um acordo de cessar-fogo na Bósnia.

27  
Sábado

Durante o encontro concelhio da CDU, em Loures, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, anuncia que o cabeça de lista da coligação para as eleições autárquicas será Demétrio Alves, actual Presidente daquela Câmara. Cem barracas são demolidas no Bairro Padre Cruz, em Benfica, para no seu lugar surgirem 400 novos fogos. A CNA marca para o dia 26 de Abril o Dia de Protesto Nacional da Agricultura

Portuguesa, anunciando uma marcha dos agricultores de todo o País para Lisboa. Nelson Mandela rejeita quaisquer responsabilidades do ANC nos actos de violência racial na África do Sul. O secretário-geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, é eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional Popular.

28  
Domingo

O PCP propõe o independente Fernando Travassos como candidato da CDU à Câmara Municipal de Grândola. Em reunião preparatória do seu IV Congresso, a Direcção Nacional da JCP considera cada vez mais degradada a situação dos jovens em Portugal, repudiando, igualmente, a brutal carga policial sobre os estudantes ocorrida esta semana frente ao Ministério da Educação. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) aprova um plano nacional de emergência para o sector agro-pecuário, o qual será apresentado ao Governo. A atleta Albertina Dias sagra-se, em Espanha, campeã do mundo de cortamato. Em França, confirma-se a tendência da primeira volta das eleições legislativas: a direita vence por larga margem, elegendo 480 dos 577 lugares em disputa, tendo o Partido Socialista ficado reduzido a 66 deputados e o Partido Comunista garantido um grupo parlamentar com 23 deputados.

29  
Segunda-feira

O coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, afirma em Lisboa que as lutas do mês de Abril contra a política do Governo culminarão «num grande 1.º de Maio». Os trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas exigem a manutenção dos seus postos de trabalho e a suspensão das directivas governamentais que ordenam a redução do quadro da DGA de 3000 para 1900 postos. Na Assembleia da República, o presidente Barbosa de Melo reúne-se com elementos da bancada do PSD e do Governo para tentar ultrapassar o escândalo provocado pela implementação do Regulamento de Acesso, aprovado pela maioria na semana passada. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, afirma que os Estados Unidos «deviam pressionar a UNITA» a respeitar os acordos que assinou em Bicesse, em Maio de 1991. Na sequência das eleições legislativas em França, François Mitterrand anuncia ao país ter convidado para formar governo o gaullista Édouard Balladur. Com um novo impasse quanto às questões fundamentais, termina em Moscovo, o Congresso dos Deputados Russos.

30  
Terça-feira

Os órgãos de comunicação social decidem manter o bloqueio ao noticiário parlamentar, depois de uma reunião inconclusiva com o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo. Reúne o Comité Central do PCP. A administração da Gulbenkian retira funções executivas ao presidente Azeredo Perdigão. Para resolver o problema dos aumentos dos magistrados, o Provedor de Justiça, Meneres Pimentel, envia ao Parlamento uma proposta de aumento dos ordenados dos políticos que prevê que o Presidente da República ganhe cerca de dois mil contos e o Primeiro-Ministro mil e 400. O novo secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, admite para breve o reconhecimento oficial pelos Estados Unidos do governo angolano.

A

segunda volta das eleições francesas confirmou plenamente a clamorosa e histórica derrota do PS francês. Este resultado comporta duros ensinamentos para os socialistas e não só para os franceses.

O que é especialmente impressionante é que a derrota do PSF não resultou do crescimento da votação dos partidos da direita, mas do descalabro da votação do próprio PSF.

O eleitorado procedeu a uma maciça punição da acção governativa do PSF. O resultado das eleições assumiu o carácter de um profundíssimo movimento de rejeição.

Tentando explicar esta vaga de fundo anti-PSF um dirigente socialista francês vem agora reconhecer que ele foi motivado não por serem socialistas, mas por não terem sido socialistas.

Verifica-se uma rara unanimidade entre comentadores de diferentes quadrantes na explicação do resultado das eleições francesas considerando-o, antes de tudo, como a consequência inevitável da política da direita desenvolvida pelo PSF no poder.

Na verdade, o PS francês foi no governo um gestor assumido dos interesses do grande capital, tanto ou mais implacável para os trabalhadores, os seus direitos e conquistas, do que seria um governo de direita.

No momento do adeus às cadeiras do poder, o PSF deixa uma situação relativamente estabilizada nas empresas, mas deixa cerca de 3 milhões de desempregados segundo as estatísticas oficiais, na verdade muito mais. Assim foi a política de justiça social praticada pelo PSF.

Não admira que grande parte do anterior eleitorado do PSF se tenha fartado de uma governação assente na mentira, na demagogia, nas promessas defraudadas nas expectativas traídas, no plano interno, de belicismo e imperialismo, no plano externo e, ainda por cima, envolvida em situações de escândalo e corrupção das mais vergonhosas da história francesa.

As tentativas de dirigentes do PS português, especialmente de António Guterres, para minimizarem o significado e os ensinamentos dos resultados das eleições francesas, reduzindo-os a um mero episódio gaulês, confirmam os propósitos, destes dirigentes, de prosseguirem, mesmo na oposição, as posições de direita que fazem lembrar a política de direita seguidas pelo PSF no governo. E isto não tem que ver apenas com o apoio a Maastricht, a concordância com as privatizações e outras orientações visando a restauração do capitalismo monopolista, tem que ver com a real política social que o PS defende (e que a

demagogia social desencadeada há semanas não encobre), como ficou patenteado pela política salarial recentemente preconizada por Guterres, para já não falar da filosofia social expandida pelo novo porta-voz socialista para a área das finanças.

O verdadeiro significado da derrota do PS francês não pode ser separado, nem nas causas nem nas consequências, da crise que avassala a social-democracia em Itália, na Espanha, na Grécia, na Alemanha e que alastra em praticamente a todos os países.

A derrota dos socialistas franceses foi consideravelmente ampliada pela iníqua e antidemocrática lei eleitoral que vigora em França por culpa do próprio PSF.

Ao conservarem a lei uninominal, maioritária, em duas voltas, que sempre foi um instrumento de dominação das forças reacçãoárias, os socialistas franceses estavam convencidos que seriam

*Cumprer alertar que é com sistemas eleitorais tão iníquos como o francês que sonham muitos daqueles que entre nós, a começar pelo partido do Governo, fazem campanha contra o sistema de representação proporcional e pressionam a alteração das leis eleitorais.*

eles os beneficiários da brutal distorção da vontade popular que esta lei comporta.

Mas o feitiço virou-se contra o feiteiro, numa demonstração de que, pelo menos algumas vezes, o oportunismo paga-se caro.

Desta vez, a direita com pouco mais de 40 por cento dos votos, obteve mais de 80 por cento dos lugares do Parlamento. O mais votado dos partidos da direita com 20,3 por cento dos sufrágios obteve 250 lugares, enquanto que o PSF e PCF que em conjunto somam 28,5 por cento dos sufrágios só obtiveram 93 lugares da futura Assembleia. Por outro lado, os 22 por cento dos votos somados de Ecológicos e da FN não produziram um só deputado. Como a imprensa francesa tem salientado, 40 por cento dos eleitores franceses não estarão representados na Assembleia Nacional.

São esclarecedores estes exemplos de como, ao abrigo da lei eleitoral que vigora em França, a transformação dos votos em mandatos adultera completamente a vontade do eleitorado.

Mas cumpre alertar que é com sistemas eleitorais tão iníquos como o francês que sonham muitos daqueles que entre nós, a começar pelo partido do Governo, fazem campanha contra o sistema de representação proporcional e pressionam a alteração das leis eleitorais.

Quando o PSD se esforça por reactivar a Comissão Eventual para a revisão da legislação eleitoral, na Assembleia da República, é oportuno ter presente os ensinamentos das eleições francesas.

Ao contrário do que vaticinavam (e desejavam) os facciosos do anticomunismo, o Partido Comunista Francês aguentou-se no essencial e, embora sem atingir o resultado das legislativas de 1988 (11,3%), obteve com mais de 9 por cento uma ligeira subida em relação às últimas eleições, as regionais.

Além disso, ao eleger 23 deputados (quase o dobro do que alguns lhe atribuíam) o PCF alcançou o seu principal objectivo nestas eleições que era o de manter o Grupo Parlamentar comunista na Assembleia Nacional francesa.

«Uma boa notícia - como salientou Georges Marchais ao anunciá-la - para todos aqueles que tanto necessitam de ser defendidos.»

No termo de uma legislatura que decorreu numa conjuntura internacional tão desfavorável, o resultado positivo do PCF premeia a luta firme e consequente que desenvolveu contra a política de direita dos governos do PSF.

R eferimos, por especialmente oportuno, alguns ensinamentos de um acontecimento internacional de significado negativo como foram as últimas eleições francesas.

Importa, no entanto, salientar que para o desenvolvimento da nossa luta os principais ensinamentos são os que decorrem da nossa própria experiência.

Neste sentido, reveste uma particular importância a última reunião do Comité Central do PCP que dedicou a parte substancial dos seus trabalhos à apreciação «da nova situação do país» e dos mais graves aspectos que apresenta, bem como à necessidade de lhes dar combate pelo desenvolvimento da luta e da intervenção política, nomeadamente, «com vista a dar à frente de oposição social perspectivas de uma solução política que conduza à derrota e afastamento do Governo e abra caminho a uma verdadeira alternativa democrática.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1899 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1899 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e Impresso na Héska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



PCP

# Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português

Reunido em 30 de Março de 1993, o Comité Central do PCP examinou a nova situação económica, social e política existente no País e faz uma preocupada chamada de atenção para as suas mais graves expressões essenciais.

É a crise económica que alastra nos principais sectores produtivos. E que, com uma evolução do produto interno português em 1992 inferior à evolução comunitária, desmente e destrói as teorias da aproximação ao «pelotão da frente» da CEE, da «democracia de sucesso» e do «oásis» do Governo Cavaco Silva.

É o agravamento da situação social com sérias expressões nos últimos meses ao nível do desemprego, dos salários em atraso e da vida das populações rurais. E que se soma ao quadro geral existente da precarização do trabalho, das dificuldades que atingem reformados e idosos, dos problemas dos jovens à procura de primeiro emprego, e do preocupante alastramento de outros fenómenos de exclusão social na sociedade portuguesa.

É a pesada factura da política comunitária que o País está a pagar, com o estrangulamento da sua economia em consequência das condições desfavoráveis que o Governo do PSD, com o inteiro apoio do PS, negocia em relação à abertura do Mercado Interno e da sua subserviente subordinação aos prazos e aos critérios de convergência nominal para a realização da União Económica e Monetária prevista no Tratado de Maastricht.

É a deterioração da situação política, em que a par do desrespeito pela legalidade constitucional e do desenvolvimento das tendências autoritárias do Governo PSD (com expressões ao nível do seu próprio relacionamento com os outros órgãos de soberania, as quais ameaçam pôr em causa o regular funcionamento das instituições democráticas), se verifica um inquietante alastramento de fenómenos de clientelismo e de corrupção na área do poder.

O Comité Central do PCP lança um decidido apelo aos trabalhadores e ao povo português para que, com o reforço da sua intervenção e da sua luta, contribuam para travar o agravamento da situação económica e da situação social que se verificam no País.

Para que prossigam e alarguem a defesa dos direitos democráticos que estão a ser quotidianamente postos em causa e assumam, de uma forma ainda mais activa, a salvaguarda dos interesses nacionais.

É para que, através da intensificação da resistência política e de massas em relação ao Governo do PSD, para além dos objectivos de defesa dos interesses imediatos e da satisfação de reivindicações concretas, que está ao seu alcance atingir, abram a perspectiva e a possibilidade de alteração num sentido democrático e de esquerda do rumo político que Portugal tem seguido.

## O actual estado de crise da sociedade portuguesa

1. A recessão e a gravidade da crise da economia portuguesa são hoje indelévels, repercutindo-se fortemente sobre os trabalhadores e as empresas.

São particularmente graves os problemas que atingem a agricultura, as pescas, a indústria extractiva e a maioria dos ramos da indústria transformadora, e mesmo importantes sectores de serviços com destaque para o turismo.

A evolução global da produção nacional (PIB) foi já negativa no último trimestre de 1992 (cerca de - 2%) e continua a degradar-se no ano corrente.

Os sectores exportadores perdem crescentemente quotas de mercado no exterior, e no mercado interno as produções nacionais são aceleradamente substituídas por importações, quer no âmbito dos bens de equipamento quer no dos bens de consumo.

As falências, o encerramento e o pré-encerramento de empresas, a redução da produção, atingem cada vez maior número de empresas portuguesas, fundamentalmente pequenas e médias empresas.

A influência da evolução da economia internacional, e em particular dos países da CEE, sobre a conjuntura económica nacional, que durante anos de conjuntura favorável foi «esquecida» pelo Governo do PSD, não pode agora ser transformada, apesar dos seus evidentes efeitos condicionantes e restritivos, na causa de todos os problemas económicos que afligem o País. Igualmente falsas são as hipócritas tentativas do Governo de responsabilizar os agentes económicos pela situação o Banco de Portugal, acusando este de prosseguir as políticas que o próprio Governo definiu.

A maior dimensão da crise económica interna face à média comunitária, bem evidenciada pelas diferentes evoluções do PIB, e a natureza estrutural das dificuldades da economia portuguesa, são a melhor demonstração de que o essencial dos problemas que hoje surgem à luz do dia são o resultado directo das orientações políticas do Governo de Cavaco Silva.

São causas profundas da actual situação de crise da economia portuguesa, a destruição, através do prosse-

cura que os seus custos e, em particular, as consequências negativas das reestruturações económicas, sejam no fundamental suportadas pelos trabalhadores e outras camadas laboriosas, alijando as múltiplas responsabilidades do grande patronato e do grande capital. Com a defesa da manutenção pelo capital de elevadas taxas de lucro tende-se para um novo agravamento da desigual, e desfavorável aos trabalhadores, distribuição do rendimento nacional, que permanece a um nível ainda mais desproporcionado quando comparada com a dos outros países comunitários.

É da responsabilidade do Governo a delapidação, à mistura com muita corrupção, de centenas de milhões de contos de fundos comunitários sem que se tivessem registado alterações significativas na estrutura produtiva nacional.

São causas da crise, e da responsabilidade do Governo, a submissa e ordeira obediência da sua política económica às orientações macroeconómicas da União Económica e Monetária (UEM), com as suas exigências de convergência nominal manifestamente incompatíveis com as necessidades objectivas da nossa economia. É da responsabilidade do Governo a nefasta antecipação da completa liberalização dos movimentos de capitais e a precipitada e inadequada integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME). É da sua responsabilidade a irresponsável e persistente política de defesa de uma paridade cambial do escudo sobreavaliada e irrealista,

que comprovadamente sacrifica a produção, o turismo e as exportações nacionais, provoca o aumento exponencial do desemprego, implica a manutenção de elevadas taxas de juro, reduz a reserva do País em divisas e gera muitas dezenas de milhões de contos de prejuízos ao Banco de Portugal.

São causas da crise, e da responsabilidade do Governo, a aceitação subserviente, e segundo tacanhos e estritos critérios financeiros, ou mesmo a colaboração explícita e com exaltado auto-elogio - como sucedeu na Reforma da PAC - de políticas comunitárias sectoriais que se traduzem em restrições à produção, recuos no investimento e modernização, destruição e subutilização da capacidade produtiva, liquidação de mecanismos de

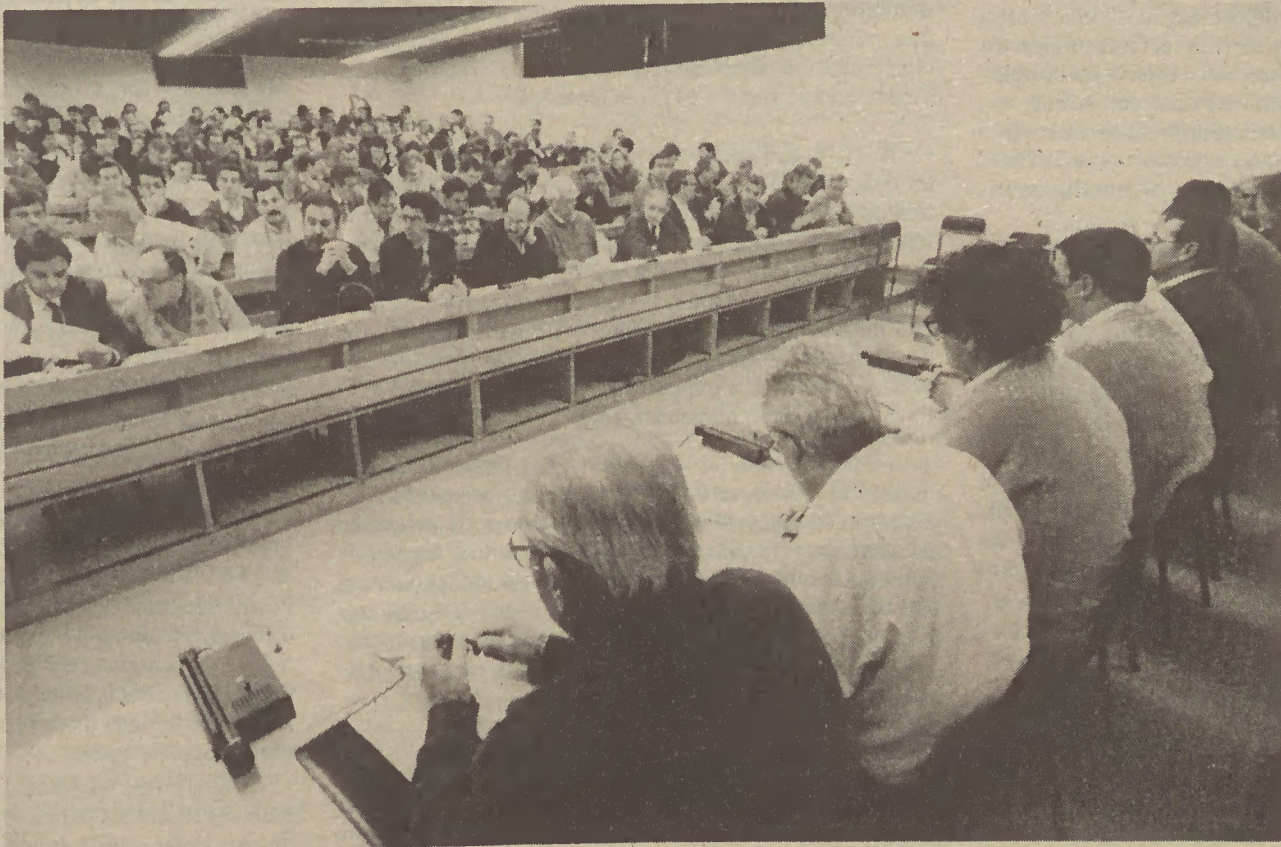
salvaguarda e defesa das produções nacionais.

Não são os recentes pacotes do Governo de Cavaco Silva - que em grande medida significam uma enorme fraude e mistificação política visando travar o movimento de massas, esbater o descontentamento e obter efeitos eleitorais - que responderão à gravidade e profundidade da crise económica. São em geral medidas desgarradas, insuficientes e parciais, que não respondem aos principais problemas imediatos e urgentes que se colocam no plano da sobrevivência e da defesa da competitividade das estruturas económicas nacionais - saneamento dos mercados, redução das taxas de juro, desvalorização do escudo -, bem como são manifestamente incapazes de abrir caminhos para vencer os estrangulamentos estruturais, para o desenvolvimento rápido e sustentado da economia portuguesa.

São pacotes em que o Governo propagandeia centenas de milhões de contos mas que afinal, em parte significativa, terão de ser suportados por outros (autarquias, agricultores, empresários), ou não passam de meras aberturas de linhas de crédito.

São medidas que discriminarão fortemente pelo seu âmbito e objectivos a imensa maioria das unidades produtivas da agricultura, da indústria e do comércio, a braços com graves problemas económicos e financeiros, e que constituem a parcela dominante da estrutura produtiva nacional.

Isto é, o Governo de Cavaco Silva é o responsável pela profunda crise económica que atinge o País, mos-





## Reunião do Comité Central

tra-se incapaz de fazer face à crise e de definir orientações e políticas para a ultrapassar, e responde aos problemas com uma campanha de propaganda falaciosa e demagógica.

Mas, ao analisar a presente crise económica, não pode deixar de constatar-se as responsabilidades e conivências objectivas do PS nas causas que a determinam e as manifestas insuficiências das suas respostas para as vencer.

2. A crescente factura decorrente das condições lesivas do interesse nacional em que tem vindo a desenvolver-se o processo de integração europeia, e em particular as consequências das políticas sectoriais comunitárias agrícolas e das pescas e o acréscimo de concorrência resultante do início do «Mercado Único» e da aplicação da convergência monetarista de Maastricht, cuja responsabilidade cabe inteira ao PSD e ao PS, impõem que nas presentes circunstâncias se proceda a uma reavaliação da situação e se considerem, sem demora, as indispensáveis alterações na orientação da política económica que tem vindo a ser seguida.

A discórdância de fundo que o PCP assumiu em relação à política seguida nos últimos anos de sobrevalorização cambial do escudo e de manutenção de elevadas taxas de juro, e que foi agravada pela prematura integração do escudo no mecanismo das taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, é uma avaliação que surge hoje já compartilhada por sectores muito amplos da sociedade portuguesa.

A crítica da lógica federalista da subordinação dos interesses nacionais aos objectivos, critérios e prazos de concretização da «União Europeia» aprovada em Maastricht assume, nessa linha de desenvolvimento, uma particular importância.

Porque no quadro dessa subordinação - como mostra o alastramento da crise aos principais sectores produtivos - a defesa da economia nacional e dos interesses dos portugueses estão à partida seriamente comprometidos.

E porque, importa também sublinhá-lo, Maastricht é um tratado que ainda nem sequer está, nem estará a curto prazo, nem é seguro que venha a estar algum dia, ratificado pelos Doze.

Diversamente, um dos traços característicos do momento actual na generalidade dos países comunitários é o crescente cepticismo e oposição aos critérios de convergência nominal da UEM, pela demonstração prática de que esses critérios provocam a deflação e recessão das economias e de que as orientações de Maastricht se opõem frontalmente ao progresso da dimensão social no quadro da integração comunitária.

Para o nosso país, em particular, é urgentemente necessário abandonar as políticas assentes na mera convergência financeira e substituí-las por políticas prioritariamente orientadas para um acelerado desenvolvimento económico e social.

3. O agravamento da situação social constitui um dos mais preocupantes traços da presente situação.

Num quadro geral, o direito ao trabalho e à segurança no emprego, a uma efectiva segurança social, o direito à saúde, à habitação, à educação e à cultura, apesar de inscritos na Constituição, longe de estarem basicamente assegurados para muitos portugueses, revelam preocupantes linhas de reversão.

No contexto de uma política, a do Governo do PSD, que tem vindo a sacrificar os direitos sociais do povo português no altar do neoliberalismo, com a desresponsabilização do Estado e a mercantilização das principais funções sociais, esta prática política deixa a sociedade desprotegida face a inexoráveis mecanismos de concentração da riqueza nas classes dominantes, à custa do trabalho da maioria da população laboriosa, das dificuldades e das privações de muitos e, até, da miséria que atinge os sectores mais desfavorecidos.

Assumem particular gravidade neste momento:

- o crescimento em flecha dos despedimentos e do desemprego (cuja dimensão o trabalho precário e os subterfúgios estatísticos não logram ocultar mais), situação pela qual o próprio Governo assume directamente a responsabilidade e de que dá «exemplo» com a lei dos disponíveis na Administração Pública e com despedimentos massivos nas principais empresas do sector empresarial do Estado;

- o reaparecimento de muitas situações de salários em atraso, perante a inaceitável indiferença do Governo;

- a imposição de um tecto salarial na Administração Pública, que não cobre sequer a taxa de inflação prevista, e a tentativa de o estender a outros sectores;

- o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde aprovado pelo Governo, que visa, entre outros objectivos, impor aos portugueses o pagamento por cuidados de saúde prestados nos estabelecimentos públicos, entregar a exploração das instituições e serviços públicos a entidades privadas, e desviar os utentes para onerosos esque-

mas privados do chamado «Seguro Alternativo de Saúde»;

- a legislação que o Governo tem em preparação no domínio da Segurança Social, que entre outras medidas prevê gravíssimas alterações nas pensões de velhice e de invalidez, que a serem levadas por diante se traduziriam no roubo de quatro anos nas reformas de todos os trabalhadores e, além disso, na passagem da idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos e no abaixamento dos já reduzidos montantes actuais das pensões;

- a persistência de agudos problemas no domínio da habitação (dificuldades de acesso a casas para arrendar ou para comprar, custo incomportável do crédito à habitação, acentuada degradação do parque habitacional, persistência das barracas);

- e a crise geral do sistema educativo, com referência em particular para a falta de meios estruturais para a generalização da reforma curricular, para o novo regime de avaliação dos alunos do ensino básico, para a grave situação existente no ensino superior (em que a tentativa de imposição do aumento das propinas nos estabelecimentos públicos continua a suscitar o generalizado repúdio dos estudantes e dos órgãos escolares das principais universidades), e para os problemas que atingem os professores e os funcionários das escolas.

As questões sociais constituem uma destacada prioridade na presente situação do País, quer na perspectiva da defesa de direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo português, quer na da indispensável e urgente resposta ao agravamento de situações e aos prementes problemas que estão a atingir extensos sectores da sociedade portuguesa.

Por isso se impõe a dinamização da intervenção neste domínio, com respeito pela diversidade e especificidade das múltiplas linhas em que se desdobra, mas também com a busca de uma convergência mais alargada e interviniente entre todas as suas expressões.

4. Na deterioração da situação política são de registar quer os elementos de continuidade agravada da política do Governo do PSD (violação da Constituição e da legalidade, governamentalização do regime e absolutização do poder por um único partido, ofensiva contra o poder local democrático, instauração e institucionalização de mecanismos antidemocráticos, limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos), quer o surgimento de novos e inquietantes desenvolvimentos.

São de referir, nomeadamente:

- a acentuação das tendências autoritárias do Governo do PSD (sérios entraves colocados ao normal funcionamento dos mecanismos democráticos de fiscalização da acção governativa, hostilização de outros órgãos de soberania, tentativas de cerceamento da independência dos tribunais, e de imposição de alterações de fundo nas Forças Armadas, restrições à liberdade de informação, reforço do aparelho especial de repressão, recusa de diálogo com organizações sociais, etc.);

- o alastramento da mancha de clientelismo e de corrupção na área do poder, acompanhado cada vez mais por tentativas de encobrimento das situações, e de limitações da acção das autoridades judiciais competentes, por parte do Governo do PSD e da sua submissa maioria parlamentar;

- a utilização da demagogia e das grandes operações mediáticas para tentar travar a crescente impopularidade do Primeiro-Ministro e do seu Governo;

- as graves limitações ao exercício do direito à greve (com imposição de serviços mínimos através de despachos ministeriais que chegam a atingir até 75% dos trabalhadores das empresas visadas);

- as perseguições e medidas repressivas contra grande número de dirigentes e activistas sindicais (de que o Governo procura, também, dar o «exemplo», como no caso do Presidente da Associação Sócio-Profissional da PSP);

A redução da base de apoio do Governo e a sua colocação numa postura claramente defensiva, como actualmente se verifica, abrem acrescidas possibilidades de intervenção e de luta a todas as forças que se opõem firmemente à sua política.

Trata-se, por um lado, de persistir no caminho da resistência e da luta por objectivos concretos e imediatos, de convergir em processos mais amplos, de valorizar os resultados alcançados e de utilizá-los como impulso para novos e mais avançados movimentos.

Mas trata-se, também, a par desse processo, de prosseguir e de aprofundar a luta e o esclarecimento políticos, acumulando condições e abrindo perspectivas para o afastamento da direita do poder e para a concretização de uma alternativa democrática, como é indispensável e urgente para a resolução dos problemas nacionais.

## II

### Desenvolver a acção de massas e a intervenção política

1. A evolução da vida nacional não deixa margem para dúvidas quanto à gravidade e profundidade da crise económica e social e ao acentuar de sentimentos de mal-estar, de descontentamento, de preocupação e insegurança quanto ao futuro que atinge largas camadas da população, lesadas nos seus interesses e aspirações pela política de restauração monopolista e de ataque global aos direitos sociais conduzida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

A amplitude das movimentações e acções de protesto e de carácter reivindicativo, envolvendo sectores e camadas muito diversos da sociedade portuguesa - trabalhadores, agricultores, estudantes, professores, médicos, enfermeiros, magistrados, intelectuais e quadros técnicos e científicos, reformados e deficientes - atestam a existência de uma vasta frente social de oposição à política de direita e as reais condições para, no desenvolvimento e alargamento da acção e da luta, combater e contrariar muitos dos aspectos mais gravosos da política em curso e criar condições para abrir caminho a uma alternativa democrática.

Confirma a importância da luta e da acção de massas e é resultado destas, a necessidade sentida pelo Governo Cavaco/PSD de substituir a arrogância e sobrançeria com que vinha proclamando os êxitos e méritos da sua acção, pela admissão de existência da crise e pelo anúncio de um conjunto de decisões e medidas que, inseridas claramente numa estratégia eleitoralista, visam travar e inverter a manifesta tendência para a redução da sua base social de apoio e crescente isolamento social e político.

O Comité Central considera que a gravidade da situação coloca às forças democráticas a grande responsabilidade de tudo fazer para conter a ofensiva contra os direitos dos cidadãos, assegurar a melhoria das condições de vida das populações e salvaguardar os interesses nacionais.

Os graves problemas que o País enfrenta exigem uma oposição firme à política do Governo do PSD e que se desenvolva a cooperação e o entendimento das forças democráticas, com vista a dar à frente de oposição social perspectivas de uma solução política que conduza à derrota e afastamento do Governo PSD/Cavaco Silva e abra caminho a uma verdadeira alternativa democrática.

O Comité Central reafirma o empenho do PCP na construção de uma tal alternativa.

2. Defendendo empenhadamente a cooperação e a convergência das forças democráticas como tarefa, indispensável e inadiável para o afastamento da direita do poder, o Comité Central não pode entretanto deixar de salientar que o PS persiste numa linha de concorrência demagógica com o PSD, criticando apenas aspectos laterais da sua política, eludindo as causas reais dos graves problemas que o País enfrenta e fugindo a clarificar a natureza das políticas que propõe para os atacar.

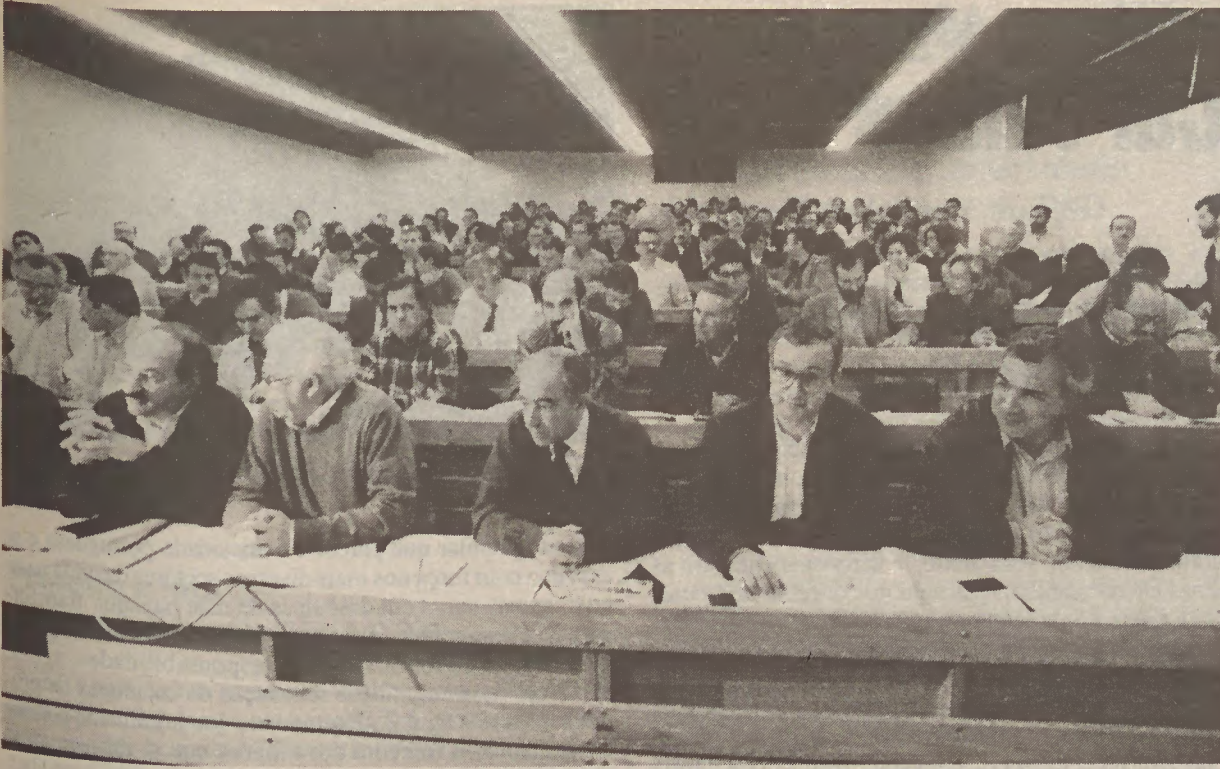
É que o PS, tendo-se aliado à direita em diferentes momentos capitais para o regime democrático e contribuído para dotar o PSD de instrumentos reforçados para atacar importantes conquistas democráticas, tem evidentes responsabilidades na situação que o País atravessa.

Nesse âmbito são manifestas as responsabilidades do PS no processo de destruição da Reforma Agrária, na aprovação da revisão constitucional que permitiu o desmantelamento e privatização do Sector Empresarial do Estado; no apoio a medidas favorecedoras da reconstituição dos grupos monopolistas; no protagonismo que assumiu na ratificação do Tratado de Maastricht, no consequente apoio à política de prioridade à convergência nominal e à reforma da PAC e na respectiva defesa de linhas de abdicção da soberania nacional e de submissão do nosso país às orientações e interesses económicos das maiores potências europeias; no facto de não se assumir realmente como força de oposição e defender linhas programáticas que no plano económico, financeiro e social não diferem qualitativamente (mas só em aspectos quantitativos) das políticas do Governo nessas áreas, de que têm sido exemplo mais recente o aval que «ministros-sombra» do PS têm dado à natureza e às grandes orientações da política económica de Cavaco Silva.

A insistência em concepções bipolarizadoras, em pretensões hegemónicas, na recusa ao entendimento, cooperação e convergências com as forças democráticas, a persistência em preconceitos anticomunistas de que dão mostras dirigentes do PS, não podem deixar de causar sérios prejuízos à necessária aglutinação das forças que se opõem ao cavaquismo e contrariam as aspirações de amplos sectores populares e democráticos que vêem na unidade o caminho mais curto e mais seguro para derrotar o PSD e garantir uma real alternativa democrática, capaz de dar sentido à vasta frente social de resistência das massas populares e às suas aspirações numa via de progresso e bem-estar, económico, social e cultural.



PCP



O PS deveria tirar as devidas lições das profundas e generalizadas derrotas sofridas pelas partidos socialistas da Europa, em consequência da realização de políticas de direita contrárias aos interesses das mais amplas massas populares.

3. O Comité Central, consciente de que é desenvolvendo, alargando e intensificando a luta popular de massas e inserindo esta na luta pelo afastamento e substituição do Governo PSD/Cavaco Silva, que podem criar-se as condições capazes de abrir caminho a uma alternativa democrática, apela a todos os trabalhadores, aos democratas, às organizações unitárias e em particular ao Movimento Sindical Unitário e a todas as organizações do Partido para um empenho redobrado no desenvolvimento da luta de massas em torno de objectivos imediatos, nomeadamente pela melhoria dos salários e a actualização das pensões de reforma, contra o desemprego e pela revogação da «lei dos disponíveis», contra os salários em atraso, pela revogação da lei da greve, pela travagem da ofensiva contra os serviços sociais básicos (saúde, segurança social e ensino), contra a repressão que atinge dirigentes e activistas sindicais, pela revogação da lei do aumento das propinas.

O Comité Central, ao considerar o desenvolvimento da luta de massas como uma linha fundamental de intervenção, salienta que ela tem reais possibilidades de sucesso.

O Governo não pode ignorar o alastrar do descontentamento, da indignação e do protesto dos trabalhadores e das populações. As numerosas lutas em empresas e sectores, a manifestação de Lisboa (20 de Março), as variadas e combativas manifestações dos agricultores, a Marcha pela Educação (26 de Março), expressão da combatitividade e do alargar da frente social de luta, demonstram que a luta é o caminho para fazer recuar o Governo.

O Comité Central apela aos trabalhadores, aos sectores e camadas sociais lesados pela política do Governo, a intensificarem a sua acção e a sua luta, a participarem na jornada de 2 de Abril e a fazerem das jornadas comemorativas do 25 de Abril e do 1º de Maio grandes movimentações de luta contra a política de direita.

4. O Comité Central, analisando os resultados do VII Congresso da CGTP-IN, concluiu que os seus trabalhos confirmaram a vitalidade da CGTP-IN como a grande central dos trabalhadores portugueses, assente na ligação das suas estruturas e dos activistas aos trabalhadores e numa acção persistente na defesa dos seus interesses e que o Congresso, pelas orientações e decisões aprovadas salvaguarda e confirma as características essenciais da CGTP-IN.

Tem uma enorme importância que numa situação tão complexa e no quadro de uma poderosa e prolongada campanha de diversão e chantagem, em que se empenharam diferentes forças com vista a condicionar, pressionar e subverter o normal funcionamento das estruturas sindicais, dos seus órgãos dirigentes, do próprio Congresso e da democracia sindical, tenham sido derrotados os propósitos dos que apostaram na ruptura, salvaguardando-se a natureza unitária da CGTP-IN.

O Comité Central saúda todos os dirigentes sindicais e em particular os comunistas que com o seu trabalho, empenhamento na resolução dos problemas com que se defronta o movimento sindical, sentido de responsabilidade pelos destinos do movimento sindical unitário, deram uma contribuição determinante para a concretização dos objectivos do Congresso da CGTP-IN.

O Comité Central, tendo em conta o papel determinante do movimento sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores e no desenvolvimento da luta de massas, apela a todos os membros do Partido que desenvolvem a sua actividade no movimento sindical unitário para que, reforçando a unidade com os outros activistas, intervenham activamente para a concretização das orientações e decisões apro-

vadas pelo Congresso, dando particular atenção aos novos problemas que se colocam ao movimento sindical e à superação das dificuldades que enfrenta no quadro da ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do regime democrático.

5. O Comité Central chama a atenção para o importante significado do IV Congresso da JCP a realizar nos próximos dias 3 e 4 de Abril.

A participação no trabalho preparatório (reuniões, assembleias, debates, convívios, festas, acções de propaganda) e o elevado número de adesões verificado revelam um importante dinamismo na actividade da JCP.

Numa situação caracterizada pela continuação dos problemas dos jovens em consequência da política do Governo contra os seus interesses e por importantes movimentações estudantis, o IV Congresso da JCP constitui um importante estímulo à intervenção dos jovens comunistas, na dinamização da luta e do movimento juvenis, na afirmação dos objectivos e ideais dos comunistas e no fortalecimento da organização e intervenção da JCP entre os jovens.

6. Para enfrentar os mais graves problemas económicos e sociais, relançar a actividade produtiva e defender o emprego, o PCP apresentou no dia 9 de Março a proposta de 17 Medidas Imediatas visando a baixa das taxas de juro e uma ajustada paridade cambial, a suspensão da liberalização dos movimentos de capitais, o abandono da convergência nominal de Maastricht, o apoio à agricultura, à indústria e às pescas, o apoio social às zonas afectadas pelo desemprego e a seca, a revogação das taxas moderadoras, o aumento de salários que tenha em conta o real aumento do custo de vida, uma maior actualização do salário mínimo, das reformas e pensões e a elevação do abono de família, medidas que, se aplicadas, dariam no plano social resposta a prementes reivindicações populares e tornariam menos grave, no plano económico, a situação da agricultura e da indústria, nomeadamente dos pequenos e médios agricultores e industriais.

O Comité Central considera que o País precisa urgentemente de uma outra política. Uma política que tenha em conta a gravidade da situação, corresponda aos problemas e às mais sentidas aspirações das populações, seja susceptível de mobilizar as energias necessárias para vencer a crise, garanta o desenvolvimento económico, os direitos dos cidadãos, a justiça social, a defesa da soberania e independência nacionais.

7. O Comité Central salienta a importância das próximas eleições autárquicas quer para confirmar e alargar a gestão democrática das autarquias, quer como contribuição para construir uma alternativa política global à direita.

Neste quadro, o trabalho de formação de listas da CDU que tem vindo a desenvolver-se é particularmente relevante. É de assinalar, em especial, o facto de haver a perspectiva de uma larga abertura unitária das listas da CDU, bem como o êxito das iniciativas políticas de anúncio público de candidaturas que já decorreram por todo o País.

O Comité Central salienta como particularmente relevante o esforço dos eleitos da CDU para, nos próximos meses, apesar das dificuldades criadas pelo Governo, cumprir os programas eleitorais que foram apresentados ao eleitorado em 1989. Esse esforço, a notável obra realizada em maioria e em minoria e as posições e a luta do PCP, dos trabalhadores e das populações, e o facto de a gestão e as propostas do PS terem em geral características muito semelhantes às do PSD; confirmam que a CDU constitui em todo o País a alternativa de esquerda para enfrentar a direita.

O Comité Central reafirma que a importância das eleições autárquicas exige o empenho de todo o Partido e dos seus militantes, de modo a alcançar os importantes objectivos fixados.

## III O Partido

O Comité Central salienta que o PCP, pela sua política concreta, coerente e responsável em defesa dos interesses do País, dos trabalhadores e das populações, pela sua identificação com as grandes aspirações do povo, pela persistente acção contra a política de direita e pela unidade dos trabalhadores e das forças democráticas, confirma-se como a mais sólida força da democracia portuguesa e da luta por uma nova política de progresso social e independência nacional.

O desenvolvimento da real oposição à política e ao Governo do PSD e Cavaco Silva, o PCP afirma-se como força determinante que nenhuma operação de silenciamento e discriminação podem ocultar.

O PCP continua a ser uma força, que não reclama ser única, mas central e decisiva para uma alternativa à política de direita.

O reforço da organização, da capacidade de intervenção política e da influência do PCP, é do interesse de amplas camadas sociais e constitui um factor decisivo para o êxito do combate à política de direita e para abrir um horizonte de esperança na vida nacional, através de uma alternativa democrática e de uma nova política.

A intensa actividade desenvolvida, as iniciativas comemorativas do 72º aniversário, a activa intervenção dos comunistas na dinamização do movimento de massas e das suas organizações, as propostas adiantadas em relação aos problemas nacionais, confirmam o dinamismo e a vitalidade do PCP.

O Comité Central conclui que, apesar das discriminações que atingem o Partido e da disparidade de meios comparados com outras forças, existem condições para o reforço do Partido, e apela a todas as organizações e militantes para que, dando continuidade às orientações e decisões do XIV Congresso, desenvolvam um trabalho empenhado no sentido do reforço do Partido.

O Comité Central, no quadro das prioridades definidas pelo XIV Congresso, aponta como direcções fundamentais de trabalho:

a) o reforço da influência e capacidade de intervenção do Partido, dando resposta aos principais problemas políticos do dia-a-dia, divulgando as suas propostas e o seu projecto político, estreitando a ligação às massas, alargando o contacto e o diálogo com diferentes sectores democráticos e recrutando para o Partido muitos dos homens, mulheres e jovens que se destacam na luta de massas;

b) a luta de massas em defesa dos interesses específicos e imediatos de amplos sectores sociais e por objectivos mais amplos, nomeadamente de carácter político, centrados no combate à política de direita e por uma alternativa democrática;

c) o reforço das múltiplas organizações e movimentos unitários, e muito particularmente do Movimento Sindical Unitário, estruturas fundamentais para o desenvolvimento da luta de massas;

d) a acção e a intervenção nas e junto das instituições, combatendo a governamentalização das instituições democráticas, desmascarando a política governamental e apresentando propostas e soluções para os problemas das populações e do País;

e) a unidade dos trabalhadores e das forças democráticas, como factor impulsionador da dinamização da frente social de resistência à política de direita e condição necessária e imprescindível para uma verdadeira alternativa democrática;

f) a preparação atempada, responsável e audaciosa das importantes tarefas políticas, com particular relevo para a preparação das eleições autárquicas, cujos resultados serão de grande importância para o reforço da influência do Partido e o isolamento e a derrota do PSD e do seu Governo.

Num momento da vida nacional marcado por sérios perigos e por profundas preocupações mas também por novas perspectivas de resistência, de esperança e de avanços abertas pelo descontentamento, pelo protesto e pela luta dos trabalhadores e de outras camadas da população, o PCP renova perante o País o seu sólido compromisso com as grandes aspirações do povo português e a sua inabalável determinação na luta pela urgente conquista de uma nova política de liberdade, democracia, desenvolvimento, progresso social e independência nacional.

O Comité Central do  
Partido Comunista Português  
30 de Março de 1993



## PODER LOCAL

# Em Loures, Vila Franca de Xira e Algarve Jornada de Carlos Carvalhas pela confiança CDU

Realizações da CDU relacionadas com a vida de dois importantíssimos municípios — Loures e Vila Franca de Xira — mereceram a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, cujas intervenções condensamos nestas páginas. Em ambos os casos se apresentaram as recandidaturas dos respectivos presidentes comunistas destes Concelhos — Demétrio Alves por Loures e Daniel Branco por Vila Franca de Xira — tendo as sessões confirmado o prestígio e implantação dos comunistas e seus aliados da CDU nestes municípios, ao mobilizarem, cada uma, muitas centenas de pessoas e construído um ambiente de grande intervenção e confiança. O Secretário-Geral do PCP deslocou-se também ao Algarve, participando em iniciativas em Odeceixe, Aljezur, Vila do Bispo, Portimão e Silves, de que damos, de seguida, um breve apontamento.

No vasto programa que Carlos Carvalhas cumpriu na sua visita ao Barlavento Algarvio, destacou-se a sua deslocação aos dois Concelhos de maioria CDU — Aljezur e Vila do Bispo — onde tomou contacto com a obra realizada nestas duas autarquias.

Obra que tem expressão concreta: um enorme esforço desenvolvido para resolver problemas de fundo em áreas como o saneamento básico e a rede viária, que constituem avanços indispensáveis não apenas à melhoria das condições de vida das populações, mas também como elementos fundamentais para assegurar o desenvolvimento económico das respectivas áreas.

Em Aljezur, Carlos Carvalhas presidiu a um almoço com activistas e eleitos da CDU, durante o qual foi anunciada a recandidatura de Manuel Marreiros à presidência da Câmara nas próximas eleições autárquicas.

Em Portimão, no jantar em que participou com a presença de mais de uma centena de pessoas, foi também apresentada a candidatura de Rui Sacramento à Câmara Municipal, e de Luís Catarino à Assembleia Municipal. Refira-se que durante o jantar foi entregue um abaixo-assinado com 500 assinaturas recolhidas no curto espaço de 10 dias e apresentando, no fundamental, pessoas sem filiação partidária. Nele se manifestava um veemente apoio à candidatura de Rui Sacramento à presidência da Câmara Municipal de Portimão, um candidato com provas dadas, dado ser conhecido o seu bom trabalho como actual vereador da CDU neste município.

## A penalização da teimosia

No final da sua visita à região, Carlos Carvalhas participou em Silves numa concorrida sessão de esclarecimento, onde o debate funcionou com grande vivacidade.

O Secretário-Geral do PCP referiu-se, em particular, à grave situação da agricultura também ali vivida, nomeadamente no que respeita às dificuldades do escoamento dos citrinos e dos «primores» algarvios, tendo detalhado algumas das 17 medidas imediatas para relançar a actividade produtiva, defender o emprego e responder às justas preocupações populares. «Este Governo é insensível aos dramas sociais que atingem hoje muitas famílias e só se lembra dos problemas (de Santa Bárbara) quando trovejarem os protestos dos agricultores, dos trabalhadores, dos jovens, e quando a base social e eleitoral se reduz com clareza», sublinhou o dirigente do PCP, afirmando mais adiante:

«Os trabalhadores, os agricultores, os pescadores e os pequenos e médios empresários algarvios, o que necessitam não é de pacotes de promessas mas de medidas concretas e imediatas, que respondam aos problemas».

A importantíssima actividade turística da região foi igualmente referida pelo Secretário-Geral do PCP, que acusou, a propósito: «O turismo algarvio tem sido penalizado pela teimosia na persistência de uma política monetarista e cambial manifestamente errada».

## Voltados para o trabalho e para a vitória

Saudando fraternalmente todos os participantes neste Encontro, creio ser inteiramente legítimo interpretar o ambiente caloroso desta nossa iniciativa como um sinal claro da determinação e confiança com que as forças que integram a CDU, os seus eleitos e activistas encaram as próximas eleições autárquicas aqui no concelho de Loures e da sua firme vontade de, através do cumprimento dos compromissos assumidos com a população em 1989, do desenvolvimento e avanço do vasto trabalho já realizado, de uma intensa acção de esclarecimento e de uma cuidada organização e planeamento da nossa intervenção pré-eleitoral e na campanha eleitoral, assegurar novamente a vitória das CDU, a bem do progresso de Loures e da resposta eficaz aos interesses, necessidades e aspirações da sua população.

Com o anúncio público de que o candidato da CDU à Presidência da Câmara será justamente o camarada Demétrio Alves que, no quadro de um valioso trabalho em equipa, tem assegurado nos últimos três anos, com reconhecida capacidade, competência e dinamismo, a grande responsabilidade de dar continuidade e desenvolvimento à gestão da CDU que durante 12 anos beneficiou da destacada contribuição do camarada Severiano Falcão, a CDU dá um forte testemunho da seriedade e do sentido das responsabilidades com que se prepara para uma batalha eleitoral que, não o devemos esquecer, neste concelho será particularmente áspera e exigente e obrigará a uma plena mobilização das nossas energias, capacidades e esforços.

Na verdade, as forças e os sectores que, à direita e não só, não se conformam com o facto de a capital do País ser actualmente governada - e com grande probabilidade ir continuar a ser governada - por uma coligação em que participam o PCP e o Partido «Os Verdes», talvez tenham ainda mais dificuldade e sintam uma ainda maior incómodo em aceitar a perspectiva de o segundo município de Portugal em termos de população continuar, depois de Dezembro próximo, a ser gerido pela CDU.

É que essas posições e responsabilidades, que exercemos não por guloso apetite ou gosto do poder mas exactamente como um poder que usamos para mudar, melhorar e transformar a vida dos nossos concidadãos, para além da sua repercussão local, tem um relevante e indisfarçável significado político nacional.

É que se trata de posições, conquistadas pelo sufrágio popular, de forças políticas e de orientações que dão combate firme e decidido à política de direita e que, além disso, se distinguem no quadro político nacional por não terem a sua identidade, a sua honra e a sua dignidade de forças democráticas e de forças de esquerda manchadas por compromissos e cumplicidades com a direita e com a sua política e por terem, entre outros, como grandes e sólidos valores comuns uma concepção elevada e generosa da acção política, a dedicação aos interesses do povo e do país, uma inabalável consciência do valor do trabalho e do papel dos trabalhadores na vida nacional, um profundo compromisso - que vive no pensamento e na luta de todos e de cada um - com a causa da liberdade, da democracia e do progresso social.

Permitam-me ainda que aproveite esta nossa iniciativa para renovar publicamente o grande apreço e o valor que o PCP exprime e atribui à participação na CDU do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática e dos muitos milhares de democratas independentes e da importante contribuição que, em todo o País, tem dado para a obra notável que juntos temos realizado a nível do poder local e que, juntos, nos propomos continuar, ampliar e desenvolver, exactamente porque, juntos, estamos audaciosamente voltados para o reforço da influência e da votação da CDU.

(...)

## O folhetim dos milhões

Como todos vemos e percebemos, o Governo de Cavaco Silva, não podendo continuar com as suas patacoadas sobre a «democracia de sucesso» e sobre o «oásis», não podendo mais ignorar o vasto descontentamento popular que percorre a sociedade portuguesa e se exprime com força nos mais diversos sectores da vida nacional, aposta agora em desculpas de mau pagador transformando a conjuntura económica externa no «bode expiatório» dos seus próprios erros e responsabilidades, aposta agora na desavergonhada renovação de catadupas de promessas, aposta agora, sobretudo, no que justamente poderíamos chamar o folhetim dos milhões que já vai para aí no 5º episódio.



Daniel Branco é, de novo, candidato da CDU à Câmara de V. F. de Xira

Este enganoso folhetim dos milhões está criando no País uma situação verdadeiramente estranha para não dizer completamente caricata.

Por um lado, dia sim dia não, temos um Primeiro-Ministro que anuncia, para isto e para aquilo, a oferta ou a atribuição de centenas de milhões de contos, criando, sobretudo pelo bombardeamento de títulos e notícias de televisão superficiais e pouco rigorosas, a sensação de um país repentinamente submergido por avalanches de dinheiro.

Por outro lado e ao mesmo tempo, não dia sim dia não mas todos os dias, os trabalhadores, os agricultores e outras camadas sociais vêem-se na necessidade de contar os tostões e de pensar nas ásperas dificuldades da sua vida e de assumir uma enorme inquietação com o presente e o futuro das suas condições de vida e de trabalho.

Por um lado, temos um Primeiro-Ministro e um Governo que se apresentam como se fossem benfeitores da Pátria que generosamente dão ou oferecem milhões e milhões de contos.

Por outro lado, do lado real e concreto da política governamental, o que todos vemos, não são dádivas nem ofertas, mas sim verdadeiros roubos, furiosos ataques a direitos e regalias e implacáveis cortes nas despesas sociais.

Roubos, ataques a direitos e cortes nos salários, na segurança no emprego, na educação, na saúde, na segurança social, nos rendimentos dos agricultores.

Esta contradição entre «o país inundado por milhões» e o país afogado na recessão e nas dificuldades não é nenhum mistério indecifrável.

A verdade é que «o país inundado por milhões» é, no essencial, uma construção da propaganda governamental enquanto o país afogado pela recessão e pelas dificuldades é infelizmente uma realidade objectiva e indiscutível.

Exceptuando algumas concessões que o Governo se vê obrigado a fazer por força do isolamento e do descrédito que o estão atingindo, exceptuando uma ou outra medida com as quais acaba por reconhecer com considerável atraso a razão de críticas e de propostas que ainda há pouco rejeitava sobranceiramente, exceptuando a evidência de uma velha política que consiste em canalizar dinheiro para o dinheiro e não para o emprego e a produção, praticamente o que sobra no folhetim dos milhões são truques e fantasias sobre números.

Para a habitação social, anunciou o Governo cerca de 300 milhões de contos, mas fica-se agora a saber que destes 120 milhões correspondem a cálculos de um previsto investimento de privados no programa de habitação económica e 40 milhões ao valor patrimonial de fogos do IGA-PHE que pretende absurdamente transferir para as autarquias. E dos 140 milhões de contos que restam, para além de não se saber ao certo se correspondem ao total do investimento ou apenas à parte da Administração Central, não há para já, como aliás acontece como os outros «pacotes» governamentais, nenhuma garantia e programação orçamental definida.

Para a agricultura, as trombetas da propaganda cavacista anunciaram, como grande novidade, a súbita atribuição de 286 milhões de contos, mas desde logo se percebeu que afinal destes 180 milhões de contos são as verbas previstas para a aplicação do Regulamento 866 (vigente em todos os países da CEE) nos anos de 1993, 1994, 1995 e 1996 e que os restantes 106 milhões de contos são o resultado da criminosa venda a que o Governo já tinha procedido dos prazos de transição que permitiam uma melhor protecção e salvaguarda da agricultura portuguesa.

Para a indústria, foi também largamente propagandeada a ideia de que Cavaco Silva teria «dado» cerca de duas centenas de milhões de contos, mas a verdade é que, no essencial, o que o Governo fez foi anunciar a abertura de linhas de crédito ao sector exportador para conquista de novos mercados, mas ignorando completamente que o que mais está afectando a indústria nacional é a política de altas taxas



Encontro de Loures, onde se anunciou a recandidatura de Demétrio Alves



## PODER LOCAL

## "Liberte-se o País da teia paralisante"

(...)

## O Governo está transformado num comité eleitoral do PSD

De pacote em pacote, de promessa em promessa, sucessivos ministros de forma programada para efeitos mediáticos vão anunciando miríficos milhões depois de terem sido obrigados a abandonar a teoria do "oásis" e a reconhecer a grave situação social e a crise que atinge a agricultura, importantes sectores industriais e a actividade produtiva em geral.

Depois da persistência governamental numa política de dogmatismo monetário e de promoção das actividades especulativas com a asfixia do sector produtivo chegou, agora, a vez do Primeiro-Ministro fazer o seu número e de anunciar mais uns futuros milhões.

Mas como não é de promessas que as coisas se resolvem, os pequenos e médios empresários e importantes sectores industriais continuam com o "cutelo" do elevado custo do crédito e com o espectro das falências e os agricultores sem verem que um tostão chegue aos seus bolsos.

Ao anunciar este novo "pacote", o Primeiro-Ministro reconheceu implicitamente a falência da política financeira e industrial do seu governo.

Nós acusamos o PSD de durante anos e anos de uma conjuntura externa extremamente favorável não ter modernizado o aparelho produtivo nacional, nem melhorado o seu perfil de especialização, pelo que hoje se encontra em sérias dificuldades face à concorrência estrangeira decorrente do Mercado Único. (...)

## A luta é o caminho

Na nossa opinião a continuação da política do governo do PSD/Cavaco Silva conduzirá Portugal para uma gravíssima situação económica com custos sociais de grandes proporções fazendo recair sobre os trabalhadores e a generalidade da população privações e dificuldades de toda a ordem.

O concelho de Vila Franca de Xira não foge à regra, aumenta a intervenção do capital estrangeiro: suíço/sueco na Mague; espanhol na Tudor; entra o capital francês na Cimi-anto; colombiano na Centralcer; norte-americano na Sonadel e de várias nacionalidades na Macol.

A juntar a este processo verifica-se também o encerramento de um número significativo de empresas industriais e a consequente redução de milhares de postos de trabalho.

O intenso descontentamento e insegurança que percorre muitos extractos da sociedade portuguesa e a amplitude e diversidade das movimentações sociais, de protesto e de

luta que estão em curso indicam na nossa opinião o caminho necessário e indispensável para travar a política do Governo.

Todo este processo é acompanhado pelo aumento da repressão sobre os trabalhadores, limitando ou liquidando as suas conquistas e direitos.

A grave situação social, económica e financeira exige não só respostas imediatas mas exige sobretudo a modificação da política global. Exige uma verdadeira alternativa.

Falamos de alternativa e não de alternância. As eleições francesas são mais um exemplo, tal como aconteceu na Suécia, na Itália, na Grécia e noutros países de partidos socialistas que reivindicando-se de esquerda e dos seus valores, na oposição, logo que chegaram ao poder, levaram à prática uma política de direita, limitaram os direitos dos trabalhadores, reprimiram sindicalistas, desregulamentaram as relações laborais, tudo em nome da eficácia e do desenvolvimento, que se traduziu na concentração da riqueza e no aumento de desemprego e da pobreza e se tornaram em realidades massivas.

Os interesses do grande capital estiveram sempre presentes e estes partidos não hesitaram em levar à prática duras políticas de austeridade para preservar aqueles interesses.

(...)

## O valioso trabalho autárquico da CDU

Estamos num concelho onde se pode afirmar que as profundas transformações operadas pela acção sociocultural do Município têm associado o empenhamento, a competência e o trabalho dos comunistas e dos seus aliados na Coligação Democrática Unitária.

Como tem sido reconhecido, mesmo pelos nossos adversários, Vila Franca de Xira apresenta uma geração de obras e realizações desde a primeira hora caracterizada e valorizada por uma intensa e criativa participação popular.

Uma acção a pensar naqueles que têm de ser os seus principais destinatários - os jovens, as mulheres e os homens deste município.

Permitam-me que, num momento em que tanto se fala dos problemas de habitação, adiante algumas outras palavras sobre esta questão.

A primeira é para dizer que consideramos intolerável que se faça demagogia com o drama da habitação que se tem vindo a agravar nos últimos anos.

Em vez de uma resposta séria, o Governo continua a privilegiar a política-espectáculo, o marketing político, prometendo para o futuro milhões de contos.

Ao fim de oito anos como primeiro-ministro, Cavaco Silva vem agora afirmar que há uma dimensão social na política de habitação.

No livro branco sobre política de habitação afirma-se com clareza que este sector não foi considerado "sector prioritário" das políticas nacionais e que em relação às carências faltam 500 000 fogos para alojar as famílias que vivem em barracas, em fogos sobreocupados ou outros alojamentos precários sendo ainda necessário recuperar e beneficiar mais de 300 000 fogos. A esta situação o governo responde com a tentativa de alijar as suas responsabilidades para as autarquias. E fica-se agora a saber que afinal no investimento dos tais 270 milhões de contos, a parte do Governo será de 75 milhões...

A segunda para referir que, ao contrário do que se pretende fazer crer, a contribuição dada pelos Municípios de maioria CDU no domínio da habitação tem sido significativa e de grande importância, apesar de esta competência ser da exclusiva responsabilidade do Governo.

Por exemplo, no domínio da habitação cooperativa onde na base de uma política de apoios (da cedência de terrenos e projectos à isenção de taxas) foi possível às cinco cooperativas existentes em Vila Franca de Xira terem construído ou em construção cerca de 1700 fogos para além de 700 outros que se encontram já programados.

Na reconversão de loteamentos clandestinos a conclusão de 85% dos planos de reconversão permitiram legalizar cerca de 3000 dos 5000 lotes envolvidos e dotar de infra-estruturas básicas um número significativo de bairros.

Podendo-se ainda citar o domínio dos programas de apoio à autoconstrução de habitação pelos próprios moradores.

Tudo traduzido num investimento directo do Município em valores que orçam nos últimos 10 anos, a preços actuais de mercado, mais de 4 milhões de contos o que constitui um inequívoco desmentido aos que afirmam o inverso.

A terceira para sublinhar o contraste entre este esforço sério e com resultados visíveis para a população assente num trabalho continuado e diversificado do Município e o que resulta da sucessão de promessas e de acções de propaganda que o Governo tem escolhido em detrimento do esforço financeiro e empenhamento social que lhe seria exigido.

Vila Franca de Xira, apesar do quadro de limitações administrativas e de asfixia financeira que o Governo vem impondo às autarquias, a vitalidade e a inegável superioridade revelada pelo Poder Local democrático para dar satisfação às principais necessidades e aspirações materiais e espirituais da população.

Liberte-se o País da teia paralisante imposta pela política do actual Governo e construa-se uma alternativa política que imprima uma orientação democrática à vida nacional, e as autarquias, em particular as de maioria CDU, darão um novo impulso no caminho de qualificação das condições de vida da população e do progresso e desenvolvimento regional.

de juro e de encarecimento do escudo que o Governo teima em manter.

A gravidade dos problemas do povo e do país exigem não truques de propaganda que ofendem a inteligência dos portugueses, mas medidas sérias que enfrentem as causas fundamentais da recessão económica e da degradação da situação social. Exigem não artificios e manobras para tentar salvar e manter uma política comprovadamente errada mas um nova política que coloque a produção à frente da especulação, o emprego à frente da política de destruição, os direitos sociais à frente dos interesses do grande capital, as necessidades e aspirações dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados à frente da corrupção e do clientelismo, a salvaguarda da liberdade, dos direitos dos cidadãos e da democracia à frente da arrogância, do autoritarismo, da prepotência e da ilegalidade.

(...)

## Protesto e luta - o caminho que vale a pena

Tal como todo o intenso e impetuoso movimento de protesto e de luta em curso na sociedade portuguesa, também o grande êxito da Marcha pela Educação ontem realizada em Lisboa com uma massiva participação de estudantes, professores e pais mostra que a resistência firme e a luta decidida contra a política do Governo são o caminho necessário e insubstituível para derrotar os golpes que, no imediato, estão sendo desferidos contra interesses essenciais dos portugueses. Mas, não menos importante, são também o caminho necessário e indispensável para poupar o povo português aos ainda mais acrescidos sofrimentos, privações e dificuldades e para poupar Portugal aos ainda mais graves prejuízos e mais profundas destruições que a continuação da política de direita significaria.

Todos sabem (mesmo que alguns tudo façam para o esconder): esse é o combate a que o PCP e os comunistas portugueses, com outros democratas e designadamente com os que estão na CDU, está dedicando o melhor das suas energias e generosidade.

Não somos como aqueles que criticam as consequências da política de direita mas esquecem as suas complicitades com as causas fundamentais da grave situação que o país vive.

Não somos dos que, no fundo e nas questões decisivas, defendem pequenos retoques na política de Cavaco Silva e do PSD. Somos dos que defendem com convicção e segurança uma política realmente nova e efectivamente diferente.

## Contra o descalabro da gestão PS

## José Honório Novo

## candidato a Vila Nova de Gaia

No passado sábado, dia 27, realizou-se mais um Encontro-Debate da CDU/Gaia, na Biblioteca Municipal desta cidade. A CDU prepara assim as próximas eleições autárquicas, ouvindo as opiniões, ideias e sugestões, não apenas dos seus activistas, mas também Associações, Colectividades, Juntas de Freguesia, e personalidades diversas que responderam positivamente ao convite que lhes foi remetido.

Neste Encontro foi ainda feita a apresentação dos cabeças-de-lista da CDU para a Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente José Honório Novo, do PCP, actualmente Vereador, e Alberto Andrade, independente, líder da bancada CDU na Assembleia Municipal. A apresentação foi feita por Ilda Figueiredo, que nestas eleições será candidata pelo Porto.

Numa intervenção muito apreciada pelos presentes, Alberto Andrade frisou a sua condição de católico e revelou o trabalho desenvolvido pela CDU no presente mandato, que «mesmo em condições de grande adversidade conduziu, em algumas questões, à conquista de algumas realizações que serviram a população de Gaia, e destacou o apoio que o Gabinete CDU na Câmara tem tido no apoio a munícipes, dado que a Autarquia não possui nenhum serviço de atendimento e as pessoas sabem que podem contar com a CDU».

## As palavras do candidato

Seguidamente falou José Honório Novo, que começou por dizer

que «a candidatura da Coligação Democrática Unitária às eleições autárquicas de Vila Nova de Gaia representa uma enorme responsabilidade cívica e política». Ela constitui «um compromisso de trabalho e de dedicação, não só dos cabeças de lista concorrentes aos diferentes órgãos autárquicos, como também daqueles que vierem a integrar todas as listas, e traduz um empenhamento colectivo, forte e solidário, de todos os militantes, activistas e simpatizantes da CDU, força política a que nos orgulhamos de pertencer, e que cada vez mais é insubstituível e decisiva para a criação de uma verdadeira alternativa política.»

A candidatura da CDU é igualmente «uma candidatura aberta a todos os Gaienses que não se reconhecem nem estão integrados em forças políticas, é a candidatura que desde já está disponível para ouvir as suas opiniões e propostas e para integrar as suas ideias nas linhas programáticas que irá apresentar na próxima campanha eleitoral», sublinhou José Honório Novo, acrescentando:

«Mas a candidatura da CDU representa sobretudo a certeza de que a população de Gaia pode contar com o

conhecimento, a capacidade e o empenho de um forte colectivo político e partidário capaz de lutar pela resolução dos seus problemas, e capaz de contribuir decisivamente para que Vila Nova de Gaia se desenvolva, se humanize e assuma no seio da Área Metropolitana do Porto o papel que deveria ter e infelizmente não tem».

**CDU**  
um bom trabalho  
melhores  
soluções  
**AUTARQUIAS 93**



# Médicos comunistas pela dignificação da classe

Realizou-se, na passada segunda-feira, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, com a presença do camarada Edgar Correia, da Comissão Política do Comité Central, um Encontro Nacional de Médicos do Partido Comunista Português. O Encontro aprovou, no final, um comunicado, que aqui publicamos na íntegra.

Nos últimos anos e um pouco por todo o mundo, governos, instituições e profissionais analisam, discutem e traçam as linhas para o futuro da saúde das comunidades e dos povos.

O final do século tem sido fértil em mudanças sociais, políticas e ideológicas e a tais mudanças não escapou a concepção da política sectorial da saúde que a partir do lema «Saúde para todos no ano 2000» lançado pela OMS em Alma-Ata, oscilou entre o direito universal assegurado pelo Estado com serviços próprios ou recurso a convenções, até ao seguro individual de raiz neoliberal.

A comum preocupação com os custos do sistema de saúde tem conduzido em Portugal, pela mão do PSD, a medidas restritivas no Orçamento do Estado para a saúde, com evidente menosprezo pelos cidadãos enquanto doentes actuais ou potenciais. As instituições médicas têm que encarar estas novas questões da saúde, dos custos/benefícios/qualidade como problemas prementes de qualquer sistema de saúde a ser discutido, previsto e implementado.

Entretanto, a pressão da grande indústria farmacêutica e dos equipamentos, a par dos benefícios do desenvolvimento técnico e científico,

impõe uma certa visão dos problemas da saúde tendo que se evitar que, gostosamente ou contrafeitos, governos, instituições e alguns profissionais se curvem aos seus interesses em detrimento dos interesses das comunidades e dos cidadãos.

As piores experiências do último decénio, no que respeita à incompetência do Governo na organização, estrutura e gestão dos serviços, no retrocesso do social perante o economicismo e ainda na visão «tecnicista» e de cedência às pressões dos «lobbies» industriais serviram de inspiração ao Governo PSD/Cavaco Silva para impor um sistema de saúde desajustado e desequilibrado e um estatuto regulamentar que relega os cidadãos e os profissionais do sector para o papel de meros peões de um jogo que visa a transferência das verbas do Orçamento da Saúde para a promoção de áreas e interesses a ela alheios.

Quando a maioria dos países industrializados põe em causa a concepção neoliberal dos seus sistemas de saúde pelos resultados desastrosos a que conduziu e procura reforçar o papel do Estado na garantia do direito à saúde, o Governo PSD/Cavaco Silva procura «libertar-se» de responsabili-

dades no sector, empurrando instituições, serviços e profissionais para um sector privado ineficaz e quase inteiramente vocacionado para o lucro fácil, com custos acrescidos para os cidadãos e sem uma contrapartida real aos serviços públicos actualmente existentes.

Os médicos, como os outros profissionais de saúde, estão no centro destas medidas socialmente injustas e tecnicamente erradas, são alvo de uma brutal ofensiva deste Governo pouco escrupuloso que procura desvirtuar o seu papel profissional, promover desconfiança dos utentes em relação aos técnicos de saúde e criar condições cada vez mais degradantes e gravosas de exercício profissional.

Hoje, os médicos vêm-se confrontados com uma formação deficiente e desajustada, com tentativas de esvaziamento das suas carreiras profissionais, com um emprego crescentemente precário e mal remunerado, com a subordinação da progressão na carreira a critérios políticos, à falta de meios para um exercício profissional sério, à subordinação não a uma hierarquia técnica, filha do rigor e da competência, mas a quadros políticos do PSD escolhidos e nomeados pela fidelidade às orientações do partido do Governo.

Perante esta situação os médicos têm-se unido e lutado.

A sua organização sindical mais representativa (a FNAM), tem vindo a reforçar-se e a ganhar um justifi-

cado e crescente prestígio. A necessidade de mudança na actuação da Ordem dos Médicos fez convergir esforços e vontades na eleição dos novos corpos gerentes votados por mais de 70% da classe.

É neste quadro que os médicos comunistas promovem o debate sobre o sistema de saúde português, a sua intervenção sindical em defesa das condições socioeconómicas e profissionais no local de trabalho, a nível regionais ou nacional, sobre a coordenação da sua acção em defesa das carreiras profissionais, de uma gestão democrática das instituições, da subordinação do exercício profissional aos critérios de competência técnica e científica, sobre as questões éticas, deontológicas e de responsabilidade profissionais, que a saúde no limiar do século XXI naturalmente suscita e coloca.

Daí que os médicos comunistas reivindiquem como medida urgente e indispensável a revogação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde e a realização de um amplo debate público sobre o futuro da saúde em Portugal.

No seu permanente combate por uma saúde de qualidade, com cuidados gerais e gratuitos para todos os cidadãos, pela dignificação da classe profissional em que se inserem, os médicos comunistas analisaram e propuseram novas formas de acção e intervenção.

## Professores comunistas dizem «Basta!»

Em nota divulgada à imprensa, e intitulada «É preciso dizer Basta!», a Comissão Nacional de Professores do PCP veio a público, na passada quinta-feira, criticar a política do Ministério e apelar à Marcha pela Educação do dia seguinte:

A desorientação instalou-se no Ministério da Educação. E por isso os principais objectivos da equipa liderada por Couto dos Santos tornam-se cada vez mais claros:

— a extinção «administrativa» do insucesso escolar, sacrificando o futuro dos jovens aos propósitos de libertação de espaços nas escolas, de redução do número de alunos e de professores no sistema, em suma, do corte indiscriminado de despesas;

— a criação de uma forte barreira no final do 9.º ano (exames nacionais, associados a uma menor exigência da qualidade do ensino, e a «certificados de frequência» para fazer sair rapidamente os alunos do sistema educativo apesar de não terem aproveitamento escolar, etc.), para dificultar a continuação de estudos para o ensino secundário e para o ensino superior;

— a distorção de vários artigos do Estatuto da Carreira Docente, a não regulamentação dos direitos dos professores aí consignados, a não contagem de tempo de serviço para a integração nos escalões, a «candidatura», tudo isto com o propósito, também, de corte indiscriminado das «despesas» com os professores à custa da qualidade do ensino;

— o «novo» modelo de gestão antidemocrática das escolas, assente na figura potencialmente autocrata do director executivo, para «domesticar» as escolas e pôr fim à experiência profundamente democrática de uma gestão criada e assumida pelos professores depois do 25 de Abril;

— o aumento de propinas no ensino superior, a pretexto de corrigir as escassíssimas verbas orçamentadas para a Acção Social Escolar, o que a ser concretizada traduziria, no ensino, a «máxima cavaquista de quem quiser bons serviços públicos deverá pagá-los do seu bolso» eximindo-se o Estado às obrigações que lhe competem.

Só que o Governo não contou com a capacidade de resposta dos «atingidos» por esta política, reduzida a critérios economicistas, esquecido de que a Educação, além de um direito inquestionável, é um investimento a médio e a longo prazo de que depende o futuro de qualquer país.

A Comissão Nacional de Professores do PCP manifesta o seu apoio ao amplo movimento contra a «Lei do Aumento das Propinas» e sublinha a importância de profunda unidade que os estudantes portugueses do ensino superior têm conseguido nesta luta pelo direito a um ensino de qualidade que respeite o princípio da progressiva gratuidade do ensino público consignado na Constituição da República.

A Comissão Nacional de Professores do PCP, denunciando o camuflado apoio aos estratos económica e culturalmente privilegiados, em detrimento das classes trabalhadores, subjacente a várias medidas da reforma educativa — nomeadamente as que conduzem à degradação da qualidade do ensino público —, saúda a enérgica luta dos professores traduzida na oposição à generalização do «novo» modelo de gestão, na exigência de condições de trabalho que conduzam à melhoria da qualidade do ensino e, por essa via, ao real combate ao insucesso escolar, e na defesa intransigente do direito a um estatuto de carreira que dignifique e valorize a sua profissão.

A crise que actualmente atravessa a Educação, fruto de treze longos anos de governação do PSD nesta área crucial, afecta toda a população e atinge os direitos de todos. A todos — professores, pais, estudantes, funcionários das escolas — compete reagir e denunciar esta política de fracasso, de degradação, de destruição da qualidade do ensino público.

Por isso, a Comissão Nacional de Professores do PCP saúda a Marcha pela Educação que no dia 26 de Março congregará, num espírito de unidade e de conjugação de esforços, todos os sectores atingidos por uma política educativa a que urge pôr termo.

Saibam o Ministério da Educação e o Governo que não é impunemente que se pretende hipotecar (ou destruir) o futuro de um país, o futuro de gerações.

25/3/93

A Comissão Nacional de Professores do PCP

### CAMARADAS FALECIDOS

#### AMÉRICO DE SOUSA

No último fim-de-semana, faleceu, com 73 anos de idade, o camarada Américo Jesus de Sousa, operário metalúrgico do Arsenal do Alfeite onde, como aprendiz, trabalhou com Bento Gonçalves. Jovem comunista preso em 1936 e deportado sem julgamento para o Campo do Tarrafal, foi um dos mais jovens prisioneiros do «Campo da Morte Lenta». Libertado em 1940, entregou-se totalmente à actividade do Partido. Membro do Comité Local de Lisboa de 1943 a 1947, foi um dos mais esforçados obreiros da organização do Partido na capital, depois da reorganização de 1940/41. Membro do Comité Central, voltou de novo a ser preso pela Pide e condenado a longos anos de prisão. Libertado pelo 25 de Abril, foi, até ter contraído uma grave doença que acabou por vitimá-lo, membro da Direcção da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

#### RUI MARTINS

Faleceu, com 75 anos de idade, Rui Vasco de Macedo Martins. Foi cenógrafo de destaque das artes do espectáculo, em Lisboa, e teve durante seis décadas o seu trabalho ligado ao do seu irmão Hernâni (também já falecido), em montagens de revista, teatro, ópera e bailado. A equipa dos «irmãos Martins» e do pintor Rogério Amaral realizou durante anos os painéis da fachada do Centro Vitória, de congressos e conferências do Partido e de muitos trabalhos plásticos na Festa do «Avante!».

Na qualidade de empresários, os irmãos Martins foram fundadores, com Raul Solnado, do Teatro Villaret. Fazia parte da Célula do Teatro e do Sector de Artes e Letras da ORL.

#### JOAQUIM SOROMENHO

Faleceu Joaquim Soromenho, operário mineiro reformado, membro do PCP desde 1975. Contava 81 anos de idade e foi membro da Comissão Local de Lousal.

#### WILDFREED GEORGE DA SILVA

Faleceu no passado dia 10 de Março, com 80 anos de idade, o camarada Wildfreed George da Silva, tendo sido sepultado no cemitério do Lavradio. O camarada estava organizado na Comissão de Freguesia do Barreiro, Célula do Bairro 6. Foi funcionário da antiga Companhia União Fabril, onde desempenhou as funções de chefe geral da cordoaria mecânica.

#### HUMBERTO FERREIRA

Com 65 anos de idade, faleceu no passado dia 11 o camarada Humberto Carlos Salgado Ferreira. Tipógrafo de profissão, depois de reformado trabalhou ainda na Editorial Caminho. Residia em Bobadela e participou durante vários anos na implantação da Festa do «Avante!».

#### JOAQUIM DELGADO

Após prolongado doença, faleceu no passado dia 14 de Março o camarada Joaquim Afonso Delgado, com 78 anos de idade. Pertencia à organização da Malveira do PCP. Militante dedicado e antifascista de longa data, era muito estimado pelos seus camaradas.

#### RICARDO NOGUEIRA

Faleceu no passado dia 18, o camarada Ricardo da Costa Nogueira. Reformado, o camarada pertenceu à Célula da Panificação, em Lisboa.

#### MÁRIO SACRAMENTO

Tendo-se completado 24 anos, no passado dia 27 de Março, sobre a data do falecimento de Mário Sacramento, uma delegação do PCP que integrava, entre outros militantes, João Sarabando, da Organização Concelhia de Aveiro e do CC, António Salavessa, do Conselho Nacional do Partido, e Sérgio Teixeira, da Comissão Política, prestou homenagem à memória do intelectual comunista, junto à sua campa, no Cemitério Central de Aveiro.



# Organização das Freguesias Ribeirinhas do Porto reuniu a 2.ª Assembleia

A 2.ª Assembleia da Organização das Freguesias Ribeirinhas do Porto, do PCP, que teve lugar na passada quinta-feira na Casa da Cultura de Miragaia, em sessão muito participada, elegeu a sua nova Direcção e aprovou um documento sobre os problemas locais e as tarefas dos militantes.

As intervenções de diversas camaradas mostraram a evidência a falência da política do PS na Câmara do Porto, apesar da propaganda de Fernando Gomes. Com efeito, todos os relatos apontaram carências, problemas e aspirações que, tal como há quatro anos, continuam à espera de solução, com particular incidência nos problemas que afectam a Zona Histórica do Porto, onde a CMP tem cumprido menos de 40% do que inscreve no Plano de Actividades, e muito menos do que o prometido pelo PS durante a campanha eleitoral: de 300 habitações que já deveriam estar recuperadas só 30 o foram, ou seja, dez por cento.

Foi particularmente segui-

da a intervenção do camarada Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Miragaia e novamente candidato a esta autarquia, que realçou e reforçou a necessidade de o PCP se apresentar forte e combativo, dialogante e empenhado, por forma a atingir as metas que foram propostas: conquistar a maioria absoluta em Miragaia e a presidência das Juntas da Vitória e da Sé, e reforçar a votação da CDU para a Câmara e para a Assembleia Municipal.

Encerrou a sessão a camarada Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal do Porto, que proferiu uma intervenção curta (devido ao adiantado da hora) mas muito aplaudida, e em que destacou a necessidade de combater a política-espectáculo que tem sido seguida na Câmara do Porto, a qual não só não resolveu as carências da Zona Histórica, como também não o fez em relação aos problemas da generalidade da população da cidade; como exemplo referiu o caso dos bairros



camarários, onde reside cerca de 1/5 da população do Porto (70 mil pessoas), e que têm sido completamente ignorados pela maioria PS da Câmara. A camarada garantiu o seu empenhamento, como o de todo o Partido,

no reforço da votação da CDU nas próximas eleições, por forma a possibilitar uma viragem na política municipal que garanta um real aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos portuenses.



## PCP saúda vitória de Albertina Dias

Na sequência da vitória de Albertina Dias, que ganhou a Medalha de Ouro vencendo o Corta-Mato de Amoribieta, o Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva enviou à atleta e ao seu treinador, Bernardino Pereira, a saudação que a seguir publicamos:

«O Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva saúda-a calorosamente e ao seu treinador, pelo feito histórico hoje conseguido pela atleta portuguesa ao vencer o 21.º Campeonato Mundial de Corta-Mato em Amoribieta, conquistando dessa forma a 1.ª Medalha de Ouro para Portugal desse campeonato.

«Esta conquista constitui um grande estímulo para o Atletismo Nacional e muito particularmente para a atleta e o seu técnico que, em condições por vezes muito adversas, vem exercendo o seu trabalho. Daqui expressamos, uma vez mais, as nossas saudações desportivas.»

A saudação é assinada pelo Professor Carlos Rabaçal.

Também o Secretariado do Comité Central do PCP enviou à atleta um telegrama, onde pode ler-se: «Felicitações por brilhante conquista campeonato mundial de cross. Saudações fraternas comunistas portuguesas.»

## Reunião plenária da DORAA analisa situação política

Realizou-se na Horta, Faial, no passado fim-de-semana, uma reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP. A reunião, que decorreu nas instalações da Assembleia Legislativa Regional, foi seguida, no domingo, de uma conferência de imprensa em que foram divulgados três documentos — uma declaração política, feita pelo camarada José Decq Mota, membro do Conselho Nacional do Comité Central do Partido; uma Resolução sobre a revisão do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, apresentada pelo camarada Paulo Valadão, deputado regional e membro do Secretariado da DORAA; e, por fim, uma resolução sobre as Eleições Autárquicas na região, pelo camarada Artur Afonso, membro do Secretariado da DORAA.

A declaração política divulgada analisa detalhadamente a situação económica e social da Região, sublinhando que «a evolução recente da vida política específica» regional «confirma as análises do PCP/Açores, segundo as quais nada tem sido feito de sério, pelo poder regional do PSD no sentido de

contrariar a tendência de agravamento dos problemas económicos e sociais» dos Açores. O documento defende ainda que se torna necessária a convergência das forças e sectores que defendem uma mudança democrática de política, visando «assegurar a construção de um futuro em que, no quadro do nosso país, esta Região Autónoma possa, em democracia, progredir para bem dos seus cidadãos».

Quanto à Resolução sobre a Revisão do Estatuto da RAA, o documento aprovado acentua não ser «aceitável que, após 17 anos de Autonomia, fosse transferido para o Estatuto o autoritarismo político que o PSD tem demonstrado na governação», e indica algumas contribuições para a harmonização do mesmo.

A Resolução sobre as próximas eleições autárquicas, que coloca como tarefas prioritárias a sua preparação nos planos político e organizativo, dá conta de uma série de decisões tomadas nesse âmbito.

Sobre estes documentos, voltaremos mais detalhadamente.

## As «medidas de apoio» à Indústria

Nota do GI do PCP

Pré-anunciado como um «pacote» de medidas de apoio à indústria, o «programa de 10 medidas de apoio ao sector exportador», ontem divulgado pelo primeiro-ministro, não responde de forma alguma aos problemas essenciais e urgentes com que se debatem a indústria na sua generalidade e as empresas exportadoras em particular.

As medidas anunciadas — e que são apresentadas à opinião pública como se significassem uma generosa cornucópia de milhões e milhões de contos — limitam-se quase exclusivamente à abertura de linhas de crédito (algumas delas com taxas bonificadas) visando a possível conquista de novos mercados, e ao anúncio de campanhas de promoção noutros.

Finalmente, o Governo reconhece que o afunilamento do comércio externo com os países da CEE — que

até hoje sempre tem defendido nas palavras e nos actos — é negativo para a economia portuguesa, sendo de salientar que o atraso de largos anos neste reconhecimento já causou muitos prejuízos à indústria portuguesa.

Mas a conquista de novos mercados, tal como o travar da queda das nossas quotas nos mercados actuais passa hoje, fundamentalmente, pela criação de condições de competitividade com os concorrentes externos.

O que exige para além de uma política global de efectiva modernização da indústria, a urgente baixa das taxas de juro do crédito e o embaratecimento do escudo.

A indústria portuguesa não pode competir, no exterior como no mercado interno, enquanto as políticas monetária e cambial privilegiarem taxas de juro elevadas para sustentarem uma sobrevalorização artificial do escudo.

E quanto a isso, questão nodal para as empresas portuguesas, o Governo disse nada!

Por outro lado, a medida dita «de apoio às empresas exportadoras especialmente afectadas pela instabilidade cambial» suscita dois comentários imediatos.

Em primeiro lugar, o que afecta as empresas exportadoras não é a «instabilidade» cambial do SME, mas sim o facto de o Governo teimar irresponsavelmente com a política de revalorização cambial do escudo em relação a moedas como a libra, a lira e a peseta.

Em segundo lugar, pretende «apoiar» as empresas exportadoras com a transformação de empréstimos bancários de curto prazo em empréstimos de longo prazo num valor global de apenas 15 milhões de contos, só pode ser considerado ridículo face à dimensão das dificuldades financeiras com que a generalidade das empresas exportadoras se confrontam.

Por último, importa realçar que das medidas anunciadas, a única que se reporta à concessão de financiamentos a fundo perdido («incentivos financeiros») tem por destinatários empresas estrangeiras que invistam em Portugal, e empresas portuguesas que realizem investimentos superiores a 5 milhões de contos!

Isto é, o Governo mantém a sua política de privilégio ao capital estrangeiro por um lado e, por outro, continua a olvidar as pequenas e médias empresas que são dominantes na estrutura produtiva portuguesa.

25.3.93

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Mandato do PCP interrompido no Porto

Em Nota à Imprensa divulgada na passada sexta-feira, a Comissão Permanente da Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP comenta o facto de o eng. Oliveira Dias persistir em manter-se como vereador da Câmara Municipal após ter-se demitido de membro do PCP:

Ao demitir-se de membro do PCP, o eng. Oliveira Dias fez a afirmação de que colocaria à disposição do Partido o mandato de vereador da CMP, cumprindo assim a norma estatutária a que voluntariamente se obrigara. Ao mesmo tempo, e contrariando parcialmente o espírito e a letra de tal norma, adiava para o final de Junho próximo a sua disponibilidade para apresentar a demissão de vereador.

A DOCP respondeu ao eng. Oliveira Dias solicitando-lhe a colaboração indispensável para que a sua substituição se processasse de imediato e informando que, para o efeito, o PCP estava pronto a apresentar um vereador substituto capaz de prosseguir o mandato em condições de elevado nível de eficácia, responsabilidade e competência.

Tal proposta baseava-se legitimamente na necessidade de colocar como vereador na CMP um representante efectivo da força política que o elegeu acabando com a situação absurda e inaceitável de ter na Câmara, no exercício de um mandato conquistado pela CDU, um vereador que agora manifesta clara identificação com a política autárquica do PS e do dr. Fernando Gomes, de cujo projecto se tornou um apaixonado defensor.

Em resposta à solicitação feita, respondeu o eng. Oliveira Dias persistindo no propósito de se manter como vereador até 30 de Junho, data em que, segundo afirma, apresentará a sua demissão.

A DOCP lamenta a posição do eng. Oliveira Dias, que inviabiliza a solução que melhor corresponderia aos interesses da cidade, e entende necessário o esclarecimento público de que, assim, o mandato do PCP se encontra interrompido até 30 de Junho (início de férias).

A DOCP do PCP apela a todos os militantes e activistas da cidade do Porto para que reforcem o seu empenho em todo o trabalho preparatório das eleições autárquicas e em especial no apoio às listas municipais da CDU que terão como primeiros candidatos a dr.ª Ilda Figueiredo, para a Câmara, e o dr. Emílio Peres, para a Assembleia Municipal.



PCP

# Sábado e domingo, no Barreiro

Depois de amanhã, às 10.30 horas, inicia-se no Pavilhão do Luso o 4º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, no qual participarão 600 delegados e centenas de convidados nacionais e mais de uma dezena de convidados estrangeiros. Durante dois dias vai ali ser discutida a situação da juventude, vão ser apontados os responsáveis pelos problemas mais sentidos e vão ser lançadas propostas para a sua resolução, vão ser definidas as linhas de intervenção da JCP e vai ser eleita a sua Direcção Nacional. Aos trabalhos do congresso assiste uma delegação do

PCP, composta pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas (que intervirá cerca das 16 horas de domingo), e que integrará ainda os camaradas Carlos Humberto, José Casanova e Francisco Lopes.

Na noite de sábado tem lugar no largo da escola Alfredo da Silva, próximo do Pavilhão do Luso, um espectáculo com os «Sitiados». Ponto alto de animação do congresso e de convívio entre os seus participantes, esta iniciativa é aberta a todos os jovens interessados.

## Como chegar ao Luso

Metemos pés ao caminho e, com uma semana de antecipação, fomos nós próprios descobrir como chegar ao local onde decorre sábado e domingo o 4º Congresso da JCP. Apesar de algumas hesitações, próprias de forasteiros que não eram propriamente peixe na água, não foi difícil chegar ao Pavilhão do Luso. Partimos da sede, na Sousa Martins, sem mais preparação que a máquina fotográfica. Rumámos à ponte, metemos auto-estrada fora na direcção de Setúbal. Em Coïna, tudo bem explicadinho, desviámos para o Barreiro (a portagem, para os ligeiros, custa 85 escudos, convém levar trocado, se não vão ter que esperar pelo troco). Ao fim de uns quilómetros de via larga sempre avante, começaram a surgir cruzamentos. Nada nos demoveu: seguimos a direcção **Lavradio-Zona Industrial**. Alto! **Só até à rotunda do Lavradio!** Aí, bem disfarçada entre as outras placas e já ao fim de três quartos de volta, surgiu a indicação «**Barreiro**», e esta é que vale. O que não vale grande coisa, verdade seja dita, é a estrada, com mais buracos do que o nosso *carocha* de 29 anos. Lá seguimos, com calma e passo certo, como se diz nestas ocasiões, passando por entre os muros de tanta coisa que foi a Quimigal, via férrea inclusive. Demos connosco num amplo **jardim** mesmo junto ao rio, com obras na estrada e um ar de ser sítio porreiro para namorar nas noites quentes de verão, de outono, de inverno ou de primavera, e até mesmo sem serem muito quentes, e se calhar até nem precisam ser noites. Aqui foi simples: fomos até ao fim do jardim, perto da «**comissão de moradores**» assinalada a letras bem vermelhas virámos à esquerda, parámos o carro, ficámos a saber que aquela igreja ali no **largo** é da senhora do rosário, que a escola chama-se Alfredo da Silva, que ali vão estar placas a assinalar os locais reservados ao estacionamento dos autocarros e dos outros veículos automóveis, porque o Pavilhão do Luso é logo ali ao lado: vê-se do semáforo que está junto da igreja. E mais: ali é que vai ser o concerto dos **Sitiados**. Mas, claro, há outro

caminho: apanhar o **barco da CP** no Terreiro do Paço, apreciar 30 minutos de Tejo que bem o merece, sair na estação do Barreiro, avançar corajosamente (e a pé, pois claro, se não, para que era precisa a coragem!) por entre as tantas **paragens** de autocarros e virar no **primeiro cruzamento** a

esquerda (olhem para a direita, que vê em a sede dos bombeiros). Aqui, é seguir sempre em frente, durante uns breves 2 minutos, ou 12, que pouco mais é. A avenida chama-se **Miguel Pais** e vai dar à já conhecida igreja da senhora do rosário com semáforo. Aqui não se vira à esquerda,

★ SER JOVEM COMUNISTA AGIR PARA TRANSFORMAR!

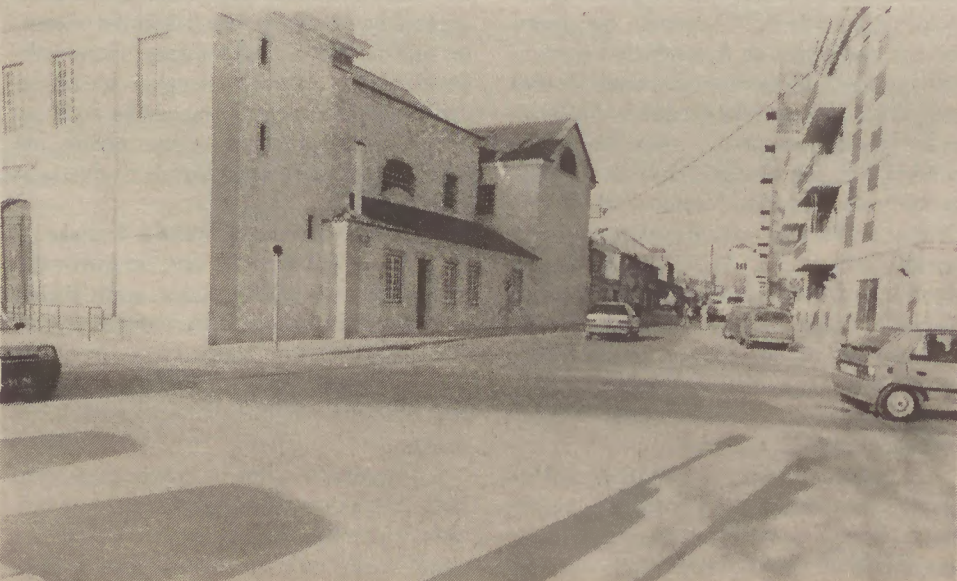
mas para o outro lado (não se diz direita, que é feito). Lá está o Luso a espreitar. Avante!



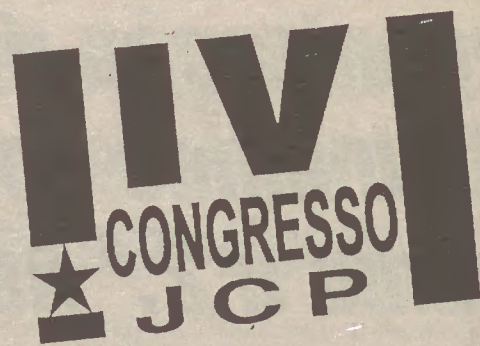
Aqui é o largo onde os Sitiados vão tocar no sábado à noite. É estacionar, que o Luso está a dois passos



Depois de deixar o barco da CP, opta-se pela esquerda e vai-se sempre em frente. Se há quem pense de outra maneira, é tentar convencê-los, porque este é que é o bom caminho



Olha o Luso, ali ao fundo, do lado esquerdo, com um telhado e três janelas, e um grande pavilhão, e um bar, e mesas de snooker para toda a gente, e o mais que na foto também não se vê



## Ainda e sempre o não às propinas

A Direcção Nacional da JCP, reunida a 27 e 28 de Março para preparação do seu IV Congresso, considerou graves os acontecimentos ocorridos na passada sexta-feira frente ao Ministério da Educação, onde estudantes que reivindicavam pelos seus direitos foram espancados brutalmente por agentes da PSP, repudiando que no Portugal democrático ainda se registem situações como esta. A JCP afirma que continua e continuará ao lado dos estudantes que prosseguem a sua luta contra as propinas e destaca as importantes vitórias já alcançadas.

## Ser jovem comunista, agir para transformar

Na análise da preparação do seu IV Congresso, que se espalhou por todo o País com uma grande dinâmica, a Direcção Nacional da JCP salientou a realização, até ao momento, de mais de 300 iniciativas de discussão, preparação e convívio, e as dezenas de excursões previstas para a deslocação dos jovens que participarão neste IV Congresso.

Pelas 10.30 horas de sábado, dia 3 de Abril, no Pavilhão do Luso da cidade do Barreiro, iniciar-se-ão os trabalhos do IV Congresso da JCP, com a participação de mais de 600 delegados e várias centenas de convidados nacionais e estrangeiros.

O Congresso, que tem como lema «Ser jovem comunista, agir para transformar», inclui na sua Ordem de Trabalhos a discussão sobre a situação actual da juventude, os movimentos e lutas juvenis, a apreciação das reivindicações e propostas da JCP e a eleição da nova Direcção Nacional. O dia 4 de Abril encerra os trabalhos deste IV Congresso, marcando uma nova etapa na acção de JCP e dos jovens comunistas, reforçando a sua vontade e força para transformar.

Nesta reunião da Direcção Nacional foram ainda ultimadas as propostas de documentos a levar à apreciação do Congresso.

## 28 de Março — Dia da Juventude

No «28 de Março», a Direcção Nacional da JCP apreciou diversos aspectos actuais da situação da juventude e considerou lamentável que, após vários anos de apreçoada «estabilidade e democracia de sucesso», ela se degrade cada vez mais. A JCP aponta o aumento do desemprego e da precariedade de emprego; o facto do salário mínimo nacional garantir cada vez menos a possibilidade de uma vida digna; as dificuldades cada vez maiores para se estudar; a degradação do parque escolar; a ineficiência cada vez maior do apoio social; o facto de o acesso ao Ensino Superior continuar a ser marcado pela injustiça com a agravante de neste ano nenhum estudante saber como se vai efectuar o seu processo de candidatura.

Nesta semana, Semana da Juventude assinalada em diversos pontos do país, dois lamentáveis acontecimentos mereceram grande repúdio da JCP face a esta política e o grande voto de solidariedade para com os jovens portugueses.

A Direcção Nacional da JCP considerou grave que o Governo, depois de ter assumido — em tempo de eleições — a promessa de um Serviço Militar Obrigatório de 4 meses, venha agora irresponsavelmente defraudar as expectativas que criou nos jovens, assim como repudiou vivamente a brutal carga policial sobre os estudantes ocorrida frente ao Ministério da Educação.

Lisboa, 28 de Março de 1993

A Direcção Nacional da JCP



EDUCAÇÃO



# Professores, estudantes e pais juntos na marcha da educação

Pela primeira vez, uma frente constituída por estudantes, pais, professores e trabalhadores não docentes manifestou-se em Lisboa, na passada sexta-feira, contra a política educativa do Governo.

A marcha teve início na Alameda da Cidade Universitária terminando com uma concentração na Avenida 5 de Outubro, onde vários estudantes foram repelidos pela polícia, à bastonada, frente ao edifício do Ministério da Educação. As mais de duas mil pessoas que se juntaram no local aprovaram uma moção que foi entregue no Ministério.

No documento divulgado



pelos promotores da marcha são apresentadas as razões do protesto: «Os professores vêem a solução dos seus problemas ser sucessivamente adiada. O desinvestimento na profissão é uma realidade facilmente constatável.

«Os pais sentem que as boas intenções expressas nos discursos não têm correspondência nas escolas onde as dificuldades de funcionamento são cada vez maiores.

«Aumenta a contestação estudantil às condições de estudo nas escolas e ao aumento das propinas, no quadro da exigência de responsabilização do Estado

pelo financiamento do ensino superior público e de uma acção social escolar que promova uma efectiva igualdade entre todos os estudantes.

«Cresce a instabilidade profissional dos trabalhadores não docentes. Milhares de trabalhadores que prestam serviço na área da educação e ensino têm vínculos precários.

«As universidades, através dos seus órgãos representativos, têm denunciado a política de asfixia do ensino superior e da investigação científica (...)

«Esta é uma realidade inaceitável por todos quantos, na diversidade das suas



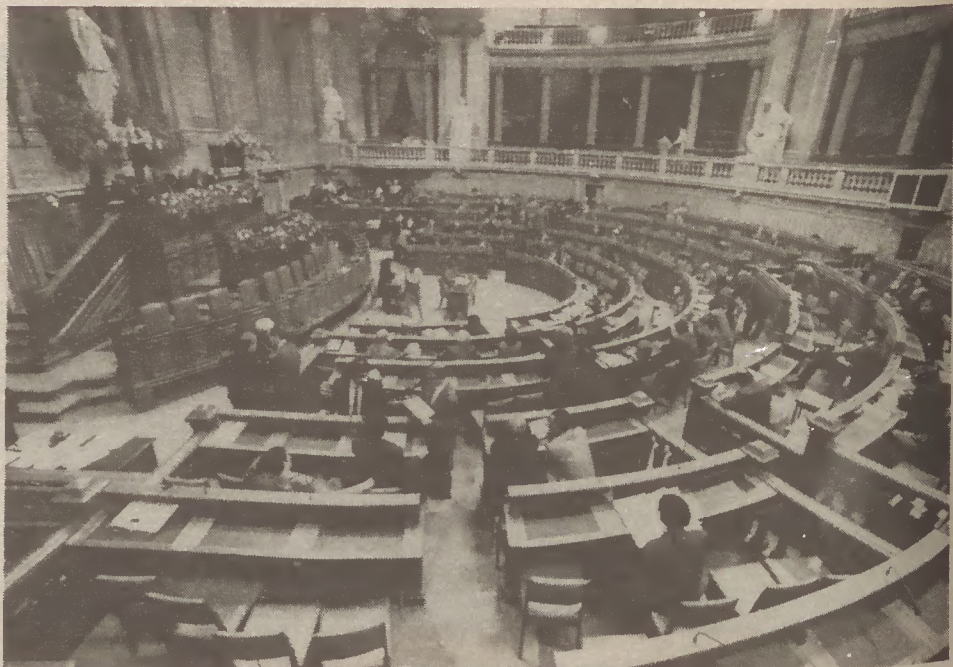
opções, querem um futuro melhor para Portugal.»

Refira-se que esta iniciativa, promovida pela Federação Nacional dos Professores, teve inicialmente o apoio do Sindicato Democrático dos Professores (SINDEP), da UGT, o qual, porém, dois dias antes da manifestação comunicou por fax à FENPROF que desistia da acção.

Apesar disso, a marcha da educação obteve largo apoio das associações de estudantes e de pais, de sindicatos e de outras organizações sociais, nomeadamente do Instituto Irene Lisboa.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



## Restrições impostas pelo PSD

## Jornalistas mantêm silêncio

Nesta edição, a exemplo da passada semana, não se inclui o tratamento noticioso de qualquer matéria da Assembleia da República posterior à decisão dos jornalistas parlamentares de boicotar a divulgação das actividades daquele órgão de soberania.

Esta decisão dos profissionais de comunicação social acreditados no palácio de S. Bento, com a qual o "Avante!" está solidário, foi tomada, recorde-se, na sequência de medidas restritivas impostas pelo PSD ao exercício da sua actividade no Parlamento.

Adoptadas a pretexto de um novo regulamento de segurança, estas medidas são encaradas pelos jornalistas como um entrave ao seu direito de acesso às fontes de informação e como um factor limitativo na cobertura dos trabalhos parlamentares.

Uma surpresa trouxe entretanto a sessão plenária realizada faz hoje oito dias. Num gesto inédito, que não pode também deixar de ser interpretado como uma forma de protesto contra as regras ditadas pelo PSD, os partidos da oposição optaram pelo silêncio no decorrer dos trabalhos, deixando os deputados da maioria a falar sozinhos.

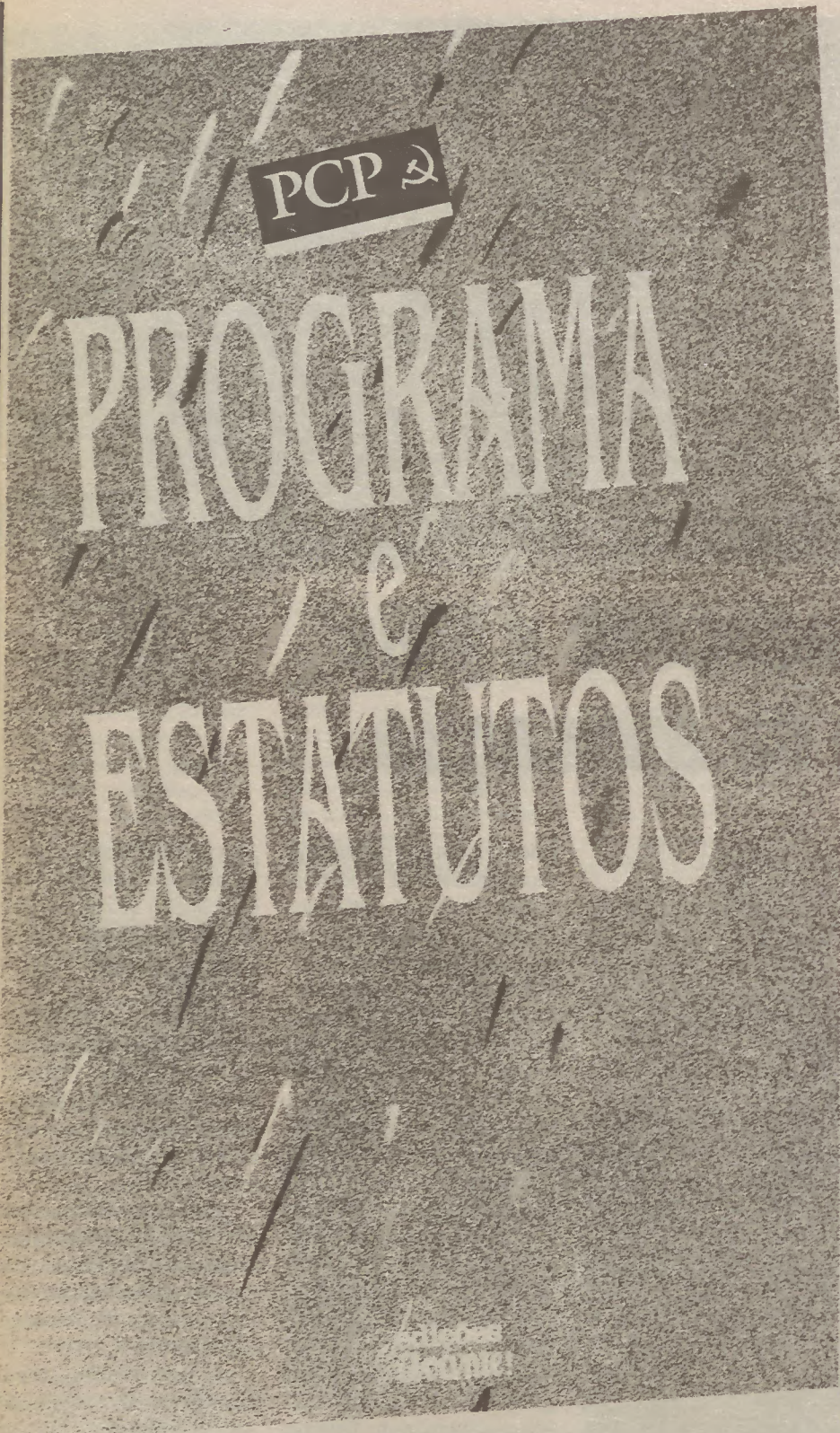
Esta situação foi precedida por uma conferência dos líderes parlamentares, convocada por proposta de Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, que a apresentou no início da sessão, no sentido de ser encontrada uma solução para o problema.

Entre os novos desenvolvimentos que o caso conheceu conta-se ainda um encontro entre o Presidente da República e os jornalistas parlamentares, realizado sexta-feira, em Belém, tendo Mário Soares qualificado de "estranho e insólito" o regulamento de segurança do Parlamento. Numa reunião prevista para ontem entre Mário Soares e Barbosa de Melo, admite-se que o assunto tenha sido igualmente objecto de uma troca de opiniões.

Os grupos parlamentares do PCP e do PS concederam entretanto autorização aos jornalistas e operadores de imagem e de som para circularem livremente nos corredores de acesso às respectivas instalações.

O deputado independente Corregedor da Fonseca, por seu turno, entregou um projecto de deliberação na Mesa do Parlamento que dá aos jornalistas "livre acesso" ao andar onde funciona o plenário da Assembleia da República. Com esta iniciativa, o deputado da Intervenção Democrática pretende obrigar o PSD a debater esta questão em plenário.

Cumpram ainda assinalar que o PCP sempre se manifestou contrário a decisões desta natureza. Expressa em anteriores ocasiões, esta posição voltou a ser muito recentemente reafirmada pelo deputado Lino de Carvalho, ao declarar, em nome da sua bancada, o desacordo "em todas as circunstâncias" da formação comunista contra estas limitações.



edições  
Avante!

GÉRARD STREIFF

# EX-URSS

UM NOVO  
TERCEIRO MUNDO

Gérard Streiff estava em Moscovo na altura dos trágicos acontecimentos do Verão de 1991, na qualidade de enviado especial do jornal do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*. Foi correspondente deste jornal na URSS entre 1982 e 1986 e é autor do livro *La Dynamique Gorbatchev* (1986).

Trata-se, portanto, de uma testemunha particularmente atenta e informada, que nos comunica aqui as suas reflexões, ainda «a quente», naturalmente discutíveis, sobre acontecimentos de profundas repercussões para o mundo inteiro.

Quais os obstáculos que se colocaram à *perestroika*? Será fatal passar de um «socialismo burocrático» a um «capitalismo selvagem»? O evoluir da situação, em profunda e diária mutação, poderá já ter desactualizado o texto em aspectos de pormenor. Nem por isso o livro de Gérard Streiff deixa de dar úteis pistas para a reflexão necessária sobre o sentido do que se passou e está a passar na ex-URSS.



PROBLEMAS DO MUNDO  
CONTEMPORÂNEO



## Acusações infundadas

Verificando-se que no Telejornal de ontem e na edição de hoje do «Público», a conferência de imprensa ontem promovida pelo PCP sobre questões de segurança e administração interna foi apresentada, respectivamente, como um «subterfúgio» e como uma tentativa de «contornar o boicote às actividades da Assembleia da República decidido pelos meios de comunicação social» (editorial do «Público»), o Gabinete de Imprensa do PCP considera necessário salientar e esclarecer:

1. No que ao PCP respeita, estas acusações são inteiramente infundadas e injustas.

Com efeito, a referida conferência de imprensa, estando já anteriormente prevista, foi convocada na passada segunda-feira (como se documenta pelo comunicado — em anexo — recebido nesse mesmo dia nos serviços de agenda dos órgãos de informação), isto é, um dia antes de os jornalistas parlamentares terem decidido não proceder durante uma semana à cobertura das actividades da Assembleia da República.

Acresce que, como os serviços de agenda e numerosos jornalistas poderão testemunhar, é habitual diversos organismos de direcção, comissões ou grupos de estudo do PCP promoverem, no Centro de Trabalho da Rua Socio Pereira Gomes, conferências de imprensa em que, no quadro da análise de diversos temas ou problemas da vida nacional, referem ou divulgam iniciativas legislativas do PCP.

Acresce ainda que a conferência de imprensa ontem promovida pelo Grupo de Estudos do PCP para as questões de administração interna não só foi expressamente convocada para «análise crítica da política do Ministério da Administração Interna e

apresentação de propostas políticas e iniciativas legislativas do PCP» como três das quatro páginas da declaração distribuída aos jornalistas se ocuparam, não de iniciativas legislativas (que, aliás, não estão agendadas para debate próximo na AR), mas de questões como a criação das superesquadradas, a reestruturação territorial e as preocupantes e ilegais actividades do Serviço de Informações.

O que é uma «habilidade infeliz» e um «sinal de incompreensão lamentável face ao sentido da luta dos jornalistas» (expressões do editorial do «Público») é transformar o boicote à cobertura das actividades da AR no boicote à divulgação de aspectos do discurso e das propostas de um partido político que, em muitos casos, não podem deixar de se reportar à sua intervenção próxima ou futura naquele órgão de soberania.

2. A absurda teoria de que as referências de um partido a iniciativas legislativas correspondem a tentativas de «contornar» as formas de luta adoptadas pelos jornalistas parlamentares deveria, em coerência, conduzir então ao silenciamento de medidas que o Primeiro-Ministro e o Governo estão propagandeando, dado que pressupõem ou exigem iniciativas legislativas.

3. Reafirmando a sua solidariedade com os jornalistas parlamentares, o PCP apela à rectificação de concepções e critérios erróneos que, como no caso em apreço, conduzem sobretudo a uma injusta penalização do PCP e apela a que não se perca de vista que o grande responsável pelo regulamento justamente contestado pelos jornalistas é o PSD e não o PCP que a ele se opôs firmemente.

25.3.93

O Gabinete de Imprensa do PCP

## ... e carta à RTP

Na mesma data, em carta dirigida ao director adjunto de Informação da RTP, o Gabinete de Imprensa do PCP protestou directamente contra o comportamento do Telejornal, considerando ainda ser «particularmente reprovável» que, «tendo o jornalista da RTP confrontado directamente o dirigente, do PCP, João Amaral sobre se aquela conferência de imprensa não era uma forma de furar o boicote decidido pelos jornalistas, na peça transmitida pelo Telejornal tenha sido completamente omitida a resposta que foi dada por João Amaral, o que corresponde a impedir que os telespectadores ajuizarem livre e soberanamente sobre a questão suscitada».

Finalmente, na carta, o PCP considerava que o Telejornal lhe devia e uma adequada reparação pela caluniosa acusação que contra ele foi lançada e, nesse sentido, reclamava que, na edição daquele dia, «o Telejornal reconhecesse perante os telespectadores a injustiça que cometeu com o PCP».

## Limitações à liberdade

A Direcção da Comunicação Social de Lisboa do PCP solidariza-se com a atitude firme dos jornalistas em serviço na Assembleia da República.

A decisão da maioria PSD representa um atentado grave ao exercício da profissão de jornalista.

Esta medida, limitativa da liberdade de informação, enquadra-se e prossegue uma política mais vasta de coarctar o acesso dos jornalistas às fontes de informação a todos os níveis da administração pública, enquanto o Governo propagandeia todos os dias a sua própria acção.

Não se pode ouvir um professor, um membro de um Conselho Directivo de uma Escola, um enfermeiro, um médico, um agente da PSP mesmo dirigente sindical, sem autorização do respectivo ministro. Isto significa que não se pode noticiar sobre a Administração Pública sem o «visto prévio» do poder laranja.

A unidade que se gerou entre os jornalistas portugueses e a comunidade social em geral, abre perspectivas de uma tomada de consciência sobre a necessidade de rasgar esta mordaça do PSD e anular ameaças como as que decorrem do projecto do Código Penal.

Lisboa, 26 de Março de 1993

O Organismo de Direcção do Sector da Comunicação Social da ORL do PCP

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# A força do despudor

O conjunto de factos, argumentos e opiniões constantes do Esclarecimento do Gabinete de Imprensa do PCP apenas tiveram no noticiário do «Público» o modesto reflexo de uma referência a que «o PCP e o CDS apressaram-se a rectificar que as conferências de imprensa, que decorreram na véspera nas respectivas sedes, estavam marcadas antes da decisão do boicote, não podendo por isso ser associadas a qualquer tentativa de tornear o mesmo».

Mas não só esta referência objectiva não era acompanhada da elementar retirada por parte do «Público» da acusação que formulara, como, logo ao lado, em editorial, o seu Director classificava como «hipócritas ou de consumada má-fé» as explicações apresentadas pelo PCP (e pelo PS).

Falando, parágrafo sim parágrafo não, da liberdade de informação, o Director do «Público» mostrou assim, neste como em tantos outros casos e situações, a particular concepção que tem dessa liberdade e o seu especial entendimento do que seja o direito a informar, o direito a ser informado e a própria liberdade de opinião.

Porque, ao sonegar aos leitores do «Público» os argumentos avançados pelo PCP e ao refugiar-se arrogantemente nas suas próprias sentenças dogmáticas, Vicente Jorge Silva mostrou, mais uma vez, que para ele todas as informações e opiniões são óptimas sobretudo se corresponderem às suas ou se não criticarem ou desmascararem as suas perante os leitores. E mostrou, também mais uma vez, padecer dessa doença infelizmente muito generalizada que por aí vai alastrando e que consiste em, na base de um verdadeiro horror a que os leitores julguem livre e soberanamente sobre factos, argumentos e razões, preferir policiar-lhes e condicionar-lhes antecipadamente o pensamento, a reflexão e as conclusões.

Coloque-se, entretanto, um ponto final neste lado da questão, porque o referido editorial continha matéria ainda mais grave, pois constituía uma verdadeira escada de mistificação, de calúnia e de mentira.

Armado em doutrinador, estratega e «grande timoneiro» da luta dos jornalistas parlamentares, já na véspera Vicente Jorge Silva, noutro editorial, tinha — esclarecedoramente — avançado a tese de que «o facto de o partido maioritário ter sido o responsável pelas medidas de restrição à informação não significa que os jornalistas aceitem transformar a luta pela liberdade de informação num instrumento das lutas partidárias entre a oposição e o PSD» pois isso, acrescentava, «seria corromper a isenção e a imparcialidade da função jornalística».

O Director do «Público» não só dava assim um ostensivo sinal de uma orientação de indisfarçável cinismo como sobretudo se apressava a tranquilizar o PSD de que, nem por sombras, seria penalizado em proporção com as suas exclusivas culpas.

Qualquer pessoa de bom senso perceberá que meter o PSD e a oposição no mesmo saco não é isenção nem imparcialidade mas uma falsa equidistância e um equilíbrio oportunista e, sobretudo, uma objectiva absolvição do PSD e diluição das suas responsabilidades.

Esta atitude do Director do «Público» deve ter chocado muito boa gente e, por isso, na desesperada fuga para a frente que é típica dos que querem ter razão a qualquer preço, no editorial de 26/3, intitulado «A força das coisas», na tentativa de dar consistência à teoria da falsa «imparcialidade», debitou uma nova série de falsificações sobre os partidos e os políticos da oposição e o seu comportamento nesta questão.

Sentenciou que «todos eles chegaram tarde» a esta luta e que só depois de criado «um grave conflito institucional» é que «tentaram apanhar o comboio» e que «embora o rejeitassem formalmente, os partidos da oposição não atribuíram ao regulamento as características perversas» que ele efectivamente continha.

A este respeito, e no que toca ao PCP, bastam algumas informações para se perceber quem é que chegou tarde e quem é que chegou cedo.

Com efeito, é oportuno lembrar designadamente que o processo se iniciou há bastante mais de um mês quando, na Assembleia da República, foi constituído um grupo de trabalho para fazer a análise de um projecto apresentado pelos serviços da AR; que esse grupo de trabalho só teve duas reuniões; que o representante do PCP desde o início sustentou que, na parte relativa ao acesso dos jornalistas, a proposta em causa não servia sequer como base de trabalho; que, desde logo, foi defendido pelo PCP que a questão não era a da restrição da circulação de jornalistas mas que o que se deveria analisar, e em diálogo com os jornalistas, era o estabelecimento de regras (que nem teriam de ser escritas) de convivência — e não de exclusão — entre os jornalistas e os deputados; que, precisamente dada a posição do PCP, o PSD na segunda reunião do grupo considerou que as bases de partida eram inconciliáveis e que, por isso, não havia que «perder» tempo em mais reuniões.

Em sequência, há que informar que o projecto baixou então ao Conselho de Administração onde a situação não se alterou e o PCP votou contra. Depois disso, o projecto

foi «retocado» pelo Presidente da AR que o assinou e divulgou (sem que antes o tenha sequer apresentado aos Presidentes dos Grupos Parlamentares).

No desenvolvimento de todo este processo, a posição do PCP foi permanentemente dada a conhecer aos jornalistas parlamentares, a maior parte das vezes por iniciativa do Grupo Parlamentar e não por solicitação dos jornalistas. E sempre que a questão foi abordada na «conferência de líderes» o PCP manteve a sua posição com toda a clareza e sem qualquer ambiguidade.

As raras e displicentes notícias publicadas sobre esta questão antes da divulgação e entrada em vigor do regulamento dizem certamente alguma coisa sobre quem não levou a sério este projecto do PSD, sobre quem não atribuiu atempadamente «características perversas» ao regulamento e sobre quem chegou tarde a esta luta.

Uma coisa é certa: em todos estes pontos, o PCP chegou muitíssimo mais cedo que o Director do «Público».

No referido editorial, Vicente Jorge Silva atrevia-se ainda a proclamar que a sessão parlamentar da véspera acabou por ser suspensa «(...) mas foi-o mais por cobardia institucional do que por afirmação firme dos partidos em defesa dos valores democráticos». Obcecado pelo desejo de insultar, esqueceu-se porém de referir que essa suspensão se ficou a dever a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de requerer uma reunião extraordinária da conferência de líderes, numa nova tentativa para forçar a uma anulação das decisões tomadas pelo Presidente a mando da maioria do PSD.

E, rematada hipocrisia, permitiu-se ainda o Director do «Público» invocar a favor das suas calúnias o facto de que quando jornalistas e alguns directores se reuniram no Palácio de São Bento para protestar contra o novo regulamento «nenhum dirigente ou deputado da oposição se associou, "in loco" a esta iniciativa cívica em defesa da liberdade de informação», quando é óbvio que, se o tivessem feito, lá estaria Vicente Jorge Silva a exultar tal presença como mais uma tenebrosa tentativa de instrumentalizar a luta dos jornalistas e favor das «lutas partidárias entre a oposição e o PSD».

O editorial que temos vindo a comentar terminava declarando, nem mais nem menos, que «os jornalistas portugueses deram, por uma vez, uma grande lição aos políticos na defesa dos direitos constitucionais» numa luta nesse texto reputada de exemplar para o «exercício independente, rigoroso e isento da actividade jornalística».

O apreço que manifestamos pela luta dos jornalistas, não nos impede de, a respeito desta tirada final, formular duas singelas observações:

— a primeira é que se o Director do «Público» se apresenta como um campeão do «exercício independente, rigoroso e isento da actividade jornalística», das duas uma: ou não lê grande parte do seu próprio jornal (e designadamente o noticiário político) ou as palavras já não significam o que dantes, comumente, significavam;

— a segunda é que, pela sua parte, em matéria de defesa de direitos constitucionais, o PCP não recebe lições de ninguém e muito menos do Director do «Público»; é que muitas vezes sozinhos, ou com poucas solidariedades, ou com diminuta divulgação na maior parte da comunicação social, temos estado em todas as batalhas pela defesa dos direitos constitucionais: seja contra o pacote laboral, esse grave golpe contra o direito constitucional ao trabalho e à segurança no emprego; contra a lei da greve do PSD que, através da fixação arbitrária dos serviços mínimos, está na prática retirando o exercício do direito à greve aos trabalhadores dos transportes e de outros serviços públicos; seja dos jornalistas, quando o Governo do PSD retirou injustificadamente aos Conselhos de Redacção o direito consagrado na Lei de Imprensa de darem parecer vinculativo sobre a nomeação de directores dos órgãos de informação.

No quadro de uma soberana definição da sua orientação, da sua própria análise e caracterização da situação, o PCP tem prestado activa e firme solidariedade aos jornalistas parlamentares agora atingidos por medidas lesivas dos seus direitos e condições de actividade e que se inserem nos velhos propósitos de controlo da informação e de limitações da liberdade de imprensa que, por sua vez, são uma importante componente dos projectos autoritários e antidemocráticos do Governo e da maioria laranja.

Como sempre, é uma solidariedade que prestamos sem precisarmos de esperar que no-la peçam ou que haja retribuição.

Mas não se pode esperar que essa solidariedade abranja concepções erróneas (como a de que «hoje, a cobertura jornalística da actividade parlamentar se faz mais fora do hemiciclo que na sala das sessões») ou comportamentos que, de forma deliberada e prolongada, se orientem mais para o injusto castigo do PCP e de outras forças da oposição do que para a mais que necessária responsabilização e penalização do PSD.

V.D.



# Jornada de luta na EDP contra o desmembramento

Para 14 de Abril está marcada uma concentração em Lisboa de delegados e activistas sindicais da Electricidade de Portugal, com o objectivo de entregar no Ministério da Indústria e Energia a posição dos trabalhadores contra o desmembramento da EDP e a política que ali tem vindo a ser seguida desde 1988.

Esta decisão foi tomada na semana passada pelo plenário nacional de delegados sindicais - revela a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas.

Numa nota que divulgou à comunicação social, a FSTI-EP anuncia que está a preparar «um estudo sobre a evolução da situação social e laboral na EDP», no qual «são postas a nu as mais graves consequências da política

que teve na passagem a *societade anónima* um ponto marcante, e que o Governo e a administração continuam a aplicar, tendo como objectivo o desmembramento e posterior privatização» da empresa.

Os resultados já obtidos mostram que, desde 1986 até ao final de 1991, foram liquidados 6371 postos de trabalho, o que significa uma redução de mais de mil efectivos por ano. Embora ainda não estejam divulgados os dados oficiais de 1992, a federação diz que «é certo que eles vão afirmar esta linha». Neste quadro, a FSTI-EP considera «adequado denunciar a actual intensificação das pressões sobre os trabalhadores para que estes aceitem a rescisão dos contratos», pois «a verdade é que

está cumprida a meta definida pela administração e o Governo para a redução de 6 mil efectivos da empresa desde 1988 até ao final de 1993».

«Será que querem manter na EDP uma permanente instabilidade e insegurança no emprego», questiona a federação, apontando «uma maior instabilidade» como «o efeito mais palpável do encerramento de 139 agências e postos de atendimento».

«Todas estas medidas têm prejudicado também os consumidores», afirma a FSTI-EP, acusando a administração e o Governo de «obediência prioritária a critérios e orientações políticas» em prejuízo dos interesses «do País, dos consumidores e dos trabalhadores da EDP».

A situação na EDP e a

posição dos trabalhadores será também discutida amanhã, num plenário de representantes que envolve membros da CT e das diferentes estruturas sindicais - anunciou posteriormente a FSTI-EP. Nesta reunião, «com o espírito de unidade que tem caracterizado até aqui a acção, nomeadamente no âmbito da Plataforma Comum», vão ainda ser debatidas «perspectivas de acção a curto prazo, de modo a dar a devida resposta às medidas do Governo e da administração da empresa», refere uma nota da federação.

Recentes medidas de cisão da EDP foram condenadas no 2º encontro dos comunistas da EDP, há dias realizado em Coimbra. Os militantes do PCP que trabalham na empresa consideram que «as medidas agora anunciadas correspondem a um retrocesso de 17 anos, só possível porque o Governo PSD sobrepõe os seus interesses políticos aos nacionais», e que «elas têm atrás de si todo um percurso do qual o PS não está ausente de responsabilidades, pois, ao aprovar com o PSD a lei-quadro das privatizações, abriu as portas a mais este atentado à economia nacional».

## Pessoal da TAP foi a S. Bento

Com a participação de mais de um milhar de funcionários da TAP-Air Portugal, teve lugar na passada sexta-feira uma concentração junto à residência oficial do primeiro-ministro. Os trabalhadores foram exigir de Cavaco Silva solução para os problemas que afectam o pessoal e a transportadora aérea nacional. Pretendem, nomeadamente, que o Estado assumira as suas responsabilidades perante as actuais dificuldades financeiras da TAP, uma vez que tem sido mau pagador dos serviços que esta presta. Nos prejuízos da empresa estão incluídos, por exemplo, serviços como a ponte aérea das ex-colónias (com custos calculados em 5 milhões de contos), os efeitos dos empréstimos externos obtidos através da TAP por ocasião dos acordos

com o FMI (30 milhões) e os preços sociais praticados nas ligações com as regiões autónomas (15 milhões). Os trabalhadores exigem uma actualização anual justa dos seus salários e exigem que o poder e a administração dialogue com as suas organizações representativas. Noutras ocasiões foram já contactados os ministérios do Emprego e dos Transportes e Comunicações, e estão pedidas audiências ao Presidente da República e ao primeiro-ministro; representantes do pessoal da TAP conseguiram ser recebidos pela comissão parlamentar de Equipamento Social. Durante esta semana nos aeroportos foram distribuídos panfletos aos passageiros a denunciar a actual situação da TAP. Para amanhã doze sindicatos da aviação civil comercial con-

vocaram uma greve de duas horas, no âmbito da jornada europeia convocada pela CES.

Ná concentração da semana passada participaram também trabalhadores da LAR, com salários em atraso desde Janeiro.

## InterJovem comemora Dia Nacional da Juventude

A InterJovem divulgou um comunicado a propósito do Dia Nacional da Juventude, comemorado no passado domingo, em que «saúda calorosamente todos os jovens portugueses pela forma decidida e imaginativa como têm sabido opor-se a uma política que, não só ignora os seus interesses e anseios, como viola os seus direitos fundamentais em matéria de emprego, ensino, habitação e saúde».

Esta organização juvenil da CGTP-IN aproveitou a efeméride para «avivar a memória do Governo, o qual em vésperas de eleições legislativas, prometeu a redução do Serviço Militar Obrigatório. Agora faltando a todos os compromissos que assumiu perante a juventude, vem o sr. ministro Fernando Nogueira dar o dito por não dito, ao mesmo tempo que continua a alimentar falsas expectativas na juventude».

A InterJovem lembra o histórico 28 de Março de 1947, data em que «muitos jovens, dando provas inequívocas de coragem, determinação, irreverência e inconformismo, decidiram juntar-se em diversas localidades do País com o objectivo de discutir os seus problemas e encontrar formas de alcançar a liberdade por que tanto ansiavam».

Prestando homenagem «a todos aqueles que lutaram e lutam para fazer o amanhã melhor» a InterJovem reafirma a sua «disposição de querer participar, em conjunto com todos os jovens trabalhadores, estudantes, formandos e desempregados, na devolução ao remetente de todos os presentes envenenados que lhes são oferecidos pelo primeiro-ministro e o seu Governo entre os quais se salientam: o encerramento de empresas e o aumento do desemprego; a exploração de mão-de-obra barata; a exploração do trabalho infantil; o difícil acesso ao crédito para a habitação; o incumprimento do Estatuto do Trabalhador-Estudante; a deficiente formação profissional e a falta de controlo em matéria de aproveitamento dos fundos comunitários».

## Abril greves mil

**MSET** - O plenário de trabalhadores da MSET (ex-Mague), reunido na semana passada, decidiu convocar uma greve para hoje e para os próximos dias 2, 6, 7, 8 e 13 de Abril, reivindicando a reposição do poder de compra, a redução do horário de trabalho, a gratificação extraordinária igual à Mague, o subsídio complementar de reforma e a manutenção dos direitos e regalias adquiridos.

**Siderurgia Nacional** - Face à intransigência negocial da administração que procura impor aumentos de 4,5 por cento, insiste na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, dando por encerrado unilateralmente o processo negocial, o plenário de trabalhadores deliberou na semana passada recorrer à greve de 8 horas, que está a ser cumprida desde terça-feira e se prolongará até à próxima sexta-feira.

**C. Santos** - Os trabalhadores desta empresa têm cumprido uma série de greves, durante o mês de Março, protestando contra a ameaça de despedimento de cerca de 70 trabalhadores, resultante da reestruturação da empresa que a irá dividir em três unidades juridicamente autónomas. Afastados da discussão sobre a reestruturação da empresa, os trabalhadores cumpriam hoje mais uma greve parcial, estando anunciada outra paralisação para sexta-feira.

**EPAL** - Ontem, os trabalhadores da EPAL efectuaram uma greve em sinal de protesto contra os aumentos de cinco por cento propostos pela administração. Os cerca de 1400 funcionários desta empresa de capitais públicos recordam que a EPAL obteve um milhão e seiscentos mil contos de lucros, no ano passado, prevendo-se que o actual exercício exceda os dois milhões e trezentos mil contos. Por outro lado, a produtividade registou um aumento de 13 por cento pelo que os Sindicatos propõem aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido e tenham em conta os ganhos de produtividade.

**Lisboa Penta Hotel** - Os trabalhadores desta unidade hoteleira anunciaram que vão estar em greve na Páscoa caso a administração mantenha a recusa de actualizar os salários e resolver outros importantes problemas laborais. Ontem estes trabalhadores estiveram à porta do hotel a distribuir comunicados escritos em várias línguas, denunciando os pormenores da sua situação e o comportamento da administração.

## Trabalhadores da O&F contra despedimentos

Os trabalhadores da Oliveira & Ferreirinha paralisaram a laboração a 100 por cento, quarta-feira da semana passada, e concentraram-se na Praça Marquês de Pombal, onde seguiram em desfile até à delegação no Porto do Ministério da Indústria, numa acção de protesto contra a ameaça de extinção de centenas de postos de trabalho.

Recorde-se que o processo de reestruturação das fundições levou a que as empresas EUROFER e O&F se unissem, criando a UNIFER, com a promessa de que a maioria dos trabalhadores da O&F seriam integrados e transferidos para as instalações da EUROFER.

Contudo, se já é público que as instalações da O&F serão encerradas até ao final do corrente ano, ainda está por resolver o futuro dos mais de 700 trabalhadores da empresa, até porque, aparentemente, também a EUROFER está com problemas. Os últimos desenvolvimentos nesta última empresa indicam que 253 trabalhadores verão suspensos os seus contratos de trabalho (*lay-off*).

Os trabalhadores acham estranho todo este processo, que consideram um «grande escândalo» e uma «encenação artificial» para levar ao despedimento, sem justificação, de centenas de pessoas.

Não é de facto lá muito claro que a administração esteja a fomentar tal clima de instabilidade quando conseguiu recentemente um aumento de capital de 770 mil contos e obteve a fundo perdido, através do Ministério da Indústria, 990 mil contos, para além dos quatro milhões de contos que renderá a venda das instalações da O&F.



Após a concentração, os trabalhadores desfilaram até à escadaria da Assembleia da República

## Hospital de Beja à porta do Ministério

Cerca de 60 trabalhadores, contratados a termo certo, do Hospital Distrital de Beja concentraram-se, na passada sexta-feira, à porta do Ministério da Saúde para exigirem a sua integração nos quadros de pessoal, já que estão a satisfazer necessidades permanentes dos serviços.

Estes trabalhadores, muitos deles com mais de quatro anos de serviço, têm os seus contratos a expirar nos próximos dias e foram mesmo aconselhados, pelo adminis-

trador delegado do hospital de Beja, a inscreverem-se no fundo de desemprego como trabalhadores rurais, por for-



ma a o hospital poder requisitá-los, ao abrigo dos incentivos aos agricultores por causa da seca.



## TERRA

## CNA convoca manifestação nacional para 26 de Abril

# Todos a Lisboa salvar a agricultura

Uma concentração nacional de agricultores foi marcada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para Lisboa, no próximo dia 26 de Abril, no Parque Eduardo VII pelas 12 horas. É o natural culminar de um longo processo de luta levado a cabo por agricultores de todo o País, insatisfeitos pela política governamental e comunitária, que tem levado muitos pequenos e médios agricultores a entrarem em situação de ruptura financeira. Uma concentração decidida na última Assembleia Geral da CNA, realizada no sábado passado em Santarém.

«Todos a Lisboa, salvar a agricultura» é uma das palavras de ordem constantes do apelo divulgado pela Assembleia Geral da CNA onde se afirma que «está à vista a situação de grave crise da agricultura portuguesa: é a falta de escoamento dos bons produtos nacionais, é a quebra dos preços na produção sem vantagens para os consumidores, são os altos custos dos factores de produção e das taxas de juro do crédito agrícola, é o debaratar dos fundos comunitários, é a queda a pique dos nossos rendimentos, é a falência de explorações e cooperativas, é o agravamento do défice agro-alimentar do país».

«Ao mesmo tempo», diz a CNA, «Portugal continua a ser invadido por produtos agrícolas de todo o mundo, muitas vezes de má qualidade alimentar».

Mais adiante: «o senhor ministro da Agricultura e o Governo optam, entretanto, pela propaganda fácil e pela recusa do diálogo com a CNA, em vez de tomarem medidas eficazes que a CNA e os agricultores vêm propondo para resolver os principais problemas» do sector.

A Assembleia Geral da CNA decidiu igualmente solicitar ao primeiro-ministro e ao ministro da Agricultura a concessão de audiências para o mesmo dia da manifestação, «onde os agricultores esperam tomar conhecimento de respostas positivas às suas mais prementes reclamações».

A Confederação apela a outras organizações congéneres a adesão a esta Jornada Nacional de Protesto e Reclamação da Agricultura Portuguesa, sob os lemas: «produzir sim, ruína não!», «escoamento da produção nacional!», «contenção das importações» e «Governo deve dialogar com a CNA!».

Para além do debate da situação da agricultura portuguesa e da apresentação de propostas concretas para resolver os problemas dos agricultores, de que damos conta em outras notícias desta página, a Assembleia Geral da CNA aprovou ainda alterações aos estatutos da organização, o relatório de contas referente ao último exercício, o relatório de actividades da direcção durante 1992 e o plano de actividades para o ano corrente.

## Os milhões prometidos «Muita parra para pouca uva»

«O pacote de 220 milhões de contos para a agricultura anunciado por Arlindo Cunha é muita parra para pouca uva». Assim definiria Armando Carvalho, da direcção da CNA, a recente medida anunciada pelo Governo. Para a confederação, «o pacote agrícola do Governo para a agricultura não responde às reclamações mais urgentes dos agricultores e apenas irá beneficiar os grandes patrões da agro-indústria e do comércio».

Na Assembleia Geral da CNA, no sábado passado, foi de resto apresentado um documento que caracteriza a actual situação da agricultura portuguesa e onde se diz que «a onda de protestos e lutas dos agricultores, que com o apoio da CNA, têm varrido o País de Norte a Sul» esteve na base da montagem desta «operação de propaganda em que (o Governo) prometeu cerca de 220 milhões de contos».

As verbas anunciadas não têm garantia de efectivamente virem a ser aplicadas já que ainda estão a ser negociadas com a CEE e serão somente metade do prometido, já que o resto terá de ser preenchido pelas entidades que irão utilizá-las.

A CNA lembra que «nenhuma medida foi anunciada para apoiar e subsidiar de imediato o escoamento da batata, laranja e outras frutas, carnes, vinho, frutos secos, resina». Também nada se anunciou relativamente a outros graves problemas dos agricultores portugueses, nomeadamente o subsídio dos factores de produção e a bonificação das taxas de juro do crédito à agricultura ou, por outro lado, sobre o saneamento financeiro do sector cooperativo e da Casa do Douro.

### Medidas para salvar a agricultura portuguesa

Entre as reclamações da lavoura de que a CNA se faz eco, encontra-se uma lista de 14 pontos prioritários aprovados nesta Assembleia Geral.

Um deles é a reivindicação da aplicação dos 106 milhões de contos (preço que a CNA diz ter sido fruto da «venda» feita pelo ministro da Agricultura do resto do período de transição em troca da integração total e completa na CEE) em subsídios aos produtores e intervenção para garantir o escoamento, a preços aceitáveis, de produtos como o vinho, gado bovino, ovino e suíno, batata, laranja e outras frutas, tomate para a indústria, resina e para fazer face a situações resultantes da seca.

A contenção de importações desnecessárias é outra exigência da CNA, a par da aplicação e fiscalização das normas de qualidade aos produtos importados e imposição de taxas máximas de comercialização para impedir a especulação com os preços do consumidor.

O abaixamento dos factores de produção e taxas de juro para os níveis da CEE e a concessão de linhas de crédito especiais para saneamento

financeiro aos agricultores e às cooperativas assim como a bonificação significativa das taxas de juro do crédito agrícola, o estabelecimento urgente de moratórias para agricultores, particularmente jovens agricultores, e para as cooperativas com problemas de solvência financeira, são outras medidas que a CNA pensa serem essenciais para a recuperação da agricultura nacional.

Neste conjunto de reivindicações figuram ainda o pagamento urgente de todas as dívidas do Estado aos agricultores, a elaboração de um plano nacional de apoio aos prejuízos da seca de 1993 - a definir também com a participação da CNA e suas filiadas -, o relançamento urgente dos projectos de regadio actualmente paralisados e a urgente concretização do Alqueva, a aplicação de um programa nacional de «sanidade animal» com apoio técnico-veterinário e pagamento das dívidas aos criadores de gado e aos Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS).

A manutenção da actual Lei dos Baldios e a alteração da actual Lei do Arrendamento Rural, de forma a garantir a segurança e estabilidade dos rendeiros tendo em conta a situação dos pequenos proprietários são medidas legislativas que a confederação considera essenciais.

Para a floresta a CNA exige a reflorestação das áreas ardidas, a aplicação das medidas relativas ao apoio em subsídios à florestação com espécies de crescimento lento e o pagamento aos produtores dos subsídios em atraso do Programa de Acção Florestal (PAF).

Ainda de referir são as exigências de aumento das pensões de reforma e invalidez e o aumento dos apoios médicos e medicamentosos, a aplicação das medidas de reforma antecipada aos agricultores interessados com transferência da terra para agricultores mais jovens e a modernização e reestruturação do Ministério da Agricultura, com participação da lavoura na definição dos critérios que presidirão a essa mudança, para garantir um melhor apoio técnico aos agricultores, assegurando uma mais eficaz informação e apoio às crescentes exigências burocráticas.

Por fim, a CNA reivindica o fim da discriminação antidemocrática e antoconstitucional a que está sujeita e o seu reconhecimento pelo Governo.

## Lutas de Norte a Sul

É impressionante a lista de concentrações e movimentações de agricultores ocorridas já neste ano de 1993, cuja contabilização foi apresentada na Assembleia Geral da CNA, a par de outro extenso documento sobre as lutas ocorridas no ano passado. Duas coisas ficam demonstradas com a divulgação da dimensão real do movimento de agricultores: a insatisfação generalizada perante a política para o sector do Governo e da CEE e a elevada representatividade da Confederação Nacional da Agricultura, que participou e participa activamente neste movimento, directamente ou através das suas filiadas, facto que torna ridículo, após o 15.º aniversário da confederação, o insistente não reconhecimento governamental da importância da organização e a recusa de concessão do estatuto de parceiro social.

De entre as concentrações promovidas só este ano, começamos por destacar no dia 4 de Janeiro a realizada na Feira da Batalha para, no dia seguinte, se concentrarem os produtores de tomate em Benfica do Ribatejo.

A 3 de Fevereiro, 600 agricultores concentram-se na Feira do Bombarral reclamando a resolução dos problemas do escoamento da fruta, batata e vinho. No mesmo dia, a comissão de agricultores de Chaves promove uma manifestação na fronteira de Vila Verde da Raia, bloqueando a fronteira durante quatro horas. Os dois mil agricultores com os seus 300 tractores em desfile levantam o problema da batata de consumo.

A 10 de Fevereiro concentram-se os produtores de batata da zona agrária de Chaves reunindo representantes da comissão de agricultores com um subdirector do INGA.

A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria organiza a 15 de Fevereiro uma concentração em Alcobaça num protesto pela falta de escoamento de fruta, vinho, gado suíno e batata. A 17 concentram-se mil agricultores com tractores e máquinas agrícolas em Chaves - são os produtores de batata do Alto Tâmega que exigem um subsídio à produção da batata de consumo. Ainda neste mês realiza-se uma nova concentração em Trancoso.

No mês de Março contabilizam-se oito manifestações importantes, sucessivamente: no dia 11 em Silves com a presença de 100 agricultores e em Vagos com a presença de 400; a 14 um plenário em Trancoso com 250 pessoas e uma grande manifestação em Leiria com ida ao Campo de S. Jorge e corte da Estrada Nacional n.º 1; a 15 em Coimbra, na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral com um encontro de uma delegação com o Governador Civil; a 19 em Aveiro com 350 agricultores; a 20 três centenas de produtores de batata reúnem-se no concelho de Aguiar da Beira e a 25 realiza-se um plenário na Feira de Barcelos onde se exige a reabertura da Feira de Gado.

Teremos ainda de assinalar as reuniões de agricultores em que a CNA participou tendo em vista o processo das chamadas PEC (Produtos Pecuários e Alimentares, S.A.), que o Governo criou para liquidar os matadouros municipais: em Janeiro, entre os dias 23 e 26, realizaram-se um total de seis reuniões em Anjeja (Estarreja), São João (Ovar), Sever do Vouga, Penafiel e Viana do Castelo e ainda uma reunião no Porto com comerciantes de carne. A 18 de Fevereiro ocorreu um plenário/concentração de agricultores na Feira de Barcelos.

Prosseguindo a lista: a 25 de Janeiro realiza-se na Póvoa do Concelho (Trancoso) uma reunião com cerca de 70 agricultores sobre o problema da falta de escoamento da batata, frutos e preços do leite.

A 31 do mesmo mês ocorre em Lisboa um encontro sobre as PEC's promovido pela CNA e AGROCAR onde participam 500 pessoas, na grande maioria comerciantes de carne que adoptam uma posição comum contra o processo de criação daquelas empresas.

A 26 de Fevereiro é inaugurada a delegação da CNA em Lisboa e no dia seguinte é promovido no Instituto Superior de Agronomia um colóquio subordinado ao tema «Lavoura e Associativismo Agrícola».

No primeiro dia de Março reúne no Porto a FENALAC com a participação das associações APA, ARAAM, Vila Real, Aveiro e Coimbra.

Também nesse dia ocorre uma reunião com a UNI-AGRI para preparar o encontro de agricultores, comerciantes cooperantes e trabalhadores da UNIAGRI para defesa do complexo agro-industrial.

A 9 de Março regista-se um encontro de agricultores em Évora que culmina com um desfile pela cidade e no dia 20 a CNA e o secretariado dos Baldios de Vila Real estão no seminário «Fogos florestais: defesa e ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural», promovido pela Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar.

## Coordenadora Europeia apoia CNA

A Coordenadora Agrícola Europeia, CPE, enviou à Assembleia Geral da CNA uma mensagem, assinada por Paul Nicholson, onde se afirma que aquela estrutura, onde a confederação portuguesa está filiada, «apoia e saúda publicamente a CNA como organização agrícola imprescindível à defesa da pequena e média agricultura portuguesa, neste momento de grave crise da agricultura e do mundo rural». Nesta saudação afirma-se que no quadro comunitário esta crise afecta sobretudo os agricultores do sul da Europa «que têm umas estruturas de produção e comercialização menos desenvolvidas» e que «Portugal recebe dez vezes menos ECUS por hectare do que o país que mais recebe», sendo este um exemplo do «injusto tratamento» quanto às distribuições dos fundos do FEOGA. «A PAC recém-modificada continua a acentuar a concentração da produção em alguns produtores, poucos e ricos, e em poucas regiões com prejuízo para todos

os outros», afirma a CPE que exige uma Política Agrícola Comum «diferente», que «não só reparta equitativamente os fundos financeiros e as produções mas também crie uma política agrícola que corresponda às necessidades da Agricultura e da sociedade em geral». Outra exigência da CPE é que a PAC aplique uma «política de preços diferenciados que tenha em conta os custos de produção, que controle a produção, mantendo-a nas suas zonas naturais, tanto em quantidade como em qualidade e, através desse controlo justo da produção, possa actuar com melhores critérios e regular o mercado internacional». A CPE anuncia a continuação da luta dos agricultores europeus por uma outra PAC e lamentou o resultado «pouco animador» da recente reunião com o novo comissário da CEE, René Steichen, pela falta de vontade política demonstrada pela Comissão Europeia para mudar «esta situação catastrófica».



# ID quer reforço da CDU no Poder Local

A Intervenção Democrática (ID) anunciou que «dentro da linha política que tem defendido e adoptado» mantém o seu apoio à Coligação Democrática Unitária (CDU) nas listas para as próximas eleições autárquicas, convidando os sócios e apoiantes da ID «a participar nas várias tarefas da CDU, integrando-se nas suas estruturas aos vários níveis», acrescentando «às motivações directas para estas tarefas, com vista à resolução dos problemas de âmbito local» a «influência do trabalho autárquico sobre o contexto geral do país, no sentido de nos opormos à política que o Governo e o seu partido vêm praticando». A ID acrescenta: «os resultados da acção passada da CDU são de molde a que confiemos no êxito do trabalho eleitoral da campanha que vamos desenvolver até Dezembro».

As afirmações estão incluídas na Declaração Política saída da Assembleia Geral da Intervenção Democrática, reunida no passado sábado em Lisboa, aprovando por unanimidade o relatório de contas de 1992, o plano de actividades e orçamento para o ano corrente. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Luís Azevedo, presidente da mesa da Assembleia Geral da ID.

Na Declaração Política da ID, são referidas algumas dificuldades que têm vindo a ser postas ao Poder Local democrático, nomeadamente a política seguida pelo Governo que «tem impedido a criação das regiões administrativas», «tem limitado os meios financeiros das autarquias mediante a mutilação do Fundo de Equilíbrio Financeiro e também pela transferência de obrigações para as autarquias sem a correspondente transferência de fundos», «tem procurado introduzir

alterações deformadoras na lei eleitoral para as autarquias» e «tem defendido que se transformem maiorias relativas em absolutas nos executivos autárquicos afectando, deste modo, a democraticidade do exercício do Poder Local».

A estes condicionamentos impostos pelo Governo ao Poder Local, a ID acrescenta ainda «os que resultam do quadro da sua política global, com incidências sociais negativas, a que as autarquias não são, de modo algum, indiferentes».

Para a ID, «uma vitória nas eleições para as autarquias na actual conjuntura política, com o reforço dos eleitos CDU em alguns municípios, para além de constituir uma "sondagem" importante para avaliar a correlação de forças, permitiria melhorar e alargar a participação das populações e o seu esclarecimento em relação à solução dos problemas nacionais no sentido de modificar a correlação de forças facilitando a criação de uma alternativa ao Governo por convergência das forças políticas da Esquerda».

Salientando o papel do movimento popular, fundamentalmente organizado nos sindicatos, a ID sublinha ainda que «a transformação da luta social em luta política constitui um grande objectivo e uma grande necessidade para combater a actual política governativa não só pelos grandes custos sociais que faz incorrer à população, como pelas ameaças e riscos de restrição dos direitos e das liberdades democráticas».

A Declaração Política da ID debruça-se ainda sobre a política económica do Governo «caracterizada pela degradação da economia, especialmente acentuada no sector produtivo» e a política internacional.

## CASMO condena mudanças na duração do serviço militar

A Comissão de Apoio aos jovens em Serviço Militar Obrigatório (CASMO) condenou em comunicado o «incumprimento das promessas do ministro da Defesa acerca da redução do tempo de SMO e às desigualdades criadas tanto entre milicianos e soldados como entre as várias especialidades, que não podem ser os jovens a pagar a irreflexão e incompetência do poder político, e muito menos pagá-las de forma desigual, de acordo com o arbítrio do Ministério e das chefias militares».

«Um primeiro aspecto desta questão», afirma a CASMO, «que nunca pode ser marginalizado, é que as promessas são para ser cumpridas. Depois de todo o destaque dado à "redução do SMO para 4 meses", escondendo sistematicamente a possibilidade de não-redução de que agora o ministro lança mão, depois de se cativarem os jovens em época eleitoral, não é possível, sério ou honesto, agora, retirar essa promessa.»

«Por outro lado, desde o início que a viabilidade técnica da redução esteve dependente do sucesso da atracção de um volume elevado de "voluntários" contratados a prazo, dado a lógica seguida ser a da marginalização dos conscritos (jovens em SMO) dentro da instituição militar», refere o comunicado, que adianta:

«Numa lógica miserabilista, foram-lhes propostas condições miseráveis, abaixo das defendidas, a nível europeu, pelo ECCO (Conselho Europeu de Organizações de Conscritos) para todos os jovens que vão à tropa. Depois, face ao fracasso, foi explorado o impopular aumento das propinas, propondo a tropa em contrato a prazo como a

única forma, para quem não fosse rico, de ir para a Universidade.»

«Foram feitas promessas sem um estudo prévio sério, sobre pressupostos que tudo indicava não irem ser assegurados e sem que fossem previstas alternativas que não fossem o incumprimento dessas promessas. A vida dos jovens foi jogada de uma forma irreflectida e incompetente.»

A CASMO diz ainda que «o incumprimento das promessas é feito de forma arbitrária e desigual para os jovens», sendo «reduzido o tempo de serviço dos Oficiais e Sargentos Milicianos, mas não o dos Soldados — criando uma desigualdade que é socialmente selectiva e, a limite, inconstitucional, e demonstrando que o que está em causa é dispor de mão-de-obra barata e não o dever e direito constitucional de participar na defesa militar do país».

«São reduzidas umas especialidades e não outras, o que, face à distribuição aleatória ou informática dos mancebos pelas especialidades, torna "uns mais iguais do que outros" — o que é agravado pelo facto de não ser previsto qualquer mecanismo de voluntariado para ser integrado nas especialidades com maior duração de serviço, que não seria, já, mais do que um paliativo», adianta.

«Esta situação é inaceitável pela CASMO e pelos jovens em idade militar, que se recusam a pagar a irreflexão e incompetência do poder político e exigem o cumprimento das promessas, de uma forma que os não marginalize e em que seja salvaguardada a equidade e a sua dignidade», conclui a CASMO.



Álvaro Cunhal no convívio promovido, no domingo, pelos sectores dos bancários centro e norte, empresas, seguros e serviços

## Festa na Quinta da Atalaia

Os sectores dos bancários centro e norte, empresas, seguros e serviços realizaram na Quinta da Atalaia um grande convívio que contou com a participação de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional.

A jornada começou logo de manhã com a matança do porco, que foi depois servido ao almoço. Depois da intervenção de Álvaro Cunhal, o convívio prolongou-se pela tarde fora com a actuação de um grupo música popular portuguesa.

Álvaro Cunhal, nas breves palavras que dirigiu aos presentes, referiu-se à situação nacional, sublinhando dois aspectos que caracterizam a política do actual Governo - «a constituição, reconstituição e restauração das estruturas económicas dominadas por alguns grupos do grande capital (...); o agravamento das condições de exploração dos trabalhadores e de vida do nosso povo e a retirada de direitos sociais».

Mais adiante, o Presidente do Conselho Nacional considerou que o resultado desta política tem sido «não o sucesso, no sentido de desenvolvimento, mas a recessão económica», salientando a «destruição do aparelho produtivo, não apenas na agricultura, mas também na indústria e nos serviços».

Álvaro Cunhal alertou ainda para as

ameaças que pairam sobre o próprio regime político que «com a alteração das leis eleitorais se pode converter num regime de cariz autoritário». Neste sentido lembrou que o Governo «nega o exercício das competências de todos os outros órgãos de soberania ou instituições democráticas cuja função é a fiscalização da acção governativa».

O dirigente comunista sublinhou, mais à frente, que «com surpresa para as forças que não acreditavam que o eleitorado do PSD pudesse reagir à política do Governo, vemos como exemplo esclarecedor dessa reacção o movimento dos pequenos e médios agricultores».

Sobre as próximas eleições autárquicas, Álvaro Cunhal considerou que são «uma grande batalha política, que se prepara com o trabalho dos nossos eleitos, confirmando as suas realizações, cumprindo os seus programas e promessas, com honestidade e competência, como é o nosso lema». O Presidente do Conselho Nacional do PCP afirmou que «as coisas estão bem orientadas no sentido de termos um grande resultado nas eleições autárquicas». No entanto, ressaltou que é necessária «uma vitória nas autárquicas que dê uma dinâmica à luta contra o Governo de forma a estarmos em condições de afastarmos Cavaco Silva e a direita do poder».



No sábado, os construtores da «Festa do Avante!» promoveram um debate na Quinta da Atalaia, sobre a preparação da próxima edição da Festa, a que se seguiu um animado convívio

## Corrida da Festa felicita Albertina Dias

A Comissão da Corrida da Festa do «Avante!»/93 enviou à atleta Albertina Dias e ao seu técnico Bernardino Pereira uma mensagem de congratulações pela vitória espectacular obtida pela atleta portuguesa em Espanha.

Albertina Dias, que já participou nas corridas de 91 e 92 da festa do «Avante!», conquistou no passado domingo a medalha de ouro do 21.º campeonato mundial de corta mato, realizado em Amorebieta.



## COMUNIDADE EUROPEIA

# Contas mal paradas na Comunidade

## Tribunal de Contas critica gestão dos fundos comunitários

Na reunião do Conselho Ecofin de meados de Março, o presidente do Tribunal de Contas, André Middelhoek, fez uma exposição em que reiterou, com particular veemência, as críticas insertas no relatório anual sobre a gestão dos recursos comunitários pela Comissão.

Esta, pela voz do vice-presidente Henning Christophersen, considerou-se injustamente acusada no relatório; vários Estados-membros, pelo contrário, mostraram-se sensíveis às críticas do Tribunal. O Conselho acabou por se pronunciar a favor da análise aprofundada, pelos representantes permanentes, das irregularidades denunciadas pelo Tribunal.

Na sua intervenção, o presidente do Tribunal de Contas chamou a atenção para os seguintes aspectos:

- o principal objectivo do Tribunal é o de "contribuir para a eliminação, tão rápida e completa quanto possível, das insuficiências" constatadas na execução das políticas comunitárias;
- os relatórios anuais do Tribunal "são longos" porque "é necessária a repetição de críticas e de recomendações idênticas ou sensivelmente análogas de ano para ano sempre que não foram desenvolvidas acções de correcção";
- o Conselho reconheceu "a importância dum acompanhamento apropriado do empenho da Comissão na resposta às observações do Tribunal". Ora, se esta

cumpriu no respeitante a certos "assuntos específicos", já "não fez grande coisa para que outras insuficiências apontadas pelo Tribunal (...) fossem corrigidas num prazo aceitável";

- o preâmbulo geral que a Comissão juntou à sua resposta ao relatório de 1991 do Tribunal "é uma boa ilustração do que de modo algum se pode qualificar de atitude construtiva".

Recusando deter-se na "redacção tendenciosa" do referido preâmbulo, Middelhoek rejeitou a "ideia de que o Tribunal é injusto para com a Comissão ao ignorar a complexidade real dos procedimentos e das circunstâncias", dado que nada disso implica "qualquer redução da responsabilidade da Comissão no que respeita à realização dos objectivos políticos e de execução do orçamento".

### Ajudas à agricultura sem controlo

Na sua intervenção, o presidente do Tribunal de Contas sublinhou ainda que, ao contrário do que a Comissão insinua, "não se pronuncia de modo nenhum sobre o conteúdo ou a natureza dos objectivos políticos" (...), mas "simplesmente examina a forma como eles são ou não realizados", bem como a complementaridade das medidas adoptadas.

Neste contexto, o responsável do Tribunal referiu que a auditoria financeira consagrada à utilização das ajudas comunitárias à agricultura revelou que, em oito dos Estados controlados em 1991, apenas três dispunham de sistemas de controlos internos fiáveis. Ora, disse Middelhoek, "a importância dos montantes em causa e a complexidade de uma legislação tantas vezes alterada fazem com que o risco de fraude seja particularmente elevado e que os controlos devam ser particularmente eficazes".

Também no respeitante às ajudas compensatórias dos preços agrícolas o Tribunal considera que "os meios adoptados (...) nunca foram os mais apropriados e que a grande diversidade de instrumentos criados nem sempre se justifica". Na opinião do Tribunal, a "Comissão deve antes do mais preocupar-se em avaliar os custos e as vantagens desta ajuda", dado que "a experiência dum ajuda com base no número de animais, de árvores ou de hectares pertencentes a uma exploração revelou inúmeros problemas de controlo que será necessá-

rio ter em conta aquando da aplicação da reforma" da PAC. Os recentes escândalos nesta matéria, em Portugal, são bem uma comprovação desta realidade.

Problemas idênticos se colocam no respeitante à eficácia e controlo de qualidade dos projectos desenvolvidos no âmbito dos Fundos Estruturais, bem como nas ajudas aos países terceiros.

Lembrando que o tratado de Maastricht prevê que o Tribunal forneça uma "declaração de garantia" que ateste a fiabilidade das contas, bem como a legalidade e a regularidade das operações, o presidente do Tribunal de Contas não se coibiu de afirmar que "face à persistência de graves deficiências de controlo interno ao centro e à periferia das actividades da Comunidade, qualquer declaração de garantia (...) será muito provavelmente acompanhada de sérias reservas quanto aos elevadíssimos montantes dos fundos públicos".

Pelos vistos, só cá pelo burgo é que Cavaco Silva se empenha em negar o que é já uma evidência nas mais altas esferas da Comunidade.

## Desemprego aumenta

A taxa de desemprego na Comunidade Europeia atingiu os dez por cento em Janeiro de 1993, ou seja, o nível mais elevado desde Abril de 1989, anunciou recentemente o Instituto de Estatística da CEE, Eurostat.

O aumento do número de pessoas à procura de trabalho foi de 0,1 por cento relativamente a Dezembro de 1992 e de 0,9 por cento relativamente a Janeiro de 1992.

A Itália foi o único país comunitário onde a taxa de desemprego baixou entre Janeiro de 92 e Janeiro de 93, passando de 10,1 para 9,7 por cento.

Segundo o Eurostat, entre os países onde o aumento do desemprego foi menor contam-se Portugal (de 4,5 para cinco por cento), a França (de 9,9 para 10,3 por cento) e o Luxemburgo (de 1,7 para dois por cento).

Pelo contrário, a Espanha viu a sua taxa de desemprego subir de 17 para 19,9 por cento; e a Irlanda de 17 para 18,4 por cento; e o Reino Unido de 10,2 para 11,5 por cento.

Mais moderado foi o agravamento na Bélgica (de 7,8 para 8,8 por cento), na Dinamarca (de 9,2 para 9,8 por cento) e na ex-RDA (de 4,2 para cinco por cento).

## Inflação desce

Também segundo o Eurostat, a taxa de inflação anual da CEE desceu em Fevereiro ao seu nível mais baixo desde Junho de 1989 - 3,5 por cento.

Segundo aquele organismo, esta percentagem representa uma diminuição de um ponto percentual comparativamente ao índice de Janeiro, que era de 3,6 por cento.

Em Portugal, a taxa de inflação anual, há um mês, era de oito por cento, a segunda mais elevada da CEE.

## Dinamarca

A menos de dois meses do segundo referendo sobre Maastricht, o número de dinamarqueses indecisos quanto a posição a tomar em 18 de Maio continua a aumentar. Segundo uma recente sondagem, cinquenta e três por cento vota "sim", 31 por cento vota "não" e 16 por cento ainda não decidiu. O inquérito confirma que 40 por cento dos eleitores sociais-democratas continua a opor-se à União Europeia (43 por cento é favorável e 17 por cento está indeciso).

Quanto aos eleitores socialistas liberais, as posições são mais claras: 75 por cento está contra o tratado de Maastricht, mesmo depois das derrogações a favor da Dinamarca, isentando o país da moeda única, política de segurança e asilo comuns e da cidadania europeia.

Se em Maio a Dinamarca voltar a dizer "não" a Maastricht, será obrigada a deixar a CEE, afirmou há dias o governador do Banco Central, Erik Hoffmeyer. Segundo aquele responsável, "a Dinamarca negociou uma posição de não retorno, na última cimeira europeia de Edimburgo, e, se os dinamarqueses rejeitarem uma segunda vez a União Europeia, a consequência lógica será a retirada da Comunidade".

## Mulheres na administração

Portugal é o país da CEE com mais mulheres na administração pública (65,2 por cento), enquanto a média europeia é de 43,9 por cento, revelou em estudo divulgado há dias em Lisboa.

O estudo, da autoria da rede comunitária constituída por 12 mulheres (uma de cada Estado membro), encarregada de analisar os obstáculos encontrados pelas mulheres no processo de decisão e de propor estratégias para promover a respectiva participação, constatou que a percentagem feminina no Parlamento Europeu é de 19,3 por cento, e que apenas a Alemanha (com uma presidente e uma presidente substituta) e Portugal (com uma vice-presidente) têm mulheres em lugares de chefia.

Por outro lado, o estudo revela que a participação média feminina no conjunto dos governos dos Estados-membros é de 11,1 por cento e que nenhuma mulher desempenha o cargo de primeiro-ministro.

Nos partidos políticos, a participação de mulheres varia entre 13 e 50 por cento, enquanto nas instâncias de decisão das organizações sindicais varia entre 0 e 30 por cento no conjunto dos Doze.

Em Portugal, os números são de 19,5 por cento na CGTP e de 12,2 por cento na UGT. A percentagem é ainda mais reduzida nas organizações patronais: CIP, 6,6 por cento; CCP, 11,7 por cento e CAP zero por cento.

O estudo conclui que "o mundo da tomada de decisão política na Europa é acentuadamente masculino" e sugere uma reflexão sobre "a legitimidade de uma democracia que, não sendo paritária, é necessariamente distorcida na sua possibilidade de representação dos interesses, das aspirações e pontos de vista do conjunto da sociedade".

## Ambiente

Os ministros do Ambiente da CEE fixaram em 6 de Fevereiro de 1994 a data-limite de ratificação pelos Estados-membros da Convenção de Basileia, que limita a circulação de resíduos perigosos.

Reunido a semana passada em Bruxelas, o Conselho de Ministros decidiu ainda pedir à Comissão Europeia para estudar a melhor forma de proibir todas as exportações de resíduos perigosos dos países industrializados para os países em vias de desenvolvimento, o que poderá implicar alterações ao texto da convenção de Basileia. Esta prevê várias salvaguardas aplicáveis às exportações em questão, baseadas em acordos bilaterais.

## Áustria na CEE com estatuto de excepção

A Áustria pretende, no processo de negociação com a CEE sobre a sua futura adesão, garantir a manutenção do seu próprio sistema de subvenções e ajudas directas à agricultura nas regiões de montanha, afirmou há dias o ministro da Agricultura austríaco, Franz Fischler.

Falando numa conferência de imprensa, em Viena, o ministro considerou que o actual sistema de subvenções previsto pela Comunidade não é suficiente para garantir a subsistência da agricultura austríaca, que classificou de "atípica".

De acordo com os estudos nacionais, 77 por cento da superfície agrícola austríaca é considerada "região agrícola de montanha" e 7,8 por cento como "região agrícola desfavorecida", o que representa 85 por cento da super-

fície global. É esta realidade que justifica a posição da Áustria sobre a matéria. Se a CEE aceitar a definição, praticamente toda a região agrícola austríaca, à excepção do vale do Danúbio e da bacia de Viena, deverá ser subvencionada.

Segundo o ministro, os agricultores da montanha recebem actualmente 1,5 milhões de xelins (cerca de 22,8 milhões de contos) de ajudas directas por ano, mil milhões dos quais atribuídos pelo Estado e 420 milhões pelos governos das províncias. Após a adesão à CEE, defende Fischler, as subvenções não podem ser inferiores, devendo, pelo contrário, aumentar. A propósito, recordou que, ao contrário do que sucede na CEE, todos os agricultores austríacos têm direito a subvenções.

## Contra o racismo e a xenofobia

O Grupo Coligação de Esquerda propõe-se lançar, à escala europeia, uma grande campanha de informação, educação e sensibilização para a construção de uma Europa tolerante, fraterna e solidária, e fazer de 1994 o "Ano europeu contra o racismo e pela igualdade de direitos".

O anúncio foi feito no passado dia 21, em Bruxelas, por ocasião da jornada europeia de luta contra o racismo e a xenofobia.

Num comunicado à imprensa, o Grupo Coligação de Esquerda manifesta a sua profunda preocupação pela escalada da intolerância racista e xenófoba, acompanhada por actos de violência contra emigrantes e refugiados, considerando que a mesma constitui um perigo para a Europa, cujas tradições culturais estão plenas de valores humanistas e democráticos.

Saudando a mobilização dos democratas em toda a Europa contra o racismo, a Coligação de Esquerda defende o seu prosseguimento e intensificação, nomeadamente no plano comunitário, tal como foi aprovado a 11 de Março no Parlamento Europeu ao ser adoptada uma resolução sobre "os direitos do homem na Comunidade".

Nesse sentido, o Grupo exorta os Estados-membros a passarem das declarações de princípio e condenações morais do racismo e xenofobia à tomada de medidas concretas que combatam de forma eficaz as causas económicas e sociais que alimentam tais manifestações. Designadamente, a Coligação de Esquerda propõe que os governos dos Doze adoptem medidas contra as exclusões e pelo emprego; pelo reforço e aplicação das legislações contra o racismo; protecção das comunidades estrangeiras contra as discriminações e violências racistas e reconhecimento da igualdade de tratamento e de oportunidades; iniciativas contra o subdesenvolvimento e apoio à economia dos países de emigração.



## INTERNACIONAL

## EUROPA

A Europa tornou-se o principal investidor estrangeiro directo na América Latina e Caraíbas, refere o jornal «Latin America Weekly Report», sediado em Londres.

Os investimentos directos europeus atingiram os 26,6 mil milhões de dólares (cerca de quatro mil milhões de contos) no período de 1985/90 contra os 19,2 mil milhões provenientes dos Estados Unidos da América e 18,3 mil milhões do Japão, segundo o jornal, que cita números do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Entre os países europeus, a Inglaterra está a cabeça desses investidores, com perto de 10 mil milhões no mesmo período, seguido da Alemanha com 1,9 mil milhões, Espanha, 1,7 mil milhões e Itália, 1,3 mil milhões.

O jornal assinala que os investimentos «concentram-se essencialmente» no México, Brasil, Chile e Argentina, que ficam com «a maior fatia».

Pelo contrário, dois países que, «antes da crise da dívida», faziam parte dos principais beneficiários dos investimentos estrangeiros directos, o Peru e a Colômbia, conheceram uma tendência inversa entre 1987/90, que levou ao «desinvestimento».

## CHINA

O dirigente comunista Li Ruihuan foi eleito presidente da Confederação Política Consultiva do Povo Chinês, um organismo sem poder executivo mas considerado de grande prestígio e influência.

Li Tuihuan, 59 anos, é um dos sete membros do Comité Permanente do Politburo do Partido, a cúpula do poder na China.

É considerado «reformista».

Li Ruihuan é o sexto presidente da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês, depois de Mao Zedong, Zhou Enlai, Deng Xiaoping, Deng Yingchao (viúva de Zhou) e Lei Xiannian.

## CAMBOJA

Pelo menos sete vietnamitas foram executados no centro do Camboja, em mais um massacre que os habitantes locais atribuíram aos guerrilheiros Khmeres Vermelhos, revelou um representante da Força de Paz da ONU.

Os corpos foram encontrados numa localidade na província de Kompong Chhnang, a cerca de 90 quilómetros a Norte de Phnom Penh.

As vítimas apresentaram marcas de terem sido mortas à queima-roupa, umas a tiro outras a golpes de machado ou faca, indicou Dennis McNamara, chefe da unidade para os Direitos Humanos da Força de Paz da ONU.

Segundo McNamara, uma menina de 12 anos foi morta com um tiro no pescoço e dois rapazes, de 14 e 16 anos, foram abatidos a tiro pelas costas.

Este foi o sexto massacre contra vietnamitas registado no Camboja desde o início da operação de Paz da ONU há um ano. Os ataques anteriores, de que resultaram a morte de 80 pessoas, foram igualmente atribuídos aos Khmeres Vermelhos.

## DESEMPREGO

O grupo de electrotecnica Robert Bosch anunciou que vai suprimir mais de mil empregos em 1993 nas suas actividades ligadas às técnicas de comunicação.

Em 1992, o grupo reduziu em 3700 pessoas os seus efectivos na área de técnicas de comunicação.

O seu volume de negócios no sector aumentou 3,2 por cento, para atingir 8,2 mil milhões de marcos, graças as novas filiais integradas no perímetro de consolidação do grupo.

O sector público contribuiu com 2,2 mil milhões de marcos para o total do montante de negócios, com um subida de 12 por cento relativamente a 1991.

O sector privado subiu de um para 2,7 mil milhões de marcos. Por sua vez, a multinacional holandesa Philips suprimiu este ano um total de cinco mil empregos na sua divisão «Electrónica Grande Público».

## ESPAÑA

Seis das sete centrais nucleares espanholas podem sofrer um grave acidente com fusão do núcleo, semelhante ao de Chernobyl, por causa de uma falha no desenho da tampa da cuba, revelou um estudo de especialistas.

Mas o Conselho de Segurança Nuclear (CNS) espanhol, órgão máximo na matéria, já respondeu dizendo que uma eventual fenda na cobertura da cuba do reactor, denunciada no estudo, «não implica um perigo iminente», pelo que não considera necessário acelerar a revisão das centrais.

O estudo, efectuado por físicos e engenheiros nucleares alemães e franceses, divulgado pelo Greenpeace, adverte que as fendas, detectadas em alguns reactores, podem deteriorar as barras de controlo, que moderam a reacção nuclear, daí podendo resultar uma fusão do núcleo, o acidente mais grave numa central.

Este tipo de ocorrência (a abertura de fendas) afectou já 13 reactores em França, Bélgica, Suíça e Suécia e, segundo os especialistas, ameaça as 92 centrais de água a pressão em funcionamento em todo o mundo, seis das quais em Espanha (Asco I e II, Vandellós II, em Tarragona, Almaraz I e II, em Cáceres, e Zorita, em Guadalajara).

## Palestina

## Faixa de Gaza encerrada

A Faixa de Gaza está encerrada desde segunda-feira, por decisão do Exército israelita. O que significa que nenhum habitante palestino de Gaza - e são 775 mil - será autorizado a ir trabalhar para Israel. Mais uma medida repressiva num contexto particularmente tenso, enquanto o processo negocial continua congelado, e simultaneamente se fazem sentir, em Israel, movimentos contraditórios, entre o agudizar desta tensão e a consciência da necessidade de uma solução política.

Na véspera do encerramento da Faixa de Gaza, dezenas de colonos barraram uma estrada aos operários palestinos de regresso de mais um dia de trabalho em Israel. Nestes mesmos dias, o exército israelita destruiu com roquetes anticarro três residências de famílias palestinas e prendeu familiares de um dos deportados para o Líbano.

De referir que desde o início de Março já foram mortos 23 palestinos e dez israelitas, em Israel e nos territórios ocupados. Entretanto - a lembrar uma questão que hoje se ergue como obstáculo

fundamental às conversações de paz - 300 filhos dos palestinos expulsos por Israel manifestaram-se na localidade de Roch Haniqra, no Norte de Israel, por ocasião do Aid El Fitr, que assinala o fim do Ramadão.

Acompanhados de familiares, os manifestantes lançaram balões com os nomes dos pais, e apelaram ao seu regresso e à reunião das famílias.

O regresso dos deportados foi um tema fundamental do encontro de uma delegação palestina com o secretário de estado norte-americano, Warren Christopher.

Os palestinos recusam-se a participar na nona sessão das negociações bilaterais, prevista para 20 de Abril em Washington, antes da resolução do problema dos 396 palestinos deportados em Dezembro.

Um porta-voz da Organização de Libertação da Palestina (OLP) precisou serem três os obstáculos que bloqueiam a participação dos palestinos na próxima ronda de conversações.

A OLP exige que Israel proclame o fim das deporta-

ções dos palestinos, reconheça as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU como «base do processo de paz» e que aplique a resolução 799 sobre os deportados, embora se afirme que o repatriamento possa fazer-se de forma escalonada.

Em véspera do encontro de Washington, o porta-voz da delegação palestina às conversações de paz sublinhou que «a situação nos territórios ocupados poderá tornar-se explosiva, devido à escalada da violência e ao prosseguimento da repressão israelita».

A consciência deste perigo está a levar a reacções divergentes das diferentes forças políticas em Israel.

À esquerda do conjunto de partidos que integra a coligação governamental, o Meretz preconiza uma transferência de poderes para a OLP na Faixa de Gaza, o que levou o porta-voz palestino a comentar que «a OLP está pronta a tomar o poder em Gaza após uma eventual retirada israelita». Considerando, por outro lado - «Não nos podemos opor a uma retirada israelita das nossas terras,

mas é evidente que também não desejamos uma fragmentação dos territórios ocupados». Para concluir que «a melhor solução passa por uma retirada total».

À direita, o Likud, neste momento na oposição, defende a instauração da lei marcial nos territórios ocupados para «fazer a guerra ao terrorismo palestino».

Neste quadro, um dado significativo - a eleição pelo Parlamento, como 7º presidente de Israel, de Ezer Weizman, conhecido pelas suas posições em defesa da retirada de Israel dos territórios ocupados e de diálogo com a OLP.

Ezer Weizman, que toma posse a 13 de Maio, tomou-se conhecido, quando do início da Intifada, em Dezembro de 1987, pelos seus crescentes apelos às autoridades israelitas para negociar com a OLP.

«Durante muito tempo acreditei na grande Israel, sobre as duas margens do Jordão, mas reconsiderarei. Actualmente, penso que não podemos deixar escapar as hipóteses para a paz e que é necessário negociar com a OLP», afirma.

## Brasil

## Empobrecimento crescente

O rendimento «per capita» dos trabalhadores brasileiros caiu 5,3 por cento na década de 80, revela o Anuário Estatístico, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em Brasília.

O estudo, realizado entre 1990 e 1991, indica que 52,9 por cento da população economicamente activa do país (33 milhões de pessoas) ganhava até dois salários mínimos, hoje equivalente a cerca de 20 mil escudos, enquanto apenas três por cento (1,8 milhões) auferia remunerações dez vezes superiores aquela quantia.

Comprovando a persistência do que o IBGE classifica de «semiescavidão», oito por cento dos brasileiros que exercem alguma profissão não recebiam nada pelo seu trabalho no início dos anos 90.

As mulheres (147 milhões), que representavam 51 por cento do total da população, tinham rendimentos médios em 42 por cento infe-



Famílias camponesas expulsas das suas terras. Uma das caras da imensa miséria que lavra pelo Brasil

riores ao dos homens.

O salário dos negros (cinco por cento da população) e dos mulatos, índios e outros (39 por cento) equivalia a 41 e 48 por cento, respectivamente, em relação ao da média dos brancos (55 por cento).

A taxa de analfabetismo no país é de 19,5 por cento, atingindo principalmente negros, mulatos, índios e outros.

O estudo em análise indica que 31,7 por cento das crianças e adolescentes do país trabalham e 19,5 por cento trabalham e estudam.

Apenas um quarto deles tem contrato assinado e 86,2 por cento recebem até salário mínimo (hoje equivalente a cerca de dez mil escudos).

Quase três milhões de crianças e adolescentes entre os

dez e os 14 anos exercem alguma actividade profissional, o que é proibido pela Constituição brasileira.

A taxa de mortalidade entre famílias que vivem com até meio salário mínimo atinge 81 por cento das crianças com até cinco anos. São Paulo é o município brasileiro com o maior número de favelas (594).

## Programa nuclear sul-africano

Estados Unidos, Israel, Alemanha e França contribuíram durante décadas para o programa nuclear sul-africano, que terá enriquecido 300 quilogramas de urânio, denunciaram activistas antinucleares na sede do Congresso Nacional Africano (ANC).

Estas afirmações contradizem as declarações do presidente sul-africano, Frederik De Klerk, que classificou de exclusivamente nacional o programa nuclear desenvolvido pelo país. Como foi agora oficialmente divulgado, seis bombas atómicas foram construídas nos anos 70 e 80 e desmanteladas em 1980.

Mas na opinião do activista antinuclear Abdul Minty, sul-africano que deixou o país em 1958 e dirige a «Campanha mundial contra a colaboração militar e nuclear com a África do Sul», criada em 1977 na Noruega, o que o governo sul-africano diz «é apenas a ponta do iceberg».

A ajuda norte-americana à África do Sul remonta a 1950 e talvez antes. O primeiro reactor nuclear sul-africano, operacional em 1967, foi comprado à empresa norte-americana Alice Chalmers. A Alemanha forneceu ajuda substancial nos anos 60 e 70 e os franceses ajudaram a construir a central nuclear sul-africana de Koeberg, no Cabo Ocidental.



## França Direita prepara governo

A segunda volta das eleições francesas confirmou as posições, há duas semanas conquistadas pela direita, nos diversos órgãos e escações do poder político do país, com exclusão da Presidência da República.

Neogaullistas e direita liberal detêm agora o governo, uma esmagadora maioria dos lugares no Parlamento (480 em 577), além de dirigirem 20 das 22 regiões francesas e metade das cidades com mais de 100 mil habitantes.

Resultados que — nunca é de mais lembrar — refletem não apenas o descontentamento popular face a uma política claramente de direita entretanto levada à prática pelo Partido Socialista, como as profundas distorções inerentes à lei eleitoral francesa.

No comentário do «Libération», «foi menos a direita

que triunfou massivamente em lugares do que os socialistas que os perderam em massa. Os eleitores de esquerda censuraram os seus representantes».

De referir, em particular, que a direita detém três quartos dos lugares da Assembleia com pouco mais de metade dos votos.

Os resultados definitivos indicam que o RPR, neogaullista, é o partido vencedor com 247 assentos na Assembleia Nacional, contra 126 na legislatura precedente. A UDF, direita liberal, fica em segunda lugar, passando de 131 lugares para 213. Os «diversos de direita» obtiveram 24 lugares.

O Partido Socialista Francês conservou apenas 54 dos 252 assentos de que dispunha na anterior Assembleia. Os seus aliados da maioria presidencial passam de 20 para 10 eleitos.

O Partido Comunista Francês, que dispunha de 26 lugares, conserva 23 e o movimento dos Radicais de Esquerda, aliado do PS, passa de 10 eleitos para seis.

A Frente Nacional (extrema-direita de Le Pen) perdeu o único lugar que tinha anteriormente e os ecologistas não conseguiram eleger ninguém.

De imediato, prepara-se a coabitação de uma presidência socialista com uma esmagadora presença da direita em todos os órgãos de poder. O novo primeiro-ministro, Edouard Balladour, foi ministro da Economia e Finanças do governo de coabitação da direita, de Jacques Chirac, com o presidente François Mitterrand, de 1986 a 1988. Em perspectiva, os próximos desafios eleitorais: as europeias de 1994 e as presidenciais e municipais de 1995.

Entretanto, que perspectivas se abrem para a população francesa, particularmente atingida pela degradação da situação social? Que respostas para o grave problema do desemprego?

Nada indica que a política dos partidos de direita venha a ser menos gravosa para os trabalhadores que a política de direita anteriormente promovida pelos socialistas. Mas sem dúvida que o grande capital ficará a ganhar. E prepara-se para isso.

Em recente entrevista ao jornal «Les Echos», o banqueiro Jean-Marc Vernes, considerado como muito próximo do actual primeiro-ministro, Edouard Balladour, prevê que as privatizações já programadas pela nova maioria comportem núcleos de accionistas «ainda mais duros» do que em 1986. Ou seja, um maior domínio do grande capital.

## Saudação ao PCF

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Francês a seguinte saudação:

Queridos camaradas:

Calorosas felicitações resultados alcançados PCF condições particularmente difíceis, importante contribuição combate política direita, defesa interesses e direitos trabalhadores e recuperação forças da democracia e do progresso social em França.

Saudações fraternais.

«Já se deu conta de que os núcleos duros de quatro por cento não são administráveis.

Os negócios são como os governos.

Não se dirigem sem maioria. Portanto, não ficarei

chocado de ver o Estado dar 20 por cento de um determinado negócio a um só investidor», comenta o banqueiro, que defende que «é preciso privatizar empresas muito poderosas».

## Angola Cresce exigência de condenação da Unita

«Neste momento, dois terços do país estão destruídos, existem milhares de mortos e cerca de dois milhões de refugiados, há quem diga que durante estes dois meses houve mais destruição que em 16 anos de guerra. Isto é uma tragédia e o mundo deve sabê-lo» — afirmou, em Luanda, o chefe da Comissão de Cooperação do Parlamento Europeu, Francis Wrutzz.

Em conferência de imprensa dada no final de uma visita a Angola de um grupo de deputados do Parlamento Europeu, Wrutzz denunciou as responsabilidades da Unita, «ou daqueles que seguem Jonas Savimbi no seu esforço de guerra contra a população» e sublinhou: «há dados seguros de que a África do Sul, Zaire, Marrocos e Costa do Marfim, de uma forma ou de outra, apoiam esta guerra. Também não é normal que os Estados Unidos tardem em reconhecer o governo legítimo, pois esta potência pode desempenhar um papel positivo dizendo a Savimbi que pare com a guerra».

Francis Wrutzz afirmou ainda que «os dirigentes ocidentais não têm o direito de ignorar o que se passa em Angola nem de ficar a meio caminho entre o apoio a uma ou outra parte».

Também a co-presidente da Assembleia Paritária dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da CEE, Maria Luisa Cassanmago, condenou a Unita, acusando o movimento de Jonas Savimbi de tentar obter pela guerra o que não conseguiu através das eleições.

Considerando intolerável o comportamento da Unita, Cassanmago frisou que a Assembleia manterá o apoio às Nações Unidas na tentativa para pôr fim ao conflito angolano e apelou à comunidade internacional para que não permita que o processo de estabilização da região da África Austral seja posto em causa.

A necessidade de definição clara da comunidade internacional face ao prosseguimento da guerra por responsabilidade da Unita, e em particular o reconhecimento do governo angolano por parte dos EUA, foi também recentemente referida pelo ministério

português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, que em entrevista à televisão de Angola disse que os Estados Unidos «deveriam pressionar a Unita a respeitar os acordos que assinaram», afirmando ainda que «para a actual situação não existe uma solução política sem que seja aceite a base de legitimidade resultante das eleições».

Esta pressão faz-se sentir nos próprios EUA.

O líder da Subcomissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos para os assuntos africanos, Harri Johnston, apresentou a semana passada ao Congresso norte-americano um projecto de resolução que exorta o presidente Bill Clinton a reconhecer o governo de Angola.

«O reconhecimento enviará um sinal a todos os angolanos de que a paz é da maior importância e de que uma solução militar é inaceitável. É mais do que tempo para que inequivocamente digamos ao sr. Savimbi que já basta», diz o congressista.

O documento apela ao Congresso dos Estados Unidos para que exorte a comunidade internacional a ajudar a conseguir o cessar-fogo e a negociar uma solução conforme com os acordos de paz de Bicesse.

Também o jornal «Washington Post» se refere, em editorial, às relações entre os Estados Unidos e Angola após o processo eleitoral, sugerindo que a administração Clinton reconheça o «sr. Santos e leve o sr. Savimbi de volta à mesa (das negociações)».

O editorial, sob o título «Estados Unidos confusos sobre Angola» pronuncia-se contra a ausência de uma decisão de Washington favorável ao reconhecimento do governo de Angola, argumentando que, com este procedimento, o líder da Unita, Jonas Savimbi, é tentado «a pensar que pode desafiar sem consequências o processo democrático».

Pior do que isso, acrescenta o «Washington Post», idêntica ideia poderá germinar nas cabeças dos que se preparam para processos eleitorais em África, nomeadamente em Moçambique.

## Rússia Golpe de Ieltsine falhou mas a crise continua

A tentativa de golpe de Estado de Ieltsine, proclamando a todo o povo russo na sua intervenção televisiva do dia 20 a auto-atribuição de poderes de excepção, falhou. Foi obrigado a recuar no dia 24, ao publicar só então um texto de decreto que já não correspondia ao decreto antes por si solenemente anunciado... Dando atrabiliariamente o dito por não dito, todavia não enganou ninguém sobre as suas intenções. Ieltsine foi obrigado a recuar pela firme condenação dos poderes judicial e legislativo, denunciando a violação da Constituição, tal como o fizeram outras diversas entidades, dividindo inclusive os seus próximos colaboradores. A aparente imobilidade (apesar das medidas de natureza militar que Ieltsine se apressou a tomar) das Forças Armadas, devem também reflectir as divisões que as correm e o descontentamento que também nelas lavra, como na sociedade.

O Congresso dos Deputados do Povo, baseado no parecer inequívoco do Tribunal Constitucional, recusou a «administração especial» que o presidente pretendia unilateralmente instaurar, numa versão ieltsiniana do poder absolutista («o Estado sou eu...»), bem reveladora da real natureza ditatorial da sua fraseologia «democrática».

A intenção de Ieltsine teve logo pronto e caloroso apoio dos seus aliados e financiadores imperialistas estrangeiros, dando-lhe o aval que internamente lhe era negado, em mais uma descarada ingerência nos assuntos internos da Rússia. Esse apoio, embora poderoso, não foi todavia suficiente para anular a vontade convergente de variadas forças políticas russas representadas no Parlamento, a reacção negativa das Repúblicas e o sobressalto popular que já desta vez fez sentir também nas ruas a sua voz (apesar de não ter alcançado ainda expressão à altura do descontentamento das mais largas massas).

Após uma dramática semana de confrontos na Sala do Congresso e do fazer, desfazer e refazer de compromissos nos bastidores (cujos reais meandros permanecem todavia obscuros), finalmente o Congresso dos Deputados do Povo resolveu pôr à votação a

impugnação do Presidente da República, simultaneamente com a apreciação da confiança no Presidente do Congresso do Povo. Este, Khasbulatov, obteve o voto de confiança de 558 deputados, contra apenas 339. Já Boris Ieltsin teve contra si uma grande maioria, mas salvou-se da destituição apenas por 70 votos (para a destituição exigia-se uma maioria qualificada de 2/3): votaram contra Ieltsin 617 deputados e a favor apenas 288, com 24 abstenções. Ieltsin escapou, mas claramente enfraquecido.

Esse enfraquecimento foi acentuado pela anulação de vários dos seus recentes decretos complementares (com relevo para o decreto que lhe dava o controlo total da rádio e televisão) e igualmente confirmado pela decisão do Congresso (645 votos contra 102) de realizar a 25 de Abril uma consulta popular, com perguntas (excepto uma) que desagradam profundamente a Ieltsin — em particular a 2ª pergunta: concorda ou não com a política económica e social seguida pelo governo do Presidente. E com razão Ieltsin teme essa questão, porque o povo russo, que vem sofrendo as desastrosas consequências da «terapia de choque» capitalista (que agora Ieltsin pretendia precisamente acelerar), muito naturalmente este não lhe dará o seu apoio.

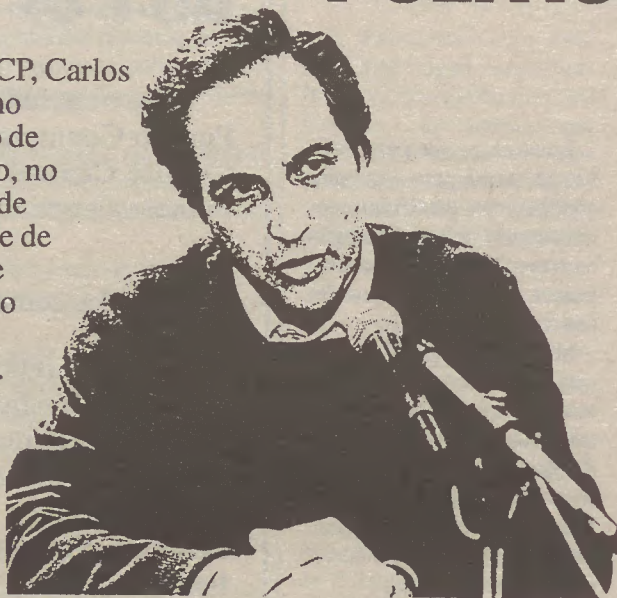
Como resume o jornal «Pravda»: «O Presidente mal se aguentou, o país quase venceu». A situação permanece instável, a crise continua. Alguma acalmia temporária está prenhe de eventuais perigosos desenvolvimentos e tem um desfecho ainda imprevisível. Uma solução mais clara parece adiada, talvez até ao resultado da consulta popular decidida pelo Congresso dos Deputados, mas ainda contestada pelo Presidente. Sobretudo, uma solução conforme aos interesses do sacrificado povo da Rússia exigirá que as forças sãs da sociedade recobrem ânimo, organização e convergência, especialmente os comunistas, para constituírem uma alternativa coerente à política de restauração capitalista que vem sendo aplicada ao seu país, conduzindo-o à catástrofe da «terceiro-mundização».



## Conferência de Carlos Carvalho

# POLÍTICAS DE OPOSIÇÃO

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, participou, no passado dia 23, no ciclo de conferências promovido, no Porto, pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica, subordinado ao tema «A política de Oposição em Portugal». O texto da conferência proferida por Carlos Carvalho é aqui reproduzido:



Nesta curta intervenção, propunha-me levantar algumas questões que são hoje objecto de debate como uma contribuição para a reflexão neste encontro, tendo como base de análise, no essencial a realidade portuguesa.

O tema que nos foi proposto, pela sua complexidade, exigirá uma reflexão posterior mas queria, desde já, deixar expresso cinco anotações prévias.

A primeira é que em Portugal temos avaliado a natureza de uma política (esquerda, direita) não pelo nome dos partidos que as concretizam ou pelo sua auto-afirmação, mas pelo seu conteúdo.

A segunda é para dizer que antes do 25 de Abril o nosso grande objectivo era a luta pela libertação do regime, a luta pela liberdade.

... Quando este ano celebramos os 72 anos de vida e de luta do nosso Partido...

... graças à luta dos comunistas que a classe operária e os trabalhadores se puderam afirmar como uma força essencial na vida política e social do País. Que foi como reflexo e resultado da luta do PCP que gerações de portugueses redescobriram a sua dignidade de cidadãos, ganharam consciência dos seus direitos inalienáveis, adquiriram confiança na razão das suas aspirações e na eficácia da sua própria acção...

A terceira, para lembrar que só nos definimos - como partido de oposição - do ponto de vista da nossa atitude face à política de direita, face ao Governo e à maioria parlamentar do PSD.

Não somos evidentemente oposição ao regime democrático que ajudámos a fundar.

E, sobretudo, como ser compreendido pela acção que desenvolvemos no poder local - com destaque para 1/5 do território nacional abrangido pelos municípios de maioria CDU+(ML) - em todas as esferas da vida nacional temos uma intervenção construtiva, voltada para a solução dos problemas nacionais.

A quarta para deixar claro que para nós não tem sentido a dicotomia entre: oposição sistematicamente oposição pela positiva. Não temos qualquer problema em denunciar o que está mal e em apresentar sempre que possível propostas alternativas ou em aplaudir o que é correcto.

A quinta para assinalar que os acontecimentos verificados nos últimos anos, nomeadamente nos países da Europa Central e de Leste, não significa, nem invalida que os povos e as forças do progresso deixem de ter por projecto a construção de uma nova sociedade onde seja banida a exploração do homem pelo homem.

Naturalmente que tão profundos acontecimentos colocam às forças progressistas muitas questões. Para onde vai o mundo? Não significarão tais acontecimentos, como dizem alguns, o fracasso total e definitivo na construção de uma nova sociedade socialista? O capitalismo deixou de ser capitalismo, mudou de natureza, está a democratizar-se, a força de trabalho deixou de ser uma mercadoria, deixou de haver imperialismo?

Respondemos negativamente a estas questões, sem deixar de ter em conta que a evolução do mundo torna necessárias novas relações de cooperação entre todos os países seja qual for o seu sistema social. Elas decorrem, em termos objectivos, da internacionalização das economias e dos processos de integração, da preservação e defesa da paz como objectivo central da humanidade e da necessidade de se dar resposta aos chamados problemas globais.

Mas tais acontecimentos exigem também uma análise de fundo à essên-

cia do poder, do Estado, da democracia, da organização económica, da ideologia, às questões da independência dos povos e nações e da paz e cooperação e a necessidade de uma "Nova Ordem Internacional".

Relativamente ao meu Partido e à luta por uma nova sociedade em Portugal, estes acontecimentos reforçam aspectos que temos por essenciais: o poder efectivo e não formal do povo, a democracia política e as liberdades e direitos dos cidadãos como parte integrante do sistema; estruturas económicas assentes na propriedade

social dos sectores básicos, mas incluindo estruturas económicas diversificadas e descentralizadas, a democracia interna do Partido e o desenvolvimento criativo da teoria.

Mas estes acontecimentos tiveram ainda como consequência uma ofensiva ideológica das forças conservadoras e reaccionárias em todos os domínios.

Por exemplo, em relação ao nível e papel do Estado, não somos favoráveis à sua onnipresença e favorecemos a chamada «sociedade civil» mas compreendendo-a na sua extensa pluralidade e não num reduzido número de detentores do poder económico e político. Depois, a direita que se afirma tão oposta às funções sociais e reguladoras do Estado é a primeira a apelar ao Estado, quando se trata de reduzir impostos sobre os lucros ou sobre as actividades especulativas, a pedir apoios quando a crise aperta, a clamar pela «ordem pública» quando os trabalhadores se vêem obrigados a lutar pelas suas justas reivindicações.

**Os conservadores e liberais são contrários à intervenção do Estado em relação às suas funções sociais, mas não a todas as intervenções que facilitem ou promovam, por qualquer maneira, a concentração e a centralização de capitais.**

Segundo aqueles, o Estado não deve assumir responsabilidades no sentido da concretização dos direitos económicos, sociais e culturais fundamentais. O direito ao trabalho e a segurança e higiene no emprego, os direitos dos consumidores, o direito à segurança social, à saúde, à habitação, ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, os direitos da maternidade e paternidade, da infância, da juventude, da terceira idade, dos deficientes, o direito à educação, ao ensino, à criação e fruição cultural. Estes deverão ser deixados ao mercado e à organização pelo máximo lucro. Não está em causa a iniciativa a todos os níveis da chamada sociedade civil, mas em relação àqueles direitos há que encará-los com firmeza e frontalidade efectivamente como direitos e não como mercadorias em que o Estado deve desempenhar um papel primordial e simultaneamente estimulador da pluralidade das iniciativas não estatais.

Esta questão está vinculada com outra mais geral e que se prende com o próprio conceito de democracia. No nosso projecto para Portugal de uma democracia avançada no limiar do século XXI, a liberdade e a democracia política, económica, social e cultural são elementos inseparáveis. E consideramos que a democracia política intimamente articulada com a democracia económica e social possui um

valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.

Para a direita, esta resume-se à sua vertente representativa e de partidos, reduzindo ao mínimo a sua vertente participativa, ao rotativismo, às engenharias bipolarizadoras.

Na delimitação da fronteira com a direita o conteúdo real da liberdade é uma questão central. Trata-se de verificar se à sua proclamação jurídica nos textos constitucionais corresponde uma possibilidade efectiva da sua execução prática. Trata-se, por outro lado, de enriquecer o catálogo de direitos, liberdades e garantias, tendo em conta novas realidades, novas tecnologias, novos problemas que têm que ser enfrentados e resolvidos.

Afirmamos com clareza que a liberdade é um fim em si mesmo, que pode e deve ser alargada, e que a sociedade pela qual lutamos deve ter como finalidade essencial alargar o conteúdo e a possibilidade real do seu exercício, a todos os níveis, desde o plano global, ao trabalho, à resistência e ao lazer.

Uma outra questão que é hoje também objecto de polémica, diz respeito à atitude perante os meios de produção.

As experiências históricas mostram, no entanto, que a **propriedade social dos principais meios de produção não conduz só por si ao progresso económico e social, nem elimina todos os aspectos negativos da consciência humana acumulados durante séculos. Mas sem essa condição, o «socialismo», por muito atraentes que sejam as suas roupagens teóricas e a sua retórica, ficara unicamente na imaginação e nos belos discursos dos seus criadores.** O grande capital e o seu egoísmo de acumulação, o seu poder económico e financeiro, as suas ligações e posições na sociedade, o seu domínio nos grandes meios de comunicação, frustrará a maioria das políticas sociais, as medidas conducentes a transformar o crescimento em desenvolvimento com a sua vertente social, ambiental e de equilíbrio regional.

Naturalmente que não perfilamos a ideia da propriedade social dos principais meios de produção como um acto voluntarista estatizante de empresas manietadas pelos ministérios de tutela conducente à burocratização, à centralização geradora de autoritarismo, esmagando a criatividade na empresa e dos cidadãos em nome de noções dogmáticas, do interesse colectivo, definidas no alto.

Entendemos sim, que o poder de dispor da riqueza nacional, de determinar as suas utilizações (pelo orçamento, a fiscalidade, o crédito, as subvenções) não pode ficar à mercê de meia dúzia de famílias, à mercê de meia dúzia de grupos económicos ou transnacionais, ele é mesmo uma das essências da democracia.

Se o poder do dinheiro se pode sobrepor às liberdades individuais, então as democracias, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, podem continuar a evocar os direitos do homem com toda a hipocrisia, como forma de encobrir a sua violação mais ou menos sistemática, banalizando e relativizando o seu não respeito, tolerando sem vergonha os 55 milhões de pobres na Comunidade, os milhões de desempregados, o crescimento em flecha do trabalho precário e o trabalho infantil.

A luta pelas liberdades, a luta pelo aprofundamento da democracia, torna-se necessariamente uma luta pela conquista por novos direitos e potencialidades de intervenção no campo económico, político, cultural a todos os escalões da sociedade. E estes são objectivos da esquerda.

Mas não se pode perder de vista o objectivo estratégico. Estas conquistas, numa sociedade dominada pelo poder do dinheiro e pelo negocismo serão sempre limitadas. E por isso a história está cheia de exemplos de partidos socialistas e sociais-democratas que, tendo pedido aos povos a maioria absoluta para realizar os seus programas, acabaram, depois de mais ou menos os meter na gaveta, gerirem o capital e cortarem o poder do dinheiro, nomeadamente para suporte das suas campanhas eleitorais que são cada vez mais caras. O resultado tem sido um rotativismo sem alternativa, frustrando as expectativas de muitos milhares de cidadãos e das camadas mais desfavorecidas da sociedade, uma alternância em que mudam as caras mas que no essencial tudo fica na mesma, com o descrédito da esquerda, da «classe política» e das instituições democráticas, traduzido num crescente distanciamento, alheamento, descrédito popular e abstencionismo eleitoral e o resurgimento da extrema-direita.





A atitude perante a propriedade social dos meios de produção não é uma questão acessória. Por isso, os critérios de gestão, a intervenção activa dos trabalhadores, a sua participação no processo de decisão e a ligação do seu nível remuneratório aos resultados da empresa é essencial. **Adquirir o direito de ser dono da propriedade social e ser-se dono autêntico, interessado e diligente, está muito longe de ser a mesma coisa.**

Creio pois que nesta fase histórica, a defesa de uma economia mista, que não seja o resultado da apropriação colectiva dos prejuízos - nacionalização das empresas que dão prejuízos pagos pelo dinheiro dos contribuintes, dos trabalhadores - e da privatização dos lucros, mas que contenha um sector público determinante e eficiente em coordenação e apoio do sector privado, constituído por empresas de variada dimensão e por um sector cooperativo, indicador da estratégia de desenvolvimento, é e continua a ser um valor de esquerda.

Um sector público dinâmico e eficiente é condição necessária para modernizar o aparelho produtivo tendo em conta que o conhecimento e a informação, a integração de bens e serviços, são cada vez mais importantes.

E esta questão liga-se ainda ao necessário esforço de investimento e à importação crescente do investimento imaterial: investigação, formação, informação. Conceber, produzir, comunicar e vender são elos indissociáveis.

**A eficácia não é um atributo da direita. Atributo da direita é a eficácia da acumulação assente nos baixos salários, na insegurança, precarização do emprego, na acentuação das desigualdades.**

A grande propriedade, ao ser considerada intocável porque suposta garante da prosperidade geral, engendra enormes concentrações de riqueza, outorgando àqueles que a controlam um exorbitante poder político, permitindo a uma minoria orientar a actividade económica em favor dos seus interesses particulares ou de grupo, procurando fazer crer que eles se identificam com o interesse geral. Deixam naturalmente à colectividade a obrigação de indemnizar os desempregados em nome de uma solidariedade que preserve uma relativa paz social. No entanto, as mais das vezes, as especulações financeiras e imobiliárias sobrepõem-se às actividades produtivas criadoras de empregos, as fugas ao fisco e as fugas de capitais para os paraísos fiscais são a forma, e não a excepção, bem como a realocação de empresas para países praticamente desprovidos de legislação social.

O que a experiência mostra é que nem o pragmatismo da direita a leva a ser "ortodoxamente liberal", admitindo e defendendo em palavras tais valores e concretizando alguns sobretudo em períodos eleitorais, nem os partidos socialistas e sociais-democratas no poder, abdicando de transformar a estrutura económica da sociedade se têm mostrado imunes às pressões do grande capital... A luta contra a vaga do neoliberalismo que teve o seu cume no reaganismo e tatcherismo, e o combate à actual construção comunitária neoliberal deve congregiar os esforços das forças do progresso. Mas a alternativa ao neoliberalismo, não é somente uma diferença de grau.

Neste sentido gostaria de introduzir aqui a questão da situação política actual.

Impossibilitado pela evidência dos factos, de continuar a negar totalmente a crueza das realidades, o Primeiro-Ministro procura agora confundir e enganar os portugueses e amortecer o crescente descontentamento popular, invocando a difícil conjuntura económica internacional e os dramas sociais que se estão registando nos outros países da CEE.

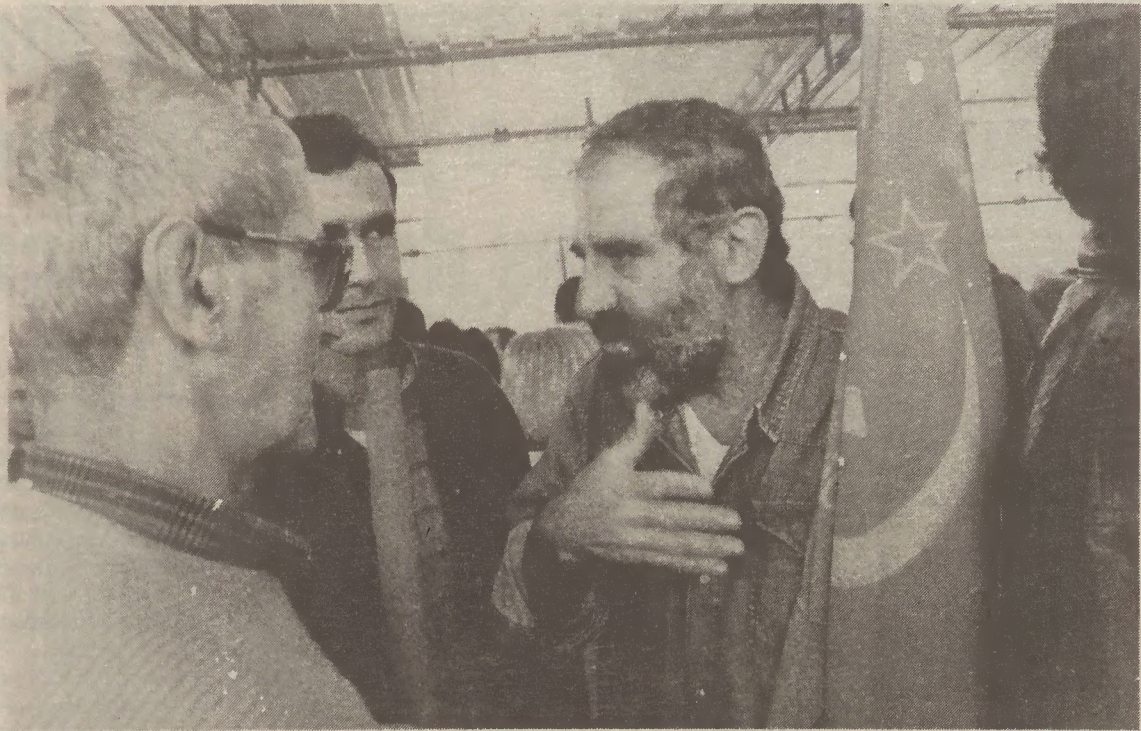
Esta linha de mistificação justifica três observações:

- a primeira é para salientar que este Primeiro-Ministro, que agora atribui exclusivamente a crise da economia portuguesa à difícil conjuntura externa, é o mesmo Primeiro-Ministro, que passou anos e anos de uma muito favorável conjuntura económica externa a negar sistematicamente que fosse ela que, em parte essencial, explicava os alegados "éxitos" da política do Governo e a afirmar sistematicamente que certos resultados ao nível do investimento e do crescimento económico eram mérito exclusivo do Governo;

- a segunda é para lembrar que muitos dos aspectos da situação económica e social mais gravosos que actualmente se verificam nos países da CEE, são consequência directa das comuns opções, critérios e objectivos de classe e da política de direita seguida nesses países, seja por governos socialistas ou social-democratas;

- a terceira é para sublinhar que, sem prejuízo dos efeitos que a evolução negativa da economia internacional tem sobre a economia nacional, as causas essenciais de crise que hoje se vive em Portugal são da clara responsabilidade da política do Governo do PSD e de Cavaco Silva.

Com efeito, com inteira razão nós acusamos o Governo de ter delapidado centenas de milhões de contos dos fundos



comunitários sem que os tivesse usado para modernizar efectivamente a estrutura produtiva nacional e para a preparar para enfrentar uma concorrência externa cada vez mais aberta e mais forte.

Com inteira razão, nós acusamos o Governo de, em troca de uns milhões de contos que obviamente se sumiram sem deixar rasto, ter irresponsavelmente perdido períodos de transição essenciais para a adaptação da agricultura portuguesa e de, através do processo de privatizações, ter destruído ou perdido o controlo sobre núcleos da economia nacional que eram essenciais para enfrentar os desafios do Mercado Único.

Com inteiro fundamento, nós acusamos o Governo pela nefasta antecipação da liberalização dos movimentos de capitais e pela precipitada integração do escudo no mecanismo das taxas de câmbio do SME que significou da parte do Governo uma deliberada opção para que a competitividade da economia nacional passasse a assentar unicamente na redução dos salários e no aumento do desemprego.

Com inteiro fundamento, nós acusamos o Governo de uma insensata e desastrosa política de revalorização do escudo e de altas taxas de juro e de privilégio da especulação financeira em prejuízo da actividade produtiva.

Com inteira verdade, nós acusamos o Governo de ter voluntariamente aprisionado o País e a sua política económica e social nas malhas da chamada "convergência nominal" da taxa de inflação e do défice orçamental e na lógica infernal de Maastricht que, dia a dia, mais evidente se torna terem de ser prontamente rejeitadas e abandonadas.

É interessante verificar que hoje, face às consequências sociais e económicas de uma política económica assente nos critérios de Maastricht, são os mesmos defensores de Maastricht, os que sempre negaram o que tinham afirmado que num passe de mágica passam também a afirmar que tais critérios estão a aprofundar a recessão na Europa e no País. A demagogia não tem limites.

Nós temos sublinhado que para que os portugueses sejam pessoas, para que se dê combate à política do Governo, os objectivos da convergência monetária de Maastricht não se podem sobrepor às necessidades da convergência "real" das economias, isto é, os indicadores financeiros e orçamentais da União Económica e Monetária Comunitária, não se podem sobrepor ou contrariar ao crescimento e ao desenvolvimento do País...

(...)

É com pleno sentido das responsabilidades que o PCP afirma que a continuação da política do governo PSD/Cavaco Silva conduzirá Portugal para uma gravíssima situação económica com custos sociais de grandes proporções fazendo recair sobre os trabalhadores e a generalidade da população extensos e intoleráveis sofrimentos, dramas, privações e dificuldades de toda a ordem.

A situação actual do País e a gravidade dos problemas que afectam os portugueses só por si já chegam e sobram para que se compreenda que é um imperativo popular e nacional de primeira grandeza travar e derrotar a política do governo do PSD.

Mas esse imperativo popular e nacional ganha um carácter ainda mais forte e inadiável perante a compreensão - que é necessário continuar a ampliar - de que com a continuação da política do PSD e com a consumação dos seus diversos objectivos estratégicos, não só a situação económica e social seria ainda mais grave como estaríamos então numa situação em que as condições de resistência a uma política desastrosa e injusta e as possibilidades de luta por uma alternativa estariam profundamente diminuídas pela desfiguração da democracia política, pela imposição de leis eleitorais antidemocráticas, pela drástica restrição dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

O intenso descontentamento que percorre a sociedade portuguesa e a amplitude e diversidade das movimentações sociais, de protesto e de luta que estão em curso indicam o caminho necessário e indispensável para travar a política do Governo.

Uma outra questão que hoje está também no centro dos debates é a de saber qual a posição quanto à internacionalização da economia e a mundialização das actividades face ao conjunto de factores que testemunham a sua intensificação e a integração tanto das sociedades dos países do "centro" como as "periferias" no sistema global.

Julgo terem razão os que afirmam que hoje o discurso dominante tira, a partir daqueles factos, duas conclusões erigidas em dogma: a primeira é que a única saída é a adaptação face à transnacionalização que é incontornável e que deve ser aceite; a segunda é que uma adaptação e ajustamento activo é possível com êxito tanto para os países com desenvolvimento médio como para os do «Terceiro Mundo», citando-se em abono da tese entre outros «dragões», a Coreia do Sul. Mas quem for mais

ao fundo e analisar o conteúdo do PIB, o conteúdo nacional das exportações, a distribuição do rendimento, as condições sociais, ajuizar-se-á do valor dos exemplos.

**Problematizando. A questão que se coloca é esta: pode-se ou não manter e afirmar a construção de uma autonomia nacional face a certas exigências da transnacionalização ou a contradição é tal que nada mais resta do que a dissolução da realidade nacional na mundialização, na economia mundial?**

Como já alguém disse, duas respostas são possíveis com conteúdos sociais diferentes e mesmo conflitivos.

Em primeiro lugar, a «troca desigual», as dependências e as dominações não são figuras de retórica; em segundo lugar, continua a ser verdadeiro o juízo de que o que é bom para a General Motors poderá ser bom para os EUA mas não será, por exemplo, necessariamente para Portugal e para a Espanha; em terceiro lugar a afirmação de que é imparável a evolução das economias nacionais e internacionais e a sua posterior integração na economia mundial, é contraditada desde logo pelos exemplos das economias «nacionais». Depois é de facto verdade que as classes dirigentes dizem sim à transnacionalização, mas muito simplesmente porque são em termos de rendimentos e de poderes as beneficiárias, ao contrário das classes populares, como o atesta com clareza, a situação do Terceiro Mundo.

Isto para concluir que sem deixar de se ter em conta os fenómenos da internacionalização das economias, da mundialização das actividades e os fenómenos da integração, é possível e necessário edificar uma base económica nacional, preservar alavancas fundamentais, não entregar o essencial da estratégia de desenvolvimento a centros de decisão externos, sempre centralizados e afastados dos povos e lutar pela coordenação das políticas e sua complementarização, pela descentralização, pela coesão económica e social e pela democratização das instituições internacionais.

**É por isso cada vez mais importante a cooperação efectiva e operativa entre as forças sociais e políticas de progresso que não se podem contentar com gestos rituais de solidariedade.**

A questão da cooperação e solidariedade entre todas as forças políticas e sociais do progresso é hoje uma questão maior.

A consideração de uma esquerda necessita também de continuar a incluir na sua ordem programática as grandes causas e as grandes reformas, do ensino, da saúde, da justiça, da administração pública... As forças democráticas devem assumir o protagonismo da defesa empenhada dos novos direitos e do debate e aprofundamento dos novos temas que hoje atravessam a sociedade, até porque são elas que estão em condições de lhe dar resposta efectiva.

Mas para além da bandeira dos novos direitos e dos novos temas - questões relacionadas com as ciências da vida, a informática, os novos fenómenos de urbanização - há que estar numa tensão constante, relativamente ao empobrecimento da democracia e tudo fazer para que sejam plenamente assegurados os direitos de carácter pessoal, político, laboral e social, e dentro dos direitos pessoais fundamentais designadamente o direito à integridade moral e física, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, à imagem e à reserva da intimidade privada e familiar.

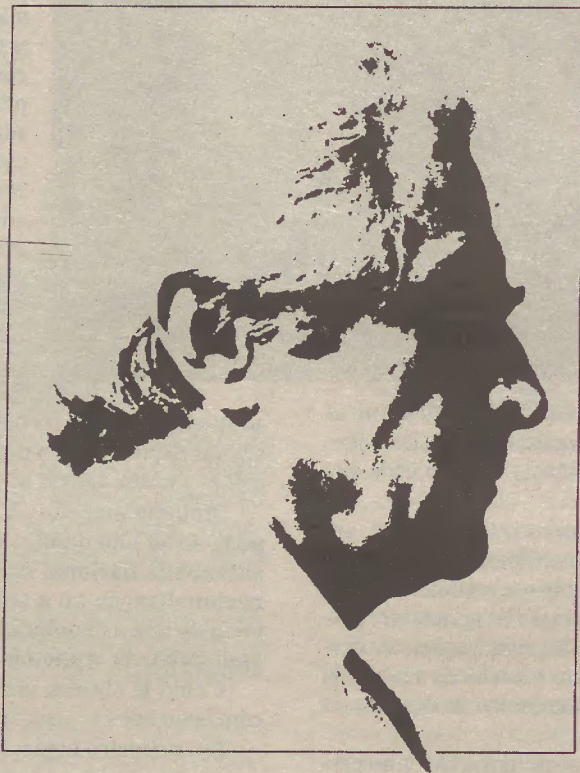
**Pela nossa parte, assumimo-nos também como protagonistas da valorização e dignificação de quem trabalha, da defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, do incentivo à sua participação activa e criadora em todas as esferas da sociedade.** Continuamos também a colocar em primeiro palmo a luta pela paz, a defesa de uma segurança colectiva que ultrapasse a lógica dos blocos, e de uma nova e justa ordem económica e de uma nova ordem política mundial baseada, não na pax americana, mas no respeito de nações iguais, livres, soberanas e independentes.



EM FOCO

# Mesmo antes do Tratado de Maastricht já são profundas e desastrosas as consequências da integração de Portugal na CEE

O presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, proferiu, na passada sexta-feira, uma conferência sobre o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht). A conferência teve lugar, a convite da Câmara Municipal de Castelo de Vide, no Teatro Mouzinho da Silveira. É o seguinte o texto da conferência:



## Sistemas de integração com desigualdades de desenvolvimento

A internacionalização dos processos produtivos, a divisão internacional do trabalho, a cooperação económica internacional e consequentes sistemas de integração resultam objectivamente do desenvolvimento económico das sociedades, tanto de estrutura capitalista como de estrutura socialista. Têm conhecido nova dimensão nas últimas décadas por impulso da revolução científico-técnica, das novas tecnologias e da impossibilidade de soluções autárquicas quando a economia adquire um grau superior de desenvolvimento.

Entretanto, para que um sistema de integração seja realizado entre Estados com direitos iguais e vantagens recíprocas é necessário que os Estados participantes tenham níveis de desenvolvimento económico muito aproximados.

Se os Estados participantes num sistema de integração económica têm níveis de desenvolvimento sensivelmente desiguais, passam também a ser desiguais os direitos e as vantagens. A não haver fortes correctivos da realidade objectiva (e a experiência já mostrou a fragilidade de tais correctivos) em vez de cooperação entre Estados independentes e soberanos, estabelecem-se, no quadro da integração, relações de domínio e mesmo de exploração pelos Estados mais desenvolvidos, mais ricos e mais poderosos dos Estados menos desenvolvidos, mais pobres e mais fracos.

Se, por exemplo, nos países mais desenvolvidos o problema é o excesso de produção e nos menos desenvolvidos a sua carência e a necessidade de aumentá-la, da integração resulta o refreamento e mesmo o sacrifício do desenvolvimento económico nestes últimos para alargar o mercado dos primeiros. A defesa do aparelho produtivo dos mais desenvolvidos acaba por exigir o refreamento ou mesmo a destruição do aparelho produtivo dos mais atrasados. É isso o que está acontecendo na CEE e com particular evidência no que respeita a Portugal.

A criação e desenvolvimento da Comunidade Económica Europeia (CEE) confirmou, quando foi formada por um número reduzido de países mais desenvolvidos, a natureza económica objectiva da criação do sistema de integração. Confirmou também, com o seu alargamento, a desigualdade das vantagens, a submissão e sacrifício dos interesses dos países mais pequenos e mais pobres e limitações crescentes à sua independência e soberania nacionais.

Tendo em conta estes aspectos do problema, o grande atraso do desenvolvimento económico de Portugal relativamente aos países mais desenvolvidos e o que já no tempo da ditadura fascista estava a suceder com a participação de Portugal na "zona dos sete" liderada pela Inglaterra, o PCP não só classificou então as zonas de comércio livre como "instrumento dos monopólios das grandes potências e de submissão e absorção económica dos países participantes menos desenvolvidos" [A. Cunhal, "Relatório da actividade do CC ao VI Congresso do PCP", p. 24], como advertiu das consequências nocivas para a economia portuguesa e para a independência nacional de uma eventual adesão ao Mercado Comum [A. Cunhal, "Rumo à vitória", ed. de 1979, p. 94 e seg.].

Depois do 25 de Abril, o PCP procedeu a uma análise mais aprofundada das consequências que teria para Portugal a entrada na CEE. Em 1979/80, promoveu uma Conferência

sobre o Mercado Comum em cujos debates preparatórios intervieram dezenas de milhares de participantes. Examinaram-se ramo por ramo, sector por sector, a situação e as consequências previsíveis. A conclusão geral foi "que a economia portuguesa não estava em condições de ser integrada na Comunidade Europeia"; que Portugal não tinha condições para tirar globalmente vantagens da integração na CEE; que a integração no Mercado Comum tendo em vista a liquidação das conquistas da revolução e a restauração do capitalismo monopolista seria altamente negativa mesmo desastrosa para a agricultura, para a indústria e para as pescas; conduziria à recessão ou absorção de sectores básicos da economia nacional; impediria o desenvolvimento económico do país segundo os interesses nacionais portugueses.

Apesar dos períodos de transição e da decisão da duplicação das verbas dos fundos estruturais com o Acto Único, os acontecimentos comprovaram no essencial estas análises e prevenções.

Falamos da CEE, falamos do Mercado Comum. É porém necessário ter presente que a chamada Comunidade Europeia tem tido ao longo dos anos uma evolução caracterizada pelo alargamento e aprofundamento das áreas de integração. Mesmo que a comunidade europeia se limitasse ao estabelecimento de um mercado comum, Portugal não estaria em condições de aguentar o desaparecimento das protecções aduaneiras. Mais grave ainda quando a integração significa não apenas a integração num mercado comum, num mercado único, mas, a partir daí, uma política económica comum. E não apenas integração económica, mas integração política, integração diplomática, integração de defesa, integração de segurança, integração militar.

Precisamente nestas várias matérias o Tratado de União Europeia (o Tratado de Maastricht) significa uma alteração qualitativa da Comunidade Europeia e das obrigações dos Estados membros.

A entrada em vigor do Tratado representará para Portugal o agravamento das consequências negativas já anteriormente apontadas e gravíssimas limitações à soberania e independência nacionais.

## A União Europeia — o caminho de um projecto federalista

A internacionalização da economia e os processos de integração traduzem, no sistema capitalista, a evolução para um capitalismo multiestadual, em que o domínio económico de gigantescas empresas multinacionais ou transnacionais tende também no plano político a soluções multinacionais, nomeadamente à criação de poderes políticos supranacionais ao serviço dos monopólios transnacionais. A União Europeia nos termos do Tratado de Maastricht é uma expressão e um avanço na concretização dessa tendência. A Europa que se pretende criar não é a Europa dos povos, mas a Europa dos monopólios.

A defesa da unidade política da Europa que corresponda à unidade económica tal como se estabelece no Tratado de Maastricht é a posição lógica, racional, dos grandes grupos económicos dominantes e dos países onde os governos defendem os seus interesses. Defender tal unidade política, como a estabelece Maastricht, como se pudesse significar um controlo político democrático, é ignorar que o Tratado visa precisamente formas de entrega do poder político na Comunidade Europeia aos que detêm o poder económico.

O Tratado de Maastricht estabelece a criação da União Europeia numa direcção federalista, numa união política dos Estados membros com órgãos supranacionais que decidem em aspectos fundamentais uma política comum obrigatória para os Estados membros.

Conhecer a composição desses órgãos supranacionais e verificar quem tem neles o efectivo poder de decisão é indispensável para se compreender quais os interesses servidos pelas políticas comuns da União Europeia que venham a ser estabelecidas.

Pode afirmar-se com fundamento que, a ir por diante o Tratado de Maastricht, serão os Estados mais ricos, mais poderosos, mais desenvolvidos e os grandes grupos económicos multinacionais e transnacionais que decidirão, segundo os seus interesses próprios, da política obrigatória para os Estados membros, mesmo que contrária aos interesses dos Estados mais pequenos, menos desenvolvidos e mais pobres.

Assim, há decisões que no Conselho só podem ser aprovadas por maioria qualificada (artº 148, nº2, texto do Tratado de Roma sem alteração). No concreto, só por 54 votos no total de 76 votos. Isto significa que para evitar que uma decisão seja aprovada serão necessários mais de 22 votos. Ora, os Estados membros dispõem de número diferente de votos.

A Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e a Itália dispõem de 10 votos cada. A Espanha de 8. Portugal, a Grécia, a Bélgica e a Holanda de 5 cada. A Dinamarca e a Irlanda de 3. E o Luxemburgo de 2. Ou seja, por exemplo: A Alemanha, a França e a Grã-Bretanha com 30 votos, ou a Alemanha, a França e a Bélgica com 25, podem impedir qualquer decisão aprovada pelos outros nove Estados membros. Mas, Portugal, a Grécia, a Dinamarca e a Espanha com um total de 21 votos, todos juntos, não podem impedir que sejam tomadas quaisquer decisões, mesmo as mais graves contra a sua vontade e os seus interesses.

Quanto à orientação e ao respeito pelas decisões tomadas, a prática já está mostrando que os Estados mais pequenos serão de facto obrigados a aceitar e a cumprir, mas os grandes, quando atingidos, encontram e encontrarão forma de se furtarem ao cumprimento. Numerosos exemplos o mostram. [Ainda recentemente, o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa decretaram o embargo de armas à Indonésia. Mas logo de seguida a RFA vendeu à Indonésia 39 navios de guerra da ex-RDA.]

É assim estabelecido um sistema em que os mais pequenos e os mais pobres Estados membros perdem elementos essenciais da sua soberania e independência nacionais, enquanto os mais ricos e poderosos terão o poder de decisão e só aceitarão o que lhes convenha.

Ainda o Tratado não está em vigor e já se desenham tendências de ainda maior concentração de poderes de decisão nos países mais desenvolvidos. A alto nível de responsabilidades aparecem propostas para que deixe de haver Presidências rotativas, para que nem todas as línguas do Doze sejam oficiais, para que um "núcleo duro" tome a iniciativa de aplicar unilateralmente a UEM sem esperar pelos outros Estados membros.

Não será ainda um Governo Europeu superior aos governos nacionais, mas a tendência federalista definida pelo Tratado de Maastricht vai nessa direcção.

A ideia da constituição de uma federação de Estados da Europa, dos Estados Unidos da Europa, com um Governo federal é defendida por alguns exaltados defensores da integração. A concretização de um tal projecto é porém a nosso ver irrealista.

Tal ideia poderá corresponder à ambição de hegemonia económica e política de tal ou tal país mais poderoso ou de grandes grupos multinacionais que, economicamente dominantes, pretendem também sê-lo politicamente. Mas contrária de tal forma a história, as realidades nacionais e os sentimentos dos povos da Europa que, a ser tentada, a sua concretização acabará por fracassar depois de ter causado profundos estragos não facilmente reparáveis.

Insistimos em afirmar que a institucionalização de órgãos e decisões supranacionais inevitavelmente comandados pelos países mais poderosos é caldo de cultura não para a expressão de sentimentos e atitudes de amizade, cooperação e solidariedade tão apregoados, mas para o desenvolvimento e exacerbamento de contradições, conflitos, sentimentos e atitudes nacionalistas, que para surpresa de muitos podem vir a expressar-se em formas radicais.

## Políticas impostas por instâncias supranacionais

A ir por diante o Tratado de Maastricht estaremos longe na União Europeia de uma cooperação entre Estados independentes, iguais em direitos e beneficiando de vantagens recíprocas.

Mesmo antes do Tratado de Maastricht, já são profundas e desastrosas as consequências da integração de Portugal na CEE.

Até quando se tratava fundamentalmente do avanço do processo de criação do mercado comum, da livre circulação de mercadorias, proclamavam os seus defensores extraordinárias vantagens para Portugal. O resultado não confirmou tal propaganda. Em vez de se abrir para mercadorias portuguesas o apregoado mercado comunitário de 300



## EM FOCO



Álvaro Cunhal em conversa com o Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Vide (à esquerda), com o Presidente da Câmara Municipal, Fernando Soares, e com Mário Ruivo, ministro do Mar do V Governo Provisório, momentos antes da Conferência

milhões de habitantes, foi o mercado interno português que se abriu para importações maciças vindas da CEE. Como ilustração, é de recordar que, quando da greve dos agentes alfandegários, a bicha imensa de camiões TIR na fronteira vinha para Portugal e não o inverso. O défice da balança com a CEE conheceu um aumento vertiginoso passando de oitenta milhões de contos em 1980 para mais de mil milhões de contos em 1992. O resultado está à vista.

Tal défice tem outra face da medalha: a desagregação anárquica do aparelho produtivo nacional resultante igualmente da integração.

De facto a integração de Portugal na CEE tem sido uma política de sacrifício dos interesses portugueses e interesses estrangeiros na indústria, na agricultura, nas pescas e conduziu a economia portuguesa a uma crise profunda e à desorganização, desagregação e destruição de grande parte do aparelho produtivo.

Ninguém negará ser um caminho que conduz à submissão nacional pois um país que não produz torna-se presa fácil de interesses e imposições estrangeiras.

No nosso entender, este curso da política portuguesa deve-se ao facto de que o objectivo estratégico fundamental dos governos dos últimos anos foi a destruição de conquistas da revolução de Abril e a reconstituição e restauração dos grandes grupos económicos monopolistas e da propriedade latifundiária, ou seja a restauração do capitalismo monopolista. A integração na CEE e os termos em que se processou essa integração foram largamente determinados por esse objectivo estratégico.

Tal política - num processo de privatizações empapado num lodaçal de irregularidades, escândalos e casos de corrupção - conduziu à destruição de empresas de importância insubstituível em sectores básicos da nossa economia, à renúncia a promissores planos e projectos de desenvolvimento e a uma verdadeira política industrial, à entrega ao capital estrangeiro de vantagens fundamentais da economia portuguesa incluindo de grande parte das instituições financeiras, ao encerramento de milhares de empresas, à crise profunda na agricultura e nas pescas, ao despedimento de centenas de milhares de trabalhadores e à degradação da situação social.

O Tratado de Maastricht agrava a situação de dependência e as nocivas consequências para a economia nacional. O Tratado determina novas áreas de política económica comum obrigatória para os Estados membros acentuando a imposição dos interesses e das decisões dos Estados mais ricos e poderosos.

Importa por isso ter uma ideia exacta das matérias nas quais poderá ser determinada uma política comunitária comum obrigatória para os Estados membros. Importa particularmente para nós, portugueses, ter uma ideia exacta dos poderes e competências inerentes à soberania nacional que Portugal perderá quando (ou se) o Tratado de Maastricht entrar em vigor.

Em resumo, poderá afirmar-se que Portugal perderá o direito soberano de definir a sua política económica, as suas políticas monetária e cambial (subordinadas a uma moeda única europeia), a sua política fiscal, a sua política orçamental, a sua política externa, a sua política de defesa, a sua política de segurança.

E caso para perguntar o que restará da nossa soberania.

## A União Económica e Monetária (UEM) contra a coesão económica

A União Económica e Monetária (UEM), trave mestra do Tratado de Maastricht, visa instituir e institucionalizar uma moeda única europeia, uma política monetária única tendo como grande objectivo a estabilidade dos preços, uma política cambial única. A competência para decidir caberá a um Banco Central Europeu (previsivelmente dominado pela Alemanha) dirigido por um órgão que não responde perante qualquer instância

da CE: A UEM obrigará, se se concretizar, ao apoio pelos Estados membros das políticas económicas gerais da Comunidade e instituirá sanções aos que não cumprirem tal obrigação.

Assim, por exemplo, se o défice orçamental for considerado "excessivo" pelos órgãos supranacionais, o Conselho poderá intimar a reduzir o défice num prazo indicado. E não sendo obedecido poderá aplicar pesadas sanções como a revisão de empréstimos, o depósito de um determinado montante, ou mesmo multas a pagar pelo "infractor" (artº 104C, nºs 7 e 11).

A UEM é uma política supranacional específica do capital financeiro transnacional, e, no que directamente nos interessa, implica o domínio estrangeiro de vantagens fundamentais da economia portuguesa. Institui um sistema que não respeita as diferenças de desenvolvimento e as características específicas da economia dos países menos desenvolvidos como é o caso de Portugal.

A chamada "convergência nominal" apresenta como objectivos obrigatórios de todos e de cada um dos Estados a diminuição do défice orçamental e da taxa de inflação e altas taxas de juro. Trata-se de fortes travões ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos e que tendem assim a confirmar as ilusões da prometida "coesão económica" e a distanciar ainda mais os níveis de desenvolvimento.

Tem-se dito muito acerca da "coesão económica" (princípio declarado da CEE) ou seja da aproximação do nível de desenvolvimento dos países mais atrasados ao nível dos mais desenvolvidos. Os factos não confirmam que se esteja a caminhar nessa direcção. No que respeita a Portugal, observa-se de ano para ano em Portugal uma quebra da taxa de crescimento do produto (PIB) e do investimento produtivo (FBCF) e manifesta recessão nas actividades directamente produtivas, nomeadamente da agricultura e indústria.

Por isso, quando se fala da corrida de lebres (os mais desenvolvidos) e tartarugas (os menos desenvolvidos), a realidade na Europa é que por este andar as tartarugas nunca mais apanharão as lebres. Desmentindo a precipitada declaração do ministro dos Negócios Estrangeiros português segundo o qual "uma Europa a duas velocidades" "está absolutamente fora de questão" (3.6.92), já algumas das mais altas entidades da CEE admitem de facto a "Europa a

duas velocidades" [Jacques Delors. *Público*, 25.9.92].

As consequências da integração para a agricultura portuguesa e a reforma da PAC são exemplos particularmente instrutivos do que há a esperar de uma ainda mais estreita subordinação da economia portuguesa a uma política comunitária comum como resultará do Tratado de Maastricht.

Ninguém poderá negar que as consequências desastrosas para a agricultura portuguesa da integração de Portugal na CEE comprova as advertências e previsões que na altura própria fizemos.

A recente reforma da Política Agrícola Comum (PAC) agrava ainda mais a situação. A reforma impõe que se produza menos, promove o abandono de terras cultiváveis, atribui fundos para que não se cultivem, trava o investimento, provoca a queda dos preços ao produtor português, e de tudo isto resulta o aumento da importação de produtos agrícolas ruinosos para a agricultura e os agricultores portugueses e o agravamento ainda maior do défice agroalimentar.

De há muito, o Governo deveria ter lutado pelo reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa no quadro da CEE e exigido em conformidade condições especiais, prazos mais largos do período de transição, apoios e ajudas especiais, medidas de defesa do mercado nacional (como fazem os outros países), reforço de verbas para apoio às estruturas, fim das limitações à produção portuguesa além do mais porque noutros países houve entretanto sérios apoios para produzir mais.

O Governo preferiu, porém, em vez de tomar as medidas adequadas, louvar e enaltecer esta reforma da PAC altamente gravosa para Portugal. O ministro da Agricultura foi ao ponto de afirmar que a reforma da PAC é "um contributo para que o mundo rural tenha futuro".

Os agricultores, com o seu protesto, estão mostrando de Norte a Sul do País que o Governo e o seu ministro não os convenceram.

## Políticas externa, de defesa e segurança comum — novos atentados à independência e soberania nacionais

Não é porém apenas na área económica que o Tratado de Maastricht limita ainda mais gravemente a independência e soberania dos Estados membros, nomeadamente dos menos desenvolvidos.

A concretizar-se o Tratado, Portugal perderá, também, os poderes de definir a sua política externa, a sua política de defesa, a sua política de segurança - poderes que entretanto constituem um atributo fundamental da independência e soberania nacionais de qualquer Estado.

O Acto Único (1986) estabelecia a "cooperação europeia em matéria de política externa" (artº 30). O Tratado de Maastricht estabelece não a cooperação mas "uma política externa e de segurança comum (artº J) fixando como obrigação dos Estados membros "apoiarem activamente e sem reserva a política externa e de segurança da União" (artº J 1, nº 4) e assegurarem "a conformidade das suas posições nacionais com as posições comuns" (artº J 2, nº 2) que caberá ao Conselho definir quando julgar necessário (ibid.).

A extrema gravidade de tais disposições, não escapa certamente à observação de quem quer que não esteja já predisposto a aceitar que a nação portuguesa e o povo português renunciem ao seu direito de decidir da atitude a assumir ante os grandes problemas internacionais e do seu relacionamento externo.

A política externa é precisamente uma área em que existem entre os vários países contradições e diferenças de interesses e de objectivos que, a par da cooperação, impõem o legítimo direito de cada qual definir as



Na viagem de regresso a Lisboa, Álvaro Cunhal aproveitou a oportunidade para se encontrar com as populações em algumas localidades do concelho de Ponte de Sor. Aqul, um momento do encontro em Tramaga





# Tratado de Maastricht

suas próprias orientações. É também uma área em que são possíveis e previsíveis em qualquer país mudanças que podem ser radicais como resultado de eleições com a substituição de governos com determinada composição político-partidária por outros com composição completamente diferente.

Uma política externa comum da União Europeia que será inevitavelmente definida pelos Estados mais poderosos amarrará Portugal a uma posição de seguidismo e a decisões e actuações que, como a experiência já está mostrando, poderão contrariar frontalmente interesses e opções nacionais.

Igualmente grave será a perspectiva de que uma política comum de defesa e de segurança signifique a definição de "uma política de defesa comum que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum" (artº J4, nº 1).

A aliança político-militar europeia UEO - União da Europa Ocidental, concluída em 1955, adormecida 30 anos e recentemente ressuscitada, reactivada e traduzida em atitudes e acções militares concretas comuns (Guerra do Golfo, Jugoslávia) passa a ser, segundo o Tratado de Maastricht, "parte integrante do desenvolvimento da União Europeia" (artº J4, nº 2) como "uma verdadeira identidade europeia de segurança e de defesa".

Trata-se portanto de disposições visando a criação de um "bloco político-militar" tanto mais de contrariar, quanto é certo que com o desaparecimento da URSS e do Pacto de Varsóvia desaparecem os motivos de "um perigo" sempre invocado anteriormente em relação à NATO.

Além dos motivos sérios de preocupações decorrentes do próprio texto do Tratado, outros não podem deixar de avolumar-se quando verificamos da parte do Governo a leviandade e irresponsabilidade com que uma atitude subserviente e seguidista está desde agora a arrastar Portugal para o envolvimento de unidades militares portuguesas em conflitos e guerras noutros países e no perigoso caminho de políticas externa, de segurança e de defesa comuns decididas por instâncias supranacionais dominadas pelos grandes da CEE.

Vemos com preocupação a adopção de uma política de defesa admitida e concretizada num processo de integração militar que subordinará à estratégia e aos interesses dos países mais poderosos, os critérios relativos à missão, à organização e ao armamento das Forças Armadas Portuguesas, desviadas assim da sua missão nacional específica.

Ainda de referir que o Tratado de Maastricht aponta para um sistema de integração policial ou seja um Sistema Policial Integrado, com a criação de um "Departamento Europeu de Polícia" (Europol), serviços de informação europeus e a definição de uma política comunitária de segurança interna e de imigração (artº K e seguintes).

Estas orientações, tiveram consagração antecipada nos Acordos de Schengen, assinados pelo Governo às escondidas do povo. Os Acordos estabelecem novas formas de controlo sobre os imigrantes e medidas restritivas em matéria de acesso, residência e trabalho. Estabelecem um sistema de informação e cooperação policial, com sistema informático de ficheiros computadorizados que ferem gravemente direitos e garantias essenciais dos cidadãos e incitam à xenofobia e ao racismo.

Não chegámos ainda à ficha do cidadão europeu, mas há motivos para temer que cada português venha a ter a sua ficha europeia com dados profissionais, sociais, políticos e privados computadorizados e, tal como já hoje sucede com a "ficha NATO" para selecção e exclusão de quadros para cargos nas Forças Armadas, venha a ser determinada a imposição externa da exclusão de portugueses de tais ou tais cargos públicos ou privados. Não se deve esquecer que na Alemanha há numerosas profissões de que por lei são excluídos cidadãos com opções políticas de esquerda (*Berufverboten*).

É também de anotar que os princípios dos Acordos de Schengen são susceptíveis de deteriorar as necessárias relações de amizade com países amigos, como já ficou patente nas decisões do Governo e dos seus serviços relativos à legalização de imigrantes africanos e ao escandaloso tratamento de

cidadãos brasileiros no aeroporto de Lisboa.

Vê-se que relativamente ao Tratado de Maastricht e ao seu significado, suas implicações e consequências, aos interesses nacionais e à independência e soberania portuguesas, existem análises, opiniões e atitudes muito divergentes.

Há quem vá ao excesso de concluir que quanto mais independentes são os povos mais infelizes são. Há quem, sem cair em tais exageros, aponte como o caminho do futuro para Portugal a integração num sistema que caminhe para uma federação de Estados com um poder político em que a voz de Portugal será inevitavelmente secundarizada e submetida quando contrária aos interesses e vontade dos grandes.

Nós, pela nossa parte, consideramos, como sempre considerámos, que a independência e a soberania nacionais são valores inalienáveis. Os portugueses não podem aceitar que Portugal venha a ser um qualquer Estado dos Estados Unidos da Europa com governo central em Bruxelas ou Estrasburgo.

## O desprezo pela vertente social e a crise na Europa dos Doze

O Tratado da União Europeia foi elaborado para servir os interesses do grande capital. Em matéria social limita-se no essencial a manter os princípios gerais do Tratado de Roma (artº 117 a 122) e despreza de facto a dimensão social do desenvolvimento.

Adoptada a política económica e financeira comum desenhada no Tratado, e privado o Estado português de definir as grandes coordenadas do seu próprio desenvolvimento e da sua vertente social, o caminho natural do Governo para obedecer e corresponder à política económica imposta do exte-

pedimentos em massa. Liquidam-se direitos sociais. Anunciam-se 17 milhões de desempregados e 55 milhões de pobres. Alastram e aprofundam-se as desigualdades e chagas sociais.

Não é um presente risonho nem um futuro risonho: nem na área económica, nem na área política, nem na área social, nem na área da política externa, defesa e segurança.

## A ratificação do Tratado nas costas do povo

O Governo manteve o povo português no desconhecimento das disposições, significado, alcance e consequências do Tratado de Maastricht. E assim, com os votos do PSD e do PS, foi ratificado o Tratado na Assembleia da República.

Pela nossa parte, defendendo o carácter imperativo de uma informação e consulta ao povo português, propusemos a realização de um grande debate nacional e finalmente de um referendo no qual o povo tivesse a palavra para decidir de uma questão que envolve o futuro do país e de todos os portugueses. Propusemos uma revisão da Constituição que visasse apenas o artº 118, nº 3 para que o referendo sobre o Tratado pudesse constitucionalmente realizar-se.

Vê-se que a necessidade de informação e de debate era tão grande que mesmo agora, já depois da ratificação pela Assembleia da República, ainda se promovem um pouco por toda a parte conferências, simpósios e debates sobre o Tratado, como é o caso da presente iniciativa aqui em Castelo de Vide.

Nas costas do povo foram por diante e ratificaram o Tratado sem que o povo português pudesse dar a sua opinião.

**Ninguém poderá afirmar que ele corresponde à vontade do povo português. Além do mais por essa razão continua a ser não apenas legítimo mas necessário continuar a luta para que não venha a concretizar-se um projecto federalista que tão gravemente compromete o futuro da pátria portuguesa.**

## Dois pesos, duas medidas

É esclarecedora a posição do Governo do PSD, do PS e de outras forças apoiantes do Tratado acerca do "Não" da Dinamarca no referendo e da votação tangencial no referendo em França.

A ratificação de um Tratado com tão profundas consequências e implicações não pode considerar-se uma mera formalidade mas o exercício de um direito soberano. Esse não foi entretanto o entendimento, tanto do Governo como do PS.

Ante o "Não" da Dinamarca, logo afirmaram que se a Dinamarca não queria apoiar o Tratado seria excluída e o Tratado e a Europa comunitária iriam para a frente com os 11 restantes países.

Logo a 3 de Junho, em conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva mais papista que os papa da CEE (desculpe-se a expressão) declarou que a União Europeia prosseguiria "se fosse necessário a onze".

O então ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, foi ainda mais explícito. "Não se pode pensar (disse ele) que um país que não aceita os objectivos fundamentais da Comunidade continue a ser um Estado membro" (i.).

Por sua vez, António Guterres, Secretário-geral do PS, logo também declarou que "se não for possível prosseguir a doze, teremos que prosseguir a onze" (*Público*, 4.6.92).

Estas atitudes são particularmente significativas. Primeiro porque recusam o direito de um Estado membro, sobretudo sendo um pequeno país, de ter uma opinião própria. É caso para perguntar se admitem que, se Portugal acaso viesse a manifestar (como é seu inteiro direito) objecções ou discordâncias em relação ao Tratado, viesse também a ser excluído da CEE.

Segundo, porque juridicamente o Tratado não pode ser aprovado se um dos Estados membros não está de acordo. O Tratado de Roma estipula que qualquer modificação dos seus princípios tem de ser aprovada por unanimidade. E o próprio Tratado de Maastricht estabelece (artº R) que só entrará em vigor quando for entregue o instrumento de ratificação por todos os 12 países membros.

Esclarecedora é também a forma diferente como foi considerada a votação nos referendos na Dinamarca e em França. Para de certa forma contestar o significado e a legitimidade do voto maioritário pelo "Não" na Dinamarca, veio à pressa o sr. Cardoso e Cunha afirmar que a minoria que, votando pelo "Sim" foi derrotada, era muito mais homogênea que a maioria que votou "Não". Para apagar o signifi-



O Presidente do Conselho Nacional do Partido, acompanhado de Bernardina Sebastião, do CN, fala à população de Longomel

rior e às imposições da chamada "convergência nominal" (diminuição da taxa de inflação e dos défices orçamentais e altas taxas de juro) é a contenção dos salários e a restrição ou liquidação de direitos sociais tal como anteriormente por efeitos das imposições do FMI.

Podê dizer-se que o Governo, como aliás outros governos europeus, está já aplicando disposições do Tratado, mesmo antes de ele entrar em vigor: reduzindo no Orçamento de Estado para 1993 as despesas de carácter social, adoptando uma política de generalização da precarização do emprego, encerrando empresas, promovendo despedimentos em massa, aumentando os preços, nomeadamente dos medicamentos e propinas, degradando as prestações de segurança social, agravando e alargando o pagamento de taxas moderadoras, tentando impor um tecto salarial de 6% quando está prevista uma taxa de inflação de 10%, aumentando a carga fiscal nomeadamente o IVA sob o pretexto de harmonização com a CEE.

Concebida a Comunidade Europeia como dominada pelos interesses dos Estados mais desenvolvidos e pelas poderosas transnacionais, tanto a política comum como a dos vários Estados, procura inevitavelmente fazer pagar aos trabalhadores o preço da solução das dificuldades do capitalismo monopolista.

Em 1989, foi aprovada por onze Estados e com a recusa da Grã-Bretanha, a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, mas a situação social actual mostra como os princípios gerais enunciados pouco valor têm na prática.

De facto com o espanto dos propagandistas do grande capital, uma crise económica e social profunda grassa na Europa dos Doze, incluindo os países mais desenvolvidos. Agora já ninguém esconde a recessão económica. Encerram-se fábricas. Reduz-se radicalmente a produção em sectores básicos e de ponta. Promovem-se e anunciam-se des-





Em Montargil, um dos aspectos do encontro de Álvaro Cunhal com a população da terra

cado do voto tangencial pelo "Sim" no referendo em França e tranquilizar os espíritos inquietos, veio à pressa o sr. Deus Pinheiro, com argumentação inversa, dizer que a diferença de um voto é suficiente para dar legitimidade ao resultado.

É também curioso que, tendo-se afirmado que se a Dinamarca não ratificasse o Tratado ficaria a Europa dos Onze, nunca se ouviu dizer que se a França não ratificasse ficaria a Europa dos Dez...

## Dois pecados originais — dificuldades de concretização

O Tratado de Maastricht foi ratificado pela Assembleia da República com os votos conjuntos do PSD e do PS. Foi também ratificado noutros países. Mas o caminho para a sua efectiva entrada em vigor e aplicação não será fácil.

O Tratado de Maastricht tem à partida dois pecados originais: nem corresponde a realidades económicas, sociais e históricas objectivas suficientemente ponderadas, nem assenta na vontade dos povos clara e livremente expressa. Daí decorrem e decorrerão dificuldades reais na sua entrada em vigor e aplicação.

É muito amplo na Europa o movimento de oposição ao Tratado. A Dinamarca em referendo votou contra e o novo referendo que procuram impor não é certo que mude o resultado. Em França, também em referendo, o "Sim" foi tangencial. Na Grã-Bretanha multiplicam-se as indecisões e resistências e, de qualquer forma, a ratificação do Tratado, a fazer-se, ainda demorará (talvez lá para Outubro).

A UEM lançada como o projecto decisivo sofreu logo à partida sérios revezes. Esperadamente produziram-se caóticas explosões cambiais. A libra caiu e a Grã-Bretanha declarou ficar fora do sistema. Mostrou-se em poucos dias o irrealismo de uma moeda única para países com economias de nível tão diferenciado. O choque foi tão grande que especialistas avançam a ideia de que a UEM morreu à nascença.

É sintomático que relativamente à criação de uma moeda única, a substituir a Comunidade dos Doze já haja quem renove a proposta há tempos no ar da criação de um "núcleo duro" composto pela Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo que poriam unilateralmente em prática a UEM (redução da taxa de inflação e do défice orçamental e elevação das taxas de juro) assegurando por essa forma um andamento da Europa a duas velocidades.

Mas o mais significativo do irrealismo do Tratado é a admissão consagrada no Conselho Europeu de Edimburgo (11/12.Dez.92) de excepções para tal ou tal país onde a resistência é mais vigorosa.

Para a Dinamarca admitem-se (desmentindo as precipitadas afirmações do Primeiro-Ministro Cavaco Silva de que "está fora de causa" "satisfazer quaisquer exigências da Dinamarca" [Confª de Imprensa, 3.6.92]), para encontrar uma situação que não seja a ruptura, 5 excepções "opting out's" relativas a despesas públicas, moeda, polícia, questões judiciais e cidadania.

Para a Grã-Bretanha, além de ficar de fora do SME e de não ter assinado a "Carta Social", admite-se a isenção de disposições de carácter social como as relativas a férias, salário mínimo, e a salário igual de homem e mulher.

E no que respeita à França e Alemanha, o eixo Paris-Bona está muito longe de estar isento de contradições e eventuais conflitos, pondo em causa disposições do Tratado.

Há economistas e comentadores que perante este rol de dificuldades concluem desde já que, tal como foi concebido, "o Tratado da União Europeia está morto" [João Salgueiro Público, 16.9.91].

Pela nossa parte não vamos tão longe. Mas é nossa convicção de que a aplicação do Tratado de Maastricht, na sua dinâmica federalista, será roída por contradições entre os Estados membros e provocará sérias resistências dos países menos desenvolvidos e dos trabalhadores e dos povos feridos em interesses vitais pela política de uma Europa dos monopólios.

## A necessária defesa dos interesses de Portugal

Considerados aspectos essenciais do Tratado de Maastricht e embora não tendo abordado muitos outros também de grande interesse, importa naturalmente dar resposta a questões que imperativamente se colocam: que fazer?, como defender os interesses portugueses?, qual a política necessária?

Antes de mais é de sublinhar, por um lado, que o Tratado estabelece, com pretensão de extrema rigidez, princípios, regras e normas que terão de passar a prova da sua própria

aplicação; e, por outro lado, que a Comunidade Europeia é uma realidade em movimento nos planos económico, social, político, nacional e cultural - movimento que o Tratado pretende orientar e determinar mas que, pelas suas dinâmicas de carácter objectivo, pode contrariar as intenções dos autores do Tratado.

Apontamos as consequências negativas do Tratado para Portugal. Mas consideramos que o futuro não está inevitável e irremediavelmente traçado em termos absolutos pela letra do Tratado.

Dois atitudes alternativas se colocam. Uma é Portugal continuar a aceitar passivamente, como parte menor e submissa às instâncias supranacionais, a constituição de uma Europa federalista. Outra é definir e defender uma política que vise a solução dos graves problemas nacionais e definir e defender com brio e coragem os interesses portugueses no quadro da Comunidade Europeia.

Partimos de uma posição de princípio: é inaceitável uma integração política, económica, militar e de segurança que retire a Portugal poderes e alavancas fundamentais da sua soberania e independência e o deixe subordinado às transnacionais, aos países mais poderosos e a eurocracias federalistas.

É indispensável lutar pela limitação dos aspectos negativos da integração e pelo aproveitamento de todas e quaisquer potencialidades e perspectivas positivas que se colocam.

A política que corresponde no nosso entender aos interesses do povo português e de Portugal terá que conceber e aprofundar a democracia nas suas quatro vertentes inseparáveis: política, económica, social e cultural, no quadro de uma pátria portuguesa independente e soberana.

Política - com um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino, um Estado democrático, um poder local descentralizado, a regionalização, a participação popular no exercício do poder.

Económica - com um desenvolvimento que, num sistema de economia mista, aproveite e mobilize os recursos naturais e humanos, reforce a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, reorganize, modernize e racionalize o aparelho produtivo, promova o aumento da produção industrial, agrícola e das pescas, supere os gravíssimos desequilíbrios regionais, crie novas actividades e postos de trabalho.

Social - com uma política que garanta a melhoria das condições de vida do povo, o emprego, os direitos fundamentais dos trabalhadores e das populações, assegure o futuro da juventude e uma vida digna aos idosos, resolva os sérios problemas da saúde, da habitação, do ensino, da segurança social, do meio ambiente.

Cultural - que assegure a generalização da livre criação e fruição dos bens culturais e das actividades culturais, com atenção particular para a descentralização e regionalização das estruturas de produção, equipamentos e serviços culturais.

E como quinta vertente, a afirmação, defesa e garantia da independência e soberania nacionais com uma política externa e uma política de defesa e segurança que, embora no quadro da Comunidade Europeia, avance firmemente exigências de carácter nacional. Por todas as razões apontadas é nossa opinião que Portugal não devia ter ratificado o Tratado de Maastricht. Ratificado o Tratado, é necessário que a luta nacional continue.

Que não se diga que um "Não" português a Maastricht teria significado a exclusão de Portugal da Comunidade Europeia. A Dinamarca também não foi excluída e o seu "Não" a Maastricht permitiu conseguir em Edimburgo importantes concessões que, justificando a sua admissibilidade, já têm o nome de "opting out's" no vocabulário da Comunidade Europeia.

Dizendo "Não" a Maastricht, Portugal poderia e deveria ter lutado por exemplo pelo reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa, pela dilatação dos

prazos de modernização, por excepções relativas à emigração, por fundos específicos para solução de problemas portugueses específicos. Podiam ter sido exemplos de importantes "opting out's" que, mesmo indo por diante Maastricht, estaria ao alcance do nosso país alcançar.

O caminho da defesa dos interesses nacionais não é a capitulação, a cedência servil a interesses estrangeiros, a submissão fácil a orientações dos maiores países, mas a consciência dos direitos nacionais, a mobilização popular em sua defesa e a intervenção firme e confiante nas instâncias da Comunidade Europeia.

E se se fala em apoios, em recursos e em fundos, a posição deve ser a exigência do aumento dos fundos e a sua aplicação para o desenvolvimento do País

e não para serem desviados das suas finalidades e desaparecidos na satisfação de interesses ilegítimos.

É necessário acompanhar e fiscalizar estreitamente a aplicação do que vier a caber a Portugal do Fundo de Coesão, dos Fundos Estruturais e do Fundo Europeu de Investimento.

No que respeita ao desenvolvimento regional, é importante sublinhar precisamente aqui, num distrito do interior do País, a trágica situação que está a ser criada às regiões do interior, pela política actual e os termos da integração na CEE, pela destruição do aparelho produtivo (nomeadamente na agricultura e indústria), pela liquidação progressiva de postos de trabalho do que resulta um processo alarmante de desertificação. Desertificação em termos económicos e desertificação em termos humanos que aqui no distrito de Portalegre se traduz na perda de mais de 7 mil habitantes nos últimos 10 anos.

É necessário ter consciência de que a inversão real da situação exige uma viragem política a partir do Governo e da Assembleia da República.

É também necessário ter consciência das experiências designadamente da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano (OID/NA) que teve ser dúvida, com um decisivo papel desempenhado pelas autarquias, consequências positivas entre as quais têm sido apontadas: a salvaguarda de património edificado, a criação de zonas industriais e de parques naturais, aumento da electrificação, caminhos rurais, reconversão do olival e vinha; mas que, não tendo (entre outras insuficiências) dado os apoios necessários ao sector produtivo agrícola e têxtil, ao aproveitamento dos recursos hídricos, ao desenvolvimento industrial e agroalimentar, e nem mesmo ao aproveitamento das potencialidades turísticas, deixou por resolver os problemas de fundo existentes no distrito mantendo-se o curso de agravamento das assimetrias regionais.

É ainda necessário ter em conta que o Tratado de Maastricht, impondo a Portugal uma política económica comunitária que contraria as direcções necessárias do desenvolvimento económico do nosso país em conformidade com os nossos interesses nacionais, vai criar novas dificuldades.

Mas isto não pode significar que seja inalterável o actual curso dos acontecimentos. É possível alcançar modificações políticas na política portuguesa e mesmo a viragem que se impõe. É possível alcançar apoios mais eficazes e fundos mais vultosos da Comunidade Europeia. E, tendo consciência das suas limitações, é necessário considerar que as orientações e medidas propostas e concretizadas a nível regional (particularmente a partir do poder local e das forças sociais e políticas) constituem indispensável e valioso esforço e contributo para contrariar e inverter a tendência para a desertificação do distrito, como das outras regiões do interior.

A nosso ver, o caminho de uma solução exige um vasto consenso social e político acerca das grandes linhas do desenvolvimento do distrito. Creio que a fixação das novas gerações à região, o ordenamento do território, a criação de emprego são objectivos gerais fundamentais. Desenvolvimento de actividades industriais nomeadamente as pequenas e médias empresas agroalimentares, apoio às actividades artesanais, reestruturação fundiária, política de comercialização de produtos agrícolas, gestão eficaz dos recursos hídricos e aproveitamento dos perímetros de rega, concretização do Alqueva, ordenamento florestal, política de ambiente e de recursos naturais, aprofundamento do aproveitamento das potencialidades turísticas, com relevo para o turismo termal, concretização de importantes vias de comunicação, e medidas concretas relativas à vertente social do desenvolvimento - salários, formação profissional, componente técnico-profissional do ensino, reformas e pensões - são aspectos importantes de qualquer projecto de verdadeiro desenvolvimento regional.

A esse respeito (repito), estando aqui convosco, estou profundamente interessado em ouvir-vos.



# O Pacote Agrícola é uma fraude!

■ Lino de Carvalho

**1.** Há menos de um mês, em Fevereiro deste ano, o Ministério da Agricultura fazia de conta que não havia crise na agricultura e que as manifestações eram folclore, tese que aliás diminuía fortemente a capacidade negocial do País, porque se a crise não existia também não se justificavam medidas correspondentes da Comunidade. Na mesma altura, o secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar responsabilizava os próprios agricultores pelas dificuldades que actualmente atravessam. Também há um mês o PCP propôs um Programa de Emergência constituído por quatro medidas que o ministro da Agricultura rapidamente se apressou a classificar de desnecessárias.

Mas, há quinze dias, nas vésperas do debate realizado na Assembleia da República, o ministro afinal descobriu que havia crise, descobriu que a agricultura portuguesa vive um momento crucial e apresentou, com pompa e circunstância, um conjunto de medidas que, depois de analisadas, se verifica que não correspondem sequer àquilo que foi anunciado na Conferência de Imprensa do Porto e não resolvem nenhum dos problemas, nem imediatos nem de fundo, com que se debatem a agricultura e os agricultores portugueses.

## **2. O ministro da Agricultura mentiu ao País e protagonizou uma gigantesca operação de fraude política.**

Insinuou e deixou que se desenvolvesse a ideia de que haveria um novo apoio de 220 milhões de contos. Nem é novo nem são 220 milhões.

O ministro limitou-se a fazer o anúncio antecipado de que serão as eventuais medidas constantes do futuro PDR, que ainda nem sequer está negociado ou aprovado no quadro do Regulamento 866 e dos Programas operacionais já existentes.

E os 220 milhões, a existirem, resumem-se afinal a metade em matéria de apoios comunitários e nacionais. O resto será dos próprios investidores.

Isto é, o Governo faz propaganda com dinheiro alheio. Mas analisemos as medidas que estão condensadas em três grandes grupos e objectivos:

— Criação de um Fundo de Capital de Risco com uma dotação que poderá ir até 10 milhões de contos em 1987 para apoio à recuperação de unidades empresariais e ao lançamento de novas empresas no sector agro-alimentar — para além de ser uma solução complexa, desadequada à estrutura empresarial agrícola do País (o que significa que só um pequeno número poderá estar em condições de se candidatar ao Fundo), a verba anunciada está muito aquém das necessidades (só uma união leiteira tem 14 milhões de contos de passivo).

— Linha de crédito bonificado para apoio à comercialização pelas organizações de produtores — basta dizer, a propósito desta medida que desde 1986 só se criaram em Portugal 12 organizações de produtores (por ausência de incentivos e estímulos por parte do Governo) para se ter uma ideia do carácter limitado e da pequena abrangência da verba. Acresce que, feitas as contas, o valor da bonificação de crédito para 1993 é tão-somente de 600 mil contos.

— Promoção comercial visando a dinamização do «marketing» dos produtos agro-alimentares nacionais — medida aparentemente positiva mas na prática sem qualquer eficácia. Expliquemo-nos. Ao que consta as grandes superfícies comerciais não são propriamente associações de benfeitores e portanto compram — e vão continuar a comprar — onde tiverem concentração da oferta, preços baixos e boa qualidade. Mas se em Portugal continua a não haver nem mercados de origem nem centros de concentração da oferta, se os agricultores e cooperativas têm de pagar os factores de produção a preços duas e três vezes superiores aos restantes países da Comunidade, se não houve, ao nível da produção, programas eficazes para melhorar em geral o padrão de qualidade do que é oferecido, então é evidente que o «marketing» está condenado ao fracasso.

**3.** Acresce que as medidas divulgadas não resolvem os problemas mais imediatos que se põem aos agricultores:

— não foi anunciado nenhum plano de intervenção para as produções mais afectadas, designadamente quanto a retiradas do mercado, limitações às importações, sustentação de preços;

— os agricultores, como tal, não são directamente contemplados com o crédito bonificado o que era absolutamente essencial para fazer face às situações de maior gravidade, designadamente as que resultam da seca e de situações de estrangulamento financeiro decorrentes de investimento nas explorações agrícolas agora afectadas pelas alterações de orientação da PAC;

— não há nenhum programa concreto para a construção de centros de concentração da oferta e de mercados de origem que, esses sim, poderiam ser verdadeiros e eficazes pontos de interface entre a produção e o comércio.

Quando se esperava que o Governo anunciasse medidas concretas que assegurassem o escoamento da batata das Beiras e de Trás-os-Montes;

quando se esperavam medidas que garantissem o combate à concorrência ilegal da laranja de Espanha e saídas para a laranja nacional;

quando se aguardavam iniciativas que obrigassem as casas exportadoras a cumprir os protocolos assinados com a Casa do Douro;

quando havia a expectativa de serem anunciadas linhas de crédito com juros bonificados e moratórias dirigidas directamente aos agricultores em dificuldades;

quando se pensava que, no mínimo, os 106 milhões de contos que o Governo negociou em troca do fim antecipado de transição fossem aplicados para subsidiar directamente os preços das produções afectadas;

quando se exigiam medidas de diminuição dos preços dos factores de produção e a sua aproximação aos níveis comunitários;

quando, enfim, os agricultores esperavam medidas concretas, deste teor, o Governo, defraudando completamente as expectativas, não anunciou nenhuma medida que, no imediato, tivesse repercussões directas nos produtores.

Acrescem ainda outros dois aspectos essenciais: ao contrário do que está a suceder com muitos dos países da Comunidade, o Governo português não está nem a invocar interes-

## **O Ministro da Agricultura mentiu ao País e protagonizou uma gigantesca operação de fraude política.**

**Insinuou e deixou que se desenvolvesse a ideia de que haveria um novo apoio de 220 milhões de contos. Nem é novo nem são 220 milhões.**

**O Ministro limitou-se a fazer o anúncio antecipado de que serão as eventuais medidas constantes do futuro PDR, que ainda nem sequer está negociado ou aprovado, no quadro do Regulamento 866 e dos Programas Operacionais já existentes.**

ses vitais, nem a negociar apoios extraordinários, mesmo que transitórios, para as produções em maiores dificuldades. A Irlanda negociou um prémio adicional para os ovinos e limitações às importações com base nas turbulências do mercado monetário; a Alemanha conseguiu uma destilação suplementar em 93 para os vinhos do Palatinato; o governo francês, com o acordo da Comunidade, vai assumir a responsabilidade de 10% dos encargos com a Segurança Social dos produtores de ovinos em dificuldades; o governo espanhol viu aceite o regime especial de ajudas para facilitar o acesso à propriedade para os agricultores rendeiros; vários países da Comunidade começam a exigir a revisão desta nova PAC e a necessidade de muita contenção na sua aplicação.

Mas, em contraste, o Governo português, qual menino bem comportado, não desenvolveu junto da Comunidade nenhuma acção para obtenção de condições especiais que permitissem fazer face à situação de crise que atravessa a agricultura designadamente tendo em vista a recuperação da situação de especificidade que o Governo abandonou, deixou cair a 2ª etapa de transição, promoveu e apoiou a actual PAC e prepara-se, na sequência do GATT, para um alargamento da PAC às produções mediterrânicas onde temos vantagens comparativas e que, ao contrário dos apoios e estímulos que seriam necessários, vai aplicar-lhe o modelo de Reforma da PAC, isto é, conter a produção, baixar os preços, liberalizar os mercados.

Por outro lado, o Governo continua a recusar o diálogo com todas as organizações representativas da lavoura portuguesa e designadamente da agricultura familiar. A última medida de privilégio ilegítimo da CAP e de marginalização de outras organizações tem menos de uma semana: em todo o País, múltiplas estruturas socioprofissionais de agricultores não filiadas na CAP, como a Associação de Pastores de Trás-os-Montes estavam, há anos, certificadas como receptores oficiais de processos de candidaturas para os apoios comunitários. Agora, o Governo deu ordens para que todas as associações de produtores nessas condições entreguem os processos na CAP. Todos são agora obrigados a filiar-se na CAP recordando velhos tempos de corporativização da lavoura. É um escândalo! É legítimo! É, objectivamente, um acto que aprofunda a promiscuidade, o tráfico de influências e os favores políticos entre o Governo e a CAP, a quem se procura continuar a dar, por meios artificiais, uma representatividade que esta não possui.

Com esta atitude, o Governo continua a querer ignorar a mais forte organização da lavoura portuguesa, protagonista de todas as movimentações e protestos a que nos últimos tempos os agricultores têm aderido de Norte a Sul do País, responsável em última análise pelo debate que o Governo agendou para a Assembleia da República e pela necessidade que o Governo sentiu de anunciar o punhado de medidas que anunciou. Mas, a verdade é que a CNA ganhou já no terreno e na vida real a representatividade que Cavaco Silva lhe recusa no plano institucional e que, mais cedo ou mais tarde, terá de reconhecer.

**4.** O Governo é o único responsável pela grave situação que hoje vivem os agricultores portugueses.

Tal como o PCP previa e afirmou durante o processo de integração a agricultura portuguesa está hoje mais fragiliza-

da e os agricultores portugueses com mais dificuldades. A política agrícola do PSD, responsável pela situação a que se chegou hoje, tem sido dominada não pela óptica da produção e dos interesses nacionais mas pelo ângulo dos grandes interesses económicos, situados a montante e a juzante da produção, sendo responsável por ter desperdiçado o período de transição que gozou (e ainda deveria gozar) a agricultura portuguesa.

Os mais de 900 milhões de contos transferidos para o sector agrícola desde a integração traduzem-se num agravamento do défice alimentar do País de 51% em 86 para 62% em 92; numa quebra dos rendimentos reais dos agricultores de 30% desde 86; na ausência da valorização dos sectores onde poderíamos ter vantagens comparativas no agravamento das disparidades sociais e regionais. Só no sector da transformação e comercialização, para onde o ministro anunciou agora este conjunto de medidas, lembramos que foram investidos 102,5 milhões de contos com os resultados que se conhecem.

O problema real é um problema de políticas que não têm existido nem se vislumbram que existam como o actual Governo, que tem procurado iludir esta realidade manipulando inclusivamente os dados estatísticos.

Um exemplo: na última reunião da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, o ministro entregou um *dossier* onde procura vender a ideia de que aumentou a produtividade na agricultura. Mas como a realidade não jogava com o seu objectivo, não achou melhor solução que mudar a realidade. Para tanto, eliminou das estatísticas 130 mil activos apresentando um número de 665 600 activos na agricultura quando os dados do INE afirmam existir 796 800 activos.

Desta forma, é fácil fazer subir todo os indicadores só que, na realidade, o Governo mais não faz do que tentar tapar o sol com uma peneira.

**5.** A verdade é que o Governo se tem limitado a navegar ao saber dos ventos e das estratégias de Bruxelas e dos interesses dos países mais fortes da Comunidade.

Ainda não há muito tempo, os responsáveis do MAP faziam o discurso do investimento, da modernização e do aumento da produção. Quando os agricultores estavam a iniciar esta corrida, o ministro mudou a agulha para o discurso da qualidade e do meio ambiente em detrimento dos apoios à produção. Logo a seguir, veio dizer que afinal o que era necessário era desinvestir e baixar a produção. Ainda os agricultores não tinham tido tempo de respirar fundo, veio o anúncio de que o Governo tinha abdicado do período de transição para agora vir de novo semear ilusões que não têm outro objectivo senão procurar amortecer o descontentamento que corre o País.

É uma política irresponsável, de navegação à vista, sem um quadro orientador adequado às condições concretas do nível de desenvolvimento da nossa agricultura e do nosso mundo rural.

Não é por acaso que mês após mês o Governo adia a apresentação de tantas vezes anunciada Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário. É que o Governo não sabe o que fazer a não ser entregar a nossa agricultura e os agricultores portugueses à sorte que os mais fortes da Comunidade e os interesses agro-alimentares e comerciais lhe pertendem reservar.

Em simultâneo com tal política que está a conduzir à mais grave crise de sempre da agricultura portuguesa, o Governo prossegue o desmantelamento do Ministério da Agricultura, liquida os tímidos passos de descentralização que tinham sido iniciados, liquida o apoio técnico aos agricultores, põe em causa a própria investigação agrária. Como afirmou recentemente o Conselho Científico do INIA, o MAP não está a responder «aos desafios colocados à agricultura portuguesa».

**6.** Não vamos repetir as imensas propostas que o PCP tem feito constantes das múltiplas iniciativas que tem apresentado. O programa de emergência para a agricultura portuguesa divulgado há cerca de um mês, continua plenamente válido e a ser absolutamente necessário:

- definição de um plano de intervenção para as produções em maiores dificuldades;
- linha de crédito com juros fortemente bonificados e ajudas a fundo perdido dirigidas à produção e a outros sectores;
- intervenção junto da Comunidade Europeia para obtenção de condições de política agrícola e comercial necessárias à defesa de interesses vitais do País;
- urgente estabelecimento do diálogo do MAP com todas as organizações dos agricultores sem discriminações.

São quatro medidas actuais, urgentes e inadiáveis.

O Governo, ao contrário, decidiu empacotar a agricultura portuguesa num conjunto de medidas demagógicas que não resolvem nem os problemas imediatos nem os problemas de fundo.

Mas estamos em crer que quem vai sair empacotado desta crise e dos protestos da lavoura vão ser o Governo e o ministro da Agricultura.



# Por um novo e mais justo regime de acesso ao Ensino Superior

Segundo o actual regime de acesso, os estudantes na fase de conclusão do curso de Ensino Secundário que desejam candidatar-se ao Ensino Superior deverão declarar a sua intenção, junto do Gabinete Coordenador do Ingresso do Ministério da Educação, até 31 de Março. A candidatura consiste na indicação, por ordem de preferência, de seis pares *estabelecimento de ensino superior público/curso desejado(s)*, desde que o estudante satisfaça as condições exigidas para ingresso em tais cursos. As condições a serem satisfeitas constam do Guia do Ensino Superior, anualmente publicado pelo Ministério da Educação, onde se encontram listados o número de vagas, provas específicas, pré-requisitos e critérios de seriação para acesso a cada par estabelecimento de ensino/curso.

Cada candidato terá, pois, de se sujeitar a várias provas, para além daquelas que deverá realizar para conclusão, com aproveitamento, do seu curso de ensino secundário. As provas a realizar são, por um lado, as provas específicas (uma ou duas) exigidas por determinado par estabelecimento de ensino/curso, provas estas organizadas a nível nacional (mas feitas no distrito de residência do candidato), escritas e não eliminatórias; por outro lado, uma prova de aferição, também nacional, escrita e não eliminatória, fixada pelo Ministério da Educação para cada curso do ensino secundário, da via ensino ou da via profissionalizante ou profissional. Estas várias provas, terão lugar após o termo das actividades lectivas do 12º ano de escolaridade. Eventualmente, o acesso a certos pares estabelecimento de ensino/curso exige, ainda, a avaliação de pré-requisitos (vocacionais ou de aptidão física ou funcional); estas avaliações são feitas durante o ano lectivo, e apenas incidem, como regra geral, sobre candidatos a cursos de índole artística ou desportiva.

É evidente que este regime de acesso ao Ensino Superior (que poderia ser dispensado caso não se registassem notas anormalmente elevadas em muitos estabelecimentos de ensino secundário particular) é não só complicado como muito exigente pelo número de provas a que sujeita os candidatos. E todavia acaba por ser ineficaz e injusto.

O actual regime, criado pelo Decreto-Lei nº 189/92, de 3 de Setembro, representa um evidente recuo do Ministério da Educação face à poderosa luta estudantil conduzida contra a tristemente célebre PGA (prova geral de acesso). Todavia, o novo regime, embora seja menos mau que o que vigorou nos anos anteriores, mantém os seus defeitos essenciais. Com seus defeitos essenciais, cada aluno é avaliado várias vezes sobre a mesma matéria e o período em que decorrem a avaliação final do 12º ano de escolaridade, a(s) prova(s) específica(s) e a prova de aferição é breve e, por conseguinte, extenuante. Após este esforço, o candidato irá provavelmente ser colocado num par estabelecimento de ensino/curso que não será da sua preferência e para o

qual talvez não esteja vocacionado, por três razões. Por um lado, o número de vagas em diversos cursos é manifestamente escasso; por outro, sabendo isso, muitos estudantes já não se candidatam aos cursos para que se sentem vocacionados mas aqueles a que pensam ter maior probabilidade de acesso; finalmente, muitos estudantes não têm conhecimento definitivo da sua vocação, do conteúdo concreto de determinado curso, nem das saídas profissionais que este lhe proporciona.

## PA - A nova PGA

A actual prova de aferição vem substituir a anterior prova geral de acesso. Continua a ser uma prova geral de acesso, mas agora diferenciada consoante o curso do ensino secundário que o estudante frequentou, sendo justificada como visando assegurar a homogeneidade das classificações atribuídas no Ensino Secundário. Todavia, não só a prova de aferição acaba por incidir sobre um número restrito de disciplinas (apenas 6 no conjunto de todos os cursos de 12º ano, vias ensino e profissionalizante), como só tem o peso de 10% na nota individual de candidatura

para acesso ao Ensino Superior. A preocupação, real, em corrigir as classificações anormalmente baixas ou elevadas atribuídas conforme os estabelecimentos de Ensino Secundário frequentados poderia ser resolvida sem necessidade de realização de mais uma prova nacional, através de correcção estatística das classificações do ensino secundário, com base, designadamente, na comparação das médias obtidas no ensino secundário com as obtidas nas provas específicas (que são nacionais) como propõe o projecto de Lei nº 7/VI, apresentado pelo PCP na Assembleia da República, que cria um novo Regime de Acesso ao Ensino Superior. Ora a possibilidade de correcção estatística está prevista na própria lei do regime de acesso sem que esteja, contudo, concretizada a sua aplicação, com a qual perderia sentido a actual prova de aferição.

A prova de aferição não conta para o aproveitamento no ensino secundário. Surge, para o aluno, como mais uma prova de acesso ao ensino superior, uma nova prova geral de acesso disfarçada, diferenciada consoante o curso de ensino secundário frequentado. O reduzido leque de provas de aferição não torna credível o objectivo com que é justificada, ou seja, a homogeneização das classificações atribuídas no ensino secundário. Como tal, ela

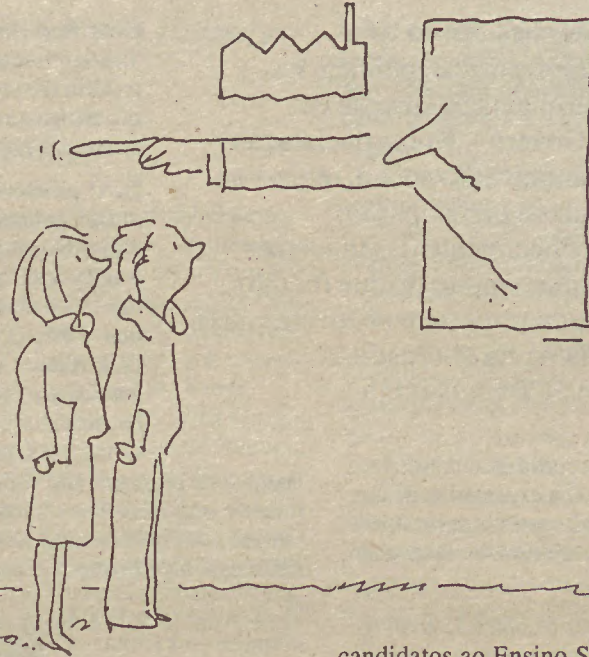


figura-se-nos inútil, podendo até parecer caucionadora das disfunções e assimetrias do sistema de ensino. Se atendermos, agora, a que estas provas serão feitas pelos candidatos ao ensino superior, para os quais o eventual benefício é muito escasso em face do reduzido peso da prova no ordenamento das candidaturas, concluiremos que os jovens candidatos irão meramente ser "sacrificados" em cumprimento do pretenso objectivo de assegurar a homogeneidade das classificações atribuídas no ensino secundário. Em vez de se tratar objectivamente da qualidade e homogeneidade do Ensino Secundário, questiona-se a sua credibilidade e sacrificam-se inutilmente os

candidatos ao Ensino Superior. O bom senso exige que tais provas de aferição sejam puramente abolidas.

## Por um regime de acesso mais justo

O actual regime de acesso permite a candidatura a um curso do ensino superior independentemente do curso frequentado no ensino secundário, isto é, os estabelecimentos de ensino superior deixam de fixar condições de acesso aos respectivos cursos. Esta possibilidade é teoricamente vantajosa por permitir a correcção e redefinição de itinerários de aprendizagem individuais. Mas, como não são oferecidos instrumentos de reconversão ou de ensino

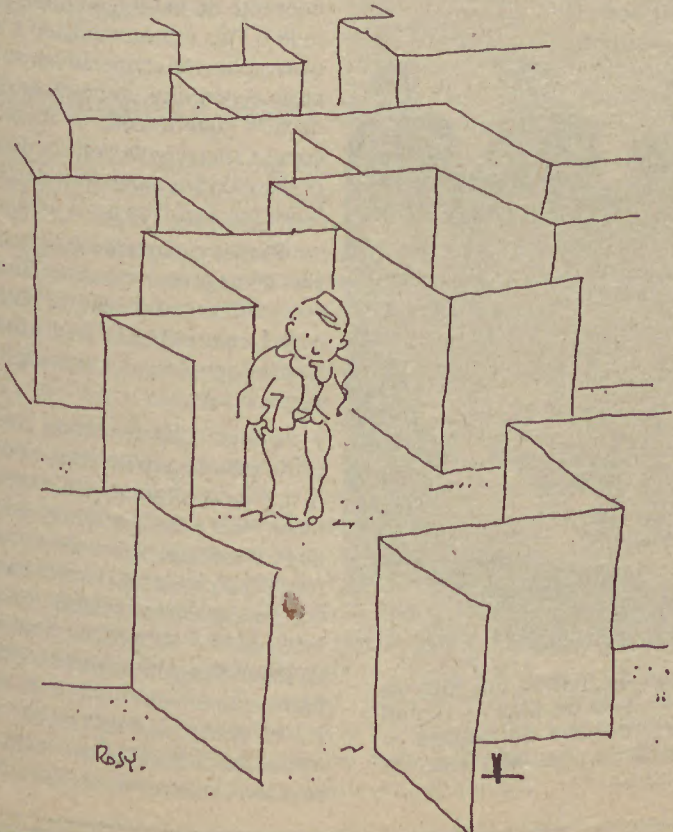
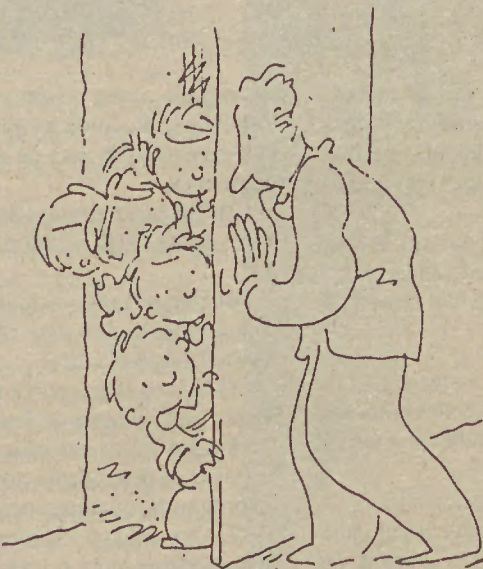
suplementar, nem são exigidas classificações mínimas de acesso, a entrada no ensino superior ficará dependente apenas das oportunidades da oferta e da procura, podendo acontecer um candidato ser aceite num determinado curso do ensino superior sem nunca ter feito prova de domínio dos conhecimentos mínimos considerados para o efeito necessários.

Assim, todos os alunos que concluem com aproveitamento o Ensino Secundário poderão entrar no Ensino Superior, e mais facilmente com o actual regime do que no anterior. Mas continuará a verificar-se a eliminação de alunos, mesmo com elevadas classificações, no acesso aos estabelecimentos de ensino públicos, enquanto que, por outro lado, a liberalização do acesso, sem os correspondentes apoios pedagógicos, tornará cada vez mais precário o sucesso educativo.

O regime de acesso para que defendemos que se evolua e que consta do projecto de lei nº 7/VI que o PCP apresentou na Assembleia da República deverá constituir uma peça lógica na eficaz articulação entre os níveis secundário e superior. Ele prevê a supressão de provas de avaliação repetidas sobre a mesma matéria; a colaboração mais estreita entre os dois níveis de ensino quanto a conteúdos curriculares e formas de avaliação; a maior flexibilidade no acesso ao Ensino Superior de estudantes com percursos diferentes no Ensino Secundário; a igualdade de oportunidades e da diversidade de opções, independentemente de factores regionais e sociais; a disponibilidade de apoios pedagógicos que promovam o sucesso educativo.

18 de Março de 1993

A Comissão do Ensino Superior do PCP





# Milhões para habitação não passam do domínio da ficção

O Organismo do PCP para as questões da Área Metropolitana de Lisboa tomou posição pública, na passada quinta-feira, sobre o chamado «pacote de habitação» anunciado pelo Governo. Numa declaração distribuída aos órgãos de comunicação social, regista-se um conjunto de factos, dúvidas e preocupações resultantes de um melhor conhecimento das intenções governamentais, que desmentem muito do que foi dito aquando do anúncio público do projecto e põem em causa a seriedade com que o problema foi abordado. A declaração do organismo do PCP é a seguinte:

**1.** O anúncio recente de um conjunto de medidas no domínio da habitação terá suscitado a expectativa de que o Governo teria finalmente admitido que não seria legítimo continuar a ignorar as responsabilidades essenciais que lhe cabem. Não é assim.

**2.** À medida que melhor se conhece o conteúdo do «Programa de Habitação» mais consistente se torna a ideia de que o Governo terá privilegiado o objectivo do impacto na comunicação social e esquecido um tratamento tão sério quanto a dimensão do problema exigiria.

O conhecimento dos diplomas que o Governo já tem elaborados para suportar legalmente o chamado «pacote de habitação» confirma no essencial o conjunto de dúvidas e preocupações.

Os cerca de 300 milhões de contos — valor publicamente agitado para dar a ideia da dimensão do «empreendimento» e esforço do Estado — não passam para já do domínio da ficção. Desde logo porque destes, fica-se agora a saber, 120 milhões correspondem ao cálculo de um previsível investimento de privados no programa de habitação económica e 40 milhões ao valor patrimonial de fogos do IGAPHE. Depois porque dos 150 restantes, para além da dúvida de saber se correspondem ao total do investimento ou apenas à parte da Administração Central, não há para já nenhuma garantia e programação orçamental definida.

Apesar de em toda a propaganda governamental se «vender» a ideia de um horizonte temporal para a erradicação de barracas na Área Metropolitana, a verdade é que não há, nem é possível haver, no quadro em que está concebido o programa, prazo estipulado para a sua concretização.

**3.** É cada vez mais claro que o objectivo do Governo terá sido criar e difundir a ideia de que o problema da habitação e das barracas iria ser resolvido e que às autarquias caberia a responsabilidade de o realizar.

O Programa, que parece surgir como um programa de financiamento do Governo às autarquias, é na realidade um programa de financiamento dos municípios ao que deveria ser um encargo do Governo. Um financiamento que se fará em claro prejuízo de outras actividades e investimentos da competência dos municípios.

**4.** Da divulgação inicial de uma comparticipação de 50% a fundo perdido para o conjunto da construção, terrenos e infra-estruturas, conhece-se agora que os terrenos municipais não serão valorizados, enquanto que os terrenos do Estado, quando necessários, terão que ser comprados pelas autarquias.

Em vez dos terrenos do IGAPHE serem afectados ao programa de construção de habitação social o Governo pretende transferir para as autarquias um conjunto de fogos já habitados, que na sua maioria constituem um foco de problemas e encargos. As habitações em causa estão frequentemente degradadas e os moradores não têm capacidade financeira para as recuperar.

A intenção de atribuir à Administração Central a competência do licenciamento da construção nos programas de habitação, designadamente o de habitação económica, constitui não apenas uma expropriação das competências municipais como um atentado às opções de ordenamento do território fixadas nos Planos Directores Municipais.

É intolerável a ameaça permanente de retaliações aos municípios com os mais variados pretextos — designadamente a não adesão ao programa ou a permissão do surgimento de novas barracas. Estas ameaças e o

facto de o Governo não ter previamente dialogado com os municípios sobre a matéria são reveladores do estilo autoritário, arrogante e centralista que caracteriza a natureza política do Governo e do PSD.

**5.** O problema não consiste apenas nos limites de endividamento a que os municípios estão obrigados e não se resolve com o anúncio de que as dívidas a contrair para fazer face a este programa apenas contarão com 50%. O problema essencial é o da insuficiente capacidade financeira das autarquias. Ora, não se verificam medidas consistentes com vista ao seu reforço, de forma a que os encargos adicionais resul-

tantes deste programa não se traduzam na redução da quantidade e qualidade dos serviços prestados às populações noutras áreas nem na capacidade de captar fundos comunitários para investimentos essenciais.

**6.** É oportuno nesta ocasião sublinhar a importante intervenção das autarquias de maioria CDU na habitação ao longo dos anos. Uma intervenção assente num trabalho continuado e diversificado em domínios como o da reconversão de clandestinos, do apoio ao movimento cooperativo e aos processos de autoconstrução, da reabilitação urbana. Verificou-se também a cedência de terrenos e de projectos, isenção de taxas, disponibilização de máquinas e materiais de construção. Estes factos são expressões de um apoio e de uma contribuição que ascende anualmente a muitas centenas de milhares de contos e que tem permitido a centenas de milhares de pessoas condições de habitabilidade dignas.

Um trabalho que não teme comparações com nenhuma outra força política e que contrasta com a indiferença e o mercantilismo político que o Governo tem destinado à habitação.

**7.** É legítimo que se exija do Governo respostas a um conjunto de questões que a não serem satisfeitas colocam no domínio da mais lamentável propaganda a iniciativa do Governo.

Com que consistência se sustenta o anúncio da erradicação de barracas nas áreas metropolitanas em seis anos sem um levantamento do número de barracas existentes e da composição dos agregados de cada família residente nas mesmas e sem sequer se explicitar o conceito de barraca para se poder determinar com rigor o número de fogos necessários?

Como se compagina esse suposto objectivo com a inacessibilidade dos não nacionais à habitação social, que ocupam uma parte muito significativa das barracas existentes?

Na ausência de uma política nacional de habitação, como é possível admitir que não haja uma evolução crescente e natural de novas carências de fogos, talvez num número não inferior ao que este programa, a concretizar-se, propiciaria?

Por último, como será possível a concretização de um programa que tenha em vista a erradicação de barracas nas áreas metropolitanas à margem de uma política de desenvolvimento que elimine os desequilíbrios e assimetrias regionais e de outros factores da política do Governo que tendem para a litoralização da população e dos fenómenos de exclusão social?

**8.** Tendo em conta o quadro grave que está criado para os municípios, consideramos necessário que sejam introduzidas as seguintes alterações ou medidas complementares dos Programas existentes:

1) Que os municípios sejam indemnizados de todas as isenções, de sisa ou outras receitas municipais, como de resto determina a Lei de Finanças Locais, compensando assim em parte o esforço financeiro que lhes será exigido.

2) Que os empréstimos contraídos pelos municípios para fazerem face aos gastos do Programa Especial de Realojamento não contem para a sua capacidade de endividamento

(corrigindo assim o montante proposto à Assembleia da República). Recorde-se que muitos municípios já atingiram ou estão em vias de atingir o limite máximo dessa capacidade.

3) Que os Programas de Habitação a promover em terrenos do IGAPHE sejam sujeitos a licenciamento municipal.

4) Que os terrenos municipais a afectar ao Programa sejam valorizados para efeitos de comparticipação da Administração Central.

5) Que os estrangeiros residentes em barracas tenham acesso ao Programa de Realojamento.

6) Que sejam retiradas do projecto de Decreto-Lei as ameaças de penalidades aos municípios que não aderirem ao programa, ou quaisquer outras ameaças semelhantes.

7) Que caiba à Administração Central suportar também os custos com o levantamento rigoroso da situação existente a que o Governo quer obrigar as autarquias, bem como aos custos resultantes da fiscalização e de outras medidas decorrentes face ao eventual surgimento de novas barracas.

8) Que seja definida uma política coerente de habitação abrangendo todo o País e contemplando a situação e apoios às cooperativas de habitação económica, os casos de degradação e superlotação de fogos bem como a alteração da política de solos, conferindo aos municípios responsabilidades decisivas nesta área.

9) Que o Governo diligencie no sentido de procurar o apoio financeiro da CEE a programas de habitação social a ser utilizado pela Administração Central e pelos municípios em partes iguais.

Com a consciência da situação extremamente grave existente e daquela que o Governo pretende criar aos municípios e às populações, os eleitos do PCP actuarão para defender os interesses das populações e das autarquias em que têm responsabilidade. Os deputados do PCP actuarão na Assembleia da República para defender o direito à habitação e a autonomia do Poder Local, designadamente no debate da autorização legislativa que o Governo solicitou à Assembleia da República.



Sete presidentes de câmara comunistas da Área Metropolitana de Lisboa (na foto da esquerda para a direita: Loures, Montijo, Seixal, Moita, Vila Franca de Xira — Daniel Branco que é simultaneamente presidente da Junta Metropolitana de Lisboa — Amadora e Palmela) denunciaram a demagogia propagandística do chamado «pacote para a habitação» anunciado pelo Governo



# A dimensão da questão da droga

## Que respostas?

Suplente do Comité Central e Membro do Grupo de Trabalho para os Problemas da Toxicodependência e Narcotráfico  
**Carlos Gonçalves**

Para a ONU, o tráfico de drogas é o segundo comércio internacional, logo a seguir ao tráfico de armas, e ronda os 500 000 milhões de dólares/ano.

Dos países produtores até às grandes metrópoles consumidoras, estende-se uma gigantesca teia, idêntica à de qualquer outro negócio multinacional e apoiada na lógica do máximo lucro e máximo poder.

A teia cresce em resultado do funcionamento do ultraliberalismo económico, das livres trocas de capitais, ao sabor dos ventos da especulação e exerce-se através do mesmo tipo de aparelhos: os grandes conglomerados de empresas multinacionais que se espraiam por uma miríade de países e actividades, legais e ilegais.

A teia está profundamente entrosada com o poder económico e político.

A teia do narcotráfico participa no poder, no Panamá antes e depois de Noriega, na Colômbia de Escobar, no Afeganistão dos Mujaedin, no Paquistão do B.C.C.I., na Itália da Loja P2 e da Mafia, na Suíça do Banco Shkarchi e da Ministra Kopp, em todos os paraísos financeiros e fiscais deste mundo do capital, na Europa, na Ásia, ou nos "States".

A teia dirige Bancos e financia Estados, utiliza o segredo bancário e a cumplicidade de interesses, apoia ou corrompe políticos e generais, banqueiros e industriais, polícias e juizes, e envolve nas suas malhas grupos financeiros, partidos políticos e cadeias de televisão, serviços de espionagem e Exércitos, clubes de futebol e seitas religiosas.

A teia actua com criminosos impunidade, e certos políticos pactuam ou promovem o consumo das drogas, em nações ou sectores sociais em revolta, como sucede entre os negros e "chicanos" dos EUA, a que sucede entre os negros e "chicanos" dos EUA, a que por vezes a CIA facilitou o fornecimento de droga, em troca de armas para os seus "combatentes da liberdade".

Esta é uma história antiga: o álcool liquidou mais índios que o 7º de Cavalaria, a Inglaterra impôs pelas armas o livre comércio do ópio na China e a França na Indochina.

Apoiada no seu imenso poder, a teia do narcotráfico apesar da perseguição a que está sujeita, com base em Resoluções das Nações Unidas, tem vindo a alargar os seus negócios e a sua influência em todos os países do mundo.

Em Portugal, os números oficiais são escassos e por vezes pouco convincentes, mas diversas estimativas permitem concluir que nos últimos 10 anos se registou um brutal agravamento de todos os índices de tráfico e consumo de drogas, que terão aumentado 10 a 12 vezes. O custo das drogas comercializadas no mercado interno, em 1992, poderá ter sido superior a 250 milhões de contos para abastecimento de 100 a 120 000 toxicodependentes, tendo ocorrido, neste período, cerca de 400 mortes por causa directa de droga. Do total de criminalidade registado no país, cerca de 90% tem por causa próxima a droga.

Colocada perante a imensidão e gravidade destes problemas, como tem reagido a opinião pública e a comunidade internacional? E quais as reacções mais comuns no nosso país?

Mesmo correndo o risco dum certo esquematismo, valerá a pena sistematizar as posições mais comuns em três grandes grupos.

### Proibicionismo e hipocrisia

O primeiro, dominante e que enforma os principais documentos e políticas internacionais e nacionais a este respeito, é favorável à proibição do tráfico e consumo de drogas, que visualiza como problemas marginais relativamente à sociedade e que combate no essencial com medidas avulsas ou debilmente coordenadas: repressão (relativa) do tráfico, sem tocar no sistema que o (re)produz, apoio (escasso) aos toxicodependentes, que estigmatiza ou aborda como meros casos psicológicos.

Neste grupo de opiniões coabitam a hipocrisia dos detentores e servidores dos grandes conglomerados multinacionais do capital financeiro, o autoritarismo acríptico e preconceituoso e grande parte da população, deficientemente informada ou vagamente conservadora.

No nosso país estas são as posições dominantes, desde a direita mais tradicional, ao Governo do PSD e também no PS, onde certamente haverá quem perfilhe deste proibicionismo autoritário e hipócrita, ainda que de forma moderada e não assumida. O resultado das medidas de política implementadas em quase todo o mundo, e particularmente em Portugal, na decorrência destas posições, foi e é, no essencial, um fracasso, pois permitiu que a

droga se transformasse num flagelo social, autêntico problema global da humanidade.

### Liberalização e laxismo

O segundo grupo de reacções, com apoio relativamente restrito mas que parece registar algum crescimento, advoga a legalização e liberalização da produção, venda e consumo de drogas, de todas as drogas ou apenas das "não duras", em todo o planeta, ou neste ou naquele país, com a simples mediação das leis do mercado ou com a intervenção reguladora do Estado ou das Nações Unidas.

Entre os defensores destas posições, está parte significativa da opinião pública e oficial dos países produtores, profissionais de prevenção, tratamento e reinserção social de toxicodependentes e de combate ao tráfico de drogas, confrontados com o insucesso da sua actividade, muitos toxicodependentes, e gente pouco recomendável, como traficantes em vias de "reforma", teóricos do ultraliberalismo como Milton Freedman e outros reacçãoários adeptos da limpeza étnica ou social.

Argumenta-se a favor das teses da liberalização que, da sua implementação, resultará o desaparecimento do tráfico e dos custos do combate que lhe é movido, a redução dos preços de consumo e da pequena criminalidade e a melhoria da saúde dos toxicodependentes.



Os defensores destas posições parecem esquecer ou subvalorizar que a droga é por si só um flagelo, uma epidemia, que destrói e assassina directamente dezenas de milhares de jovens no mundo, todos os anos. Parecem não querer ver que os custos sociais do flagelo "em si mesmo" são elevadíssimos e que, inevitavelmente, qualquer liberalização do comércio e consumo de drogas acarretaria um crescimento do consumo e das mortes por consumo, e o agravamento de muitas das consequências sociais daí decorrentes, mesmo de algumas que se pretenderia evitar com a liberalização.

O exemplo normalmente utilizado pelos adeptos da liberalização, o da "lei seca" norte-americana, não permite retirar as conclusões que pretendem. Se o fim da "lei seca" provou alguma coisa foi que o proibicionismo hipócrita não resolveu o problema e que o laxismo apenas legalizou o negócio. O alcoolismo esse agravou-se, com todos os seus custos sociais, tal como a prazo se agravou a criminalidade que apenas se limitou a procurar outros caminhos.

Com a droga, a situação seria semelhante, com a agravante de que as drogas de que estamos a falar não são apenas outro álcool, ou outro café, ao contrário do que pretendem fazer crer, explicações psicologistas, ou outras menos responsáveis.

Poder-se-á dizer ainda, relativamente às teses laxistas sobre a produção, comércio e consumo de drogas, que a sua implementação só é possível à escala planetária.

Aliás, na Holanda ou na Suíça, onde com a sua implementação parcial se conseguiram ganhos significativos na

saúde dos toxicodependentes, registou-se simultaneamente uma acentuada expansão do consumo e da procura, o que viabilizou a posterior retoma do controlo do mercado pelos traficantes e o consequente agravamento da criminalidade.

A "solução" da liberalização aparece assim, como uma espécie de "fuga para a frente", uma espécie de "já que não os podes vencer junta-te a eles", no fundo uma atitude demissionista ou de desespero perante o falhanço do proibicionismo, tradicional e hipócrita.

Os mais prudentes partidários da liberalização das drogas, afirmam que a humanidade poderá ver-se obrigada a trilhar este caminho se o flagelo da droga se revelar absolutamente avassalador e nada mais houver a opor-lhe; tratar-se-ia então, no seu entender, de legitimar e procurar disciplinar a realidade.

Dir-se-á, relativamente a esta posição, que a humanidade não esgotou as suas capacidades de combate aos flagelos da droga, seus envolventes e consequências, dir-se-á que há caminhos nessa luta que ainda não foram trilhados e que se trata no fundo de não desistir cedo de mais.

### Um combate consequente

Um terceiro grupo de posições, que tem vindo a ganhar adeptos e mesmo a fazer pesar as suas opiniões em algumas instâncias internacionais, preconiza que o problema da droga seja entendido como intrínseco ao mundo contemporâneo e à sua realidade económica, social e cultural.

Um problema de enorme complexidade que, para ser enfrentado com êxito carece de medidas integradas, que envolvem alterações no quadro do sistema socioeconómico dominante.

Uma nova ordem internacional que assegure o desenvolvimento soberano dos países mais pobres e erradique factores que estão na base da produção em massa de estupefacientes, assegurando a reconversão vantajosa das respectivas culturas.

A proibição absoluta e o combate globalmente concertado a todos os escalões do tráfico de drogas e de interligação entre o sistema financeiro e o crime organizado, com controlo estrito das actividades especulativas, bancárias e outras susceptíveis de "branquear" os dinheiros da droga.

A eliminação progressiva mas radical das condições sociais que favorecem a marginalidade e a toxicodependência.

A completa e empenhada prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes, que devem ser entendidos como vítimas e não como criminosos, mas mantendo-se a proibição do consumo de drogas, com um carácter dissuasor e preventivo.

A favor destas teses argumenta-se que a sua efectiva e cabal implementação remeteria o problema da droga para um recorte cultural ou psicológico, erradicando-o enquanto problema e flagelo social.

Contra-argumenta-se com as "liberdades individuais", no caso a de auto-destruição e o liberalismo económico.

Entre os defensores deste terceiro grupo de posições, com maior ou menor consequência, estão muitos estudiosos dos problemas da droga, forças sociais e políticas progressivas e parte dos países mais explorados do planeta.

Não se conhece nenhum traficante, banqueiro ou político reacçãoário que as perfilhe.

O debate sobre a toxicodependência e o narcotráfico promovido pelo PCP, em Maio de 92, reflectiu estas preocupações e grandes linhas de orientação e apontou para a necessidade dum forte vontade política na aplicação dum estratégia consequente de combate ao tráfico e consumo de drogas.

Por outro lado, afirmámo-nos pela "despenalização do debate" sobre o problema da droga, um debate sem preconceitos, aberto à consideração de todas as ideias novas e contribuições, que efectivamente procurem resolver os enormes flagelos do consumo e tráfico de drogas, os problemas de saúde dos toxicodependentes, da criminalidade derivada, da corrupção, da mobilização das comunidades. Mas um debate que não escamoteie a gravidade dos problemas, nem paralise a necessária acção sobre o quotidiano.

Uma orientação e um debate tanto mais convictos e empenhados quanto assumimos que, em nossa opinião, a dimensão do problema da droga é inerente ao domínio do sistema capitalista que recusamos e que, também por esta razão, é imperioso substituir.



## Comissão de Utentes da Linha de Sintra divulgou resultados do inquérito aos passageiros

# Um comboio de reclamações ao Governo e à CP



Em Junho de 1992, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra distribuiu em várias estações e apeadeiros, a horas diversas, uma folha em que pedia às pessoas que respondessem a algumas questões: idade, sexo, estações que utiliza nas suas viagens de comboio, horas que perde em transportes todos os dias, problemas mais sentidos e medidas necessárias para os resolver... Depois de responder a 19 perguntas, era necessário fazer chegar a folha às juntas de freguesia do Cacém ou de Queluz, por correio ou pessoalmente - o que fizeram 354 inquiridos. No dia 12 de Março, em conferência de imprensa, a comissão divulgou os resultados deste inquérito, considerando que eles «são representativos do sentimento geral dos utentes da Linha» e revelam que é «significativo o empenhamento dos utentes em verem resolvido todo um conjunto de problemas que os afecta e prejudica em diversos aspectos do seu quotidiano. Mesmo assim, esta é considerada «uma primeira abordagem experimental», o que faz prever novos passos para «um conhecimento mais aprofundado e real da situação» - como se refere nos documentos distribuídos aos jornalistas. Depois de analisar as respostas ao inquérito, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra concluiu que elas «vêm corroborar as opiniões expressas pela CULS ao órgãos de poder, à CP, à comunicação social e à população». O retrato da Linha de Sintra feito pelos próprios passageiros vem dar um maior impulso ao comboio de reclamações que tem como destinatários a CP e o Governo, responsáveis máximos pelo nível de degradação da qualidade do serviço.

## Promessas e atrasos

Apesar das expectativas justas que criaram junto dos habituais passageiros do comboio, as medidas anunciadas para a Linha de Sintra em quase nada estão a alterar a situação. O mais que natural descontentamento, portanto, também se mantém, como mostra o estudo recentemente divulgado pela Comissão de Utentes da Linha de Sintra, onde também são avançadas sugestões e propostas.

A comissão recordou aos jornalistas que já passaram 5 anos sobre a aprovação do Plano de Reconversão da Via Férrea (1988-94), e entretanto foi anunciado o investimento de muitos milhões, a aquisição de novas UQEs (unidades quádruplas eléctricas - uma composição de passageiros é constituída por 2 UQEs), a remodelação das estações e a criação de novas, a quadruplicação da via, a articulação com o sistema urbano...

Recordou, e de seguida fez o balanço do que na realidade se alterou para as 250 mil pessoas que todos os dias têm que viajar de comboio na linha mais saturada da Europa - onde todos os anos as tarifas aumentam, mas onde durante mais de três décadas não houve intervenções de vulto na remodelação e manutenção das infra-estruturas nem do material circulante.

A quadruplicação da via estava prevista para a primeira fase do Plano de Reconversão, mas só avançou no passado mês de Fevereiro, com 5 anos de atraso.

Do Rossio a Sintra, as obras são generalizadas, mas de duvidosa planificação - o que resulta em «emendas» como o alteamento dos cais. Os atrasos nos trabalhos são enormes: oito meses na estação da Amadora, nove meses na de Queluz, alguns meses também nas estações de Sintra e da Portela. Não tem sido acautelada a segurança dos passageiros nem têm sido minimizados os transtornos, o que tem provocado maior número de acidentes, nomeadamente por falta de iluminação e sinalização.

Mantém-se na Linha de Sintra uma elevada sinistralidade: só no ano em curso, os acidentes na via férrea mataram mais de uma dezena de pessoas.

Diga-se, em abono da verdade, que a CP e o Governo apenas anunciam medidas na sequência de acidentes mortais e de grandes dimensões, como a Comissão de Utentes da Linha de Sintra referia na exposição que entregou a Mário Soares por ocasião da Presidência Aberta na Grande Lisboa: «Em 1990, após o acidente da Cruz da Pedra, o ministro da tutela anunciava para a semana seguinte o sistema de controlo automático de velocidade. Ainda hoje não está instalado. Na sequência de morte de uma adolescente na Portela de Sintra, a CP anunciou a colocação, até ao fim do ano, de 7 passagens desniveladas. Até hoje, 2 foram colocadas.» O próprio Plano de

Reconversão da Via Férrea «foi anunciado após graves acidentes (1985 - Alcaface; 1986 - Póvoa de Santa Iria; 1987 - Fuzeta, entre outros)» e «está completamente ultrapassado no tempo».

Os novos comboios foram a grande expectativa: segundo a CP, 42 UQEs iriam resolver problemas de sobrelotação e pôr ordem no cumprimento dos horários. Nada mudou, entretanto, e a Comissão de Utentes não acredita que o panorama se altere a médio prazo, apresentando bastas razões para tal cepticismo: há atrasos nas entregas; as novas composições não vão substituir na íntegra o material velho; os novos comboios têm capacidade para 1654 passageiros sentados e em pé, quando a média, nas horas de ponta, é de 3 mil pessoas por comboio; as carruagens mantêm um degrau, o que não corresponde às características de um transporte urbano (além dos incómodos e perigos para deficientes, idosos e crianças, permite ainda o transporte de passageiros nos estribos).

A comissão lembra, a propósito, que na Linha de

Cascais há 30 anos que foi resolvido este problema e as carruagens não precisam de ter degraus.

Caídas as promessas no poço sem fundo que é o esquecimento oficial ou no poço muito fundo que são os atrasos da sua concretização, mantêm-se os problemas, alguns com ainda maior gravidade: atrasos prolongados e supressão de comboios quase diariamente, por avarias, por quebras de tensão ou por misteriosas razões (que a CP nem se dá ao trabalho de informar os passageiros); as catenárias estão a cair de velhas; no interior das carruagens há falta de conforto, falta de higiene e falta de segurança.

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra enviou, em Junho passado, uma petição ao Parlamento Europeu, que já foi aceite e está em apreciação; desde a sua criação, em 1990, tem tido inúmeros contactos com órgãos do poder político e com os responsáveis da CP. Mas, uma vez que os problemas continuam sem resolução, fez questão de reafirmar aos jornalistas que «mantém e insiste» a sua disposição de intervir para alterar este quadro.





## EM FOCO

## Quantos transportes utiliza diariamente?

	Homens	Mulheres	Total
1	25	34	31
2	50	40	44
3	11	15	13
4	7	2	4
S/ resposta	7	9	8
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Verifica-se que três quartos dos inquiridos (75%) tomam diariamente 1 ou 2 transportes diferentes. Há 17% que tomam 3 ou 4 transportes.

O número de meios de transporte utilizados nas deslocações diárias poderia diminuir se a rede de transportes fosse estudada criteriosamente, entende a Comissão de Utentes, para quem as soluções encontradas com o terminal da Av. 5 de Outubro e Alcântara foram medidas que seguramente atingiram estes objetivos e que deveriam ser exemplo a seguir noutros pontos.



## Quanto tempo perde por dia em transportes?

	Homens	Mulheres	Total
30 min.	15	15	15
1 hora	28	20	23
1.30 h	23	21	22
2.00 h	13	15	14
2.30 h	6	7	7
3.00 h	6	7	7
>3.00 h	4	5	4
S/ resposta	5	9	7

Dos que responderam ao inquérito, 54% perdem entre 1.30 e mais de 3 horas, o que quantifica a dura realidade dos transportes colectivos existentes na área de Lisboa.



## Que acha da qualidade do transporte da CP?

	Homens	Mulheres	Total
Manteve-se	17	22	21
Melhorou	5	5	5
Piorou	77	71	73
S/ resposta	0	1	1

A elevada percentagem dos que consideram que a qualidade do transporte oferecido pela CP piorou é bem demonstrativa da consciência que os utentes têm das más condições em que são transportados na Linha de Sintra.



## A que nível se sente prejudicado pelo não cumprimento dos horários?

	Homens	Mulheres	Total
Profissão	87	80	83
Escola	10	14	12
Desporto	1	0	1
Outros	24	31	28
S/ resposta	1	1	1

O não cumprimento dos horários leva a que, em termos profissionais, se considerem prejudicados 83% das pessoas que responderam ao inquérito, o que vem dar razão às posições da Comissão de Utentes da Linha de Sintra.

## Que medidas propõe para reduzir o tempo que gasta nos transportes?

	Homens	Mulheres	Total
Pontualidade	31	28	29
Rapidez	26	20	22
Mais comboios	28	43	37
Segurança	8	9	8
Todo o sistema	12	6	8
Estações	2	0	1
Quadruplicar a via	3	1	2
Comodidade	11	7	8
Sem resposta	25	21	23

A pontualidade, a rapidez e o aumento das composições em circulação são medidas que 88% dos inquiridos consideram importantes para perderem menos horas em transportes. Questões relativas a segurança, a alteração de todo o sistema, a quadruplicação da linha e mais comodidade são referidas por 26% dos inquiridos.

## Que problemas o afectam mais a nível do material circulante?

	Homens	Mulheres	Total
Acidentes	53	62	58
Comboios superlotados	91	91	91
Conforto	68	73	70
Vidros	64	68	67
Higiene	73	69	71
Entra chuva	38	43	41
Degradação	71	74	73
Portas avariadas	71	71	71
Não haver Convel (*)	31	31	31
S/ resposta	1	0	1

(\*) Convel - sistema de controlo automático de velocidade

A sobrelotação dos comboios é referida por 91%, enquanto 73% se mostram sensíveis à degradação geral e 70% apontam a higiene, portas avariadas e a falta de conforto.

## Que acha das condições das estações e gares?

	Homens		Mulheres		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Higiene	13	80	10	84	11	82
Segurança	10	81	9	83	10	82
Abrigo	5	92	5	90	5	91
Saídas	7	90	7	89	7	90

A falta de condições de abrigo, de higiene e de segurança são os maiores motivos de queixa. Mas também é muito elevada a percentagem dos que acham que nas estações e gares as saídas não são rápidas, nem se fazem sem atropelos.

## O que pensa da informação prestada pela CP?

	Homens		Mulheres		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Em geral	11	88	8	87	9	88
Nas estações	8	92	5	92	6	92

Nas estações e gares, referem 92% dos inquiridos, falta informação adequada e oportuna sobre alterações ou atrasos nos horários dos comboios. A nível geral, 88% consideram que a CP não dá aos utentes a informação correcta.

## Segurança física e roubos

	Homens		Mulheres		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Foi vítima	9	86	19	74	15	79
O flagelo intensifica-se	85	4	86	5	85	5

É bastante elevada a percentagem dos inquiridos que afirmaram ter sido vítimas de situações deste tipo. O índice é ainda maior nas respostas de mulheres. Em 85% das respostas, considera-se que este flagelo está a intensificar-se. São dadas informações de muitos roubos durante o período nocturno e durante o dia, sobretudo entre a Damaia e Santa Cruz, e é também referida a detecção de carteiristas em comboios. Há quem afirme ter assistido a espancamentos e assaltos à mão armada.

Entre as medidas apontadas para dar solução a estes problemas surgem o policiamento de todos os comboios, a permanência de polícias à paisana nas estações e respectivos acessos, a melhor iluminação nas estações e a instalação de câmaras de TV, a montagem de sistema SOS nas carruagens.





# Sindicatos acusam o Governo e os «comissários políticos» «Destruir para ganhar» é o lema nas comunicações

Milhares de postos de trabalho são destruídos, a qualidade do serviço degrada-se, Portugal continua na cauda dos índices europeus. Enquanto a imagem das empresas se degrada, há bons quadros na «prateleira», proliferam os negócios por adjudicação e é privilegiada a perspectiva economicista em prejuízo do serviço público. É esta realidade que os sindicatos dos CTT, dos TLP, da Telecom, da Marconi e da TDP querem alterar, com o apoio dos trabalhadores - como afirmaram ao «Avante!» os dirigentes sindicais António Serafim (do STT), Manuel Gonçalves (do Sintel), José Oliveira (do SNTCT) e Amélia Monteiro (da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual).

**«Avante!»: Em diversas ocasiões os sindicatos têm apontado a entrega a privados como objectivo final da política de desmantelamento das empresas e de destruição do sector. Que motivos tem o capital privado para se interessar pelas comunicações e telecomunicações?**

**Manuel Gonçalves:** A par do evidente valor estratégico, há a importância económica. Não se pode dizer que esta ou aquela empresa seja ou não totalmente rentável. Nas telecomunicações há serviços rentáveis - como as comunicações de longa distância, comunicação de dados, serviços de valor acrescentado. Não são partes rentáveis os telefones em Bragança ou no Alentejo, ou nas regiões autónomas... Na mira do capital estão precisamente os serviços rentáveis.

Não é por acaso que na Marconi grande parte do capital (49%) já é de privados. Está também em preparação a passagem para a Marconi das comunicações europeias da Telecom, o que significaria, para já, a privatização de 49% da parte mais lucrativa desta empresa. E não precisariam de mudar mais nada na Telecom, porque já lhe teriam retirado tudo o que é rentável.

**José Oliveira:** Nos CTT-Correios de Portugal a situação no global é semelhante, embora os serviços que prestamos não sejam, em geral, tão apetecíveis à iniciativa privada. Há serviços que dão lucro, mas o correio é caro, o transporte de uma carta envolve muita gente, muita mão-de-obra.

Têm vindo a reduzir o pessoal e as tarifas têm vindo a aumentar, na mesma medida em que a qualidade do serviço tem vindo a diminuir. Isto tem permitido que hoje a empresa seja apresentada como viável e lucrativa - o que é antinatural, em nenhum país os correios dão lucro. Estamos entretanto a sofrer uma «privatização» encapuçada: todos os dias se verifica o encerramento de estações, passando o serviço para juntas de freguesia que aceitam esta situação a troco de alguma compensação económica.

**Manuel Gonçalves:** É preciso não esquecer que há evidentes contradições entre uma empresa privada, que tem como objectivo principal a obtenção de lucros para os accionistas, e uma empresa pública, que deve ter como preocupação fundamental a prestação de um serviço de qualidade às populações e ao País.

Quem é que se vai interessar pelos telefones das Beiras, do Alentejo ou de Trás-os-Montes? Na lógica dos privados, ninguém, porque dão prejuízo. É um facto que há, em regiões como estas, telefones que nunca na vida serão pagos, tais são os custos de instalação. Só que, nesta lógica, perde-se a componente social de serviço público; queira-se ou não, o telefone não pode ser hoje um produto de luxo.

Portugal tem neste momento cerca de 22 telefones por cada 100 habitantes; dos doze, o país mais próximo do nosso índice é a Grécia, que tem 34 telefones por 100 habitantes. Chegamos ao ponto de ter, como tivemos em 1992, zonas do País onde o número de pedidos de desmontagem de telefones foram tantos como os pedidos de instalação. Estamos efectivamente na cauda da Europa e, por este caminho, nunca mais chegamos ao «pelotão da frente», ainda por cima com tarifas que são das mais elevadas a nível da CEE!

Precisávamos de um serviço com muito mais qualidade, mas a política que está a ser seguida tem exactamente o efeito contrário. Por exemplo, há agora um quadro onde as brigadas de reparação de avarias têm que inscrever no fim de cada dia o número de trabalhos que fizeram; isto leva a uma competição para ver quem repara mais avarias, sem qualquer preocupação com a qualidade do serviço, além da degradação do ambiente de trabalho.

**«Avante!»: É isso que têm em vista quando afirmam que há nas empresas um clima generalizado de intimidação?**

**António Serafim:** Posso referir o exemplo da Marconi. O presidente do CA, Sequeira Braga, e os administradores que o acompanham gastaram dinheiro na criação e manutenção de empresas, gastaram em festas e festarolas, dando a imagem de uma gestão rica... e entretanto confrontaram-se com dificuldades reais e sérias. Quando se apercebem de que o fardo é demasiado pesado para a empresa, tentam fazer com que sejam os trabalhadores a pagar pela má situação que a sua política provocou.

Em 1990, na negociação do AE, tentaram que o STT assinasse um acordo que significaria perda de direitos para os trabalhadores, nomeadamente a nível de funções, instituindo a

polivalência; como o sindicato não aceitou, a administração decidiu aplicar aos nossos associados uma actualização salarial inferior à dos associados dos sindicatos da UGT, pois estes assinaram o acordo. Estivemos praticamente um ano a ser discriminados.

O tiro saiu-lhes, é verdade, pela culatra. Cerca de 300 trabalhadores avançaram com processos judiciais contra a administração e já viram a sua razão reconhecida em primeira instância.

No final do Verão de 92 a administração começou a querer reduzir pessoal e decidiu enviar trabalhadores para casa, desobrigando-os do dever de assiduidade, sem perdas no salário. Na sede começaram pelos auxiliares, e neste momento já desobrigaram do dever de assiduidade alguns empregados de escritório e mesmo quadros. Pela insegurança que gera, esta situação veio contribuir para o tal clima de receio de que falava há bocado.

E aqui a resposta também não foi a que certamente desejariam. De 8 a 14 de Março tivemos uma semana de greves «carrossel», para protestar contra este clima que se vive na Marconi, e também contra o comportamento da administração na revisão salarial (pura e simplesmente, ao fim de 3 reuniões de negociação, aplicou por acto de gestão aumentos de 5%). E estamos a encarar outras acções.

**Amélia Monteiro:** Podemos também referir a TDP (Tele-difusão de Portugal), criada em Abril de 1991 a partir de um serviço da RTP e que já se encontra numa situação caótica.

A TDP tem a seu cargo a rede de emissores e retransmissores de sinal e a rede de feixes hertzianos. Os feixes, em termos económicos, é que dão vida à TDP. Mas esta rede começou a ser desmantelada e passa para a Telecom. Assim, a TDP não é economicamente viável, e talvez seja por isso que alguns pensam que ela estará condenada a acabar a médio prazo. Numa empresa que tem 250 trabalhadores, na sua maioria técnicos, já se fala em largas dezenas de despedimentos.

Entre os trabalhadores sentem-se já os efeitos da ameaça de redução do pessoal e também das pressões que são feitas sobre os vários níveis de chefia.

Em todo o sector é muito visível a redução de postos de trabalho: em 1990 havia cerca de 47 mil trabalhadores, e em fins de 1992 são 38 mil. Esta redução drástica tem tendência para se agravar nos tempos mais próximos.

**«Avante!»: Isso deve-se à introdução de novas tecnologias?**

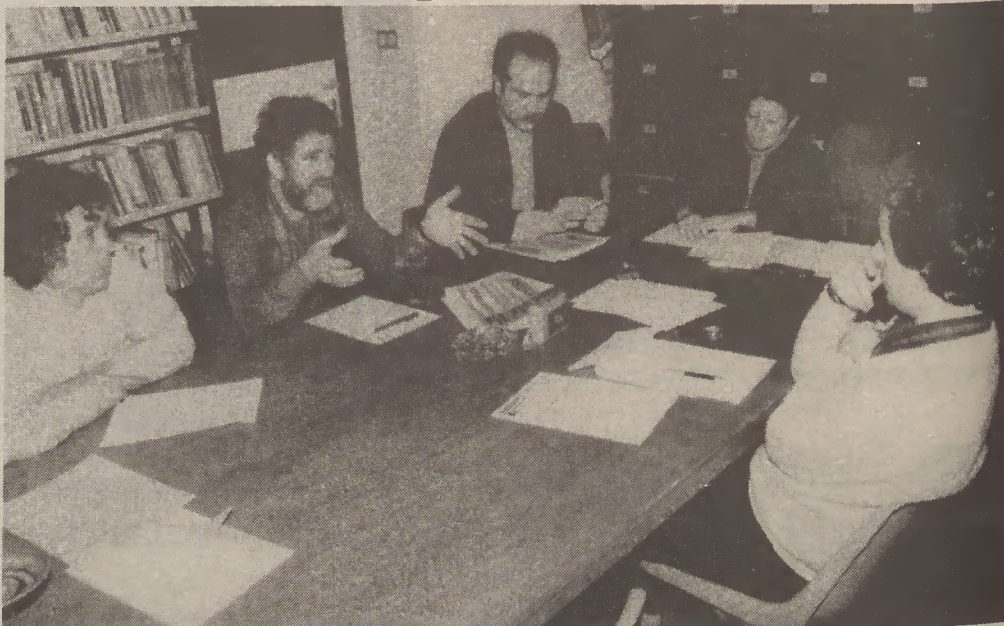
**Amélia Monteiro:** Nalguns casos. Mas não é essa a razão fundamental. O que se verifica é uma grande sobrecarga de trabalho daqueles que, além das suas funções normais, têm ainda que fazer as tarefas dos que as empresas mandam embora.

Se hoje há 20 trabalhadores, por exemplo, na TDP, para reparar avarias, é evidente que o serviço não será prestado da mesma maneira com, digamos, apenas 5. Além da sobrecarga de trabalho, vai haver muito maiores quebras na emissão.

**Manuel Gonçalves:** Ao contrário do que geralmente se previa quando se começou a dar o grande salto em termos informáticos, verifica-se que nos serviços que foram informatizados há hoje mais trabalhadores do que havia antes. A redução dos postos de trabalho é efeito da política do Governo.

**António Serafim:** A redução de postos de trabalho não tem nada a ver com a introdução de novas tecnologias e, a nosso ver, em determinadas áreas ainda seriam necessários mais trabalhadores. Na Marconi uma das secções mais importantes é a central telefónica, por onde passam as chamadas intercontinentais; aqui houve uma grande redução de pessoal, e a empresa tem que recorrer a trabalhadores a prazo; isto reflecte-se no muito menor rapidez com que são feitas as comunicações, reflecte-se no facto de «caírem» frequentemente as chamadas, reflecte-se nos ritmos de trabalho exigidos.

**José Oliveira:** As novas tecnologias no correio não vêm aumentar nem diminuir as necessidades de pessoal. Temos sofrido os efeitos de permanentes reestruturações. De 18 mil, os correios passaram a 13 mil trabalhadores. Se antes já o pes-



soal era pouco para o trabalho que tínhamos, hoje estamos ainda mais reduzidos e há intenções, segundo nos foi dito pela administração, de reduzir ainda mais.

**Manuel Gonçalves:** As comunicações e telecomunicações precisavam de uma perspectiva diferente, de uma gestão diferente, que correspondesse àquilo que este ramo em expansão significa para o País.

**«Avante!»: Quer isso dizer que a situação actual é devinda a erros de gestão?**

**Manuel Gonçalves:** A situação que se vive hoje é efeito do cavaquismo e da gestão que as administrações nomeadas pelo Governo levam a cabo nas empresas, obedecendo às orientações governamentais e desempenhando o papel de comissários políticos.

Na Telecom, por exemplo, entraram nos últimos 10 anos uns 2 mil quadros, todos seleccionados pelos homens de confiança do Governo e da administração; mas não houve um único, entre esses 2 mil, que servisse para administrador da Telecom, quando se tratou de formar o CA que tomou posse em Dezembro e cujos membros vieram todos do exterior da empresa.

**José Oliveira:** Esta política está a destruir o sector de forma premeditada. Não são os erros de gestão dos administradores, nem é falta de bons gestores e bons quadros - que há, mas na prateleira, pois para ser nomeado não basta já ter o cartão do PSD, é preciso estar disposto a seguir sem objecções às orientações do Governo.

**«Avante!»: E há também comissários de interesses privados?**

**Manuel Gonçalves:** Em 1991 contámos quase 170 empresas que trabalhavam a título de empreitada, desde a Visabeira (criada por Bordalo Junqueiro, um homem que foi secretário de Estado do sector e que também pertenceu aos quadros dos TLP, com 4 ou 5 mil trabalhadores, a outras com 200, com 50, ou com 3 ou 4.

Por trás das empresas que fazem a adjudicação de serviços estão interesses de grupos ou de pessoas, embora não se possa concretizar as ligações com papéis. Mas é um facto que o Governo e as administrações aplicam e estimulam a política de adjudicações, apesar de um serviço feito desta forma custar 3 ou 4 vezes mais do que se fosse a empresa a fazê-lo com o seu pessoal e os seus meios.

**José Oliveira:** Temos até conhecimento de casos em que os técnicos da Telecom estão parados e está o pessoal da adjudicatária a fazer o seu trabalho; para cúmulo, sucede que, no final de uma empreitada, quer-se ligar os mecanismos e têm que ir os trabalhadores da Telecom desfazer os erros do empreiteiro.

**Manuel Gonçalves:** Pode-se citar ainda o exemplo do parque automóvel. A nível da Telecom, sempre foi prática ir comprando as viaturas necessárias. De há uns anos para cá, começaram a praticar o aluguer de carros, e não ao quilómetro, mas ao dia. Não é difícil adivinhar que há interesses económicos por trás desta opção, sabendo que, por exemplo, na Direcção de Santarém a média que estes carros alugados estavam a fazer era de 8 quilómetros por dia. Há interesses muito grandes por trás de todas estas iniciativas.

E há uma intenção deliberada de dar uma má imagem destas empresas junto da população, para criar condições para privatizar aquilo que dá lucro.

**António Serafim:** O Estado sabe do que se passa, sabe que a administração da Marconi tentou formar um grande grupo económico, que chegou a ter cerca de 60 empresas; sabe que a maioria destas empresas tem dado prejuízo e provavelmente nunca virá a dar qualquer lucro; sabe que, na tentativa de formar e manter esse grupo, Sequeira Braga gastou cerca de 20 milhões de contos. E sabe que, se a Marconi teve prejuízos, alguém lucrou.



# Prejuízos ou suicídios?

## Ganhos e perdas

1. «Survival» (Sobrevivência) é o nome da empresa que explora uma cadeia de lojas especializadas na venda de equipamento e artigos de vestuário exterior, principalmente, para uso em condições atmosféricas severas ou em trabalhos que ofereçam a possibilidade de acidentes.

Porém, apesar de presidida pelo recipiente do prémio «Guardian Young Businessman of the Year, 1987»(1), John Ashcroft, a companhia não conseguiu, efectivamente, sobreviver no duro clima económico-financeiro actual e seguiu o inevitável destino entregando-se à falência com dívidas superiores a um milhão de libras. Já anteriormente, a «Collorol» (papel para decoração de paredes), dirigida pelo mesmo grande e sempre jovem homem de negócios, falira também.

2. O «Unibank» (dinamarquês) gabava-se, há um ano, de ser o mais rentável e o melhor administrado conjunto bancário da Escandinávia. E os seus dirigentes costumavam afirmar que a crise, ali, não tinha entrada. Mas os resultados, a frieza dos números, indicam o contrário. Com efeito, os prejuízos correspondentes a 1992 foram de 4 biliões e meio de coroas (USDólares 737 milhões) e o optimismo fácil do ano passado, como se compreende, extinguiu-se. Mas os vizinhos do «Nordbanken» (Banco estatal sueco) não lhes quiseram ficar atrás e anunciaram também, com certa naturalidade, as suas próprias perdas: dois biliões de dólares.

E enquanto os ricos Salomon, a casa nova-iorquina especialista em garantias e subscrições de capitais, etc., via as suas acções tombando em Wall Street face a prejuízos de 250 milhões de dólares só em Janeiro e Fevereiro, a «Philips», a grande «Philips» holandesa, anunciava ao mundo os seus resultados: prejuízos de cerca de 74 milhões de contos em 1992. Disse o actual presidente da célebre companhia (que incorpora a Grundig): «A realização de lucros, em 1993, dependerá do despedimento de 15 000 dos nossos empregados.»

3. O «Banque Bruxelles-Lambert» é que não estava habituado a estas coisas. Sempre apresentara lucros. Ainda assim, viu-se obrigado a constituir reservas superiores a um bilião de dólares para poder fazer face às infames dívidas incobráveis internacionais e locais que os seus livros registam. Quanto ao «Grupo Suez», esse gigantesco conglomerado industrial e financeiro que jamais conheceu prejuízos ao longo de uma gloriosa existência, anunciou os seus 323 milhões de dólares.

4. A pequena «Porsche», que só fabrica automóveis para os grandes, anunciou que as suas perdas relativas ao segundo semestre de 1992 foram de DM 120 milhões (11 milhões de contos, aproximadamente) e o seu chefe-executivo, Herr Wendelin Wiedeking, disse que, em 1993, a produção descera de 19 000 carros para 15 000, somente. Tomámos nota.

## Polónia

Se existem países pelos quais sentimos certa amizade, um deles é a Polónia. Por razões privadas. Assim, é com especial atenção que verificamos que aquilo, agora, sob a firme batuta de Hanna Suchocka, começa a entrar nos carris — os trabalhadores podem fazer as greves que entenderem, estão no seu democrático direito, mas Suchocka resiste-lhes com intrepidez. Ela só cede frente aos banqueiros internacionais e aos governos imperialistas que, com muita relutância e extremas exigências, a vão mantendo.

Mas os problemas estão à vista, não podem ser ignorados, e a bela Suchocka teve de fazer as malas e, fazendo-se acompanhar de larga comitiva, zás, foi a Londres onde, apesar da crise britânica ainda é possível fazer com que se abram algumas portas. Numa simples palavra: a

Polónia de Walesa e Suchocka tem de entrar o mais rapidamente possível na CEE para, evidentemente, ganhar acesso a fundos permitindo-lhe tapar alguns buracos caseiros que, contrariamente às previsões, não cessam de alargar, dando razão ao desespero dos novos magnatas de Varsóvia.

Foi tudo muito bonito. A recepção em Downing Street, a visita à Abadia de Westminster e a cerimónia junto ao túmulo do Soldado Desconhecido. Um programa oficial verdadeiramente «de rigueur». Mas para que a senhora Suchocka não exagerasse as suas apaixonadas ilusões, foi-lhe indicado, particularmente, o seguinte:

«Não seria aconselhável admitir a Polónia e os outros seus vizinhos da Europa Central na CEE com a rapidez que pedem. Passarão muitos anos até que as respectivas economias ganhem a solidez suficiente para poderem competir abertamente nos mercados internacionais. Além disso, os actuais países membros da CEE seriam forçados a absorver os substanciais custos a que a admissão dos novos membros conduziria — cerca de 8 biliões de «ecus», ou sejam, 6,5 biliões de libras.»

Como para boa entendedora meia palavra basta, Suchocka tinha preparadas as suas alternativas negociais e, assim, sugeriu que, pelo menos, os países da Comunidade lhe dessem uma ajuda aceitando mais importações de produtos agrícolas e siderúrgicos dado que a recuperação da economia do país depende, principalmente, das exportações para esses países. E porquê? A própria primeira-ministra explicou: porque as empresas polacas, estranguladas pela política de crédito inexistente e de severos impostos que a disciplina fiscal e a luta contra as tendências inflacionistas impõem, não podem contar com o mercado interno e, para poderem sobreviver, serão obrigados a exportar quase tudo o que produzem. Compreenderiam, na

City, este dilema? Compreenderam, evidentemente, mas não o aceitaram. E a delegação polaca regressou ao seu belo país.

Tornou-se terrível, portanto a situação de Hanna Suchocka. Os seus banqueiros, os seus amigos e aliados naturais (eles próprios cheios de problemas) não consentiram nos auxílios tão ansiosamente requeridos. Mas, as coisas são assim mesmo, a primeira-ministra tinha a obrigação de saber que, na City, dois e dois são quatro. Pelo menos, o seu vice-ministro do Comércio Externo, Andrzej Byrt, teve a franqueza de fazer o anúncio correcto. Segundo ele, a Polónia, em 1992, exportou mercadorias para os seus parceiros ocidentais no valor de 13 biliões de dólares, mas as suas importações dessas proveniências atingiram o valor de 16 biliões — o que explica o cerne das ilusões polacas e o realismo dos seus financeiros.

Dias mais tarde, o «Sejm» (parlamento de Varsóvia) rejeitava o plano do governo para a privatização de mais de 600 empresas estatais, o que levou Suchocka a considerar essa decisão como «um comportamento irresponsável».

Na Polónia, como em certos outros lugares que atravessaram as tempestades de todos conhecidas, julgavam-se a caminho de porto seguro. Na verdade, o que vemos é que remam contra a maré, coisa que fatiga, desgasta e pode conduzir ao naufrágio.

## Barclays Bank: dívidas incobráveis, 550 milhões de contos!

Ainda e sempre, o Barclays Bank, de Londres, de Lisboa, de todo o mundo. Os 40 biliões de libras devidos aos Bancos pelo sector das propriedades, em Inglaterra, constituem um dos mais graves problemas que o sistema financeiro está a enfrentar na crítica atmosfera dos nossos dias em que aquilo que ainda ontem valia 100 passou a valer 50 — e as propriedades, em si, já não respondem pelo valor dos empréstimos hipotecários. Se o mercado não reanima e continuar o seu desesperante declínio, o que acontecerá aos 40 biliões em causa?

O Barclays Bank emprestou para além daquilo que seria prudente emprestar aos impérios da especulação nos valores imobiliários. E perdeu. Perdeu na «Olympia & York», na «Brent Walker», na «Heron» de Geral Ronson, na «Mountleigh», na «Speyhawk», na «Rosehaugh Stanhope Developments», na «Imry», perdeu em todos os campos, como é costume dizer-se. Por isso, ao publicar o seu Relatório e Contas, nos princípios de Março, o grande Banco anunciou que as provisões contra dívidas incobráveis tinham atingido o valor de 2,5 biliões de libras — qualquer coisa como 550 milhões de contos.

Estas coisas do Barclays Bank não podem deixar de agitar o nosso interesse visto que deparamos com a constante abertura de filiais em Lisboa e, certamente, noutras cidades de Portugal. Na realidade, o prejuízo final revelado pelos administradores do Banco, depois de contabilizadas as provisões gigantescas referidas, foi de 242 milhões de libras numa situação em que se procedeu ao encerramento de 189 estabelecimentos (mas continuou a abrir-se em Lisboa) e se despediram 9000 funcionários esperando-se o fecho de mais de 350 filiais no ano corrente. Por outro lado, as perdas do Banco no sector das pequenas e médias empresas comerciais e industriais atingiram o valor de 27 milhões de libras em 1991, distinguindo-se, aí, as substanciais dívidas incobráveis registadas em França e na Alemanha. Em Espanha e Portugal, pelo contrário, o Barclays realizou um lucro de 18 milhões de libras o que, de algum modo, explica várias coisas. É que na Alemanha e em França, o Banco empresta... e perde. Mas em Portugal, que nos conste, não estão estabelecidos para emprestar ou para participarem no desenvolvimento económico do nosso país. Mas fazem negócios...

(1) Prémio «O jovem homem de negócios do ano», atribuído pelo conhecido diário liberal «The Guardian».





Um  
livro  
por  
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

## Da «ala liberal» caetanista à «social-democracia» imperialista...

1. A «Classe política portuguesa. Estes políticos que nos governam...», 2.<sup>a</sup> edição, de 1991, dirigida por Cândido de Azevedo e, na parte gráfica, por Victor Figueiredo, é uma obra que, mau grado os seus limites de classe — agora no sentido científico e histórico da palavra — acaba por deixar entrever dados úteis para o conhecimento e esclarecimento da vida política nacional.

Passada a breve «Apresentação» de duas páginas — uma das quais, pelo menos, é compactamente dedicada a destacar a importância da «revolução (...) na tecnologia ligada à informação» no desaparecimento da «cortina de ferro» ou do «muro de Berlim»; e ao auge anticomunista geral — este livro apresenta, em cerca de 450 páginas, a três colunas de 60 linhas, aproximadamente 600 biobibliografias de governantes portugueses actuais e de homens e mulheres destacados na acção partidária, global ou autárquica, por objectivos políticos; elementos esses em boa parte redigidos ou, como bem se nota, directamente informados ou ditados pelos próprios.

É certo que a dimensão das biografias varia, às vezes só sob o estímulo

evolução e revolução, sendo uma base aparentemente imparcial, é um critério conjuntural e não histórico, eventualmente aleatório, falível e enganador; é um congresso que vale o que valer nesse momento específico o grau de liberdade, igualdade e maturidade conquistado pelo conjunto da população, pela democracia participativa e, principalmente, pelo avanço alcançado pelos sectores populares revolucionários de maior futuro.

Hoje, os objectivos das forças políticas dominantes estão muito claramente ligados à pretensão de manter velhas relações económicas e sociais e de ajudar a preservar a integração monopolista europeia; e tudo isto reforçando, de um modo um pouco simplista, o sistema do velho rotativismo, que não salvou a monarquia do seu derrube, ou da moderna alternância, que ataca o movimento democrático de opinião, corrompendo e grudando governo e oposições formais, mas que também não salvará o imperialismo em Portugal.

Repare-se no retrato político nacional que daqui resulta metade, aproximadamente, dos elementos escolhidos — cerca de 300 — são dirigentes ou quadros destacados da governação portuguesa, membros ou colaboradores próximos do PSD, e perto de 200 encabeçam o PS e a sua área de influência. Às restantes forças políticas apenas cabe perto de centena e meia dos biografados: o PCP/CDU tem um total inferior a 70, embora os seus recentes dissidentes atinjam quase uma dezena... O CDS, antigo e actual, alcança menos de 30; o PRD, uma quinzena; a UDP, PPM e MDP ficam-se por menos de cinco cada um deles; o ex.-MFA tem 2 ou 3, a título de recordação... Os vários independentes, muitos dos quais só formalmente o são, somam cerca de 40 inquiridos.

2. Nos nossos dias e nesta cidade e neste campo portugueses de grupos sociais antagónicos, um partido político é uma associação de homens e mulheres, de jovens e de velhos, unidos, com consciência disso ou sem ela, com vanguarda de classes e camadas sociais. O seu objectivo anda sempre em torno da conquista, conservação e exercício do poder político e social, cuja forma superior ainda é a forma estatal.

Neste quadro, elementos essenciais para a definição de um partido são a sua concepção do mundo e a sua ideologia; as suas pretensões sociais e políticas; a sua estratégia e as suas táticas; a sua ligação contraditória a classe e camadas sociais; as características dominantes dos seus dirigentes e militantes.

Com este artigo apenas podemos tentar chegar aos outros elementos a partir das características de dirigentes e figuras relevantes, por exemplo, do PSD, partido do Governo:

a. Espantosamente, o PSD, que a si mesmo se classifica, de seu nome, como partido social-democrata, tem entre os cerca de 300 quadros dirigentes ou elementos destacados citados neste livro, raros ou mesmo nenhuns trabalhadores assalariados; um punhado de proprietários agricultores; menos de uma dezena de empregados de escritório e outras especialidades; menos de uma vintena de empregados de bancos e seguros; e nem sequer é referido, como tal, um só operário! E entretanto, como se sabe, em termos universais e europeus, neste final do século XX, um partido social-democrata é tipicamente um partido de forte base operária e trabalhadora que, aceitando os limites do mercado e da sociedade capitalista e da própria democracia representativa burguesa, reivindica formalmente actuar pela melhoria das condições de vida de largos grupos sociais.

b. Continuando a tomar por base este livro, aprofunda-se mais ainda esta natureza de classe dos dirigentes do PSD, que claramente os separa e opõe, não só aos sectores operários e trabalhadores, como às camadas populares mais neces-

sitadas: no conjunto destas já referidas três centenas de quadros destacados, figuram 61 gestores e administradores (entre os quais três mulheres), mas há apenas 3 pequenos ou médios proprietários agrícolas, meia dúzia de comerciantes, um número ainda inferior de industriais, um par de enfermeiros, etc., etc.

c. Idêntica situação marca a composição da direcção partidária PSD no ensino e seu pessoal docente: no conjunto do ensino superior, figuram quatro quadros destacados (2 mulheres). Nove são catedráticos, quatro professores agregados, e dois assistentes (as duas mulheres citadas). Já no ensino secundário os números baixam, no total, para vinte e quatro (uma mulher). No ensino básico descem mais ainda: são quatorze (3 mulheres).

A pirâmide de classe corre sempre, no PSD, no sentido inverso do movimento popular e democrático...

c. À medida que vai desenrolando o panorama abastado da direcção do PSD, quase que adivinhamos a sua sequência. E que esta linha de classe não tem desvios...

Analisa-se a situação da direcção do PSD entre o pessoal superiormente especializado, entre os advogados, os economistas, os médicos, etc. Nos especialistas de Direito citados neste livro, o PSD tem 82 (4 mulheres) dos seus quadros representativos! (E entre eles, 57 são advogados!) Dispõe também de 29 economistas (2 mulheres), 30 engenheiros (nenhuma mulher), 15 quadros formados em Letras (uma mulher), 8 em Medicina (uma mulher) e 15 em cursos diversos (nenhuma mulher). Num total, incluindo engenheiros técnicos agrários e industriais, que atinge perto de 200 quadros! (9 mulheres apenas...) 2/3 do número total dos dirigentes citados! Só juristas são bem mais de 1/4! É obra!

e. Como também não admira que a mesma estreita relação de classe se revele, apesar de muitas precauções, nas relações entre os quadros mais responsáveis do PSD e o imperialismo e o monopolismo no seu conjunto. Quase uma quinzena destes dirigentes citados já participou em iniciativas do bloco militar da NATO ou mantém com ele contactos regulares (uma mulher); vinte e seis dentre eles (3 mulheres) colaboram regularmente nas instituições da Comunidade Europeia, ou já o fizeram na EFTA; perto de uma vintena, que se saiba, está mais ou menos próximo, é mais ou menos colaborante, das multinacionais. Tudo isto enquanto cerca de 230 (12 mulheres) não se apresentam como integrados em sindicatos, e um outro número próximo de 200 (17 mulheres) não revele participar em colectividades desportivas... Diz-me o que escolhes na vida, dir-te-ei quem és...

f. E como estranhar que esta acção e composição sociais e políticas afaste da direcção do PSD as mulheres e a juventude? Ou ela os afaste... Que entre os 300 quadros responsáveis do PSD entrevistados neste livro, já o dissemos, apenas figuram 17 mulheres! Quase pior: de 20, ou com menos de 20 anos, não se assinala entre eles qualquer jovem! Menos de 1%!... Afinal quem é que está a ficar velho? Que a pior forma de envelhecer é subestimar e desprezar a juventude.

3. Quando um partido político de direita apenas consegue, já com o 25 de Abril vitorioso, fazer romper a bolsa de águas que o alimenta e contém sob o caetanismo, desabrochando para a vida política somente com a democracia actuante, é saudável que questionemos os seus antecedentes.

Durante mais de 4 décadas de fascismo e perto de 15 anos de guerra colonial, onde estava o grosso dos dirigentes do PSD que, a julgar pela elevada média das idades de hoje, já não eram então muito crianças?

Muitos seguiam apenas a sua vida ou os seus negócios. Mas outros já marcavam clara posição sob o salazarismo ou o caetanismo: entre eles encontramos presidentes de Câmara (Arouca, 1971/74; Trancoso, 1959/74; Tondela, 1970/74); ou vereadores (Elvas, 1972/74; Vieira do Minho, 1972/74) etc., etc.; deputados da «ala liberal» de Sá

Carneiro; administradores coloniais de Angola e Moçambique; coordenadores de acção cultural e do ensino na África do Sul; representantes portugueses na OCDE; quadros superiores da Presidência do Conselho (desde 1967), do Ministério da Economia, do Ministério das Corporações e Previdência Social (1967/74), do Ministério da Educação (que virá a ser secretário de Estado da Reforma Educativa em 1987/89), da Secretaria de Estado do Comércio e Transportes (1873/74), da Secretaria de Estado do Fomento Ultramarino (1972) — que depois virá a ser, em 1987, secretário de Estado Adjunto do XI Governo Constitucional, etc., etc. São mais de três dezenas... 10% do total! Como não pensar numa sequência, desde logo administrativa, entre o caetanismo e o cavaquismo?

É certamente esta origem congénita que explica que o Presidente da Câmara Municipal de Penedono saliente em 1991: «começou a interessar-se pela política após as prepotências verificadas nestas paragens, praticadas pelo MFA, logo a seguir ao 25 de Abril». Até aí tudo ia bem e merecia a concordância do seu abstencionismo...

É esta a razão que melhor explica que, nestas entrevistas, não refiram qualquer actividade ou preocupação que os tenha oposto à ditadura salazarista ou caetanista, pelo menos 237 quadros do PSD (16 mulheres)! Incluindo o actual primeiro-ministro que, à data do 25 de Abril, tinha cerca de 35 anos... E entre os que agiam, vários, na ocasião, segundo relatam, estavam filiados no PCP, na CDE, em movimentos maoístas, esquerdistas, etc.

Como se compreende também que, entre os actuais quadros do PSD, o número de presos políticos que consegui descartar, como tal registados sob 40 anos de ditadura fascista e colonialistas, não ultrapasse um simples par! E um deles era então militante do PCP!

Quanto à guerra colonial, o panorama é semelhante. Registe-se: 218 dirigentes masculinos, entre cerca de 280, não referem qualquer participação na guerra, ou sequer a prestação de serviço militar. Creio que é difícil imaginar que, tendo combatido em África o tenham esquecido, ou o venham agora a ocultar tanto mais que este tema constava daqueles que a todos era proposto. Parece-me mais viável conceber que esta guerra, embora tivesse, regra geral, concordância deles, ou pelo menos não merecesse a sua oposição, não fosse encarada como uma questão que lhes dissesse directamente respeito. Os pobres e os magalãs que guerreassem...

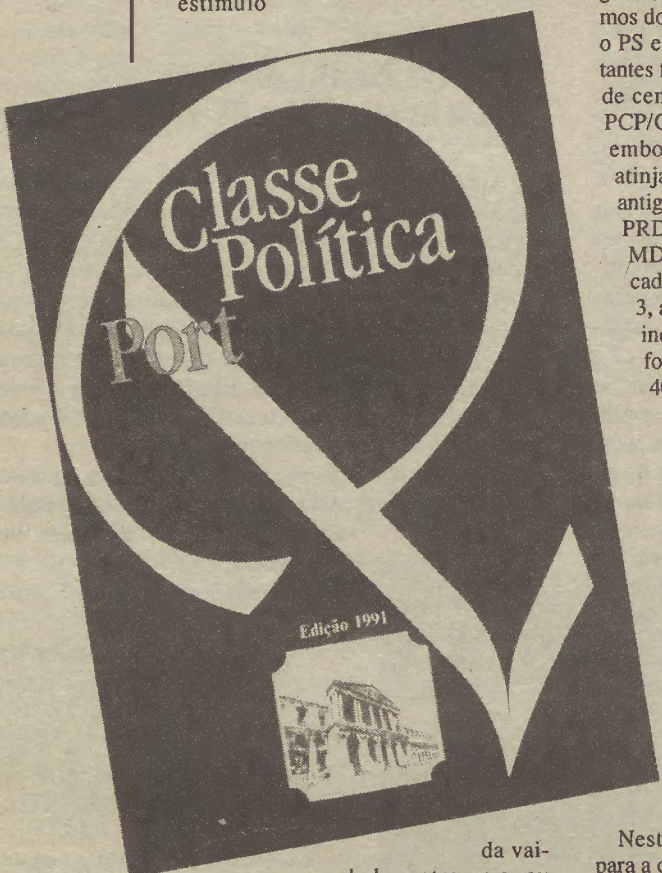
Aliás, mesmo os que referem ter cumprido o serviço militar nos anos sessenta e inícios dos setenta, cerca de uma dezena afirmam ter ficado em Portugal e não ter ido para o mato: uns serviram junto do EMGFA; outros foram fixados na Força Aérea, na Direcção do Serviço de Material ou no Serviço de Informações Militares, na Fábrica de Material de Guerra, etc., etc.

O que não se encontra certamente neste livro é qualquer referência a um actual dirigente do PSD que — sem ter abandonado e traído concepções progressistas da História que então contraditoriamente professasse — tivesse combatido nessa década a guerra colonial. Isso é que não há...

No fim dos anos sessenta, a «ala liberal» de Sá Carneiro representa, objectivamente, uma dissidência e um enfraquecimento salazarista-caetanista, que tanto punha em causa o seu futuro, como tentava cultivar um divisionismo democrático, que viesse a limitar as transformações revolucionárias que se impunham.

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, a «social-democracia» neoliberal (!) de Cavaco é uma via crescentemente direita, que tanto procura esvaziar o Estado democrático português do seu conteúdo popular, como prepara, a cavalo na bipolarização e no rotativismo, a sucção da sua soberania e a sua entrega ao imperialismo europeu e alemão.

Menos Estado, melhor Estado, quer dizer, menos soberania — melhor soberania... para benefício alheio, claro.



da vaidade, entre uma, ou mesmo meia coluna, e várias páginas cerradas, mas destituídas de qualquer saliência política.

E também é verdade que muitos dos entrevistados evitaram — significativamente, muitas vezes — parte dos temas sugeridos: chegam a faltar (por que razão?, sem qualquer motivo?) indicações tão simples como as referentes à idade, situação familiar, origem geográfica, habilitações literárias e ocupação profissional. Tal como, eventualmente com outras e mais compreensivas explicações, são ignoradas questões relativas à sua iniciativa associativa, sindical e partidária; aos seus cargos e actuações políticas sob o salazarismo ou já em plena democracia; ou, sobretudo, concernentes às suas ligações a redes monopolistas multinacionais ou a organizações internacionais, ao seu passado vivido no apoio, participação ou/e oposição à guerra colonial, etc., etc.

Aliás, como bem se entende, os intervenientes foram apurados e foram escolhidos. É notório que se diz que na base da sua selecção estaria um alegado processo ou acto, formal e eleitoral. A diferença da expressão, quantitativa e qualitativa, atribuída a cada partido, seria determinada pelo concreto voto dos portugueses. Seriam eles e só eles que estabeleceriam democraticamente o relevo de cada um.

Só que um (1) acto eleitoral, tomado apenas em si mesmo, e desgarrado de toda e qualquer apreciação do movimento social e nacional, do seu andamento,



# Gazetilha

## Histórica verídica

A droga onde é que ia?  
Viram-lhe a sacola.  
Nada. A bicharia  
ia... na viola.

Fia ali mais fina  
a corda plangente:  
cantava a heroína  
romanticamente...

Não terás droga lá  
em casa, leitor?  
Vê lá bem o que há  
no televisor...

## Bye, bye, Couto!

Dizem que o Couto dos Santos  
já tem lugar para onde ir  
em breve, quando sair  
dos inductivos cantos  
lá onde tantos e tantos  
terramotos fez cair.  
Só que ninguém quer ouvir  
falar do Couto dos Santos  
repartir dos seus vinagres.  
Pois é um dito remoto  
que santos do couto  
não fazem milagres...

## O caldeirão

Já aí vem Pedro Caldeira.  
Já aí vem. E de repente  
ninguém parece contente  
com o rato na ratoeira.

Diz-se que fora sensato  
o rato fora da toca.  
Que acontecerá se o rato  
se resolve a abrir a boca?

Olha a linda brincadeira  
pra tanta reputação  
se de repente o Caldeira  
se transforma em caldeirão?

Vá. Manter o fogo brando.  
Demorar a cirurgia.  
E, na calma, ir preparando  
uma oportuna amnistia...

## Rolhar a AR

Cortiça não a queria dobradiça  
para vendê-la bem, por bom dinheiro,  
o lavrador. Procura um tal sobreiro  
com a roupagem óptima, castiça,

que logo cai no chão, branca e submissa,  
à espera do seu príncipe brejeiro.  
— Que belas rolhas dás! — diz prazenteiro  
diz o dono ao ouvido da cortiça.

Aconchega nos carros a fazenda.  
Logo manda em G.V. a encomenda  
de grandes, largas, maviosas folhas

com uma direcção onde se lê:  
— GRUPO PARLAMENTAR do PSD.  
Pronto. Na AR já correm as rolhas...

■ IGNOTUS SUN

## PONTOS CARDEAIS

### Ir às compras

Segundo o "Templário" de Tomar, a Comissão Política do PS local está a enveredar por um curiosíssimo estilo de intervenção, definido pelo Secretário Distrital do PS, José Gameiro, numa reunião do referido organismo, nos seguintes termos: "É tempo do Partido Socialista em Tomar começar a fazer o que já se faz em Lisboa: encomendar, melhor dizer, comprar, peças à Comunicação Social para fazer contra-informação ao PSD. Bem negociadas as coisas, entende José Gameiro, que a troca de uns tostões, ou milhões, é bem possível encontrar jornais e jornalistas que embarquem no negócio, sujo, mas não faz mal". Mas se a proposta de José Gameiro vai formosa, está como a Lianor e não vai segura, porque o seu autor ameaçou de imediato: "Se algum dos camaradas aqui presentes for dizer à Comunicação Social o que se passou nesta reunião, tem que se haver comigo. Vou ser muito duro". Descontando a prosa pitoresca do "Templário", os factos que nela se expõem são, no mínimo, desconcertantes. Se, para o PS de Santarém, "o que já se faz em Lisboa" é "comprar peças à Comunicação Social" e "encontrar jornais e jornalistas que embarquem no negócio", ficariam então explicados - e pelo "Templário", imagine-se! - os estranhos empolamentos que, de vez em quando, acometem vários órgãos de

Comunicação Social nacional, seja à volta das breves tertúlias da "plataforma de esquerda" ou das bizarras candidaturas que o Partido Socialista anda a pescar na confidencial organização, seja com longas entrevistas a gente de que ninguém conhece a cara ou os méritos, seja na construção instantânea e delirante de reputações, imagens e valores. Caso não haja o conveniente desmentido, esta revelação de José Gameiro de que já se compram jornais e jornalistas como quem vai ali comprar batatas, vai ser, realmente, muito dura. E quem tem de se haver com ela é o Partido Socialista.

### Ao contrário de Dona Luísa de Gusmão

Em matéria de eleições autárquicas, João Soares fala pelos cotovelos (entrevistas, comentários, «fugas») e dizem que, nos bastidores, ainda é pior. No meio desta barafunda de palavras, João Soares mostra, no entanto, um verdadeiro pânico quando lhe falam em encabeçar uma lista. Há dias, em entrevista ao «Expresso», lá voltou a dizer: «Não excludo em absoluto a hipótese de ser cabeça de lista, mas a minha aposta clara é a Câmara de Lisboa»... Pois, pois. Debaixo da capa protectora da Coligação, é muito mais seguro! Desta forma, João Soares,

ao contrário da rainha D. Luísa de Gusmão, prefere ser o 2.º toda a vida a ser o primeiro a correr o risco de apanhar um «banhal».

### Com a Judas destas...

Quem não mostrou pânico em encabeçar uma lista em Cascais, lá onde, por exemplo, uma convergência entre o PS e o PCP poderia arrear a direita da presidência na autarquia, é o ex-comunista e ex-sindicalista J. L. Judas. Mas, se ele não mostrou medo, apenas uma ligeira e curta cerimónia, o pânico parece ter-se instalado entre os seus novos amigos e admiradores. É que não são tantos como se diz por aí. Se o PS «oficial» o escolheu para Cascais, os socialistas da terra parecem arrufados com a escolha. Outros dizem-se mesmo «chocados» a fazer fê em alguns jornais. «A Capital», por exemplo, veio revelar a «contestação» a esta escolha, por parte de Rui Braga, um socialista que terá mesmo escrito uma carta a Guterres, acusando Judas de continuar a ser «marxista-leninista» (!) e de «não conhecer as realidades do concelho». Rui Braga, que não conhece o «marxismo-leninismo» que refere e por isso se engana, conhecerá talvez as realidades do concelho, e não se enganará neste aspecto. O curioso é que parece também não conhecer as realidades internas do PS. Numa coisa não deixa de ter razão — com a Judas assim, fica a direita a ganhar.

## frases da Semana

«Não tem lógica (a Comunicação Social) silenciar os partidos da Oposição. Isso seria, usando a linguagem do futebol, beneficiar o infractor.»

✉ (João Amaral - «Journal de Notícias», 29.03.93)

«Tenho medo que a TVI seja como as outras. As dificuldades e as tentações são muitas e variadas.»

✉ (D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal - «TV Mais», 21.03.93)

«Vejo o ensino muito manco.»

✉ (Luísa Dacosta - «Público», 22.03.93)

«Há sintomas de corrupção no Governo.»

✉ (João Salgueiro - «O Independente», 26.03.93)

«Não vou fugir como Caldeira.»

✉ (Carlos Melancia - «O Diabo», 30.03.93)

«Não há fugas perfeitas e a de Pedro Caldeira, muito inteligente, não fugiu à regra.»

✉ (José Teles - «Semanário», 27.03.93)

«Poderei ter-me desorientado, entrado em pânico, feito muita asneira, mas nunca prejudiquei ninguém deliberadamente.»

✉ (Pedro Caldeira - «O Independente», 26.03.93)

«Não custa adivinhar que Fernando Nogueira sofre já, neste momento, da síndrome do príncipe Carlos: a Rainha nunca mais se afasta para o deixar ser Rei.»

✉ (José António Saraiiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 27.03.93)

«O Centro Cultural de Belém, mesmo a funcionar a meio gás, com muitos ou com poucos críticos, será sempre um sucesso popular. O espaço é largo e bonito.»

✉ (António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 27.03.93)

«Eu sofro a atracção da esquerda.»

✉ (José Luís Judas - «O Diabo», 30.03.93)





## O PCP com os trabalhadores

**Carlos  
Carvalhas**  
Secretário-Geral do PCP

### Encontro com Trabalhadores da Zona Industrial da Venda Nova

1 Abril (Quinta-feira)  
12.30 h  
Em frente à Ex-Cometna

### Com Agricultores na Feira da Malveira

1 Abril — 9 horas

**Oposição firme  
para uma política  
diferente**

**IIIV**  
CONGRESSO  
JCP

Sábado  
e domingo  
no Barreiro

**SECTOR  
INTELLECTUAL  
DA ORP**

### Debate/Convívio

2 de Abril, 6ª-Feira - CT Boavista

- 19.30 h  
Jantar-volante
- 22.00 h  
"Perspectivas de Desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto"  
  
Debate  
com Ilda Figueiredo  
e Emílio Peres  
1.ª candidatas da CDU  
à CMP e AMP, respectivamente
- 23.30 h  
Convívio com música e poesia  
Leilão de obras de arte

### Naturais de Castelo Branco residentes em Lisboa e Setúbal

Hoje, às 21.00, realizam-se nos Centros de Trabalho do Barreiro e Vitória/Lisboa reuniões para que estão convidados os camaradas naturais de Castelo Branco residentes em cada um dos distritos. Estas reuniões, que terão a participação de camaradas ligados à organização de Castelo Branco, têm como objectivo recolher a contribuição de todos para a elaboração das listas de candidatos aos órgãos autárquicos daquele distrito.

## Agenda

### ALANDROAL

Encontro conceitual da CDU sobre as eleições autárquicas (preparação das listas e eleição da Comissão Eleitoral): na sede da Junta de Freguesia de Alandroal, sábado às 15.00, com a participação do camarada Raimundo Cabral.

### ALJEZUR

Debate com Rogério de Brito sobre «A situação e os problemas da Agricultura»: no Rogil, sábado às 15.30.

### AMADORA

Encontro de Carlos Carvalhas com trabalhadores da Zona Industrial da Venda Nova - hoje, quinta-feira, às 12 e 30, junto à ex-Cometna.

Plenário de militantes da freguesia da Mina, para discussão das tarefas políticas do ano em curso, designadamente as eleições autárquicas e o reforço da Organização: sábado, às 15.00, no CT da Amadora, com a presença do camarada Júlio Filipe.

CDU Presta Contas na Brandoa - sexta-feira às 21.30, na Esc. Primária nº 2 (Alto da Brandoa), com a participação de Manuel Vieira e Lélío Fidalgo, vereadores da CMA, Natália Bravo, presidente da JF, e outros eleitos.

### BARREIRO

Reunião de militantes do Partido naturais do distrito de Castelo Branco, residentes no distrito de Setúbal, inserida na preparação das listas para as eleições autárquicas de 1993. No CT do Barreiro, hoje, quinta-feira, às 21.00, com a participação do camarada Jorge Amorim.

### FARO

«A crise económica na Europa e as soluções para Portugal» - debate com Rogério de Brito, deputado no PE. No salão da COOBITAL, em Faro, sexta-feira às 21.30.

### LISBOA

Sessão-debate com reformados de Alcântara: na Junta de Freguesia de Alcântara, hoje, quinta-feira, às

15.00, com a participação do camarada Jaime Félix.

4ª Assembleia da Organização de Freguesia de Sta. Maria dos Olivais - na SFUCO, sábado a partir das 14.30. Estarão presentes como convidados os camaradas Aurélio Santos e José Tavares.

Reunião de militantes do Partido naturais do distrito de Castelo Branco, residentes no distrito de Lisboa, inserida na preparação das listas para as eleições autárquicas de 1993. No CT Vitória, hoje, quinta-feira, às 21.00, com a participação do camarada António Cardoso.

Plenário CDU da freguesia do Lumiar: hoje às 21.30 no CT do Lumiar.

Plenário CDU da freguesia de S. Domingos de Benfica: no CT de Benfica, sexta-feira às 21.30, com a participação de José Casanova.

Almoço-convívio promovido pela organização da freguesia de Sto. Condestável no CT de Alcântara: domingo a partir das 13.00.

Jornadas Autárquicas do PCP nas freguesias de Alvalade, Campo Grande, N.ª Sr.ª de Fátima, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira: no Hotel Berna, sábado às 15.00, com a participação de vereadores do PCP na CML, membros da Assembleia Municipal e eleitos nas freguesias.

Plenário de militantes da freguesia de Sta. Maria de Belém sobre as eleições autárquicas: sábado às 15.00 no CT de Alcântara.

Plenário CDU da freguesia da Charneca: no CT do Lumiar, segunda-feira às 21.00.

### LOURES

5ª Assembleia da célula do PCP no Município de Loures: no Cinema dos Bombeiros de Loures, sábado, com início às 10.00. Participa o camarada Álvaro Cunhal.

Plenário de militantes de Odivelas:

no CT de Odivelas, sexta-feira às 21.30, com a participação do camarada Euclides Pereira.

Plenário de militantes de Olival Basto: no Centro de Dia, sexta-feira às 21.30, com a participação do camarada Jorge Gouveia Monteiro.

Plenário de militantes da Pontinha: no Centro de Convívio da Terceira Idade, sábado às 21.30.

Debates CDU: na Casa da Cultura de Sta. Iria de Azóia, sexta-feira às 21.30, com a participação do camarada Demétrio Alves; no Bairro da Petrogal em Bobadela, sexta-feira às 21.30, com a participação do camarada Francisco Pereira; sobre «Segurança Pública e Protecção Civil», no salão da Junta de Freguesia de Sacavém, com a participação do camarada João Amaral - sexta-feira às 21.30.

### OEIRAS

Plenário da organização de Algés - no Centro de Trabalho de Algés, sábado às 15.00.

### PALMELA

4ª Assembleia Extraordinária da Organização da Freguesia de Palmela: na Casa do Lavrador, sábado a partir das 15.00.

### PAREDE

Assembleia da Organização de Freguesia, convocada no âmbito da preparação da próxima campanha eleitoral da CDU: sábado, às 15.30, no CT da Parede, com a participação do camarada Francisco Melo.

### PORTO

Debate-convívio no CT da Boavista, promovido pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação de Ilda Figueiredo e Emílio Peres. Tema: «Perspectivas de Desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto». Sexta-feira a partir das 19.30.

### S. DOMINGOS DE RENA

3ª Assembleia da Organização de Freguesia: no salão

do Centro de Trabalho de Tires, domingo, às 14.30, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

### SANTARÉM

Almoço-convívio da CDU em Alcanena, com a participação do camarada Albano Nunes: domingo às 13.00.

### SINTRA

Plenário de militantes no CT do

**CDU**  
um bom trabalho  
melhores  
soluções

**A gestão CDU,  
conquista dos trabalhadores**

## 5.ª Assembleia da célula do PCP no Município de Loures

Sábado, às 10.00  
no Cinema dos Bombeiros

Participação do camarada  
Álvaro Cunhal

### Actualidade em debate no VITÓRIA

1 de Abril - 5ª-Feira - 18.30 horas

### A crise económica e social em Portugal

com Octávio Teixeira  
Membro da Comissão Política do CC  
Presidente do G.P. do PCP

15 de Abril - 5ª-Feira - 19 horas

### A situação na Jugoslávia e nos Balcãs

com Carlos Aboim Inglez  
Membro da Comissão Central de Controlo  
do CC do PCP

Cacém, com a participação do camarada Carlos Grilo: sexta-feira às 21.30. Encontro CDU da freguesia de Rio de Mouro: na salão da Junta de Freguesia, sábado às 14.30, com a participação do vereador Felício Loureiro.

### Cruzeiro no Zêzere

promovido pela Comissão Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa

Dias 3 e 4 de Abril

Preço por pessoa: 15 000\$00, incluindo viagem e refeições

Inscrições no CT de Arroios  
e pelo telef. 813 81 19

### 4ª Assembleia da Organização de Freguesia de Sta. Maria dos Olivais - Lisboa

SFUCO, sábado, às 14.30

### Excursão à Serra da Estrela

em confortável autocarro

Dois dias - 3 e 4 de Abril

Preço por pessoa: 3200\$00

Inscrições nos Centros de Trabalho  
de Setúbal, Faralhão e Praias do Sado



Quinta, 1

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diaburas do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Don Juan (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.35 Grande Noite

Sexta, 2

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.20 Pancho Barnes (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 007 Contra Goldfinger

Sábado, 3

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.00 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 13.50 Clube Disney
- 15.15 A Primeira Festa (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Chefe, mas Pouco
- 17.40 Feira da Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.35 Felicidade
- 22.25 Parabéns
- 00.05 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Sessão Dupla II - «A Father's Revenge» (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 4

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Programa Infantil e Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.25 Beverly Hills 90210
- 16.20 O Meu Guarda-Costas (ver «Filmes na TV»)
- 18.05 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.05 Felicidade
- 22.45 Casa Cheia
- 23.25 Cenas da Luta de Classes em Beverly Hills
- 01.05 Conversa Afiada



Futebol: Porto-PSV, quarta-feira, na TV2



A vida de Luther King e o julgamento do seu assassino, na SIC - documentário no sábado às 19 h e série no domingo às 20 h

- 22.40 Aliô, Aliô
- 23.10 Sexualidades
- 24.00 Histórias de Prisão
- 01.30 24 Horas
- 02.20 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.30 Luas de Mel
- 13.00 Agora, Escolha!
- 14.30 Tênis - Open do Estoril
- 16.05 Os Árabes
- 16.05 Chá das 5
- 17.45 Carrusel
- 18.35 Acção em Miami
- 19.35 Ópera: «Pelleas e Mellisand» (2ª parte)
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Tênis - Open do Estoril
- 23.20 Maigret
- 00.10 A Vida Privada de Henrique VIII (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Repórter da Meia-Noite
- 22.20 Conta Corrente
- 23.20 Internacional SIC
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Farda e Coração
- 22.25 Informação - «Referendo»
- 23.20 Desporto - Na Maior
- 23.50 Informação
- 23.40 Meteorologia

- (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 24 Horas
- 00.40 Remate
- 00.55 A Marca de Shaft (ver «Filmes na TV»)
- 02.35 «Die Stimme - The Voice» (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 12.00 Walter e Emily
- 12.35 Luas de Mel
- 13.00 Agora Escolha!
- 14.30 Tênis - Open do Estoril
- 16.30 Odisseia Animal
- 17.10 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Rotações
- 20.00 Dramazine
- 21.25 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Tênis - Open do Estoril
- 23.20 A Festa dos Sentidos (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas (Sinead O'Connor ou Joe Jackson)

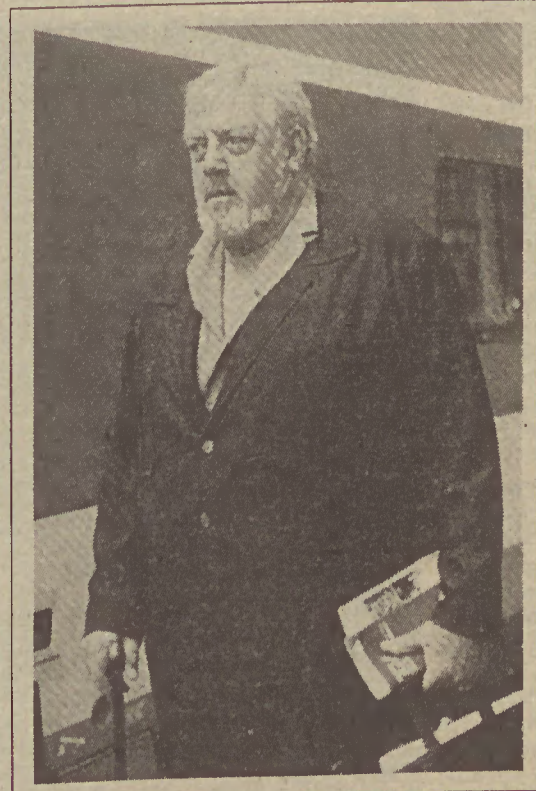
- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.35 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.20 Cidade Ardente (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Último Jornal
- 23.40 Jornalouco
- 23.45 Playboy
- 00.35 Boxe
- 01.05 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Avent. nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Telemotor
- 22.00 Sob a Band. da Coragem (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Olhares
- 23.45 Os Constr. da História
- 00.15 Ponto Final
- 00.30 Meteorologia

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 O Buraco na Parede (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.45 No Cumprimento do Dever
- 23.35 Salomé
- 01.10 Popoff
- 01.35 Contradições

- 12.00 Quadriha Selvagem
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Portugal Radical
- 15.00 Capitão Blood (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Justiça Negra
- 18.00 Magazine de Espectáculos
- 18.30 Selvagens e Perigosos
- 19.00 Passo a Passo
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Deseja-me Sorte
- 20.50 Benny Hill
- 21.20 Paixões Secretas
- 21.50 Crimes
- 22.20 Água na Boca
- 23.15 Último Jornal
- 23.45 Telefilme: «O Caso da Freira de Má Fama»

- 10.00 Infantil
- 10.30 Documentário
- 11.00 Qualidade, um Bem Essencial
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.00 Informação Quatro
- 13.10 Lágrimas (compacto)
- 17.35 Colégio Interno
- 18.35 Agatha Christie
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Momento da Verdade (ver «Filmes na TV»)
- 22.15 Cozido à Portuguesa
- 23.15 Fado, Fadinho
- 23.25 All That Jazz (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Meteorologia



Raymond Burr como Perry Mason em mais um «caso» em telefilme - sábado na SIC

- 08.00 Os Persuasores
- 09.00 Regiões
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.20 Uma Família para Joe
- 11.50 National Geographic
- 12.45 Forum Musical
- 13.40 Realce
- 14.10 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.15 Capitães da Areia
- 24.00 Voo às Cegas

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 A Saga da Fórmula Um
- 14.00 Um Planeta Uma Família
- 15.00 Flashdance (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Tarzan
- 17.30 National Geographic Magazine
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Julgamento do Assassino de Martin Luther King
- 23.05 Último Jornal
- 23.25 Alta Traição
- 01.35 Deixem Correr o Sangue

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 A Saga dos Wilson
- 14.00 Telhados de Vidro (compacto)
- 16.00 Funny Lady - Uma Mulher Endiabrada (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Rumores
- 20.35 Cagney & Lacey
- 21.35 Telefilme - «Amizade Fatal»
- 23.10 Meteorologia

Segunda, 5

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.15 Clarence (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.50 Malta Portuguesa
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 22.00 Cupido Electrónico
- 22.30 Entre Famílias
- 23.35 A Guerra Privada de Lucinda Smith
- 00.25 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Os Roberts
- 12.30 Luas de Mel
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 14.55 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Terra de Fogo e Sangue
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.10 Ao Som do Automóvel
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 A Criança-Espelho (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Caça ao Outubro Vermelho
- 23.50 Tostões e Milhões
- 00.25 Último Jornal
- 00.45 Jornalouco
- 00.50 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Raptos em Memphis
- 23.15 Desporto
- 23.45 Ponto Final

Terça, 6

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.25 Roseland - Amar Sobre a Cidade (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Malta Portuguesa
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Isto Só Vídeo
- 22.20 Você Decide
- 23.15 A Marcha do Tempo
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 14.55 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Extradimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.10 Ao Som do Automóvel
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 A Criança-Espelho (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.05 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Príncipe de Bel Air
- 22.00 Terça à Noite
- 23.00 Phoenix
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Cartas de Amor
- 22.35 Mancuso
- 23.15 Factos e Argumentos
- 00.10 Informação
- 00.25 Meteorologia

Quarta, 7

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.50 Pecados da Humanidade (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Malta Portuguesa
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.50 ET - o Extraterrestre (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Golo Europa
- 01.00 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 O Império de Brittas
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Extradimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.10 Ao Som do Automóvel
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 A Criança-Espelho (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Batalhas Conjugais
- 22.20 Sexo Forte
- 23.10 Jogar em Casa
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 Jornalouco
- 00.10 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 O Nosso Amor de Ontem (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Desporto Motorizado
- 00.05 Informação
- 00.20 Meteorologia



## Filmes na TV

### QUINTA, 1

**Don Juan**  
«Don Juan» (Fr./Esp./1955). Real.: John Berry. Int.: Fernandel, Carmen Sevilla, Erno Crisa, Christine Carrère. Cor. 90 min. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

### A Vida Privada de Henrique VIII

«The Private Life of Henry VIII» (Gr.Br./1933). Real.: Alexander Korda. Int.: Charles Laughton, Robert Donat, Elsa Lanchester, Merle Oberon. P/B, 92 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

### SEXTA, 2

**Pancho Barnes**  
«Pancho Barnes» (EUA/1988). Real.: Richard T. Heffron. Int.: Valerie Bertinelli, Ted Wass, James Stephens, Cynthia Harris. Cor. 143 min. *Telefilme biográfico*. (14.20, Canal 1)

### Cidade Ardente

«City Heat» (EUA/1984). Real.: Richard Benjamin. Int.: Clint Eastwood, Burt Reynolds, Jane Alexander, Madeline Kahn. Cor. 93 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

### Sob a Bandeira da Coragem

«The Red Badge of Courage» (EUA/1951). Real.: John Huston. Int.: Audie Murphy, Bill Mauldin, John Dierkes, Royal Dano. P/B, 70 min. *Ver Destaque*. (22.00, Quatro)

### 007 Contra Goldfinger

«Goldfinger» (Gr.Br./1964). Real.: Guy Hamilton. Int.: Sean Connery, Honor Blackman, Gert Frobe, Shirley Eaton, Tania Mallet. Cor. 106 min. *Ver Destaque*. (22.10, Canal 1)

### A Festa dos Sentidos

«Le Déjeuner Sur L'Herbe» (Fr./1959). Real.: Jean Renoir. Int.: Paul Meurisse, Catherine Rouvel, Fernand Sardou. Cor. 89 min. *Ver Destaque*. (23.20, TV 2)

### A Marcha de Shaft

«Shaft's Big Score» (EUA/1972). Real.: Gordon Parks. Int.: Richard Roundtree, Moses Gunn, Drew Bundini Brown, Joseph Mascolo. Cor. 101 min. *Ver Destaque*. (00.55, Canal 1)

### A Voz

«The Voice» / «Die Stimme» (EUA/1988). Real.: Gustavo Graef-Marino. Int.: Jon Finch, Suzanna Hamilton, Ian Dury, Uwe Ochsenknecht, Heins Honenig, Rich Muller. Cor. 87 min. *Horror*. (02.35, Canal 1)

### SÁBADO, 3

#### O Buraco na Parede

«Dakota Lil» (EUA/1950). Real.: Lesley Selander. Int.: George Montgomery, Marie Windsor, Rod Cameron. Cor. 84 min. *«Western»*. (12.05, TV 2)

#### O Capitão Blood

«Captain Blood» (EUA/1935). Real.: Michael Curtiz. Int.: Errol Flynn, Olivia de Havilland, Basil Rathbone, Lionel Atwill. Versão «colorizada», 95 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

#### A Primeira Festa

«La Boum» (Fr./1980). Real.: Claude Pinoteau. Int.: Claude Brasseur, Brigitte Fossey, Sophie Marceau, Denise Grey. Cor. 106 min. *Comédia*. (15.15, Canal 1)

#### Momento da Verdade

«The Karate Kid» (EUA/1984). Real.: John G. Avildsen. Int.: Ralph Macchio, Noriyuki Morita, Elisabeth Shue, Martin Kove. Cor. 127 min. *Drama*. (20.05, Quatro)

#### O Espectáculo Vai Começar

«All That Jazz» (EUA/1980). Real.: Bob Fosse. Int.: Roy Scheider, Jessica Lange, Ann Reinking, Leland Palmer. Cor. 123 min. *Ver Destaque*. (22.25, Quatro)

#### Perry Mason: O Caso da Freira de Má Fama

«Perry Mason: The Case of the Notorious Nun» (EUA/1986). Real.: Ron Satloff. Int.: Raymond Burr, Barbara Hale, Timothy Bottoms. Cor. 100 min. *Telefilme*. (23.45, SIC)

«The Frog Prince» (Gr.Br./1984). Real.: Brian Gilbert. *Comédia romântica*. (Alternativa I); «The Brute» (Gr.Br./1976). Real.: Gerry O'Hara. *Drama*. (Alternativa II); «Atracção Diabólica» (EUA/1988). Real.: Georges A. Romero. «Thriller» fantástico. (Alternativa III) (00.05, Canal 1)

«A Father's Revenge» (título português, não fornecido) EUA/1987. Real.: John Herzfeld.

Int.: Brian Dennehy, Joanna Cassidy, Anthony Valentine, Ron Silver. Cor. 93 min. «Thriller». (01.30, Canal 1)

### DOMINGO, 4

**Flashdance**  
«Flashdance» (EUA/1983). Real.: Adrian Lyne. Int.: Jennifer Beals, Michael Nouri, Lilia Skala, Sunny Johnson. Cor. 95 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

### Uma Mulher Endiabrada

«Funny Lady» (EUA/1975). Real.: Herbert Ross. Int.: Barbra Streisand, James Caan, Omar Sharif, Roddy McDowall. Cor. 140 min. *Ver Destaque*. (16.00, Quatro)

### O Meu Guarda-Costas

«My Bodyguard» (EUA/1980). Real.: Tony Bill. Int.: Chris Makepeace, Adam Baldwin, Matt Dillon, Ruth Gordon. Cor. 95 min. *Drama*. (16.20, Canal 1)

### Amizade Fatal

«Fatal Friendship» (EUA). Real.: Bradford May. Int.: Kevin Dobson, Gerald McRaney, Kate Mulgrew, Patti Yasutake. Cor. 90 min. *Drama*. (21.30, Quatro)

### Alta Traição

«No Way Out» (EUA/1987). Real.: Roger Donaldson. Int.: Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Patton. Cor. 112 min. *Ver Destaque*. (23.25, SIC)

### SEGUNDA, 5

#### Clarence

«Clarence» (EUA/Can./1990). Real.: Eric Till. Int.: Robert Carradine, Kate Trotter, Louis Del Grande, Richard Fitzpatrick, Barbara Hamilton. Cor. 83 min. *Telefilme*. (15.15, Canal 1)

#### Caça ao Outubro Vermelho

«The Hunt for Red October» (EUA/1990). Real.: John McTiernan. Int.: Sean Connery, Alec Baldwin, Scott Glenn, Sam Neill. Cor. 135 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

#### Rapto em Memphis

«Memphis» (EUA/1992). Real.: Yves Simoneau. Int.: Cybil Shepherd, John Laughlin, J. E. Freeman, Richard Brooks. Cor. 100 min. *Drama*. (21.30, Quatro)

#### O Jardim Onde Vivemos

«Il Giardino dei Fizzi-Contini» (It./RFA/1970). Real.: Vittorio De Sica. Int.: Dominique Sanda, Lino Capolicchio, Helmut Berger, Fabio Testi, Romolo Valli. Cor. 90 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

### TERÇA, 6

#### Roseland, Amar Sobre a Cidade

«Roseland» (EUA/1977). Real.: James Ivory. Int.: Teresa Wright, Lou Jacoby, Geraldine Chaplin, Helen Gallagher, Joan Copeland, Christopher Walken, Lilia Skala, David Thomas. Cor. 100 min. *Ver Destaque*. (15.00, Canal 1)

#### A Criança-Espelho

«The Reflecting Skin» (Gr.Br./1990). Real.: Philip Ridley. Int.: Viggo Mortensen, Lindsay Duncan, Jeremy Cooper. Cor. 91 min. *Drama*. (23.10, TV 2)

### QUARTA, 7

#### Pecados da Humanidade

«The Time of Your Life» (EUA/1948). Real.: H. C. Potter. Int.: James Cagney, William Bendix, Wayne Morris, Jeanne Cagney. Cor. 109 min. *Drama*. (14.50, Canal 1)

#### O Nosso Amor de Ontem

«The Way We Were» (EUA/1973). Real.: Sidney Pollack. Int.: Barbra Streisand, Robert Redford, Bradford Dillman, Patrick O'Neal, Viveca Lindfors. Cor. 118 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

#### ET - O Extraterrestre

«ET - The Extraterrestrial» (EUA/1982). Real.: Steven Spielberg. Int.: Dee Wallace, Henry Thomas, Peter Coyote, Robert MacNaughton, Drew Barrymore, Tom Howell. Cor. 115 min. *Ver Destaque*. (21.50, Canal 1)

#### A Doce Vida

«La Dolce Vita» (It./1960). Real.: Federico Fellini. Int.: Marcello Mastroianni, Anita Ekberg, Anouk Aimée, Magali Noël. P/B, 167 min. *Ver Destaque*. (00.20, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## — Por isto e por aquilo... —

### A Vida Privada de Henrique VIII

(Quinta, 00.10, TV 2)

Este filme foi, no seu tempo, um grande êxito do cinema inglês, não apenas na Europa mas também nos EUA, onde Charles Laughton, o principal intérprete, alcançou o Oscar pela sua magistral interpretação. Mas a realização de Alexander Korda, que depois iria dedicar-se com muito maior competência à produção, é por vezes tosca sendo provável que, nos nossos dias, o filme se resista disso.

### Cidade Ardente (Sexta, 21.30, SIC)

É mais uma história de polícias com métodos pouco ortodoxos a procurarem limpar uma cidade - Kansas City - da corrupção que por ali grassa. O grande festejado destes dias, Clint Eastwood (um tenente da polícia), e Burt Reynolds (um detective privado) vêem-se obrigados a colaborar numa investigação, cada um procurando ser pior do que o outro nos métodos utilizados. Talvez os resultados sejam bons, para eles, mas são péssimos, para nós. Rezam as crónicas que já Blake Edwards, o autor do argumento, se ficou pelo pseudónimo, na ficha técnica, e despachou a realização para Richard Benjamin! Mas, os «crimes», acabam sempre por ser descobertos...

### Sob a Bandeira da Coragem (Sexta, 22.00, Quatro)

Trata-se do início de um ciclo, que se antevê imprescindível, dedicado a um grande mestre do cinema - John Huston. E que começa da melhor maneira: na realidade, de entre os grandes filmes que abordam a temática da Guerra Civil norte-americana, Sob a Bandeira da Coragem é, seguramente, um dos mais fabulosos de todos. Adaptado pelo próprio realizador do romance *A Insignia Rubra da Coragem*, de Stephan Crane, o filme aborda um dos mais dramáticos conflitos que o homem conheceu, com um estilo seco e descritivo, despido dos artificialismos do espectáculo - o que valeu a Huston alguns graves dissabores com a todo-poderosa MGM, que o produziu e... escorinhou. E o conflito é visto através da descrição da evolução do estado de espírito de um soldado que, vacilando de início perante os horrores da guerra, encontra mais tarde a coragem para prosseguir no combate. E, não certamente sem alguma ironia, o actor escolhido por Huston para o principal papel foi precisamente um soldado dos mais condecorados pela coragem dos seus feitos durante a II Guerra Mundial - Audy Murphy. Um filme de visão obrigatória - batendo claramente a concorrência dos outros canais nesta preenchida noite (mesmo a de Renoir) - e que tem na brilhante fotografia de Harold Rosson, inspirada em fotos da época, um dos seus mais impressionantes motivos de atracção.

### 007 Contra Goldfinger (Sexta, 22.10, Canal 1)

Desta vez, James Bond, o agente secreto de Sua Majestade, investe contra um tenebroso vilão - Goldfinger de seu nome - que tenta apoderar-se dos milhões em barras de ouro que estão guardados em Fort Knox, na América. Para os fans do género e das aventuras do célebre espião, trata-se do melhor filme da série, abrilhantado por inúmeras e espectaculares cenas de pancadaria e perseguição e com a célebre canção de Shirley Bassey a entrar-nos pelos ouvidos dentro.

### A Festa dos Sentidos (Sexta, 23.20, TV 2)

Crítica mordaz ao materialismo da ciência e como que um hino em louvor da natureza, este filme de Jean Renoir - esse grande mestre do cinema francês - desenvolve-se à volta da história de um cientista partidário da fecundação artificial e da manipulação genética que, durante umas curtas férias no Sul de França, acaba por sucumbir aos encantos de uma jovem camponesa, acabando a sua relação amorosa por se consumir em inesperados frutos, que o levam a repensar as teorias que defendia... Se bem que, como justamente escreveu o crítico-realizador Jacques Doniol-Valcroze, estejamos perante um filme «transbordante de frescura, de juventude, de vida, de cores e de um poderoso encanto que provoca sem custo a nossa adesão», a tese que desenvolve parece acusar alguma falta de credibilidade e os seus resultados são julgados alguns furos abaixo dos de outras obras imortais do realizador. Perante a importante concorrência do filme de Huston, a melhor solução para o impasse é gravá-lo.

### A Marca de Shaft

(Sexta, 00.55, Canal 1)

É a segunda *sequela* para o cinema de um filme de acção - Shaft - que ainda deu origem a uma série de TV e que, à época, teve um grande êxito junto do público, também pela curiosidade *insólita* de o seu «herói» ser um detective privado negro - aqui interpretado pelo carismático Richard Roundtree. As habituais e fartas doses de sexo e violência são de certo modo compensadas por algum fôlego e eficácia do realizador - Gordon Parks - na encenação da intriga. Mas trata-se, nitidamente, de um «produto industrial», apenas recomendável aos adeptos incondicionais do «género». Esta leva ficou ainda célebre pela *receita* rítmica do tema principal de Isaac Hayes para a banda sonora (que fez «escola») a qual, como não podia deixar de ser, ganhou (para o filme original) o Oscar da categoria.



«Sob a Bandeira da Coragem», de John Huston

### O Capitão Blood

(Sábado, 15.00, SIC)

É provável que o êxotismo das paisagens das Caraíbas e o lado espectacular da encenação e do tema deste «clássico» tenham justificado a «colorização» por computador de uma das mais brilhantes obras do género «filme de piratas». Mas, tal como já acontecera com *Casablanca* - o primeiro «crime» na matéria que nos foi mostrado pela SIC há tempos -, também neste, por coincidência mais um que veremos perpetrado sobre uma obra de Michael Curtiz, não se deve descortinar qualquer vantagem na utilização do processo técnico, já que é inconcebível pensar em melhorar ou alindar a já de si brilhante fotografia de Hal Mohr, assim pensada e assim criada. Sendo sempre possível fazer deslizar no seu televisor o botão da cor, aconselha-se a visão deste filme histórico e de aventuras, o primeiro a catapultar para a glória um interessante intérprete - Errol Flynn - de parceria com Olivia de Havilland e Basil Rathbone.

### O Espectáculo Vai Começar (Sábado, 22.25, Quatro)

Trata-se de um filme-espectáculo sobre os bastidores do *music-hall*-espectáculo - e, nesse aspecto, sem dúvida que traz para o primeiro plano o fervilhar de uma profissão absorvente que acaba por liquidar um dos seus principais criadores, um encenador e coreógrafo que se debate entre as exigências do seu trabalho e as solicitações amorosas que, à sua volta, despertam as suas conquistas femininas. Como seria de esperar num filme proveniente desta origem, o lado espectacular de alguns dos números e bailados encenados - em particular, o arranque do filme ao som da versão de George Benson para o tema «On Broadway» - está bem presente; mas o longo e quase ruminante final vem roubar a indispensável frescura e sentido de tempo de que os grandes «clássicos» do género jamais abusaram.

### Flashdance (Domingo, 15.00, SIC)

Se os argumentos dos «musicais» clássicos de Hollywood deixavam - isso sim - muito a desejar quanto à sua coerência, verosimilhança e originalidade, que dizer deste outro «musical moderno» em que a principal personagem feminina procura dar saída às duas faces (diurna e nocturna) da sua personalidade? O esperado fulgor da realização, a inegável energia de alguns números musicais e a eficácia da música (de Giorgio Moroder) não disfarçam o principal problema do filme - o de, esteticamente, Adrian Lyne nunca se libertar dos estereótipos de um *videoclip* de longuíssima duração...



«A Doce Vida», de Federico Fellini



**Uma Mulher Endiabrada** (Domingo, 16.00, Quatro)

Também não é ainda este filme que nos vem completamente reconciliar com o cinema mergulhado no mundo do espectáculo e da música. **Barbra Streisand** interpreta nele a figura de **Fanny Brice**, que já vem do anterior e bem melhor *Funny Girl* de **William Wyler**, onde aliás se estreara no cinema. Aqui, a heroína está já na maturidade da sua carreira, mas é no âmbito da sua vida particular (com os seus encontros e desencontros com o ex-marido e um produtor que lhe arrasta a asa) que surgem os maiores problemas, mas nem sequer resolvidos por um argumento algo descosido que não se consegue impor.

**Alta Traição** (Domingo, 23.25, SIC)

Um intenso *thriller* girando à volta das paixões desencadeadas por uma mulher nas pessoas do secretário de Estado da Defesa dos EUA e de um agente da CIA encarregado por um seu chefe de descobrir os meandros de um crime que... este cometerá! Pelo meio, os contos do poder e da espionagem: o Pentágono, a CIA, a Casa Branca e... «o Kremlin que espreita», lembra a SIC. O profissionalismo e rotina de **Roger Donaldson**, na realização, de **Kevin Costner** e **Gene Hackman**, na interpretação, e de **Sean Young**, no físico, ajudam a entreter...

**Caça ao Outubro Vermelho** (Segunda, 21.30, SIC)

De novo os «maus» contra os «bons», mas agora mais declaradamente ao nível das duas superpotências, num outro filme de *suspense*. Este, passado nas profundezas do mar e longamente se debruçando sobre o intrigante caso de um submarino atómico soviético cujo comandante parece querer desertar para o Ocidente. Um «jogo das escondidas» entre a inteligência do comandante e a argúcia de um decifrador de códigos da CIA, excelentemente desempenhados por **Sean Connery** e **Alec Baldwin**, num filme tecnicamente bem urdido e que prende o espectador.

**O Jardim Onde Vivemos** (Segunda, 00.10, TV 2)

Uma excelente interpretação de **Dominique Sanda**, no principal papel feminino, não é o único motivo de interesse deste filme de **Vittorio De Sica**, datado de 1970, e que insolitamente escapa do nítido declínio de uma carreira que, a partir de meados dos anos 50, parecia já nada mais ter de suficientemente interessante para oferecer-nos. Contando a história de uma família aristocrática judia que é perseguida durante o fascismo italiano e deportada para a Alemanha, o filme devolve-nos a recordação da notável sensibilidade poética que o realizador parece ir buscar às suas primeiras obras.

**Roseland, Amar Sobre a Cidade**

(Terça, 15.00, Canal 1)  
Este filme é construído sobre três histórias diferentes, mas que retratam, todas elas, outras tantas personagens centrais que evoluem e erram, por entre as contradições e agruras das suas vidas, num e famoso salão de baile de Nova Iorque - o *Roseland*. Sobre tudo os últimos dois episódios do filme, magnificamente interpretados por **Joan Copeland** e **Lilia Skala**, dão-nos um excelente exemplo do olhar sensível e do notável (mesmo que académico) «sentido de cinema» de **James Ivory**.

**O Nosso Amor de Ontem** (Quarta, 21.30, Quatro)

De novo **Barbra Streisand**, personificando uma activista política, no melodrama que constituiu o seu romance com um homem - **Robert Redford** - que era, do ponto de vista cívico e político, o seu oposto, e que nos é contado por **Sidney Pollack** seguindo o seu trajecto entre os anos 30 e os anos 50. Tendo-se conhecido na universidade e casado durante a II Grande Guerra, ambos trabalham em Hollywood e é a «caça às bruxas» que os vai separar. Um filme intenso e sensível, com argumento escrito por **Arthur Laurents** a partir do seu próprio romance, e uma realização que, sendo naturalmente escoreita, não atinge o que de melhor **Pollack** já nos ofereceu.

**ET - O Extraterrestre** (Quarta, 21.50, Canal 1)

Começamos a entrar, por antecipação, em mais uma quadra festiva que a passos largos se aproxima como que para nos esquecermos das agruras do dia-a-dia. Com um filme que, segundo a *Variety*, «é, provavelmente, o melhor filme de Disney que Disney nunca fez». Como ignorar, aliás, que, também perante os melhores e mais eficazes exemplos de Disney, os espectadores sabem que são magicamente manipuladas por uma «fábrica de sonhos» e «efeitos especiais» para deixar cair uma lágrima, e não se importam? E como não reconhecer que, como recorda **Douglas Brode**, a comvente cena final da despedida entre o pequeno **Elliot** e o afável extraterrestre nos sugere um paralelo com a cena em que a **Branca de Neve** se separa dos sete anões para partir para os braços do seu **Príncipe**? Êxito de bilheteira, como poucos, *ET* ficou, pois, como um marco do «cinema do maravilhoso» e, se não se pode negar que muito do seu impacto se ficou a dever a uma omnipresente e implacável máquina de promoção, não menos verdadeiro é constatar-se que **Spielberg** se conta, sem dúvida, entre os cineastas que, partindo da sua condição de dominador das técnicas, das máquinas e dos efeitos, ao mesmo tempo sabe lidar com as emoções - afinal, como dizia o outro, uma das «matérias» de que os filmes são feitos...

**A Doce Vida** (Quarta, 00.10, TV 2)

Gentes do dinheiro, da aristocracia, dos bastidores do cinema, do jornalismo croniqueiro da sociedade, bonecos falantes e exibicionistas do microcosmos de um mundo em constante derrocada e renovada recomposição, *marionettes* manipuladas por novos senhores que sempre reconhecemos nos antigos - estes são os retratos implacáveis e decadentes que **Fellini** nos mostra, mordaz, mas afinal já se começando a rever na impotência e no pesadelo, neste filme que é um começo de viragem na sua carreira, a caminho do cinema barroco, genialmente talentoso mas intensamente desiludido, que passa a abraçar. Com as franquezas e as grandezas que sempre se lhe reconheceram: «A minha natureza não é política; e o discurso político embaraça-me. Mas eu confesso isso como uma fraqueza, como uma das minhas carências» - disse um dia. Naturalmente, um filme de visão imprescindível.



«ET», de Steven Spielberg

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Drácula de Bram Stoker	★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b> Imperdoável	★★★★	-	-
<b>C</b> Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>D</b> Perfume de Mulher	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Francis Ford Coppola - Alfa/Club (13.45, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Las Vegas/2 (15.30, 17.45, 21.45); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15) - Lisboa.
- B** - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); King Triplex/3 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- C** - Real. Woody Allen - Londres (14.00, 16.30, 19.00); Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- D** - Real. Martin Brest - Alfa/3 (14.00, 17.30, 21.00, 00.20); Amoreiras/1 (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); Mundial/2 (14.00, 16.45, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 18.30, 22.00); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.

**Teatro**

**AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO**

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DA POLÍCIA**, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

**CASA CONVENIENTE**

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

**TEATRO ABERTO**

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTENS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**TEATRO DO CALVÁRIO**

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do

conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

**TEATRO CIRCO**

Braga, Av. Liberdade. Tel. 27167. 3ª a dom. às 21.30. **DÁMABRIGO**, de Barrie Keefe, encenação de José Wallenstein, pela Companhia de Teatro de Braga.

**TEATRO DA MALAPOSTA**

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

**TEATRO MARIA MATOS**

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PORTUGARU-SAN**, de Wenceslau de Moraes, encenação de Silvina Pereira.

**TEATRO NACIONAL S. JOÃO**

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

**TEATRO DA TRINDADE**

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

**Tempo**

Céu geralmente limpo a partir de amanhã com formação de geadas no interior e ligeira subida da temperatura máxima.



**PALAVRAS CRUZADAS**

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**Horizontais:** 1 - Caimão; grande porto fluvial alemão. 2 - Este padre fez um crime; discurso religioso. 3 - Dou uma queda; pref. de três; transpiras. 4 - Germe; rio que passa por Gaia; marca de cigarros (inv.); mulo. 5 - Berílio; exteriormente; saldo diário do soldado; estabelecimento de bebidas alcoólicas. 6 - Pêlo de certos animais; antiga nota musical; laço apertado; grande extensão de montanhas. 7 - Sexto; pôr do Sol; a mim. 8 - Faíscas; a minha pessoa; criminosa; antiga cidade da Caldeia. 9 - Lamentos; palmeira em cujas folhas se escrevia; engaste de pedra preciosa; prata (símb.). 10 - Tântalo (símb.); freg. do conc. de Oliveira de Azeméis; sobra; espécie de mangueira do Gabão. 11 - Depois de morta foi rainha; ligue; vereador. 12 - Chamei a atenção; antiga flauta pastoril. 13 - Estremeceram; magistrados espartanos que se renovavam anualmente.

**Verticais:** 1 - Patriarca hebreu filho de Isaac e de Rebeca cujos filhos fundaram as 12 tribos de Israel; D. António foi seu prior. 2 - Delicado; criada grave; atmosfera. 3 - Vou ao chão; D. João foi seu mestre; ale. 4 - Argola; satélite de Júpiter; casam. 5 - Letra grega; ofereço; majestoso. 6 - Vesgo; existir. 7 - Guindaste; comer à noite; já não vai. 8 - Partir; antiga embarcação à vela; art. espanhol. 9 - Art.; impugnou; interj. para impor silêncio. 10 - Espaço de tempo; idiota. 11 - Cidade belga; anel de cadeia; estão no café. 12 - Quaisquer; prep.; duração sem fim. 13 - Chefe etíope; substância viscosa e escura da destilação do alcatrão da hulha; rio da Polónia. 14 - Começo da goela; oceano; travesso. 15 - Cunhado de Napoleão, rei de Nápoles, fuzilado em 1815; galanteadores.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**Horizontais:** 1 - Uniformizaras. 2 - Amor; coara; aras. 3 - Levai; ena; isolo. 4 - Aro; feridas; mim. 5 - Rasa; rafas; dane. 6 - Al; Na; mês; mi; ai. 7 - Fila; medo. 8 - Lis; fatia; ora. 9 - Sic; migaria; ali. 10 - Ermas; miras; arem. 11 - Rasos; rio; orago. 12 - Ir; Sir; iró; at. 13 - All; Massena; uso.

**Verticais:** 1 - Alaram; séria. 2 - Úmeral; limara. 3 - Novos; ficas. 4 - Ira; anis; SOS. 5 - If; al; sim. 6 - Oc; Er.; afim; Ra. 7 - Roeram; agir. 8 - Manifestarias. 9 - Iradas; Irão. 10 - Za; ás; mais; In. 11 - Is; me; ora. 12 - Rãs; Dido; aro. 13 - Aroma; orara. 14 - Salina; alegas. 15 - Someis; imoto.

**XADREZ**

CDIV - 1 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X025

Por: L. BERG, 1931

La Dépêche du Midi, 23-VII-78

Pr: [2]: Tb5-Rh8  
Br: [2]: Dg2-Ré7

Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X026

Por: V. N. DOLGOV  
Bulletin Club Central, 1972

Pr: [4]: Ps. c6, f7-Bh1-Rg8  
Br: [3]: Pa6-Cé2-Rf1

Branças jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CDIV**

N.º 1993X025 [L.B.]: 1. Rf6 [ameaça: 2. Dg7++], Tb6+; 2. Rf7, Tb7; 3. D:b7, Rh7; 4. Dh1++  
N.º 1993X026 [V.N.D.]: 1. Rg1, Bf3; 2. Rf2, Bh1; 3. Cg3, Bd5; 4. Ch5, Rf7; 5. Cf4, Bc4; 6. Ré3, Bh1; 7. Cd3 [ameaça: 8. Cc5!], c5; 8. Cc5 seguido de: 9. Cf3, interceptando o Bispo e ganham.

A. de M. M.

**DAMAS**

CDIV - 1 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D025

Por: M. COE (± 1910)  
1001 Miniaturem, 1938

Pr: [2]: 25-45  
Br: [4]: 33-34-43-44

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D026

Golpe N.º 1293  
Por: CARLOS ALBERTO PEREIRA GONÇALVES

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 27-22; 4. 10-13, 21-17; 5. 14-21, 17-10; 6. 6-13, 26-10; 7. 2-6, 25-21; 8. 6-13, 21-17; 9. 13-18, 22-13; 10. 9-18, 17-13; 11. 8-12, 13-10; 12. 18-21, 20-16; 13. 11-14 DIAGRAMA [Contra N.N. no 7.º Campeonato de Lisboa/1949]

Jogam as Pretas e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CDIV**

N.º 1993D025 [M.C.]: 1. 44-40, (45-50-D); 2. 34-30, (25X45); 3. 43-39++  
1. .... (25-30); 2. 34X25 e 3. 33-29 e 4. 25-20...++  
N.º 1993D026 [C.A.P.G.]: 13. .... 24-20; 14. 15-24, 31-27; 15. 24-31-D, 29-25; 16. 31-6, 25-2-D+

A. de M. M.



# a talhe de FOICE

## Controle-se

O deputado do PSD, Pacheco Pereira, é um homem de sete ofícios. PP é tribuno, é director da folha laranja que dá pelo nome de 'Povo Livre', é colaborador assíduo do DN, é comentador polivalente da TSF, é animador televisivo na SIC, é ideólogo partidário, é guardião atento da moral e bons costumes da vida política-económico-social do País, é sabe-se lá que mais. Mas não há dúvida de que o que ele gosta mesmo é de controlar. Se pudesse, controlava tudo e todos.

Tivesse ele um pouco mais de espaço de manobra e não tardaríamos a saber o que é bom para a tosse. Hora de recolher e de levantar, relógio de ponto à saída de casa e entrada no emprego, cronómetro à hora de almoço, minutinhos contados para ir à "casinha", um 'big brother' em cima do ombro e sempre, mas sempre, um guia prático de bem pensar e melhor dizer debaixo do braço e na ponta da língua. Ainda há dias, no 'Terça à noite' da Sic, foi vê-lo a perder a paciência com os prevertidos esquemas mentais dos seus confrades de debate que nem sequer sabiam, calcule-se, como deviam discutir.

De barba em riste e olhos em alvo, com aquela voz de a quem escasseia engenho e arte para tão mentecaptas criaturas, lá foi procurando explicar, debalde, as complexidades da política cultural do Governo, que na sua modestíssima opinião até existe e nem sequer devia existir, trazida a terreiro por via do imbróglho que dá pelo nome de Centro Cultural de Belém.

Se valeu ou não a pena construir o dito, se as contas exorbitaram ou não as capacidades e necessidades do País, se vai ter ou não utilidade, são naturalmente coisas de somenos que para o douto deputado não interessam nem ao Menino Jesus.

O CCB é uma obra de regime e pronto, assunto encerrado.

Cultura, quem a quiser que a faça e, sobretudo, que a pague. E não se fala mais do assunto.

Dinheiros públicos mal gastos? Essa é polémica a que o comum dos mortais não deve ter veleidades de aceder, dada a escassez de dados e complexidade de projectos, pelo que o melhor mesmo é passar em frente e ponto final.

Encerrar assuntos parece ser a especialidade da casa.

Desde o inquérito à vírgula, que PP despoletou, encerrado com um enorme ponto final de silêncio, até à lei da rolha em ensaios sucessivos na Assembleia da República, sem esquecer os repetidos inquéritos à corrupção miúda e graúda arquivados por falta de provas, e a que certamente não será estranha a mãozinha expedita do grande educador, não tem a oposição, também conhecida por força de bloqueio, averbado mais do que uma imensidão de causas perdidas.

E porquê?

Por causa da maioria laranja cerrar fileiras em defesa das suas damas e cavalheiros?

Nem pensar. PP já fez o favor de nos informar das razões profundas da inépcia. O que se passa é que a oposição não sabe como deve fazer a oposição.

Foi pena o calor do debate de 'Terça à noite' e o limite de tempo ter cortado o pio a Pacheco. O homem até nos ia dar a receita!

Ficará para a próxima. É que PP é um daqueles casos em que nem vale a pena a gente perdoar-lhe. Ele volta na mesma.

■ AF

## Assembleia da República PCP apresenta voto para terminar com restrições à circulação de jornalistas

O grupo parlamentar do Partido Comunista Português apresentou ontem na Assembleia da República um voto onde solicita aos órgãos de gestão do parlamento a «imediate suspensão» da norma imposta pelo PSD que condiciona a circulação dos jornalistas em São Bento. Qualificando a situação provocada pelo partido do Governo de «grave crise» (e que está na origem de um boicote da comunicação social à informação relacionada com o trabalho parlamentar), o PCP exprime neste voto «o respeito e consideração» que lhe merece o trabalho dos jornalistas parlamentares e manifesta a sua vontade de encontrar uma solução justa e adequada. O texto integral do documento apresentado pelo PCP é o seguinte:

É grave a situação de crise que se vive hoje na Assembleia da República, particularmente quanto ao relacionamento com os jornalistas parlamentares.

Na origem próxima desta crise está a norma aditada ao «Regulamento de Segurança», através da qual se estabelece um condicionamento da circulação dos jornalistas em determinados espaços de S. Bento, designadamente nos corredores envolventes do hemiciclo.

Desde a sua apresentação que tal norma foi objecto de forte polémica. Não figurando no projecto de Regulamento de Segurança aprovado há mais de um ano pelo Conselho de Administração (e que nunca chegou a entrar em vigor, por ter faltado decisão do Presidente da Assembleia nesse sentido), essa norma é incluída num outro projecto, apresentado não ao órgão de gestão administrativa da Assembleia (Conselho de Administração), mas a um órgão eminentemente (a Conferência de Líderes).

Esta «politização» da questão foi justificada pelos defensores da norma com argumentos, relativos aos jornalistas e ao seu trabalho, que não podiam deixar de ter graves consequências no relacionamento da Assembleia com os jornalistas.

A partir dessa altura, o processo de debate foi marcado

por uma assumida incapacidade de diálogo que conduziu inexoravelmente à actual situação de crise.

No grupo de trabalho constituído pela Conferência de Líderes as posições extremaram-se: a norma só foi defendida por um Partido (o PSD) e teve a oposição dos restantes. Na própria Conferência de Líderes e no Conselho de Administração, passou-se o mesmo.

Por outro lado, obstruiu-se completamente a via de diálogo com os jornalistas que os partidos que se opunham àquela norma sempre propuseram.

Marginalizados do processo de debate e atingidos por uma norma que não podem deixar de considerar lesiva dos seus direitos como profissionais da informação (e ainda por cima objecto de chocantes «actuações de segurança») os jornalistas reagiram e decidiram o bloqueio da informação sobre a Assembleia da República ou com ela relacionada.

Face a esta grave crise, é fundamental encontrar vias de saída, que permitam restabelecer o clima de confiança e colaboração entre a Assembleia e os jornalistas parlamentares.

É necessário contrariar de imediato o ambiente de crispção que se continua a viver com a vigência daquela norma proibitiva.

Evidentemente que todas as partes devem contribuir para isso, e é o que se espera que suceda.

Mas, seguramente que não há solução para a questão se não houver completa abertura para reconsiderar o «regulamento de segurança», particularmente a norma questionada.

Aos Deputados, Grupos Parlamentares e órgão de gestão da Assembleia caberá assumir com frontalidade essa vontade de diálogo, para busca de uma solução aceitável e justa.

É um desafio que é feito a todos, incluindo, e principalmente, aos que propuseram e votaram a norma.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta o seguinte voto:

«A Assembleia da República,

exprime publicamente o respeito e consideração que lhe

merecem os jornalistas parlamentares e o trabalho que aqui desenvolvem, como componente essencial da vida e da eficácia da Assembleia da República;

manifesta a sua vontade de trabalhar para a busca de uma solução justa e adequada para a actual crise;

solicita aos órgãos de gestão da Assembleia (Presidente da Assembleia e Conselho de Administração) a imediata suspensão da norma questionada do Regulamento de Segurança;

pronuncia-se pela criação de um grupo de trabalho constituído por representantes dos órgãos de gestão da Assembleia e representantes da Associação dos Jornalistas Parlamentares, tendo em vista a análise dos problemas e eventual elaboração de normas de procedimento que garantam os direitos das partes.

## CDU As candidaturas avançam

Em diversas sessões públicas realizadas a semana passada (por ordem alfabética) nos municípios de Aljustrel, Alpiarça, Barreiro, Caminha, Coruche, Leiria, Loures, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Famalicão, a CDU prosseguiu a sua apresentação de candidaturas aos respectivos órgãos autárquicos para as eleições de Dezembro próximo, continuando bem à frente, no panorama político-partidário nacional, na definição de listas, projectos e estratégias autárquicas, o que, por si só, testemunha a qualificada intervenção dos comunistas e seus aliados no Poder Local democrático. Na verdade, apenas uma força política com um quotidiano comprovadamente feito de trabalho, honestidade e competência está em condições de dar resposta atempada e sem sobressaltos a esta importante solicitação à aliás, encarada pela CDU num quadro mais vasto e permanente de empenhamento em prol dos interesses das populações e do País.

No próximo número, abordaremos mais desenvolvimentos estas iniciativas, bem como outras, semelhantes, que entretanto ocorrerão, continuando assim a dar a nota possível da riquíssima intervenção política que a CDU, mais uma vez, está a protagonizar na realidade autárquica nacional.

Daremos igualmente conta, na nossa próxima edição, da visita da candidata da CDU à presidência da Câmara Municipal do Porto, Ilda Figueiredo, à Lomba, na Freguesia do Bonfim, «dando seguimento ao propósito a candidatura da CDU de aprofundar o conhecimento dos grandes problemas da cidade e as carências das populações, visando a denúncia do sucessivo adiamento e esquecimento a que têm sido votados estes problemas pela Câmara Municipal do

## Manifestação da lavoura na Guarda

Agricultores da Guarda, com os seus tractores e alfaias agrícolas, manifestaram-se ontem frente ao Governo Civil local para exigir o escoamento de produtos e preços justos à produção. A iniciativa pertenceu à respectiva Associação Distrital de Agricultores (ADAG), filiada na Confederação Nacional de Agricultura (CNA), culminando assim um conjunto de acções de protesto que envolveram manifestações junto aos Paços do Concelho de Aguiar da Beira e Trancoso, locais onde temporariamente foi cortado o trânsito e despejados batatas e vinho em sinal de discordância com a política do Governo para o sector.

«Queremos um subsídio para a batata igual ao que foi dado para Trás-os-Montes e

uma resposta do Governo para os problemas principais da agricultura regional, que é a principal fonte de subsistência das populações», afirmou, à agência Lusa, António Pinho, responsável pela associação.

Os agricultores da Guarda querem a baixa dos factores de produção, o escoamento da batata, vinho e fruta e compensações pela grave seca que atinge as Beiras. Reclamam ainda um tratamento igual ao dos agricultores residentes em outras zonas do País, apoios à reflorestação e «dignificação de uma actividade tradicional que ao longo dos séculos foi fonte de abastecimento, de desenvolvimento e de fixação de pessoas à terra», lê-se num comunicado que convocou esta concentração.

## Juventude Comunista da China visita Leiria

Uma delegação da Liga da Juventude Comunista da China esteve ontem no distrito de Leiria, numa visita integrada no programa de estada dos jovens comunistas chineses no nosso país a propósito da realização no próximo fim-de-semana no Barreiro do IV Congresso da Juventude Comunista Portuguesa.

A delegação chinesa visitou uma fábrica de vidro, teve um encontro com representantes da Direcção de Organização Regional de Leiria do PCP e com o executivo da Câmara Municipal da Marinha Grande. À noite, realizou-se um jantar com a Comissão Distrital de Leiria da JCP, após um passeio pela zona sul do distrito.